

O IMAGINÁRIO E O QUOTIDIANO CABO-VERDIANOS NA PRODUÇÃO LITERÁRIA DE JORGE BARBOSA

Hilarino Carlos Rodrigues da Luz

Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses, especialização em Literaturas e Culturas de Língua Portuguesa, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho Carver Gale e co-orientação da Professora Doutora Maria do Rosário Pimentel.

MARÇO DE 2013

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Estudos Portugueses, especialização em Literaturas e Culturas de Língua Portuguesa, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho Carver Gale, Professora Auxiliar com Agregação do Departamento de Estudos Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, e co-orientação da Professora Doutora Maria do Rosário Pimentel, Professora Associada do Departamento de Estudos Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

*Dedico este trabalho à minha família, em especial
à minha esposa Dilva Alves Monteiro e ao meu filho
Hilário Carlos Rodrigues Monteiro da Luz.*

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese de Doutoramento só foi possível graças ao apoio e confiança que recebi da minha orientadora Professora Doutora Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho Carver Gale, com quem muito tenho aprendido, desde os tempos de licenciatura, e da co-orientadora Professora Doutora Maria do Rosário Pimentel, que tive a sorte de conhecer através da minha orientadora.

Gostaria, ainda, de agradecer a todos aqueles que contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. Por esta razão, não posso deixar de relembrar o meu pai Carlos Alberto da Luz, professor de profissão, que me instruiu para não desistir, mesmo nas horas nebulosas, e para que procurasse fazer das minhas deficiências uma oportunidade de evolução intelectual, a minha avó Carolina Bruno Andrade, que muito me instruiu para a vida, o meu tio Vicente Andrade Nobre, ambos falecidos.

Não posso deixar de agradecer à minha querida mãe Rosa Carolina Andrade Rodrigues, e de lhe referir que estes 10 anos de saudades valeram a pena, à minha esposa Dilva Monteiro, ao meu filho Hilário da Luz, ao meu avô Augusto da Luz, aos meus seis irmãos Harrison Rodrigues, José Rui Rodrigues, Alírio Rodrigues, Karen Roseane, Diasmira Rodrigues, Delvis Rafael, aos meus tios Manuel Carolina, Maria Carolina, Olavo Lima, Tomásia Rodrigues, Arlinda Rodrigues, Dário da Luz, aos meus primos Naduino Miguel, Catia Cristina, Kévina Tavares, Eneida Sofia, Armileila Rodrigues, aos meus compadres Julieta Monteiro e Samora Sousa, ao meu afilhado Samuel Monteiro. Devem merecer também destaque os meus amigos José Luís Tavares, José Luís Hopffer Almada, Elsa Rodrigues dos Santos, que me cedeu três artigos e quatro *Crónicas de S. Vicente* de Jorge Barbosa e outros documentos, e também Nitah Camotim, os filhos de Jorge Barbosa, principalmente Maria Solange Machadinho, Pedro Tavares, Luís Cruz, Vítor Delgado, António João Rodrigues (Pudgil).

Também quero manifestar o meu agradecimento à Junta de Freguesia de S. João de Lisboa, que patrocina a impressão e encadernação deste trabalho, ao Centro de História da Cultura da FCSH-UNL, na pessoa do Professor Doutor João Luís Lisboa, e aos funcionários da Sociedade de Geografia de Lisboa, que sempre me trataram com simpatia e eficiência.

RESUMO

O IMAGINÁRIO E O QUOTIDIANO CABO-VERDIANOS NA PRODUÇÃO LITERÁRIA DE JORGE BARBOSA

PALAVRAS-CHAVE: Cabo Verde; Jorge Barbosa; literatura cabo-verdiana; *Claridade*; insularidade; imaginário; quotidiano

O arquipélago de Cabo Verde é um Estado insular constituído por dez ilhas e alguns ilhéus que se dividem em dois grupos. Localizado na costa ocidental africana, a cerca de 500 km do promontório que lhe deu o nome, foi descoberto desabitado por navegadores ao serviço do reino de Portugal, entre 1460 e 1462.

O seu povoamento iniciou-se em 1462, pela ilha de Santiago, por ser a maior ilha e porque tinha mais água. O seu desenvolvimento cultural e literário deu-se com a criação do Seminário Liceu na ilha de S. Nicolau, em 1866, onde se formaram vários quadros que desempenharam cargos no funcionalismo público.

A literatura que nasceu dessa matriz sofreu influências do cânone e estética metropolitanos. Tais influências foram substituídas progressivamente pela afirmação da realidade sociocultural do arquipélago, o que se deveu em boa medida à democratização do ensino implementado pelo Liceu Gil Eanes, em 1917, na ilha de S. Vicente, a novas influências literárias recebidas do exterior, à edição da obra *Arquipélago* (1935), e à publicação da revista *Claridade* (1936).

Entre os claridosos, Jorge Barbosa foi um dos que mais profusamente representou o imaginário e o quotidiano cabo-verdianos na sua produção literária, o que fez de modo comprometido e engajado.

ABSTRACT

IMAGINARY AND DAILY LIFE IN THE CABO VERDE IN THE LITERARY WORK OF JORGE BARBOSA

KEYWORDS: Cabo Verde; Jorge Barbosa; Capverdian Literature; *Claridade*; insularity; imaginary; social experience

Cabo Verde is an insular state that comprises ten islands and some small islands divided in two groups. It is located in Western Africa, at about 500 km from the cape with the same name. It was discovered between 1460 and 1462 by navigators at the service of the Portuguese King and was desert at the time.

The first settlements started in 1462 in Santiago island, the largest and better served with water. The creation of the Seminário Liceu in S. Nicolau, in 1866, originated a significant cultural and literary development as well as numerous educated public workers.

The literature emerging from these conditions had a direct relation with the metropolitan canon and aesthetics. Such influences were progressively replaced by local sociocultural references, which was due to a great extent to the democratization of education through the Liceu Gil Eanes, created in 1917, in S. Vicente; to new external literary influences; to the publication of *Arquipélago* (1935), and to the publication of *Claridade* (1936).

Among all the *claridosos* Jorge Barbosa was the one who may have better represented the imaginary and societal dynamics of Cabo Verde, which he did with public and intellectual commitment.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I: FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CABO-VERDIANA.....	5
I. 1 Breve Apresentação do Arquipélago.....	5
I. 2. Génese do Homem Crioulo.....	6
I. 3. Miscigenação e Ascensão Social do Mestiço.....	13
I. 4. Ladinização dos Escravos.....	19
I. 5. Formação das Elites.....	23
I.6. O Impacto da Fome na Emigração.....	31
CAPÍTULO II: FORMAÇÃO DA LITERATURA CABO-VERDIANA.....	41
II. 1. Hipótese de Periodização.....	41
II. 2. “Ressonâncias” na Claridade: Consciencialização das Raízes.....	61
II. 2.1. Instauração do Modernismo Literário.....	77
II. 3. “O Messias Desiludiu-nos”.....	85
CAPÍTULO III: A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE JORGE BARBOSA.....	90
III. 1. Notas Biográficas.....	90
III. 2. História e Condições da Produção Literária.....	96
III. 3. Apresentação e Comentário de Textos do Autor.....	113
III. 3.1. Os Textos Inéditos.....	113
III. 3.2. Radiografia do Arquipélago.....	126
III. 3.3. Utopia e Retorno às Origens.....	131
III. 3.4. “Fusão de Duas Almas Contrárias”.....	135
III. 3.5. Reivindicação e Testemunho.....	143
III. 3.6. Balanço da Colonização.....	157
III. 3.7. O Porto Grande.....	162
III. 3.8. Dramas do Quotidiano.....	177
III. 3.9. Emigração Forçada.....	197
III. 3.10. Prostituição.....	206
III. 3.11. Problemática da Insularidade.....	211
III. 3.12. Património Cultural.....	220
III. 3.13. Profissões.....	232
III. 3.14. Outras Representações do Imaginário.....	239
CONCLUSÃO.....	254
BIBLIOGRAFIA.....	256
ANEXOS (VIDE VOLUME II)	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação surge na sequência da nossa dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, em Dezembro de 2008. Assim, propomos continuar as nossas pesquisas iniciais estudando, a par da restante obra, um conjunto de materiais inéditos de Jorge Barbosa – *Crónicas de S. Vicente*, cartas, poemas, entrevistas e artigos. Nesse sentido, optamos por apresentar uma breve abordagem histórica e literária para o enquadramento do autor e das ilhas, seguida de uma análise da sua produção literária, que encerra aspectos do imaginário e do quotidiano cabo-verdianos, desde a aportada dos descobridores até detalhes sociais e culturais recentes do arquipélago.

O povoamento de Cabo Verde iniciou-se na ilha de Santiago, em 1462, pela sua boa localização geográfica e pela abundância de água. No entanto, este processo conheceu muitas complexidades, não só pelo seu afastamento do reino, como por não dispor de condições naturais de clima e temperatura que atraíssem os europeus como aconteceu nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, o que explica a forte presença de africanos na constituição da sociedade cabo-verdiana. Dado o grande número de escravos, houve a necessidade de se pensar na sua ladinização, por intermédio do ensino da leitura e da escrita, sendo claro o propósito de os treinar para actividades profissionais, nomeadamente agrícolas. Os escravos eram distribuídos por etnias e entregues aos seus senhores, para facilitar a aprendizagem das línguas portuguesa e crioula, um procedimento que pode ser visto como a primeira forma de ensino nas ilhas.

A localização geográfica do arquipélago, no caminho do Sahel, influencia o seu clima quente instável e com duas estações anuais: a estação seca – de Dezembro a Junho – e a estação das chuvas – de Agosto a Outubro. São separadas pelos meses de Julho e Novembro, que podem ser considerados os meses de mudança. A queda da chuva constitui uma componente fundamental para o desenvolvimento e uma forma de “*nascente aurífica*” para o cabo-verdiano. É ela que define um bom ano agrícola e abundância de alimentos.

A fecundidade é apoiada, em boa medida, em crenças e esperança, num ritual semelhante em todas as ilhas, habitualmente nos últimos dias de Junho e primórdios de Julho, em analogia com a estação das chuvas, assinalada pela sua irregularidade e caindo,

por vezes, em Agosto, Setembro e Outubro. Quando não cai origina fome, o que leva milhares a emigrar. Assim, a seca e a fome caminham de mãos dadas com os islenhos. Estas crises causam muitas baixas na população e prejuízos na estrutura económica do arquipélago, o que é agravado pela preocupação dos governantes em socorrer as vítimas, em detrimento de outros investimentos que seriam necessários ao desenvolvimento.

Muitos dos naturais abandonam os seus espaços de origem em busca de trabalho e alimento. Esse comportamento imposto pela natureza é carregado de uma enorme tristeza, o que explica que o cabo-verdiano seja conhecido pela sua capacidade de resistência ao sofrimento e pela sua coragem e força moral na luta contra a catástrofe das secas, dados sempre tão presentes na literatura produzida no arquipélago. Esta literatura, iniciada no século XIX, sofreu numa fase inicial, como as outras literaturas africanas lusófonas, influências da poesia metropolitana, desprendida da configuração e dos fundamentos locais e sociais. Essas influências foram sendo gradualmente abandonadas com a consciencialização da realidade sociocultural do arquipélago, marcada por Jorge Barbosa com a publicação da obra *Arquipélago* (1935) e também com a publicação da revista *Claridade* (1936).

Antes dessa consciencialização havia uma produção literária próxima da que se produzia em Portugal, pela primeira elite intelectual saída do Seminário Liceu de S. Nicolau, inaugurado em 1866. No entanto, devido à democratização do ensino implementada pelo Liceu Gil Eanes e a algumas “ressonâncias” literárias recebidas do exterior – principalmente de Portugal e do Brasil – os escritores cabo-verdianos foram-se centrando progressivamente na realidade das ilhas. Dessa consciencialização resultou a revista *Claridade*, que foi publicada em duas fases. A primeira, de Março de 1936 a Março de 1937 e com apenas três números, ficou marcada por um número limitado de colaboradores. Aos seus fundadores Jorge Barbosa, Manuel Lopes e Baltasar Lopes acrescentam-se apenas os nomes de Osvaldo Alcântara – pseudónimo de Baltasar Lopes –, Pedro Corsino de Azevedo e José Osório de Oliveira. A segunda, com seis números e com periodicidade irregular, decorreu de 1947 a 1960. O seu principal dinamizador foi Baltasar Lopes. Contou com um número maior de colaboradores, tais como António Aurélio Gonçalves, Félix Monteiro, Baltasar Lopes, Jorge Barbosa, Manuel Lopes, Gabriel Mariano, e outros. De entre esse grupo de escritores, notabilizou-se Jorge Barbosa por ter aberto caminho para uma nova abordagem literária nas ilhas e por ter “fotografado” o imaginário e o quotidiano cabo-verdianos na sua produção literária, passando desse modo a

“fincar os pés” na terra cabo-verdiana, ou seja, a retratar a realidade através da tematização de um conjunto de tópicos e preocupações partilhados por todos os residentes das ilhas.

Trata-se de um escritor que começou a escrever ainda muito jovem e que à semelhança dos seus antecessores esteve numa fase inicial muito ligado aos modelos clássicos. Durante essa fase, escrevia poemas de cariz romântico, com um esquema rimático e silábico tradicional, o que foi abandonando posteriormente através da leitura de obras que circulavam no arquipélago e do contacto com alguns autores estrangeiros, sobretudo com os portugueses António Pedro e José Osório de Oliveira e os brasileiros Manuel Bandeira e Jorge de Lima.

Destacamos aqui José Osório de Oliveira por se assumir que foi a partir dos seus conselhos que Jorge Barbosa passou a valorizar o que tinha à sua volta. A sua obra passou a ser uma conjunção de fragmentos do real, já que abordou uma série de manifestações quotidianas do imaginário colectivo cabo-verdiano.

Nesse sentido, propomo-nos analisar a sua obra, não como produção literária e cultural *strictu sensu*, mas como objecto de pesquisa sobre aspectos característicos do real, do imaginário e do quotidiano dos islenhos. Procuramos também identificar e interpretar aspectos característicos do imaginário e do quotidiano cabo-verdianos na sua produção, bem como apresentar novas linhas de leitura que permitam um estudo de aspectos culturais, sociais, económicos e antropológicos, recuperando o valor patrimonial da sua obra no conjunto da produção literária contemporânea em língua portuguesa e promovendo e dinamizando a continuação da divulgação deste autor e da literatura cabo-verdiana.

A metodologia de investigação baseou-se, essencialmente, em pesquisas bibliográficas feitas em Portugal e em Cabo Verde, na apresentação de materiais inéditos e dispersos e na produção escrita da tese. Além de recolhermos as fontes escritas, conversámos com diversos dos intervenientes directos no processo de divulgação desta literatura, com o desígnio de adicionar, cruzar informações e certificar ou clarificar configurações que não estariam de outro modo disponíveis. Participámos em diversas conferências e palestras a propósito desta mesma temática.

Quanto à sua estrutura, esta tese é composta por três capítulos, uma conclusão, bibliografia e anexos. No primeiro capítulo – Formação da Sociedade Cabo-verdiana – efectuaremos uma breve apresentação do arquipélago, abordaremos a génese do homem

crioulo, a miscigenação e ascensão social do mulato, a ladinização dos escravos, a formação da elite cabo-verdiana e o impacto da fome na emigração cabo-verdiana.

No segundo capítulo – Formação da Literatura Cabo-verdiana – apresentaremos uma hipótese para a sua periodização, “ressonâncias” na *Claridade*, consciencialização das raízes, e instauração do Modernismo literário.

No terceiro e último capítulo – A Produção Literária de Jorge Barbosa – procuraremos destacar aspectos da realidade cabo-verdiana na obra de Jorge Barbosa com apresentação de notas biográficas do autor, em que se inclui breve referência a notícias da sua morte. Prosseguiremos para a abordagem da sua produção literária, com destaque para a construção do seu percurso literário, o comentário a textos inéditos e dispersos, e a um conjunto de outros textos nomeadamente sobre a colonização portuguesa, a temática do Porto Grande, a emigração forçada, os dramas do quotidiano, o património cultural e o imaginário cabo-verdiano.

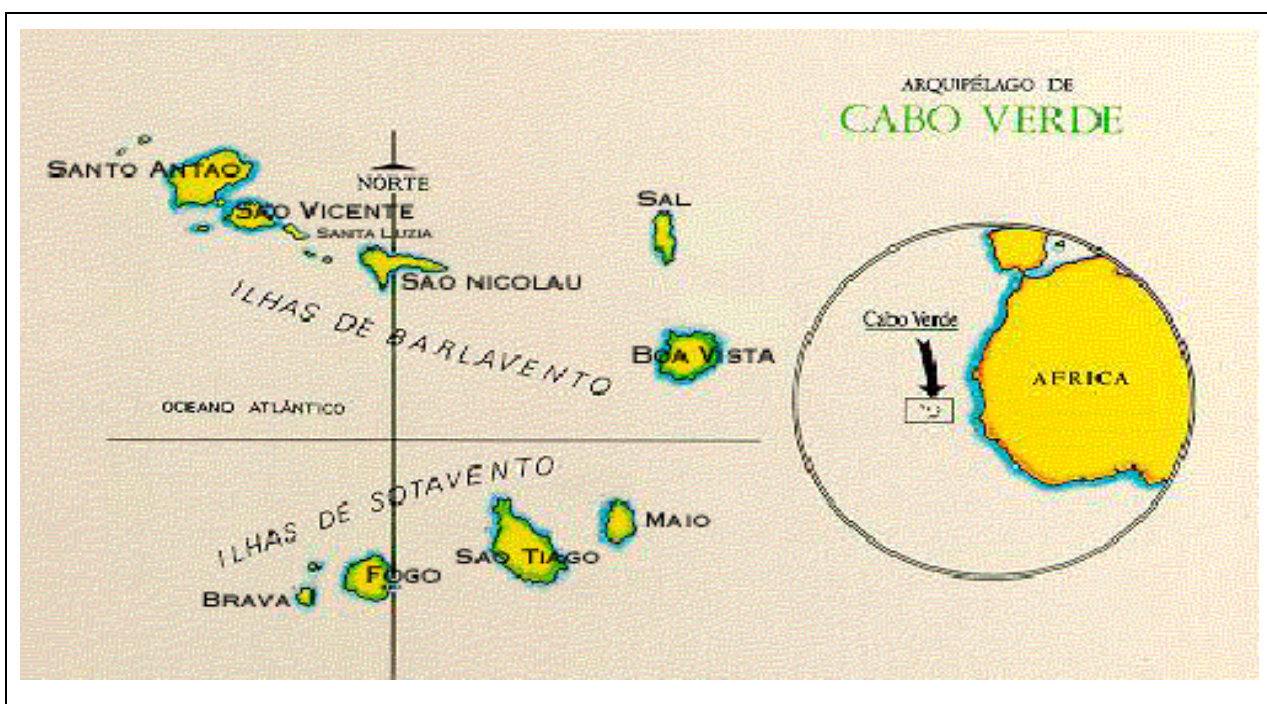
Na conclusão, apresentaremos algumas reflexões finais sobre a nossa investigação, onde acabamos por concluir que Jorge Barbosa foi um homem atento à história do arquipélago e aos condicionalismos colectivos, factos que o fizeram ser um autor marcado pela história do seu povo, o que demonstrou através da reconstituição de múltiplos vestígios do quotidiano e imaginário cabo-verdianos na sua obra.

CAPÍTULO: I: FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CABO-VERDIANA

I.1 Breve Apresentação do Arquipélago

“Minúsculos pontos
algures no oceano
– somos nós
dez ilhas
melancólica
e geograficamente possíveis
rodeadas pelo mar
como vêm nos compêndios...”¹

Cabo Verde é um pequeno Estado insular constituído por dez ilhas e alguns ilhéus que se dividem em dois grupos, segundo a sua posição em relação aos ventos dominantes do nordeste: Barlavento – Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia (desabitada), S. Nicolau, Sal, Boa Vista, e os ilhéus desabitados de Pássaro, junto a S. Vicente, Branco e Raso, junto a Santa Luzia – e Sotavento – Santiago, Maio, Fogo e Brava e alguns ilhéus igualmente desabitados como os de Santa Maria, junto à cidade da Praia, e ainda os de Luís Carneiro, Sapado, Grande e Cima, junto à Brava –, conforme se pode ver no seguinte mapa:



Localizado na costa ocidental africana, a cerca de 500 km do promontório que lhe deu o nome, em zona de clima semi-árido que atravessa o continente africano desde o

¹BARBOSA, Jorge (org. de Arnaldo França e Elsa Rodrigues dos Santos), “Expectativa: as ilhas e a amplidão”, in *Obra Poética*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 180.

Atlântico ao Mar Vermelho e a Ásia, o arquipélago ocupa uma extensão de 4.033Km² no Oceano Atlântico, posição que lhe facilita a comunicação com o resto de África e com os outros continentes.

A distância entre o Norte e o Sul é de aproximadamente 250 km. As ilhas mais pequenas são Santa Luzia (35 Km²) e Brava (64 Km²) e as maiores são Fogo (476 km²), Boa Vista (620 km²), Santo Antão (779 Km²) e Santiago (991 Km²). As de maior altitude são Santiago (1392 m), Santo Antão (1979 m) e Fogo (2879 m).

Nas ilhas mais montanhosas, as paisagens são dominadas por vales profundos e estreitos, picos, cimos estreitos e alongados. Também se encontram em todas as ilhas formas vulcânicas: crateras, caldeiras e cones, evidenciando-se as crateras Pico e Chã das Caldeiras na ilha do Fogo, Topo de Coroa em Santo Antão, Fundo Grande na Brava, Calhau e Viana em S. Vicente. Não há rios no arquipélago. Com a época das chuvas, de Agosto a Outubro, embora de forma irregular, alguns ribeiros, habitualmente secos, apresentam água.

Quanto ao clima, o das ilhas mais acidentadas é variado e com alguma pluviosidade. É temperado seco devido à acção moderadora que o oceano e os ventos alísios exercem sobre a temperatura. As médias anuais raramente se elevam acima dos 25°C, nunca descendo abaixo dos 20°C. A temperatura da água do mar varia entre 21°C em Fevereiro e Março e 25°C em Setembro e Outubro. A estabilidade climática do arquipélago garante a possibilidade de se poder fazer turismo todo o ano, sendo às vezes difícil escolher para onde ir, visto que cada ilha tem os seus atractivos próprios.

I. 2. Génese do Homem Crioulo

“Balizas emersas
no cruzamento das rotas
outrora dos nautas
dos reis das descobertas.”²

Foi com o movimento expansionista moderno, através das viagens no Atlântico, que navegadores ao serviço do Reino de Portugal descobriram o arquipélago de Cabo Verde,

²BARBOSA, Jorge, “Expectativa: destinos”, in *op. cit.*, p. 179.

em duas viagens diferentes e em dois grupos, entre 1460 e 1462.³ O primeiro grupo, constituído pelas ilhas orientais – Santiago, Fogo, Maio, Boa Vista e Sal –, foi descoberto em 1460 por António de Noli, um genovês ao serviço de Portugal, em vida do Infante D. Henrique, conforme atesta uma carta régia de 19 de Setembro de 1462, elaborada por D. Afonso V, da qual se extrai a seguinte passagem:

“[...] foram achadas as ilhas, a saber: cinco por António de Noli, em vida do Infante D. Henrique, meu tio, que Deus haja, que se chamam: a jlha de Santiago e a jlha de Sam Felipe, e a jlha das Mayas e a jlha de Sam Cristovam e jlha do Sall, que são nas partes da Guiné e as outras septe foram achadas por dito Infante, meu jrmão que são estas a jlha Brava, e jlha de Sam Nicolao, e a jlha de Sam Vicente e a jlha Raza e a jlha Branca e a jlha de Santa Luzia e a jlha de Sant’ António.”⁴

Assim, apesar de o nome do seu descobridor, Diogo Afonso, ter sido encontrado apenas na carta régia de doação de 29 de Outubro de 1462, o segundo grupo constituído pelas ilhas ocidentais e alguns ilhéus – Brava, S. Nicolau, S. Vicente, Santa Luzia, Santo Antão e os ilhéus Raso e Branco – foi descoberto, em de 1461 e início de 1462, a mando de D. Fernando, irmão de D. Afonso V. As denominações dessas ilhas são provenientes de nomes de santos, dos dias do calendário em que se registou a sua descoberta, de elementos da cultura europeia, nomeadamente a portuguesa, ou são relacionadas com elementos encontrados nas ilhas. Nesse sentido, a ilha de Santiago situada, segundo Ilídio Amaral, “numa posição não marginal, com bons ancoradouros abrigados dos ventos predominantes, um relevo dissecado que lhe permite ter vales largos e *achadas* extensas, a maior dimensão entre todas”⁵, foi descoberta no dia 3 de Maio, dia em que se comemora Santiago Menor, embora Luís de Camões tivesse escrito no canto V dos *Lusíadas* que:

“Aquele ilha aportámos que tomou / O nome do guerreiro Santiago, / Santo que os Espanhóis tanto ajudou / A fazerem nos Mouros bravo estrago. / Daqui, tanto que Bóreas nos ventou, / Tornámos a cortar o imenso lago / Do salgado Oceano, e assim deixámos / A terra onde o refresco doce achamos”⁶

³A data e o nome dos descobridores do arquipélago estão envoltos em alguma controvérsia. Contudo, por não ser este o propósito da nossa investigação, optámos por nos distanciar dessa discussão, através da apresentação das datas e do nome dos descobridores que reúnem maior consenso.

⁴SILVA, João Martins da (dir.), *Descobrimientos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação, 1988, pp. 33-34.

⁵AMARAL, Ilídio de, *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1964, p. 15.

⁶CAMÕES, Luís, *Os Lusíadas*, 7.^a ed., Lisboa, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 2002, p. 204.

Esta linha de pensamento fê-lo referenciar que se celebra Santiago Maior no dia 25 de Julho, mas a tradição remete-nos para o dia 3 de Maio como sendo o dia da descoberta da referida ilha de Santiago. Quanto às restantes ilhas, Fogo, inicialmente chamada S. Filipe, foi descoberta no mesmo dia de Santiago; Santo Antão, inicialmente chamada Santo António, foi descoberta no dia 17 de Janeiro; S. Vicente a 22 de Janeiro; S. Nicolau no dia 6 de Dezembro; Santa Luzia no dia 13 do mesmo mês; Sal, que inicialmente se chamava “lhana”, por ser muito plana, recebeu mais tarde a actual designação em virtude da existência de muito sal, foi descoberta nos primeiros dias de Agosto; Brava era conhecida por S. João Baptista e foi descoberta no dia 24 de Junho, dia de festa religiosa; Boa Vista, igualmente conhecida por S. Cristóvão, foi descoberta nos primeiros dias de Agosto.

Todas as ilhas se encontravam desabitadas, embora se tenha referido que alguns povos do Senegal e até da China já contactavam e comercializavam diversos produtos nas ilhas da Boa Vista e do Sal conhecidas nessa época por ilhas das tartarugas. Contudo, tal ideia não parece plausível porquanto as características ambientais das ilhas, marcadas pela falta de plantas alimentares, inviabilizariam qualquer presença humana anterior à chegada dos navegadores portugueses e porque também não foram encontrados quaisquer vestígios que pudessem corroborar essa tese. Assim, segundo Orlando Ribeiro,

“Todas eram, até então completamente desconhecidas; nenhum vestígio foi encontrado que possa considerar-se anterior à ocupação portuguesa. Falou-se de inscrições rupestres e de dólmens. As primeiras são sem dúvida posteriores à ocupação das ilhas e não admira que, entre escravos negros islamizados, alguns pudessem empregar caracteres berberes que parecem reconhecer-se nessas inscrições.”⁷

Nesse sentido, consideramos que o povoamento do arquipélago só se iniciou com a chegada dos portugueses. Esse povoamento iniciou-se pela ilha de Santiago, em 1462, devido à sua excelente localização geográfica e à abundância de água. Estrategicamente, foi dividida em duas capitanias: Capitania do Norte, com capital em Alcatrazes, cedida a Diogo Afonso, e do Sul, com capital em Ribeira Grande, actual Cidade Velha, entregue a António de Noli, em agradecimento pelos feitos dispensados ao Reino de Portugal e com a obrigação de as povoarem, defenderem e cultivarem. A primeira capitania entrou em crise económico-financeira muito cedo, tendo a segunda atingido substancial desenvolvimento

⁷RIBEIRO, Orlando, *A Ilha do Fogo e as Suas Erupções Vulcânicas*, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1988, p. 90.

económico que perdeu a partir de 1640. Contribuíram para essa perda de poder, segundo Maria do Rosário Pimentel:

“o aparecimento das grandes companhias de navegação e comércio (entre as quais a Companhia de Cacheu e rios de Guiné (1676), a Companhia de Cabo Verde e Cacheu (1690) e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755) que obtiveram o exclusivo do comércio desta região), contribuiu igualmente para a decadência das ilhas. Por essa altura, Santiago perdeu para sempre a sua posição de entreposto do tráfico negroiro.”⁸

O seu povoamento, devido à insularidade, pobreza do solo, clima, distância do reino, inexistência de recursos naturais e características sanitárias e patológicas, não despertou grandes interesses aos colonos, no primeiro contacto com as ilhas. Por isso, foram colocados alguns entraves, ao considerarem precárias as condições oferecidas e ao exigirem uma maior liberdade de movimentos e de acção, mais regalias, e que as despesas fossem por conta do donatário, como se atesta na carta régia Junho de 1466:

“haverá quatro anos que [...] começara a povoar sua ilha de Santiago, que é através de Cabo Verde, e que por ser tão alongada dos reinos, a gente não quer a ela ir viver, senão com mui grandes liberdades e franquezas e despesas sua [...]”⁹

Apesar de o Reino de Portugal ter pretendido um povoamento à semelhança do dos arquipélagos dos Açores, com enormes potencialidades para a agricultura, e da Madeira, com um magnífico enquadramento florestal, a afluência de indivíduos da raça branca¹⁰ foi diminuta. Com o propósito de tornar a ilha de Santiago mais vantajosa e de incentivar o seu povoamento, D. Afonso V concedeu em 12 de Junho de 1466 uma carta de privilégios aos seus moradores que, segundo Maria do Rosário Pimentel:

“lhes permitia navegarem para a costa africana quando entendessem, a fim de resgatarem os escravos de que necessitavam. Poderiam comerciar em qualquer parte da Guiné, excepto na área de Arguim, reservada à coroa. Para o

⁸ PIMENTEL, Maria do Rosário, *Viagem ao Fundo das Consciências: a escravatura na época moderna*, Lisboa, Colibri, 1995, p. 32.

⁹ SILVA, João Martins da (dir.), *Descobrimientos Portugueses*, Vol. II, pp. 55-57.

¹⁰ Segundo António Carreira: “Os brancos, ainda que em minoria, provinham de “famílias convidadas” pelos Reis a ocupar as ilhas. Compunham-se de reinóis, genoveses, espanhóis, e outros mal identificados. Deveriam ser “homens de qualidade” poucos, “homens de teres” (abastados, oriundos de classes preponderantes, embora não nobres, e que, por vezes, embarcavam com o objectivo de aumentar os seus cabedais ou à aventura, tentando a conquista de título de nobreza), em regra armadores e mercadores, e com eles “homens de ofícios” e degredados, os tais “exterminados” enviados para as ilhas, mas que nesses tempos seriam ainda em número reduzido.” CARREIRA, António, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, 1ª ed., Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1977, p.47.

feito, os moradores de Santiago podiam levar todas as mercadorias que quisessem, excepto armas, ferramentas, navios e seus apetrechos. Em 1468, o rei, prossequindo com a política de exploração da costa para além dos limites até então atingidos, arrendou a Fernão Gomes, por um período de cinco anos, os tratos e resgates da Guiné, com a condição de descobrir cem léguas de costa em cada ano a partir da Serra Leoa. Contudo, ficava-lhe interdito resgatar em Arguim e na zona do continente fronteiriça às ilhas de Cabo Verde, reservadas aos moradores daquelas ilhas. Por sua vez estes não podiam negociar ou mandar negociar, para além da Serra Leoa.”¹¹

Essas medidas, sobretudo a possibilidade de resgatarem escravos na costa da Guiné, atraíram alguns mercadores portugueses e castelhanos, dando início à constituição de uma comunidade de moradores e vizinhos. No entanto, não foram muito eficazes, visto que grande parte desses moradores estava interessada apenas na comercialização de produtos nessa rota comercial, em detrimento de uma produção local. Para estimular a fixação de pessoas, principalmente no seu interior, e as capacidades produtivas locais, os colonos, que num primeiro momento se dedicavam apenas ao comércio, viram-se obrigados a praticar a agricultura, devido à publicação de uma carta régia de limitação de privilégios, em 1472, que consentia a comercialização, na costa da Guiné, apenas de mercadorias produzidas na ilha de Santiago.¹²

Os portugueses procuraram cultivar uma enorme variedade de culturas que lhes eram familiares, sendo que as condições ecológicas das ilhas, diferentes das de Portugal, a dificuldade na sua transplantação e a distância do arquipélago conduziram ao insucesso de muitas delas. Cultivaram muitos produtos, como o milho grosso – principal género alimentício do arquipélago –, a vinha, cereais de pragana, o melão, o algodão, a oliveira, árvores de fruto, hortaliças, a cana-de-açúcar, o arroz, o coqueiro e o inhame. Alguns géneros levaram tempo a adaptar-se.

Com o seu povoamento, a ilha assumiu capital importância na política expansionista portuguesa, ao dar apoio a todas as viagens que por ali passavam e pela sua posição estratégica no Atlântico. Até 1640, as embarcações que desejavam ir comerciar nos rios de

¹¹PIMENTEL, Maria do Rosário, *Viagem ao Fundo das Consciências*, pp. 31-32.

¹²Maria do Rosário Pimentel entende que: “A desobediência às limitações estabelecidas provocou conflitos entre moradores e contratadores, pelo que os privilégios concedidos aos moradores se tornaram cada vez mais limitados. Pela carta de 1472, apesar da área de resgate permanecer a mesma, restava aos moradores de Santiago levar para o tráfico “*suas novidades e colheitas*”; os escravos não podiam ser exportados, mas unicamente utilizados “*para seus serviços*” e “*sua melhor vivenda e boa povoação*”. Ficou igualmente interdita a parceria com não moradores, quer nacionais quer estrangeiros, assim como o fomento de navios não registados na ilha.” *Idem*, p. 32.

Guiné, zona geográfica compreendida entre o norte de Senegal e o norte da Serra Leoa, faziam paragem obrigatória na alfândega da cidade de Ribeira Grande, ilha de Santiago, onde contratavam um “língua” ou tradutor, e de seguida dirigiam-se para aquela zona geográfica. Posteriormente regressavam a fim de fazer o despacho, pagar os impostos e prosseguir a viagem para os portos destinados. Essa ilha serviu ainda para os barcos se abastecerem de mantimentos e água, para o repouso das tripulações e para angariar novos tripulantes dispostos a substituir os navegadores que se perdiam no percurso.

Embora não se fixando no interior da ilha, esses mercadores promoveram o seu povoamento através da aquisição de propriedades para a agricultura, o que possibilitou a entrada de muitos escravos de diferentes etnias – Ariatas, Balantas, Banhuns, Bijagós, Cassangas, Felupes, Jabundos, Mandingas, Papéis –, que cuidaram das culturas que se experienciavam, do gado – vacas, cabras, ovelhas, cavalos¹³ – colocados nas ilhas despovoadas o que, através do cruzamento com brancos europeus, – portugueses dos Açores, do Alentejo, da Madeira, do Minho, reinóis, judeus ou criminosos que fugiam aos tribunais do reino, por crimes, questões políticas ou religiosas; *lançados*, genoveses, espanhóis; – originou a sociedade cabo-verdiana com uma cultura, hábitos, língua¹⁴ e identidade¹⁵ próprios.

A segunda ilha a ser povoada foi a do Fogo (1480-1493), por se localizar próximo da ilha de Santiago. Apresentava boas condições para a exploração de algodão¹⁶, um dos

¹³Desses animais, destacamos o lugar privilegiado conquistado pelos cavalos. Além de permitirem a deslocação, simbolizavam um elemento de grandeza social e eram usados nas guerras entre tribos africanas.

¹⁴Segundo Daniel A. Pereira: “Não estaremos, pois, longe da verdade se dissermos que o crioulo, falado em Santiago, já nos finais do século XVII, senão antes, constituía uma língua com estrutura própria e com larga expressão no seio da população escrava, pelo menos aquela que, havia muito tempo, permanecia na ilha de Santiago.” PEREIRA, Daniel A., *Estudos da História de Cabo Verde*, Praia, Alfa Comunicações, 2005, p. 207.

¹⁵Para João Lopes Filho: “A Identidade Nacional é, pois, o conjunto de características que individualizam cada nação ou cada sociedade nacional e permitem reconhecê-la. São características duradouras, mas não são imutáveis. Elas têm, necessariamente, uma configuração histórica e conhecem, por isso mesmo, alterações. Só tem, portanto, sentido falar numa dada Identidade Nacional enquanto se mantiverem as características que lhe asseguram a continuidade e que se supõem essenciais ou fundamentais.

Tal identidade existe na medida em que a nação assume a consciência de si mesma, embora esta “consciência” não pressuponha uma alma colectiva, visto ela se afirmar através das suas consciências individuais. Entretanto, como expressão e testemunho da sua identidade, cada nação tem uma imagem de si mesma ou, se se preferir e para evitar equívocos, os indivíduos que constituem o seu suporte demográfico têm uma imagem comum dela e de si mesmos, como e enquanto nacionais.” LOPES FILHO, João, *Defesa do Património Sócio-Cultural de Cabo Verde*, Lisboa, Biblioteca Ulmeiro, 1985, pp. 117-118.

¹⁶Maria do Rosário Pimentel refere que: “Os panos de algodão foram importante moeda de troca na zona da Guiné. Nas ilhas de Cabo Verde, grandes produtoras de algodão, foram instaladas oficinas de tecelagem que confeccionavam panos de boa qualidade e de bela padronagem. Estes panos de algodão eram de tal modo importantes na região da Guiné, que se transformaram em moeda corrente, utilizada tanto por particulares como pelo próprio governo. Para o efeito, foi-lhes atribuído uma correspondência em reis. [...]. O pano era

principais produtos transacionados na costa da Guiné, plantação de vinhedos para o fabrico do vinho. Quarenta anos passados apenas estas duas ilhas se encontravam habitadas, visto que a ocupação das outras se baseou, num primeiro momento, na introdução de gado que, em autonomia, procriava em grande número, tendo as cabras sido os animais mais escolhidos, dada a ruralidade das ilhas. Ilídio Baleno justifica o povoamento da ilha do Fogo da seguinte forma:

“Atendendo às características orográficas da ilha e ao facto de ser mal dotada de recursos hídricos, a opção pelo Fogo pode causar uma certa estranheza, mas isto tem duas explicações complementares que se nos afiguram bastante significativas: ser uma grande produtora de algodão e estar situada muito próximo da ilha de Santiago.

Sendo o algodão uma mercadoria privilegiada nas transacções comerciais dos moradores de Santiago com a Guiné, era de esperar que estes alargassem a sua exploração à vizinha ilha, que o produzia em abundância.”¹⁷

Em 1490 iniciou-se o povoamento da ilha da Boa Vista com pastores que foram encarregados de cuidar do gado que aí existia, e da do Maio, quando Rodrigo Afonso a recebeu como capitão donatário do seu tio Diogo Afonso. No início resumiu-se à cultura de algodão e à criação de gado por alguns escravos. Em 1545, João da Fonseca iniciou o povoamento da ilha da Brava. A ilha de Santo Antão começou a ser povoada por volta de 1548, altura em que foi outorgada a Pêro da Fonseca por D. João III.

Esse povoamento não foi efectivo, razão pela qual, em finais do século XVI, havia pouca gente nas ilhas do grupo do Barlavento. Em todas elas havia gado que circulava livremente. Os povoadores organizavam grandes matanças com o propósito de obterem sebo e peles, assim como carne salgada, para alimentar a população e abastecer os barcos que por lá passavam. Ao inverso das duas primeiras ilhas – Santiago e Fogo – povoadas com negros africanos e brancos europeus, as restantes – Santo Antão, Maio, Brava, S. Nicolau, Boa Vista, Sal e S. Vicente – foram povoadas entre os séculos XVI e XIX, com esses dois grupos acima mencionados e com mestiços nascidos em Cabo Verde.

um artigo muito importante na sociedade africana, não só para o vestuário dos indivíduos de posição social mais elevada, mas também para a realização de determinadas cerimónias e como mortalha. A quantidade de panos em que o defunto era envolto dependia da sua posição social. Para adquirirem os famosos “*panos da terra*”, os barcos negreiros dirigiam-se primeiramente a Cabo Verde, navegando de seguida para a costa da Guiné, onde os permutavam por escravos.” PIMENTEL, Maria do Rosário, *Viagem ao Fundo das Consciências*, p. 68.

¹⁷BALENO, Ilídio Cabral, “Povoamento e Formação da Sociedade: a ilha do Fogo”, in ALBUQUERQUE, Luís de et SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, 2.^a ed, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 143-144.

A ilha de S. Vicente aparece como um caso especial neste contexto, visto que não apresentou condições favoráveis ao estabelecimento de uma população permanente. Só as movimentações atlânticas de finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX viriam despertar o interesse pela ilha para a navegação internacional.

A primeira proposta de povoamento dessa ilha foi elaborada em 1734, após várias tentativas falhadas, inclusivamente de um plano da Rainha Dona Maria II, em 1838 que pretendia que o seu povoamento fosse feito com brancos oriundos dos Açores e da Madeira, devido às dificuldades ocorridas na agricultura. Só nos meados do séc. XIX é que o seu povoamento foi efectivo e definitivo, com cabo-verdianos provenientes das ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Boa Vista e Maio. Apesar de povoada tardiamente, em pouco tempo conquistou grande importância na vida económico-cultural do arquipélago, devido ao seu Porto Grande.

Essa importância deveu-se à instalação de grandes depósitos de carvão por companhias inglesas: Royal Mail Steam Packet (1850), Patente Fuel (1851), Visger & Miller (1853), a Cory Brothers & Coy (1875), a Wilson, Son & Coe (1885) e a Companhia de S. Vicente (1896). No entanto, essa projecção perder-se-ia no séc. XX com o desvio da navegação para os portos de Las Palmas, nas Canárias e Dakar, no Senegal.

I. 3. Miscigenação e Ascensão Social do Mestiço

É consensual que o povoamento de Cabo Verde se processou em dois grupos¹⁸ sociais diferenciados pela lógica da dominação. De um lado, havia o grupo dos brancos, europeus escravocratas, donos das propriedades, detentores de liberdade e de outros privilégios. Muitos deles eram do clero, degredados, *lançados*, soldados, prostitutas. De outro lado, havia o grupo dos negros, constituído por escravos provenientes de diferentes etnias dos rios da Guiné¹⁹ que, embora privados de liberdade, se encontravam em maioria.

¹⁸A primeira tentativa em estratificar a sociedade cabo-verdiana em classes sociais foi feita por um anónimo em 1784. Nessa perspectiva, a população da ilha de Santiago era constituída, sobretudo, por negros e pardos, filhos dos negros e escravos. Os pardos eram os mestiços filhos dos brancos. Detinham a maior parte das terras e moravam nas melhores casas.

¹⁹Segundo Maria do Rosário Pimentel: “A área entre Arguim e o rio Senegal, a região da Guiné, a costa da Mina e Angola, foram consideradas as zonas negreiras mais rentáveis da costa ocidental africana. Estes sectores não tiveram simultaneamente a mesma importância e os seus limites nunca corresponderam a áreas territoriais precisas. São designações que tanto se referiam a grandes extensões do continente, como a zonas mais limitadas do território. É o caso do topónimo “*Guiné*” que, longe de corresponder a uma zona territorial

Esta divisão, baseada na origem étnica, permaneceu mais ou menos consensual até meados do séc. XVII, data que coincide com o florescimento de uma economia assente na nomenclatura latifundiária e no comércio de escravos. Por essa razão, Maria Emília Santos considera que: “A sociedade insular nasce já dicotómica, composta de dois grandes estratos – dos senhores e dos escravos – e assim permanecerá durante cerca de um século, não obstante a presença de escravos fujões, dos forros e dos mestiços, cuja capacidade de acção não é suficiente para alterar a estrutura escravocrata.”²⁰

Pedro Sousa Lobo partilhou dessa opinião e referiu que o povoamento e a colonização do arquipélago colocaram em contacto duas raças diferentes, como se nota na seguinte passagem:

“O povoamento e a colonização de Cabo Verde puseram em contacto dois elementos raciais totalmente diferentes: o *branco* e o *negro*. Em presença um do outro, sob a pressão de factores vários (entre os quais avultam os climatológicos, políticos e económicos), fundiram-se em secular interpenetração. A fusão decorreu sem sobressaltos, nem violências, dando lugar, por uma contínua miscegenação, a um tipo humano do maior interesse antropológico.”²¹

O cabo-verdiano proveio portanto de uma convivência intensa, na medida em que os dois grupos se encontravam fora da sua terra natal, sendo o dos negros o mais sacrificado devido ao regime de escravatura a que estava sujeito. A relação entre as negras e os brancos acontecia de forma natural, mesmo quando o senhor tinha a sua mulher no arquipélago. Essa situação fez António Carreira afirmar que:

“O homem branco casado na Europa, quer fosse para as ilhas com a família legítima, quer fosse desacompanhado dela não tardava em unir-se a mulher da terra, escrava ou livre, sem preocupações quanto à quebra da prometida fidelidade conjugal jurada no altar no acto do matrimónio. Neste

bem delimitada, tanto se aplicava à vasta porção de costa africana entre o Senegal e o rio Orange (conhecida também por Etiópia Menor, Etiópia Arenosa, Etiópia Ocidental ou Negrícia), como se cingia à região costeira compreendida entre o Senegal e o norte da Serra Leoa. [...]”PIMENTEL, Maria do Rosário, *Viagem ao Fundo das Consciências*, p. 30.

²⁰SANTOS, Maria Emília Madeira, *Escravos e Escravocratas Vadios e Coronéis: a crise da sociedade caboverdiana nos séculos XVII e XVIII vista através dos “levantamentos”*, Lisboa, Ministério da Ciência Inovação e Ensino Superior, Secretaria de Estado da Ciência e Inovação, Instituto de Investigação Científica, Tropical, 2004 [Série de separatas, n.º 249], p. 145.

²¹LOBO, Pedro de Sousa, “A Originalidade Humana de Cabo Verde”, in FERREIRA, Manuel (org., coord. e dir.), *Clareza: revista de arte e letra*, S. Vicente, N.º 9 (Dez. 1960), p. 64.

particular nunca ele estabeleceu discriminações baseadas na cor da pele ou outras.”²²

Dessa aproximação resultavam filhos mestiços²³, e a consequente alforria, conquistando um novo *status* social. Esses filhos eram, por vezes registados e instruídos pelos pais, dando origem à sua “entrada” na sociedade e à sua promoção social e fazendo-os herdeiros dos “brancos da terra” nas suas honrarias e funções. Esse processo de mestiçagem²⁴ deu-se com os primeiros contactos entre esses grupos étnicos através de uniões ilegítimas de brancos com negras. A distância do arquipélago face ao reino, as dificuldades de comunicação, a falta da mulher branca, a própria submissão da negra e a sua sensualidade foram factores decisivos nesse longo processo de mestiçagem. A diminuta presença de brancos no arquipélago também incentivou esse processo, visto que, em 1869, de 90.164 habitantes, residentes em Cabo Verde, apenas 919 eram brancos, cerca de 1,2% da população.

Por essa razão, as autoridades portuguesas, preocupadas com essa situação, decretaram o envio para Cabo Verde de mulheres brancas – prostitutas – que até ao início do séc. XVII, eram degredadas para o Brasil numa tentativa de extinguir a raça dos mestiços, como foi decidido numa carta de 20 de Outubro de 1620, onde foi proposto que: “para Cabo Verde se degradassem as mulheres [brancas], que se costumam degredar para o Brasil a fim que se extinga, quanto possível a raça de mulatos.”²⁵

Essas medidas não vieram a alterar a situação, visto que o número de mestiços aumentava. Também foram enviados vadios, salteadores, criminosos, ladrões de estrada e de igrejas e adulteradores de moedas. No entanto, essa posição foi reavaliada e reconheceram o mulato como uma mais-valia na política de conquista de territórios das zonas onde o clima severo constituía um obstáculo para os europeus no seguimento da

²²CARREIRA, António, *Cabo Verde: classes sociais, estrutura familiar, migrações*, Lisboa, Biblioteca Ulmeiro, 1977, p. 22.

²³O processo de mestiçagem não foi idêntica em todas as ilhas, visto que em algumas o processo demorou mais tempo do que noutras. Assim, nas ilhas de Barlavento, sobretudo nas de parques recursos, a miscigenação foi mais rápida, enquanto que nas de Sotavento, sobretudo na ilha de Santiago, a mestiçagem demorou mais tempo, em consequência da estrutura escravocrata, o que a fez conservar o *ethos* africano.

²⁴Para Gilberto Freyre: “A tendência para a mestiçagem, comum às sociedades da América, da Ásia e da África, onde predominou a colonização portuguesa, e à própria sociedade portuguesa da Europa, é decerto um elemento de aproximação entre essas sociedades. [...] A tendência geral do colonizador português para a mestiçagem parece ter dado aos povos da América, da Ásia e da África, de formação portuguesa, condições especialíssimas de unidade psicológica e de cultura.” FREYRE, Gilberto, *O Mundo Que O Português Criou*, 1.^a, Lisboa, Livros do Brasil Lda, [D. L. 1955], p. 30.

²⁵CARREIRA, António, *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, Porto, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972, p. 288.

ocupação e exploração de novos espaços conquistados. A eliminação dessa política de perseguição aos mulatos criou uma nova dinâmica social no arquipélago, onde o concubinato – prática comum nessa altura facilitada pelas leis portuguesas, que permitiam o reconhecimento dos filhos bastardos ou “filho de fora” – foi fundamental na formação do mestiço. Isso alterou a lógica colonizadora, ao diminuir o impacto do colonizador face ao colonizado, uma vez que os laços afectivos entre pais brancos e filhos mestiços vieram comprometer a rigidez do sistema e projectar um outro tipo de sociedade.

Tudo indica que essas uniões à margem da lei e dos costumes da época entre europeus de vários estratos sociais, incluindo o clero²⁶ – caso do Padre Nicolau, da Cidade Velha, que deixou 54 filhos de várias mulheres –, foram práticas constantes²⁷ embora condenadas pela igreja que se opunha a esta liberdade sexual. Pela sociedade eram mais ou menos aceites sem grandes constrangimentos, embora muitas dessas mulheres aspirassem ao matrimónio canónico ou civil. Para esse assunto, António Carreira cita o Anónimo de 1784:

“Porém, o que mais admira é não se envergonharem as mulheres pretas desta ilha (de Santiago) do exercício deste vício horrendo, nem de se deshonestarem e tratarem com homens que não são seus legítimos maridos; antes têm para si que só as que vivem a-ganho, são meretrizes, e que não são as do concubinato, porque este só está mal às mulheres que descendem dos brancos principais, como se estas, a respeito do sexo, são as que devem viver com a devida honestidade. E nem por isso os pais desta gente da plebe cuidaram casar suas filhas, antes se desculpam que não têm com que as dotar [...]”²⁸

O aumento percentual de mestiços que se processou em Cabo Verde teve um papel relevante na mudança social que se deu nessa sociedade crioula. Recorde-se que essa sociedade se encontrava dividida em três grupos sociais. O primeiro grupo era constituído por brancos de diferentes estratos sociais e mestiços que ascenderam socialmente à custa da imigração para os Estados Unidos da América, do comércio, da aquisição de propriedades, ou por herança ou por compra, e da educação.

²⁶Segundo António Carreira: “Os ministros da Igreja acabaram por imitar correntemente os altos representantes da Coroa. Tal como estes, negociaram e, como eles, deixaram basta próle; e em muitos casos foram autênticos *povoadores*. Neste aspecto não deixaram os seus créditos por mãos alheias.” CARREIRA, António, *Cabo Verde: classes sociais*, p. 22.

²⁷Segundo o autor citado: “Consoante dados históricos, pode-se opinar que foi uma constante no arquipélago. Nos primeiros anos do século XVII, o Padre Barreira, na Ânua de 1610-1611, ao analisar a situação nas ilhas, dizia que na generalidade as gentes eram muito dadas a práticas condenadas pela Igreja e por isso mesmo trabalhavam ao domingo e nos dias de guarda, além de que “de ordinário” viviam “amancebados, donde vem que as fazendas estão cheia de gente crioula, nascida dos negros e negras que habitam nela.” *Idem*, p. 24.

²⁸*Apud idem, ibidem.*

A educação, sinónimo de civilização, era a condição necessária para a promoção social dos negros. Os brancos detinham, até então, todos os privilégios, que foram perdendo com a decadência económica da cidade da Ribeira Grande, ocorrida no séc. XVIII, entre 1770 e 1773. Contribuíram para o seu declínio os despachos dos navios directamente dos portos de carregamento sem necessitar de fazerem escala no arquipélago²⁹, os sucessivos ataques dos piratas, o aumento da emigração para os Estados Unidos, o desvio na navegação para outros portos, como atesta a seguinte passagem de uma carta da Câmara Municipal, de 20 de Janeiro de 1743:

“[O] miserável estado em que está a República e consequentemente todos os moradores desta ilha por falta de comércio e de homens brancos, *que não ficam mais de 20 pouco mais ou menos tão pobres e miseráveis que mal podem sustentar as suas pessoas de V.M.*”. Essa miséria era devida em grande parte à falta de dinheiro e de navegação por não aportarem às ilhas, como antigamente, os “navios castelhanos a comprar escravos e todos os géneros da terra com dinheiro”, facto que “tornava a terra opulenta, e [todos] tinham com que pagar as suas dívidas, ou juros e pensões, que a maior parte dos moradores estão devendo.”³⁰

A elevação social desses mestiços teve consequências imediatas, visto que proporcionou uma inversão na pirâmide social, com o mestiço a ascender aos lugares cimeiros da hierarquia social. Essa nova dinâmica proporcionou mudanças culturais importantes no país ao possibilitar a mestiçagem como factor marcante e de grandeza da sociedade crioula. Esses mestiços, equiparados aos senhores, passaram a assumir cargos político-administrativos.

O segundo grupo social, considerado intermédio, situava-se, na maior parte, no grupo do Barlavento, e uma minoria nas ilhas da Brava, Fogo e Santiago. Era constituído por sesmeiros, comerciantes, pedreiros, ferreiros, rendeiros, pequenos agricultores, trapicheiros, alambiqueiros. Na sua base encontrávamos os forros – escravos que recebiam a liberdade dos seus donos ou se auto-alforriavam – escravos que fugiam dos seus senhores e dos ataques dos piratas que constantemente assaltavam a cidade. Esse processo de

²⁹Segundo António Carreira: “Legalizava-se assim (o que era ilegal) a saída directa dos rios da Guiné, para o Brasil, dos navios com escravos. A medida concorreu para aumentar o tráfico clandestino, pela facilidade com que os navios podiam abalar dos muitos esteiros onde as compras se efectuavam, sem serem detectados pelas autoridades dos três pontos ocupados: Cacheu, Ziguichor, Bissau. O resto era verdadeira “terra-de-ninguém”, sujeito unicamente às autoridades tradicionais, elas mesmas as grandes interessadas no fornecimento de cativos.” CARREIRA, António, *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e Ilhas de Cabo Verde (1810-1850)*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1991, p. 10.

³⁰Apud CARREIRA, António, “Conflitos Sociais em Cabo Verde no Século XVIII”, in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, N.º 16 (Jul.-Dez. 1985), p. 63-64.

alforria iniciou-se no século XVI, por volta de 1513 e aumentou com a crise económica da Ribeira Grande, no século XVIII, visto que a sua concepção libertava os senhores das despesas que tinham com eles. Os alforriados alcançaram ascensão social através do arrendamento de terras, embora tivessem continuado a ser explorados pelos arrendatários. Enquanto aqueles trabalhavam as terras, estes apareciam na época da colheita para cobrarem as rendas ou exercerem sobre eles pressão psicológica.

Por esse motivo, os alforriados organizaram algumas rebeliões, nomeadamente a revolta de 1822 da Ribeira dos Engenhos e a do Morgado de Achada Falcão de 1841, indicando a consciencialização da injustiça social. No entanto, conseguiram a repartição de terras em pequenas parcelas e a ampliação do número de rendeiros. Essa consciencialização processou-se com a criação da Escola Principal, na ilha da Brava, em 1848, e do Seminário Liceu de S. Nicolau, em 1866, e ainda com a já referida emigração para os Estados Unidos da América, onde, além de conquistarem uma posição económica confortável, tomavam contacto com uma outra realidade.

O terceiro grupo social era o dos escravos que no século XVI se encontravam em maioria, devido à importância conquistada pelo arquipélago no seu tráfico. As ilhas de Santiago e Fogo tinham 13.700 escravos e cerca de 600 brancos. Contudo, o já referido processo de alforria transformou-os em homens livres ou forros, motivando os proprietários a parcelar e a arrendar as suas terras, em virtude da perda da mão-de-obra escrava.

Assim, podemos referir que houve no arquipélago uma perda do poder económico dos senhores em benefício dos “brancos da terra”, permitindo aos estratos inferiores com melhor posição económica ascenderem socialmente e conquistarem o estatuto de “pequenos burgueses”. Em síntese, ao longo do processo de mestiçagem e de ascensão social do mestiço nasceu um povo com uma identidade própria no qual imperam um conjunto de valores, de tradições, de mitos, de crenças, e a língua crioula que, apesar de ter algumas variantes de uma ilha para outra, é entendida por todos os cabo-verdianos. É de referir ainda que na actualidade a posição social dos cabo-verdianos depende da função que exercem e de terem um curso superior, conforme defendeu Gabriel Mariano:

“[E]m Cabo Verde a estratificação dos indivíduos por classes sociais não se faz em função do tipo étnico. Neste pormenor está cumprida e superada a previsão dos famosos versos do folclore de Sotaventense. Nas classes superiores participam indivíduos de todas as “cores”, quer pelo seu destaque social, quer

por razões de nascimento. O destaque social provém, ou da natureza de funções burocráticas exercidas, ou do facto de se possuir um curso superior.”³¹

I. 4. Ladinização dos Escravos

A aquisição de escravos marcou o início de uma sociedade escravocrata em Cabo Verde. A ilha de Santiago passou a ser um espaço de concentração onde começavam a trabalhar na agro-pecuária, eram ladinizados e posteriormente comercializados, sendo que parte deles ficava na dita ilha. Assim, essa ilha assumiu um papel de capital importância no seu tráfico. Esse processo justificou-se com o início da exploração agro-pecuária em alguns países, como o Brasil e a Argentina, conforme defendeu António Carreira:

“Só com o início da exploração agro-pecuária do Brasil e, mais tarde, da Argentina, é que o volume de escravos transportados passou a impor outras exigências. E é precisamente em razão do grande número de escravos a transferir para essas áreas que, além do mais, se começou a pensar na protecção espiritual das *peças*. De resto, os princípios adoptados no baptismo dos escravos embarcados em Lisboa foram seguidos para os encaminhados para as Américas.”³²

Portanto, segundo o autor, houve a necessidade de pensarem na “protecção espiritual”³³ dos escravos. Essa protecção era feita através do referido processo de ladinização que consistia em transformar um escravo “boçal”³⁴ em ladino, através do ensino da leitura e da escrita, com o objectivo de os ensinar rudimentos das línguas portuguesa e crioula³⁵, de catequizar/baptizar e, ainda, algumas actividades profissionais,

³¹ MARIANO, Gabriel, “O Bilinguismo Caboverdiano”, in *Mensagem: boletim da Casa dos Estudantes do Império*, vol. 2, Lisboa, A. 3, n.º 3/4 (Mar.- Abr. 1960), pp. 41-42.

³² CARREIRA, António, *Cabo Verde: formação e extinção*, p. 260.

³³ Para Daniel A. Pereira: “A protecção de que se fala não visa tanto o espírito mas, antes, a obtenção de lucros mais amplos e mais rápidos. O tempo que se poderá perder a ensinar religião aos escravos é o tempo da imobilização do capital investidos. Daí a acção contrária dos senhores e traficantes de escravos. E, mesmo que pensássemos em termos de protecção, veríamos que o ensinamento dos princípios da religião resultaria, infalivelmente, em tornar o escravo mais dócil, mais receptivo, mais humilde, mais produtivo.” PEREIRA, Daniel A. *Estudos da História de Cabo Verde*, Praia, Alfa Comunicações, 2005, p. 207.

³⁴ O escravo “boçal” era o que ia ao arquipélago dos rios da Guiné.

³⁵ Para este assunto Atrónio Carreira apresenta dois tipos de escravos: os naturais e os ladinos e reforça a hipótese de se terem ensinado a língua crioula aos escravos. Quanto aos “boçais” refere que: “Pertenciam às camadas de recente *importação* (em Santiago), os quais falavam apenas as respectivas línguas. Entendiam-se com os traficantes ou com os seus donos e feitores através de *Chalons* ou línguas (intérpretes). [...] Os *ladinos* provinham, por um lado, de grupos com grande permanência em Santiago, onde haviam entrado crianças ou adolescentes, e aí baptizados e ensinados a trabalhar e a falar a “lengua portuguesa” (certamente o crioulo), e outros de indivíduos mais espertos e com maior aptidão para falar o crioulo. E os *naturais*, os

dando a ideia de ter sido a primeira forma de ensino no arquipélago³⁶. A preocupação em baptizar os escravos data da segunda década de 1500. António Carreira considera que:

“Essa actividade esboçou-se muito cedo, embora sem grandes resultados. Todavia, só nos primeiros anos de 1600 se foi tendo melhor conhecimento de alguns métodos e processos adoptados, e não apontados em documentação anterior. Teoricamente a ideia era excelente. Na prática, porém, chocava com os poderosos interesses dos traficantes – homens obstinados e gananciosos. E estes nunca permitiram [que] lhes fossem postos entraves à consecução dos seus objectivos.”³⁷

Eram divididos por etnias e entregues aos seus senhores para simplificar a aprendizagem das referidas línguas, principalmente a portuguesa, e, no caso de não ser concretizada, eram-lhes ministradas aulas particulares pelos padres, durante um período de tempo. Esse modelo de “protecção” objectivava salvar-lhes a vida por intermédio do catolicismo, torná-los mais subjugados, rentáveis, com o propósito de aumentar o seu preço no comércio interno e externo. Nesse sentido, no dia 24 de Março de 1514, foi promulgado que:

“[...] qualquer pessoa, de qualquer estado e condição que seja, que escravos ou escravas da Guiné tiverem, os façam baptizar, e fazer cristãos até seis meses, sob pena de os perderem, os quais queremos que sejam para quem os demandar; os seis meses se começaram do dia que os ditos houver, e foram em posse deles; e se alguns dos ditos escravos, que passem de idade de dez anos se não quiserem tornar cristãos sendo por seus senhores requeridos, façam-no então saber seus senhores aos Priores, ou Curas das Igrejas, em cujas Freguesias viverem, perante os quais farão ir os ditos escravos, e se eles, sendo pelos ditos Priores e Curas amoestados, e requeridos por seus senhores perante testemunhas, não quiserem ser baptizados, não incorrerão os senhores dos ditos escravos em a dita pena. [...]”³⁸

nascidos em Santiago ou no Fogo, filhos de pais escravos, portanto criados em meio social um tanto diferente do dos progenitores. Esses deveriam, portanto, aprender logo o crioulo e adquiriam melhores hábitos de trabalho e de comportamento do que os boçais.” CARREIRA, António, *Cabo Verde: formação e extinção*, p. 265.

³⁶ Muitos desses escravos eram instruídos para cuidarem da casa. É de salientar ainda que o processo de ladinização era mais completo para os que ficavam no arquipélago.

³⁷ CARREIRA, António, *Cabo Verde: formação e extinção*, p. 259.

³⁸ “BAPTISMO DOS ESCRAVOS DA GUINÉ”, in BRÁSIO, Padre António (col. e anot.), *Monumenta Missionária Africana: áfrica ocidental (1500-1569)*, 2.ª série, vol. II, Lisboa, [s. d.] Agência Geral do Ultramar, p. 69.

Essa medida, considerada por António Carreira, “tolerante e razoável”³⁹ foi violenta, porque eles tinham uma língua, crenças religiosas e cultura próprias. No entanto, não tinham condições para a recusarem e a idade avançada de muitos deles dificultava a aprendizagem. Por essa razão, a pressa em negociá-los para plantações nas Américas limitou esse processo, dada a rapidez do negócio alegada pelos seus senhores. Previa-se ainda, nesta lei, a hipótese de um escravo de 10 anos poder recusar o baptismo, o que nos parece inconcebível, visto que os escravos não tinham qualquer direito.

A rapidez em negociar a mão-de-obra para as plantações de América e em garantir o lucro desejado deixava muitos escravos sem baptismo, devido à morosidade do processo. Assim, Daniel A. Pereira considerou que: “O que se pretendia era, tanto quanto nos apercebemos, salvar as aparências, por um lado, e, por outro, tentar controlar e “proteger” os lucros da própria Coroa.”⁴⁰

A partir de 1516, passou-se a baptizar os escravos nos próprios barcos que os transportavam, ou nas casas e lojas para onde eram levados. Os padres, incumbidos dessa tarefa, recebiam um cruzado por cada barco de escravos baptizados, organizavam actos colectivos, de maneira a garantir-lhes o baptismo, mas sem doutrinação aos que partiam para países como a Índia, o Brasil e Espanha. Os que ficavam no arquipélago passavam pelo processo completo e uma grande parte seguia para outros portos, como Lisboa, dando maiores lucros aos seus donos. No entanto, o baptismo feito nos barcos ficava incompleto, por vezes muito por culpa das condições desumanas a que estavam sujeitos, como se nota na seguinte passagem:

“Um navio de escravos era um espectáculo asqueroso e lancinante. Amontoada no porão, quando o navio jogava batido pelo temporal, a massa de corpos negros agitava-se como um formigueiro de homens, para beber avidamente um pouco desse ar lúgubre que se escoava pela escotilha gradada de ferro. Havia, lá no seio do navio balouçado pelo mar, lutas ferozes, gritos, uivos de cólera e desespero. Os que a sorte favorecia, nesse ondear de carne viva e negra, aferravam-se à luz e rolhavam a estreita nesga de céu. [...]. Quando o navio chegava ao porto do destino – uma praia deserta e afastada –, o carregamento desembarcava: e à luz clara do sol dos trópicos aparecia uma coluna de esqueletos cheios de pústulas, com ventre protuberante, as rótulas chegadas, a pele rasgada, comidos de bichos, com o ar parvo esgazado dos idiotas. Muitos não se tinham em pé; tropeçavam, caíam, e eram levados aos ombros como fardos.”⁴¹

³⁹CARREIRA, António, *Cabo Verde: formação e extinção*, p. 260.

⁴⁰PEREIRA, Daniel A. *Estudos da História de Cabo Verde*, p. 208.

⁴¹MARTINS, Oliveira, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa, Guimaraes Editora, 1978, p. 62.

Devido a essas condições terríveis e desumanas do seu transporte, o antigo Governador do arquipélago, Francisco de Moura propôs, numa carta de 1622, que todos fossem baptizados no porto de Cacheu, como se nota na seguinte passagem:

“ [...] há nisto tanto descuido que nem os que desembarcam para a Ilha de Santiago vão baptizados, e sendo viagem de um mês e mais, morrendo alguns nela, perdem com a vida juntamente as almas lastimosamente. Pelo que para remediar e obviar a estes males e desaforos, assim cometidos dos judeus contra nossa Santíssima Fé Católica, como contra a real fazenda de V. Magestade [...].

E para a salvação destas almas mande V. Magestade que todos os negros que tirem dos ditos rios, sejam baptizados em terra no dito porto de Cacheu, e não junto nas naus como o fazem, pelos inconvenientes que pode haver de não virem baptizados, com as devidas cerimónias, como manda a nossa Santa Madre Igreja, e que tragam certidões autenticados do dito baptismo, e juntamente do número dos baptismos. [...]”⁴²

Esse tipo de comércio era, por vezes, feito de forma clandestina pelos *lançados* e mais tarde *tangomaus*, *tangomãos* ou *tangomans*. Eram indivíduos que, desde finais do século XV, depois do estabelecimento de ligações comerciais regulares entre o reino e os rios de Guiné e, principalmente, com o início do povoamento do arquipélago de Cabo Verde, se fixaram ilegalmente na região.

Muitos deles, com autorizações de residência provisória, preferiam ficar junto dos negros em definitivo, contradizendo as deliberações régias. Outros, aventureiros natos, tudo apostavam por um proveitoso negócio, outros, ainda, perseguidos pelos tribunais do reino, ali se alojavam, procurando abrigo nas regiões africanas onde a autoridade portuguesa não se fazia sentir. Destacaram-se os judeus e os cristãos-novos – que prosseguiram, ou não, a judaizar –, cuja saída, para os rios da Guiné e Santiago de Cabo Verde iniciou no final do século XV e continuou no século subsequente, como um meio de escape à perseguição impiedosa que sofriam na Península Ibérica.

Para contornar esse tipo de comércio, Francisco da Moura decretou que a comercialização de escravos passaria a ser feita apenas por moradores de Santiago, visto que assim se conseguiria garantir a cobrança dos impostos, os seus baptismos em terra, o seu transporte em números mais reduzidos, evitando a sobrelotação dos barcos, a alimentação, três vezes ao dia e água para lhes dar de beber de modo a evitar que

⁴²“LEMBRANÇAS DE D. FRANCISCO DE MOURA PARA SUA MAJESTADE”, in BRÁSIO, Padre António (col. e anot.), *Monumenta Missionária Africana: África ocidental (1600-1622)*, 2.^a série, vol. IV, Lisboa, [s. d.], Agência Geral do Ultramar, p. 698-704.

morressem à fome e à sede. Decretou, ainda, que, em caso de doença, deveriam ser afastados dos outros e transportados para onde lhes pudessem ser dispensados remédios e carinho. O incumprimento dessas medidas era punido com a expatriação de seis anos para a Índia, com coimas e com privação do ofício, o que deu origem à vigilância dos barcos por parte das autoridades. A ineficácia na obtenção de bons resultados nesse processo fez com que D. António Salgado, um Governador de Cabo Verde empossado no dia 15 de Abril de 1698, ordenasse a construção de um recolhimento na ilha de Santiago, de modo a assegurar-lhes a instrução e a educação antes de serem exportados para Antilhas, América, Brasil e outros portos.

No entanto, os moradores dessa ilha reagiram muito mal a esse projecto, o que acontecia sempre que lhes eram impostas novas regras. Argumentaram dizendo que vinham de diferentes sítios, cada um tinha uma língua diferente e isso dificultava a aprendizagem de uma língua nova em conjunto; que havia um défice de párocos e de catequistas que conseguiam falar a língua deles e que os escravos, com idade superior aos 30 anos, tinham muitas dificuldades em aprender, daí que era mais fácil serem separados e ensinados em pequenos grupos, conforme referimos anteriormente.

I. 5. Formação das Elites

A tentativa de educar os cabo-verdianos deu-se nos primórdios da ocupação das ilhas, tendo os primeiros educadores sido os franciscanos que chegaram à ilha de Santiago em 1466, quatro anos após o início do seu povoamento. Para António Carreira o ensino no arquipélago:

“Foi um fenómeno decorrente da própria ocupação das ilhas e consequente da estabilização dos núcleos de povoamento. Pode dizer-se que ele se iniciou com a criação, em [31 de Janeiro de 1533], do Bispado de Cabo Verde (o primeiro em África) e seu cabido, constituído por 17 dignidades, estas aumentadas em 1555 de mais 11 (ao todo 28), compreendendo, além de outros, mestres de escola, mestres de gramática e leitores de moral (estes em 1592). Por outro lado, a divisão eclesiástica previu logo para Santiago o funcionamento de 11 freguesias rurais (1582) cada uma com o respectivo pároco (pelo menos).”⁴³

⁴³CARREIRA, António, *Cabo Verde: classes sociais*, pp. 15-16.

Para este assunto, é necessário destacar o papel de alguns missionários metropolitanos que procuraram fundar seminários em todas as terras colonizadas por Portugal. Em 1536, o capitão António Galvão, filho do cronista Duarte Galvão, criou a seu dispêndio um seminário para os oriundos da ilha Ternate. Em 1540, foi fundado em Grangamor um seminário de onde saíram alguns sacerdotes e em Goa também se fundou o Colégio da Santa Sé frequentado por alunos goeses.

No arquipélago de Cabo Verde, a primeira tentativa da criação de um Seminário deu-se durante o episcopado de D. Frei Francisco da Cruz, por carta régia de 12 de Janeiro de 1570, a mando de D. Sebastião, com o objectivo de formar o clero.⁴⁴ Em 1604, os Padres da Companhia de Jesus, chefiados pelo Padre Baltasar Barreira – missionário na Serra Leoa e na Guiné – procuraram estabelecer um colégio privado na cidade da Ribeira Grande, mas tal não se concretizou dada a insalubridade do clima e a ausência de verbas para pagar aos professores.

Essa ideia foi algo infeliz porque essa cidade era muito afectada pela febre palustre⁴⁵ e o sítio eleito estava mal localizado, factores que impediam a ida de professores ou mestres da metrópole. Dessa forma, o objectivo de D. Sebastião deparava-se com algumas dificuldades, visto que as 28 freguesias existentes no arquipélago não tinham clero próprio. Estavam à mercê do clero metropolitano que raras vezes primava pela devoção e pela respeitabilidade apostólica. Portanto, Cabo Verde, apesar das suas diferenças culturais e raciais, enfrenta a política portuguesa relativamente à criação de escolas de primeiras letras.

Em 1740, altura em que houve a generalização do ensino, foi criada uma cátedra de latim. A criação das primeiras escolas oficiais gratuitas na metrópole em 1772, desencadeou um interesse idêntico no arquipélago. Assim, o Governador Saldanha Lobo solicitou-as para as ilhas, não tendo ido avante por falta de recursos financeiros. Esse governador abordou o trabalho feito pelos eclesiásticos e a escassez dos mesmos, a falta de professores para leccionarem algumas cadeiras e para justificar o seu pedido de verbas para cobrir as despesas. Deu a entender que o ensino era ministrado pelo clero nas instalações eclesiásticas, o que explica a existência de aulas de moral, latim e gramática, nas ilhas de Santiago e S. Nicolau.

⁴⁴O objectivo não foi concretizado. A criação do Seminário só se deu em 1866 e ficou marcada por diversas peripécias históricas.

⁴⁵A febre palustre era uma doença infecciosa parasitária tropical, causada por um esporo transmitido pela picada de mosquito, que provoca febre alta e afecta os rins, o fígado, o cérebro e o sangue.

Entretanto, não havia qualquer escola paga pela metrópole, o que explica o envio de mestres da metrópole, em 1773, com a incumbência de instruir a população, através do ensino da leitura e da escrita do latim, o que não passou de mais um projecto fracassado. Contudo, no séc. XVIII houve o primeiro projecto pós-pombalino elaborado para a reestruturação dos estudos nas colónias, dando a perceber uma enorme vontade de se inverter a política de ensino no Reino. A educação seria dividida em quatro graus: o primeiro – instrução necessária a todos; o segundo – instrução própria para agricultores, artistas ou artífices e comerciantes; o terceiro – instrução complementar dos graus anteriores e conhecimento elementares de Ciência e Artes e o quarto – conhecimento extensivo a todas as ciências e artes, nas suas diversas relações com a ordem social.

Assim, no primeiro quartel do séc. XIX, o bispo D. Frei Jerónimo do Barco incitou a edificação de um Seminário Episcopal, na ilha de Santiago, mais concretamente na cidade da Ribeira Grande, entre o Convento dos Capuchos e a Igreja da Nossa Senhora do Rosário, com o dinheiro obtido com a venda duma fazenda, mas esse projecto também não foi concretizado.

Em 1811⁴⁶ mantinha-se por cumprir a ideia da criação de escolas públicas, provocando uma observação da Corte Reino Unido – Portugal e Brasil –, ao ordenar ao Governador e ao Bispo que avançassem com a criação dessas escolas e que tornassem obrigatório o ensino a partir dos sete anos. No entanto, o baixo orçamento das ilhas não permitiu que esse projecto fosse concretizado. Isso explica o funcionamento de apenas cerca de dez escolas régias de ensino primário no ano lectivo de 1837/1838⁴⁷, à semelhança do que aconteceu em 1841/1842, em que de trinta e duas escolas públicas apenas doze funcionavam de modo precário.

A primeira escola do ensino primário oficial foi fundada na Vila da Praia, em 1817, tendo fechado as portas com a morte do seu mestre, por não haver ninguém que o

⁴⁶Baltazar Soares Neves refere que: “Em 1811 foi decretada uma medida que poderia asseverar-se de grande alcance, se a falta de continuidade não fosse um defeito já tão rotineiro. Refere-se à criação do imposto conhecido por “*subsídio leiterário*”, e que consistia no pagamento de determinada importância, além dos direitos já existentes, por cada moio de sal da Boa Vista, destinando-se o produto desse imposto à criação de uma Biblioteca Pública, para apoio ao ensino. Em 1816, assistia-se, no entanto, a criação na Praia da cadeira das primeiras letras, que por pouco tempo funcionou, e, em 1823, pedia o bispo que lhe fosse entregue o antigo Convento dos Franciscanos para nele se instalar um seminário.” NEVES, Baltazar Soares, “O Seminário-Liceu de São Nicolau: seu papel na história do ensino em Cabo Verde (1866-2006)”, in ALMADA, José Luís Hopffer C. (coord.), *O Ano Mágico de 2006: olhares retrospectivos sobre a história e a cultura cabo-verdianas*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008, p. 177.

⁴⁷Em 1838, Sá da Bandeira, Ministro da Marinha e Ultramar, determinou a distribuição de materiais didácticos pelas escolas da província, tendo, no entanto, reservado uma módica quantia de 766\$000 reis para a instrução pública.

substituísse. Foi reaberta em 1821 e durou até 1840⁴⁸, de forma irregular. A instrução pública tinha o propósito democrático-liberal de propagar o conhecimento sobre o qual deveria fundamentar a compreensão da nação. Alberto Carvalho considera que: “O saber constituía-se agora na verdadeira condição de progresso e estímulo para o desejo de bem-estar, o que presumia uma educação nova em ordem ao princípio do trabalho enquanto dever natural.”⁴⁹

Em 1842-1843, o orçamento propunha criar mais trinta e oito escolas do ensino primário, mas poucas chegaram a funcionar. Lopes de Lima, um liberal, defendia a ideia de que não deveria haver em Cabo Verde e Guiné outras escolas de ensino primário que não fossem as escolas paroquiais. No entanto, em 1844 inauguraram duas escolas nas ilhas da Boa Vista, Santo Antão, Fogo, S. Nicolau, Santiago e uma nas ilhas do Maio e da Brava.

Quanto ao ensino secundário só teve grande expressão no arquipélago com a criação do Seminário, cujos esforços para a sua implementação já se vinha arrastando há muitos anos, tendo D. Patrício Xavier de Moura quem, entre 1848 e 1858, formou um autêntico núcleo de ensino que precedeu o Seminário de S. Nicolau.

Por volta de 1845, o bispo D. Henriques Moniz solicitou a fundação de um Seminário Liceu na ilha da Brava, mas o pedido também não foi aceite. Com apenas dez anos de duração, em 1848, surgiu, na ilha da Brava⁵⁰, a Escola Principal, por influência da rainha D. Maria II e do primeiro-tenente Dantas Pereira com o ensino primário e secundário, e, em simultâneo, as cadeiras de Dogmática, Teologia Moral, Filosofia Racional e Latim, tendo estas sido transferidas, em 1858, para a Sé Catedral, na Ribeira Grande.

⁴⁸Segundo Alberto de Carvalho: “Os conflitos políticos que entre 1840 e 1860 aconteciam em Cabo Verde reproduziam de muito perto a lógica da guerra civil que havia verificado no Reino, entre absolutistas e liberais. De um lado intervinha o sistema tradicional bicéfalo das ilhas, a um tempo feudal-latifundista e escravocrata, em terra, e grande comercial-mercantil e monopolista, no mar e em terra, vivendo ambos à custa da exploração e das carências da população. Do outro agia uma camada burguesa empreendedora liberal e a intelectualidade humanista, formando o sector esclarecido que se aliava à administração reinol, ambos com o fim de minarem pela base os alicerces daquele sistema tradicional, inimigo comum que sabotavam todas e quaisquer intenções de reformas.” CARVALHO, Alberto de, “Do Classicismo ao Realismo da Claridade”, in MINISTÉRIO DA CULTURA (org. e apr. Fátima Bettencourt), *Claridade: a palavra dos outros*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2010, p. 194.

⁴⁹*Idem*, p. 195.

⁵⁰Segundo Baltazar Soares Neves: “Foi D. Patrício Xavier de Moura quem logrou, entre 1848 e 1858, formar o verdadeiro núcleo de ensino que antecedia o Seminário-Liceu de S. Nicolau. Fundou à sua custa, na ilha da Brava, onde residia, a Escola Superior da Brava, que ministrava os ensinamentos primário, secundário e, em simultâneo, as cadeiras de Latim, Filosofia Racional e Teologia Moral e Dogmática, tendo sido estas últimas transferidas para a Sé Catedral na Ribeira Grande, em 1858, e dois anos mais tarde para a cidade da Praia aquando da criação do Liceu Nacional em 1860.” NEVES, Baltazar Soares, “O Seminário-Liceu de São Nicolau: seu papel na história do ensino em Cabo Verde (1866-2006)”, ... p. 177.

Em 1860, foi fundado o Liceu Nacional de Cabo Verde, na cidade da Praia, ilha de Santiago, tendo funcionado durante pouco tempo por falta de instalações e de recursos financeiros para pagar aos professores. Com a sua extinção, a igreja abriu um Seminário na ilha de S. Nicolau, no dia 3 de Setembro de 1866, a pedido do bispo da diocese do arquipélago, D. José Luís Alves Feijó, que perante a sua insistência, o Ministro o acalmou dizendo: “Vá V. Ex.^a descansado que tudo há-de lá ir ter”⁵¹ e o bispo respondeu-lhe dizendo: “Não sigo para Cabo Verde enquanto não for atendido em tudo; porque, em passando a Torre de Bugio, manda-me bugiar.”⁵²

Esse Seminário começou a funcionar, em Dezembro desse mesmo ano, com um professor de canto e ritos, dois professores de Filosofia e Latim, dois professores da metrópole e um professor de teologia transferido em 1869. Tinha o propósito de admitir alunos destinados à vida religiosa e minimizar a falta de liceus, onde os alunos que tivessem predisposição para a vida religiosa, conseguissem prosseguir os estudos secundários e receber educação científica ou preparar-se para os estudos superiores.

Desse modo, desempenhou um papel imprescindível na propagação da cultura, ao ter incentivado a realização de actividades culturais e a consequente criação de associações⁵³ culturais e recreativas no arquipélago. Com aulas diárias de uma hora e meia, excepto às quintas-feiras, esse seminário tinha uma organização diferente dos estudos liceais que lhe sucederam. Contudo, devemos realçar que proporcionou aos alunos um modelo de cultura clássica, distante da realidade das ilhas e nem todos a ele conseguiam ter acesso, conforme refere Amílcar Cabral:

⁵¹SOUSA, Teixeira de, “A Igreja e Literatura em Cabo Verde”, in AAVV, *Literatures Africaine de Langue Portugaise: a la recherche de l'identité individuelle et nationale, Actes du colloque international*, 2^a édition, Paris (28 Nov.- 1 Dez.), Fondation Calouste Gulbenkian, 1989, p. 304.

⁵²*Idem, ibidem.*

⁵³Gabriel Mariano fala da existência de cerca de dezanove associações recreativas e culturais, nas ilhas entre 1853 e 1895, enquanto que Alberto de Carvalho identificou vinte quatro nesse mesmo período e quarenta e uma instituições de várias espécies num período que se alargou até 1907. São exemplos dessas instituições: Reforma da Irmandade do S. S. Sacramento (1861); Sociedade Recreativa (1863); Theatro Africano (1863); Sociedade Philharmonica Juventude (1865); Grémio Promotor (1867); Theatro D. Maria Pia de Saboia (1867); Associação Igualdade (1867); Gabinete de Leitura da Praia (1870); Biblioteca e Museu Nacionais (1871); Dissolução do Gabinete de Leitura (1871); Irmandade do S. S. Sacramento de Nossa Senhora das Dores do Sal (1871); Associação Comercial da Província de Cabo Verde (1872); Clube Recreativo (1873); Grémio Agrícola do Club Recreativo (1874); Biblioteca Sociedade Fraternidade da Sociedade Instrutiva-Recreativa de S. Nicolau (1874); Biblioteca Sociedade Fraternidade da Sociedade Instrutiva-Recreativa de S. Nicolau (1874); Gabinete de Leitura do Sal (1875); Biblioteca Pública de S. Vicente (1880); Filarmónica Artística Mindelense (1889); Extinção da Filarmónica Artística Mindelense (1893); Extinção da Sociedade Recreativa Praense (1893); Club Luso-Britânico (1895); Grémio Literário (1900); Mudança de nome do Grémio Literário (1903) e Biblioteca de Santo Antão na Vila D. Maria Pia (1907).

“O Povo em geral, vive alheio à cultura e às manifestações artísticas. O Seminário, em S. Nicolau, por poucos pode ser frequentado. Ministra-se nele uma cultura clássica, à qual se ligam fortemente os que tiveram a felicidade de recebe-la. Tão forte é o elo, que os seminaristas (ou autodidactas) de talento, encontrando abertas as portas duma vida onde podem desfrutar de posições de relevo, ignoram ou esquecem as realidades que os cercam. Opera-se neles a supremacia de tudo quanto é meramente filosófico, religioso ou moral sobre o económico.”⁵⁴

Apesar de esse seminário valorizar a tradição clássica, Alberto Carvalho defende que se deve “encarecer o papel do Seminário-Lyceu em todos estes processos, responsável pela formação de professores de apurado grau de aura de prestígio social que tributava o saber no campo das Humanidades.”⁵⁵

Os alunos faziam a instrução primária, correspondente ao primeiro e segundo grau, seguida do ensino secundário, onde esses jovens se matriculavam no primeiro ano de Português, Francês e Latim, cadeiras que teriam de ser repetidas no segundo ano, e História, caso a escolhessem. Depois estudavam História e Geografia, seguindo-se a Introdução às Ciências da Natureza, Literatura.⁵⁶ Os que seguiam a vida eclesiástica estudavam três anos de Teologia: tomística, dogmática. Esse tipo de ensino considerado “sólido” levou Baltasar Lopes a afirmar que:

“A formação que o Seminário dava era sólida e muito sólida. Por exemplo, os dois anos de latim que eu tive no Seminário, olhe, serviram-me para o resto do liceu; parecendo que não: serviram para a faculdade, pouco mais tive que fazer do que manter a preparação que eu trazia do Seminário.”⁵⁷

⁵⁴CABRAL, Amílcar, “Apontamentos Sobre Poesia Cabo-verdiana”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 28 (1 Jan. 1952), p. 6.

⁵⁵LOPES, Manuel Santos, (Alberto Carvalho, org. e pref.), “Prefácio”, in *Falucho Acorado: poesias*, 1ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. XXVI-XXII.

⁵⁶Para este assunto, Baltazar Soares Neves refere que: “os estudos para a vida civil deviam iniciar-se, desde a abertura do Seminário, em simultâneo com os estudos eclesiásticos. Todavia, por imperativos diversos, só no ano lectivo de 1875/1876, o mesmo entraria em funcionamento e com a seguinte estruturação:

Instrução Primária:

1º Nível – elementar – compreendia as disciplinas de Cartilha; Leitura; Princípios de Gramática e Análise; Escrita; Tabuada e Contas e Princípios de Desenho Linear;

2º Nível – complementar – admissão ao Liceu – compreendia as disciplinas de Doutrina Cristã; Princípios de Moral e Civilidade; [...]; Elementos da História Sagrada e de Portugal e Elementos de Desenho Linear e Geométrico.

Instrução Secundária: compreendia, no 1º ano, as cadeiras de Língua Portuguesa e Língua Latina; no 2º ano, as de Língua Portuguesa (2º ano) e Língua Latina (do 2.º ano); [...].”NEVES, Baltazar Soares, “O Seminário-Lyceu de São Nicolau: seu papel na história do ensino em Cabo Verde (1866-2006)”, in ALMADA, José Luís Hopffer C. (coord.), *O Ano Mágico de 2006: olhares retrospectivos sobre*, pp. 187-188.

⁵⁷“Baltasar Lopes”, in LABAN, Michel, *Cabo Verde: encontro com escritores*, vol. I, [s. l.], Fundação Eng. António de Almeida, [s. d.], p. 39.

Formou, ainda, muitos jovens intelectuais que vieram a desempenhar cargos nas instituições nacionais, nomeadamente como religiosos, ou que foram grandes escritores, poetas e que ingressaram no ensino universitário na metrópole, levando Elsa Rodrigues dos Santos a afirmar que:

“O ano de 1866, data da inauguração do Seminário-Liceu, marca uma nova era cultural e social em Cabo Verde, pois a partir daí saíram centenas de jovens, espalhando-se por todo o arquipélago, no funcionalismo público, outros abraçando a carreira religiosa e os de mais posses seguindo para Portugal para se formarem nas Universidades. O Seminário foi, na verdade, um foco de saber, onde se formaram grandes figuras da cultura cabo-verdiana. A pequenez do espaço e a frequência com que as pessoas se visitavam deu lugar a uma vida cultural, de certo modo intensa, entre os intelectuais da época. Surgem os primeiros poetas e prosadores que, na falta de um periódico, se manifestam no *Boletim Oficial* (no último quartel do século XIX) e no *Almanach de Lembranças*.”⁵⁸

Nasceram, dessa forma, os intelectuais cabo-verdianos habilitados para ascender aos cargos relevantes da província, graças à sua escolarização. No entanto, deu-se início a uma enorme disputa para esses cargos, visto que os nativos se sentiam discriminados em relação aos que iam transferidos da metrópole, pois alegavam que nem sempre estes estavam mais bem preparados do que eles. Apesar dessa situação ser frequente, nem todos reclamavam, facto que fez Luís Loff de Vasconcellos referir que: “[d]á vontade de morrer ver homens sem patriotismo, sem ideal, despidos de todos esses sentimentos de acção, que distinguem o homem da besta.”⁵⁹

Alguns desses jovens saídos desse Seminário que se destacaram no panorama cultural cabo-verdiano são: José Lopes, Pedro Delgado, Corsino Lopes, Pedro Cardoso, Eugénio Tavares, Barbosa Ferreira, Manuel Ribeiro, Raul Ribeiro, Augusto Miranda, Miguel Monteiro, Tertuliano Ramos e outros. Apesar da sua relevância e do seu valor, a partir de 1910, passou a ser visto como mais Seminário do que Liceu, o que terá desencadeado a perda da sua importância a partir de 1917. Assim, no dia 13 de Junho desse ano, foi criado o Liceu D. Henrique, futuro Liceu Gil Eanes, na ilha de S. Vicente. Essa criação deveu-se à insistência do Senador Augusto Vera Cruz ao ter cedido a sua casa na Praça Nova para a

⁵⁸SANTOS, Elsa Rodrigues dos, *As Máscaras Poéticas de Jorge Barbosa e a Mundividência Cabo-verdiana*, Lisboa, Caminho, 1989, p. 38.

⁵⁹VASCONCELLOS, Luís Loff de, “Factos”, in *Revista de Cabo Verde*, S. Vicente, N.º 11 (Ag. 1899), p. 1.

sua instalação. Daí que, durante muito tempo, se referiam ao Liceu como o Liceu do *Nhô Augusto Vera Cruz*.⁶⁰ Tinha o seguinte hino:

“I / Do estudo cinjamos as palmas virentes / Que nimbam d’ encantos a fronte
mais rude / Trilhando das Letras as sendas florentes / Tenhamos, por lema,
Ciência e Virtude // II / Somente instruindo, somente educando, / Faremos um /
novo e melhor Portugal / Formando o carácter, as almas formando, / Que a nós
nos ficou dum passado imortal // [...] / Soldados da Pátria, será nosso Lema /
Erguer Cabo Verde, exaltar Portugal. / Legando aos vindouros a glória suprema
/ De herdar uma terra para nós sem rival.”⁶¹

Verificou-se, após a sua criação, uma mudança significativa no ensino em Cabo Verde, ao propiciar uma educação emancipada da igreja e a sua democratização. Dessa feita, Amílcar Cabral referiu que:

“O Liceu, com a democratização do ensino, independente da religião, trouxe maiores facilidades de acesso a Cultura. Aumentou, na fileira dos intelectuais, o número de elementos provenientes da chamada “gente humilde”. Além disso, o fulcro da intelectualidade caboverdiana, passando de S. Nicolau para a cidade do Mindelo, à beira do Porto Grande, encontrou-se em contacto mais amplo como o Mundo, onde se operava, dia a dia, a evolução da mentalidade humana, concretizando-se as aspirações do Homem.”⁶²

Nesse sentido, o liceu D. Henrique desempenhou um papel importante na conjuntura política e cultural nas ilhas, mais concretamente em S. Vicente, ao ter preparado um conjunto de jovens intelectuais que agitaram o arquipélago, ao ter despertado o gosto pela cultura e pelas letras no arquipélago e ao ter possibilitado o acesso ao ensino aos mais humildes. Os seus primeiros professores foram: Simão Barbosa, Vicente Martins, António Augusto Veiga de Sousa, major e médico que veio a ser o seu primeiro Reitor, Alberto Atilio Leite, João Gualberto Pinto (médico), e outros. O seu primeiro aluno e mais tarde professor foi José Morbey Afonso.

Em suma, podemos referir que a sua criação, associando-se à localização geográfica privilegiada da ilha de S. Vicente, com a existência do Porto Grande, fez com que a dita

⁶⁰ Augusto Vera Cruz nasceu, na ilha do Sal, no dia 18 de Novembro de 1862. Filho de João Vera Cruz, um comerciante industrial, teve uma formação académica deficiente. Deixou a dita ilha rumo à ilha de S. Vicente, onde viria a desempenhar o cargo de gerente do Banco Nacional Ultramarino. Com cerca de 50 anos passou a ser senador de Cabo Verde, cargo que lhe permitiria lutar pela criação do Liceu Gil Eanes na ilha de S. Vicente.

⁶¹ ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO DE CABO VERDE, *Comemoração do 75º Aniversário da Criação do Liceu de Cabo Verde*, Lisboa, Silabo, 1995, p. 21.

⁶² CABRAL, Amílcar, “Apontamentos Sobre Poesia Cabo-verdiana”, p. 7.

ilha passasse a ser considerada “a Coimbra de Cabo Verde”, como podemos atestar na seguinte passagem de H. F., um texto publicado na revista Cabo Verde:

“Mindelo é a Coimbra de Cabo Verde. Qualquer jovem de modesta família, rapaz ou rapariga, possui [sic] o seu diploma do 1.º ou 2.º ciclo liceal, ganho à custa de sacrifícios e privações que só a Deus confessam.

Nota-se nesta gente um enorme desejo de aprender, uma sede de instrução que impressiona; se todos, no arquipélago, tivessem as facilidades dos de S. Vicente, a colónia seria alfobre de doutores, como é de poetas e de músicos!”⁶³

I. 6. O Impacto da Fome na Emigração

Como antes referimos, a localização geográfica do arquipélago de Cabo Verde, no caminho do Sahel⁶⁴, influencia o seu clima quente instável com duas estações anuais: a estação seca – de Dezembro a Junho – e a estação das chuvas – de Agosto a Outubro.

A queda da chuva circunscreve um ano agrícola favorável e mantimentos em abundância. A sua irregularidade, distinguida por grandes secas, tem feito com que o cabo-verdiano se confronte, em certos períodos de tempo, com épocas de estiagem, com consequências dramáticas na agricultura e na criação de gado. Assim, quando não chove, os lavradores e a maioria dos residentes acabam por ser as grandes vítimas, dada a carência de géneros básicos de subsistência, como o milho, o feijão, a mandioca, a batata-doce.

No entanto, os agricultores mantêm ininterruptamente a expectativa de que irá chover no dia seguinte. Por isso, a sementeira é feita, basicamente, de crença e de expectativa, num ritual praticamente análogo em todas as ilhas. É feita nos últimos dias de Junho e primeiros de Julho, em conformidade com a estação das chuvas, muito destacada pela sua imprevisibilidade.

⁶³H. F., “Cartas de Cabo Verde”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 1, n.º 9, (1Jun. 1950), p., 3.

⁶⁴Sahel é uma região africana que se localiza entre o deserto do Saara e as terras mais férteis a sul que forma corredor quase ininterrupto do Atlântico ao mar Vermelho, numa largura que varia entre 500 a 700 km. Fazem parte dessa região países como: Senegal, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger, Chade, Sudão, Nigéria, Etiópia, Eritreia, Djibouti e Somália. Segundo Ilídio do Amaral: “Pela sua localização geográfica, Cabo Verde marca a extremidade ocidental na faixa do Sahel, caracterizada por condições climáticas de aridez e semiaridez, da dependência de fenómenos que acompanham as migrações anuais e seculares da convergência intertropical e seus efeitos destastrosos quando, nos movimentos para norte, tal faixa pluviogénica da circulação atmosférica não alcança as ilhas.”, AMARAL, Ilídio, “Cabo Verde: introdução geográfica”, in ALBUQUERQUE, Luís de et SANTOS, Maria Emília Madeira (coord), *História Geral de Cabo Verde*, p. 1.

Os agricultores, por vezes, plantam antes das primeiras chuvadas, que geram enormes prejuízos, visto que quando a chuva tarda em cair desperdiçam as suas sementeiras, como ocorre sempre que há aguaceiros que levam tudo o que aparece à frente, o que costuma acontecer após longos períodos de estiagem. Assim, segundo António Carreira:

“Em regra, após estiagens longas, as chuvas são torrenciais. Com o vigoroso relevo de parte das ilhas, as enxurradas arrastam para os vales e ribeiras, e destas para o mar, as melhores camadas da matéria orgânica contidas nas terras, provocando assim grave diminuição da superfície arável.”⁶⁵

As terras húmidas encontram-se nas ilhas de Santo Antão, S. Nicolau, Santiago e Fogo e desfrutam de uma saliência com vales profundos, em detrimento das ilhas do Sal, Maio, Boa Vista que são formadas por inúmeros areais e por terrenos pouco propensos para a prática agrícola. No entanto, ainda segundo António Carreira:

“a erosão provocada pelos ventos é mais incisiva, na medida em que estes têm maior constância e violência. Quase todo o arquipélago é fustigado durante alguns meses do ano, em particular a seguir à quadra de chuvas (e quando não chove os terrenos apresentam-se secos e desprovidos de vegetação), por persistentes ventanias que deslocam das achadas e das encostas consideráveis porções de terra, pondo a nu as superfícies de substrato rochoso, tornando-as incultiváveis, ou, pelo menos, tirando-lhes aquele mínimo de espessura indispensável ao cultivo de géneros de primeira necessidade.”⁶⁶

A flora existente foi devastada devido à carência de madeira para a construção de casas, à falta de lenha, ao ser usada como pasto, e também para o fabrico de móveis, conforme testemunha o mesmo autor:

“A perda ou a destruição progressiva da vegetação, de um lado, e o uso desregrado dos pastos pela sobrecarga de animais, agravados pelas secas frequentes, de outro lado, facilitaram, e em grande parte continuam a facilitar o processo de erosão do solo. Dois importantes agentes naturais da erosão são: as grandes chuvadas, por vezes torrenciais (embora raras); e os ventos, as lestadadas talvez influenciadas pelo Harmatan. A acção destes dois agentes produz, praticamente, efeitos desastrosos semelhantes, apenas com a diferença que num caso (o das chuvadas) a frequência é menor, e no outro (o dos ventos) mais acentuada devido ao seu período anual cíclico.”⁶⁷

⁶⁵CARREIRA, António, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, p. 37.

⁶⁶*Idem, ibidem.*

⁶⁷*Idem, ibidem.*

Por todos esses motivos, os cabo-verdianos têm vindo a sofrer a pressão de vários fenómenos adversos que os incitam a afastarem-se da sua terra natal. Um desses fenómenos é a fome que assola os naturais do arquipélago desde os primórdios do seu povoamento. A primeira grande fome deu-se entre 1580 e 1582; matou muitos cabo-verdianos e estimulou a partida de muitos outros para os rios da Guiné. Segundo Germano Almeida, essa fome: “provocou uma mortandade tão grande nos seus habitantes [Santiago e Fogo] que, falando dela muitos anos depois, mais propriamente em carta datada de Julho de 1592, o bispo de Cabo Verde, D. Frei Pedro Brandão, classificava-a ainda de “fome grande” por causa da devastação produzida.”⁶⁸

Dada a gravidade dessa situação, os habitantes chegaram ao ponto de comer os seus animais domésticos, tendo os religiosos chegado a comer carne nos dias de jejum, conforme referiu o autor citado:

“Os moradores, isto é, a gente grande da ilha de Santiago, terão chegado ao ponto de comer os próprios animais de criação, e diz-se, com alguma ironia, que da carestia resultante dessa crise acabou ficando para esse povo mui religioso o pouco católico hábito de comer carne nos dias de jejum obrigatório. Os escravos morreram como moscas durante esses dois anos, à míngua e das epidemias que sobreviveram em virtude dos muitos cadáveres ao ar livre em decomposição. [...]”⁶⁹

Entre 1610 e 1611 houve um outro período de fome, devido a falta de chuva, tendo ocorrido uma enorme subida do preço dos alimentos. Por isso, alguns alimentos enviados para Cabo Verde foram vendidos a um preço exorbitante, podendo ser adquiridos apenas pelos mais ricos. Um outro período deu-se entre Setembro de 1774 e Fevereiro de 1775, tendo morrido 22.666 cabo-verdianos. A ilha do Fogo teve 1500 óbitos, a de Santiago sofreu cerca de 12.778 e as outras ilhas 8.498 mortos. Esse período de fome, segundo Germano Almeida, em “nada ficou a dever ao anterior em matéria de carências.”⁷⁰ Em 1806 e 1807 os cabo-verdianos enfrentaram um outro período de fome, e muitos deles foram obrigados a vender as suas terras a baixo custo.

Também em 1823 e 1826 se viveu no arquipélago um outro grande período de fome, tendo morrido cerca de 30.000 pessoas em todas as ilhas. A ilha de Santo Antão perdeu cerca 13.000 dos seus habitantes. O período de 1850 a 1866, ficou estigmatizado por ininterrupta irregularidade de chuvas que umas vezes abrangiam todas as ilhas e outras

⁶⁸ ALMEIDA, Germano, *Cabo Verde: viagem pela história das ilhas*, Lisboa, Caminho, 2003, p. 27.

⁶⁹ *Idem*, p. 28.

⁷⁰ *Idem*, p. 29.

vezes parte delas. Para piorar a situação, entre 1854 e 1855, a ilha do Fogo foi afectada pela *cólera morbus* que matou cerca de 800 pessoas.

A pior de todas essas fomes foi a que decorreu entre 1863 e 1866, visto que as ilhas do grupo de Sotavento sofreram 40.000 mortes. Essa crise foi, provavelmente, a primeira a ser denunciada no exterior. No entanto, a ilha de Santiago foi a que mais sofreu visto que a seca teve trágicas consequências, ao ter sido antecedida por uma estiagem que desproveu o povo de recursos. O gado e os homens morriam à míngua de alimento. Atingiu o ponto mais alto em 1863 o mais baixo em 1866. Nessa altura, nem os apoios arrecadados pelas câmaras e comissões de socorros de Cabo Verde, do Funchal, de Lisboa, do Rio de Janeiro, de S. Tomé e as ajudas fornecidas pelo Governo de Lisboa, conseguiram impedir a morte a esses indivíduos.

À semelhança do que aconteceu em anos anteriores, os anos de noventa foram dramáticos para a população do arquipélago por causa da fome. Em 1901, Cabo Verde tinha 145.666 habitantes, sendo que entre 1902 e 1904 desapareceram cerca de 16.000, tendo o ano de 1903 sido considerado o mais dramático e horrendo na história da administração dessa colónia portuguesa. Por essa razão, Luís Loff de Vasconcellos testemunha a organização de uma grande e proveitosa campanha para recolha de géneros alimentícios, com o objectivo de: “salvar das garras da morte centenas de criaturas, que, sem esse recurso, pereceriam inevitável e fatalmente à fome.”⁷¹

Segundo alguns relatos, morriam dezenas de cabo-verdianos por dia, numa “agonia cruel e estrepitosa”⁷², visto que o governo português pouco ou nada fazia para contrariar essa situação, embora tentasse convencer os cabo-verdianos do contrário. Desse modo, o autor supracitado dá conta de um telegrama do governador da colónia, de 14 de Julho desse ano, referindo que o combate às consequências da seca parecia estar a dar resultado, ao estabilizar a situação dos carenciados. Essa afirmação foi negada publicamente pelo autor ao dizer que a colónia de Cabo Verde estava a ser aniquilada, principalmente a ilha de Santiago:

“É uma responsabilidade gravíssima que o governo está assumindo perante o paiz, permanecendo n’esta situação de paliativos, deixando morrer à fome milhares de súbditos portugueses n’uma colónia portuguesa. É um perfeito extermínio d’um povo. É ridículo e cynico o argumento, de que uma

⁷¹VASCONCELLOS, Luís Loff de, *O Exterminio de Cabo Verde: pavorosas revelações*, Lisboa, Guimarães Libânio & Cia, 1903, p. 3.

⁷²*Idem*, p. 4.

parte da imprensa governamental lançou mão, que o governo não tem culpa de que em Cabo Verde não tenha havido chuvas regulares. A população da ilha de S. Thiago está morrendo, é por falta de providências a tempo. [...]. A foice terrível da fome está devastando por dia cerca de oitenta pessoas. E tudo isto havendo nos cofres da província recursos para debellar este sinistro flagello. [...]. É um crime, dos mais hediondos e repugnantes, o que se está passando n'essa colónia. [...]. Está aniquilada a província de Cabo Verde; [...]. Ainda mais: reclame-se o apuramento e exija-se a responsabilidade de todos os factos bem lamentáveis, que dia a dia as correspondências de Cabo Verde, publicadas em vários jornaes do paiz, trazem a lume.”⁷³

Segundo alguns relatos, os hospitais não tinham lugares para receber todas as pessoas que chegavam em macas ou nos braços dos polícias, apesar de diariamente saírem seis ou sete pessoas para o cemitério. Havia centenas de crianças abandonadas, doentes e anémicas, a vaguear pelas ruas, mais de mil pessoas a viverem ao ar livre nos arredores da cidade da Praia, levando o autor supracitado a partilhar da ideia de que se tratava de uma tentativa de extermínio dessa população:

“É uma verdadeira guerra de extermínio ao povo cabo-verdiano. Querem, está hoje absolutamente provado, a completa extinção d'esta raça, querem que Cabo-Verde se despovõe. Que triste systema de colonizar, próprio só de canibae. O que o governo da província informa para o ministério, não se sabe ao certo. O que porém, fazem, constar, os que sempre acompanham o governador e que são manifestamente contra os naturaes e que não teem reboço em declarar que devem desaparecer, esses dizem que o governador tem pedido providencias sobre providencias, mas que o ministério diz que nada dá e que os deixasse morrer. No telegrapho estabeleceu-se a censura e nenhum telegramma é expedido que descreva a fome ou que falle em mortalidade.”⁷⁴

Como se nota nesta passagem, a censura eliminava todas as tentativas de descrições da fome e as referências às enormes mortandades que assolavam o arquipélago. Em 1920 a população era de 159.665 pessoas, tendo havido 17.000 mortes de 1920 a 1922. Assim, em 1921, César Augusto de Sá Nogueira, colaborador e director de vários periódicos, escreveu o seguinte telegrama no jornal *A Acção*:

“População – Ilha – Santiago – extingue-se pela fome. – Média – mortalidade – diária – Praia - trinta – interior – acima cinquenta. – Pelos – caminhos – campos – cadáveres – insepultos – servem – pasto – cães – corvos. – Mães – falta – gente – conduzem – braços – filhos – mortos – cemitério. – Precisam-se – providências – prontas – enérgicas – violentas – para – salvar –

⁷³*Idem*, p. 4-5.

⁷⁴*Idem*, pp. 9-10.

resto – população – aliás – nada – escapará – nem – honra – até – casos – antropofagia – há.⁷⁵”

Em 1940, a população era de 181.286 habitantes, mas perdeu mais de 30.000 pessoas, visto que entre 1941 e 1943 houve uma outra crise agrícola, que matou muitos indivíduos. Nessa altura, a ilha do Fogo perdeu 7.500 (31% da população) e S. Nicolau cerca de 28%. Essas crises estimularam o êxodo rural e a emigração, com o objectivo de atenuarem as complexidades vividas, conforme se nota num excerto da obra *Chiquinho* de Baltasar Lopes:

“Constantemente passava pela minha porta gente que fugia dos povoados de Norte-a-Baixo, em direcção à Vila. Era um cortejo lamentável de homens, mulheres, crianças. Os animais domésticos faziam também parte do êxodo para outras regiões mais habitadas. Nelas, ao menos, havia a consolação de um olhar de cristão no meio do drama lancinante. Os meninos, com as barrigas inchadas sobre as pernas magras. E vinha tudo, o pote de barro, a cama de finca-pé, as esteiras. A vaquinha magra e as cabras do pé-de-porta não abandonavam os donos em tal provação. Os cachorros de língua de fora, farejando restos de osso para enganarem a fome. Muitas vezes, os animais miúdos eram transportados no ceirão dos burros ou em balaio, à cabeça das mulheres. Homens e bichos não conheciam distâncias naquela irmanação perante o destino comum. [...] Ao longo dos caminhos, as canhotas ficavam pairando, à espera de momentos oportuno para se abaterem sobre a carcassa dos animais que caíam, desistindo da viagem.”⁷⁶

Entre 1947⁷⁷ e 1949 ocorreu uma outra crise agrícola devido à falta de chuva. Não houve colheitas em quase toda a ilha de Santiago, ao contrário do que aconteceu entre 1941⁷⁸ e 1943 quando, embora fraca, conseguiram alguma produção. Essa triste e miserável realidade vivida na cidade da Praia fez com que, no dia 20 de Fevereiro de 1949, o alpendre e o muro da assistência local dessa cidade caíssem sobre centenas de famintos

⁷⁵Apud SEMEDO, Manuel Brito, *A Construção da Identidade Nacional*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006, p. 225.

⁷⁶SILVA, Baltazar Lopes da, *Chiquinho*, Linda- a-Velha, África, 1984. pp. 264-265.

⁷⁷Existem relatos de que entre 1946 e 1948 houve uma crise como fome geral. A ilha de Santiago perdeu cerca de 67% da população.

⁷⁸Segundo Augusto Miranda: “O ano agrícola de 1941, em Cabo Verde, foi, sem excepção, de uma única ilha, desolador. A cultura do milho perdeu-se completamente, em quasi [sic] todas as regiões do Arquipélago. Fracas parecem ser as possibilidades de produção das leguminosas; o estiolamento das batatas e da mandioca é manifesto; a escassez das águas das fontes e das nascentes, que mantêm as quintas e as hortas, preocupa os interessados.

A estiagem, em Cabo Verde, não só reduz ou aniquila as colheitas como impossibilita o crescimento das plantas de pasto, para o gado grosso e miúdo. Tudo isso conduz, fatalmente as povoações aflitivas ou à miséria os habitantes do Arquipélago menos afortunado e a preocupações compreensíveis os mais resistentes e abonados.” MIRANDA, Augusto, “Trabalho e Pão”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 10, n.º 206 (29 Jan. 1942), p. 1.

que recebiam refeições dadas no seu refeitório⁷⁹. As paredes eram feitas de pedras redondas e seguras com pouco estuque. A gravidade desse acontecimento tornou-o inesquecível na história do arquipélago, conforme relatou Bento Levy:

“Não há quem possa ter esquecido igual dia do ano de 1949...

O vento que até então soprara a dez quilómetros à hora, passou a soprar em rajadas ciclónicas de 60 quilómetros. Meio-dia. A cidade é sobressaltada pelo som cavo do desmoronamento. Gritos... correrias ... estupefacção. Que foi? A notícia, como todas as notícias más, corre célere de boca em boca:

O alpendre e o muro sob que se abrigava a maior parte dos indigentes que recebiam refeições diárias fornecidas pela Assistência, desabaram sobre eles, ocasionando mortos e feridos. [...].

Gemidos ... sangue ... corpos trucidados ... mães que procuram os filhos... O calor sufoca... a calíça torna a atmosfera insuportável ... Cada corpo que se desenterra dos escombros provoca cenas lancinantes ... a população desorienta-se. A ordem é restabelecida e vem o balanço trágico: 232 mortos, 47 feridos! [...]

Em todos os rostos um traço de tristeza. O próprio Comandante Figueiredo, com aquela fortaleza de ânimo que lhe conhecemos, mostra-se sucumbido.”⁸⁰

Houve a necessidade de sepultar os mortos e tratar os vivos. Por isso, foi organizada uma campanha de solidariedade, com o objectivo de obter fundos para ajudar as pessoas que sobreviveram, conforme testemunhou Bento Levy no referido artigo:

“A reacção não se fez esperar.

Enterrar os mortos e tratar os vivos – eis a ordem que se executa, debaixo daquela tensão própria que os factos provocaram. Surge depois o apelo e concretiza-se essa magnífica solidariedade portuguesa, já anteriormente manifestada em palavras de carinho e conforto, que vêm desde o mais Alto Magistrado da Nação até ao mais humilde dos cidadãos.

Em todos os cantos, essa unidade que nos caracteriza e nos faz esquecer rancores e paixões, provoca um movimento de verdadeira fraternidade para

⁷⁹Segundo Augusto Miranda: “No dia 20 de Fevereiro do corrente ano [...] Cabo Verde, registou-se, angustiosamente, com letras de fogo em ambiente tenebroso, na existência dos habitantes do Arquipélago e da Pátria, envoltos em crepes de desolação. A trágica parede, com o alpendre fatídico, nem servirá, como o muro das lamentações de Israel, para que os filhos de Cabo Verde, do presente e do futuro, ali vão, em peregrinação saudosa, espalhar o seu pranto, pela perda torturante e irremediável de irmãos do mesmo torrão natal. [...]. Pelo abismo fenomenal da *calamidade das calamidades, no vale da sombra da morte*, o som aterrador da tragédia retumbará, aos ouvidos dos patricios longínquos, mais espantosamente, do que o das grandes águas impetuosas, nos mares do Globo, em que, como intrépidos mareantes, percorrem em todas as direcções. [...]” MIRANDA, Augusto, “A Enorme Catástrofe da Cidade da Praia”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 18, n.º 253 (25 Mar. 1949), pp. 4-5.

⁸⁰LEVY, Bento, “Já é Tempo”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 1, n.º 6 (Mar. 1950), p. 1.

angariar fundos que permitam socorrer os que ficaram desamparados e acudir aqueles que o desastre inutilizou. Juntam-se, assim, umas centenas de contos, vindos de todo o mundo portuguesa.”⁸¹

O povo foi solidário e a organização dessa campanha conseguiu recolher “umas centenas de contos”, mas um ano depois esse montante encontrava-se por utilizar, levando o referido autor a reivindicar a necessidade de utilizarem “esse dinheiro [que] continua imobilizado”:

“Todavia alguma coisa há que fazer com ele. Com a sua paralisação nada se remediou. Parece que passados os primeiros momentos, vertidas as lágrimas, prestados os primeiros socorros, a tragédia foi esquecida. Não pode ser. Choramos os mortos, mas há vivos, por quem temos de olhar, tanto mais que para estes vieram os socorros pedidos. Por uma forma; por outra; de qualquer modo, é preciso dar utilidade a esse dinheiro. Já é tempo.

Aquelas pedras lé em baixo amontoadas, devem desaparecer, ressurgindo, porventura, em qualquer coisa de útil para os que ficaram, atestando aos outros que somos realmente um só Povo. [...]”⁸²

A ilha de Santo Antão foi igualmente castigada estando sem produção agrícola desde 1945. Nesse período, foram iniciadas muitas obras no concelho do Paul. Na hidráulica, construíram-se cerca de 7.934 metros de levadas, 8 tanques com a capacidade de 1:061 toneladas e sete captações, num valor entre 514.149\$83, sendo que os trabalhadores recebiam cerca de 209.543\$07 com o material. Construíram-se, ainda, 64 km de estradas, repararam-se cerca de 14.000 m² de calcetamento e construíram-se muralhas de apoio e protecção. Foi nessa altura que construíram o Posto Sanitário da Vila das Pombas, remodelaram o desembarcadouro do Passo e alguns sistemas de captação de água e construíram alguns bebedouros em cinco poços diferentes.

Tal como vimos referindo, a seca e a fome⁸³ andaram sempre de mãos dadas com a sociedade cabo-verdiana. Essas crises causaram muitas baixas na população e enormes prejuízos na estrutura económica do arquipélago, passando forçosamente o auxílio as vítimas para o primeiro plano em detrimento de construções necessárias para o desenvolvimento da colónia. Muitos dos naturais foram forçados a abandonar as suas casas à procura de alimento.

⁸¹*Idem, ibidem.*

⁸²*Idem, p. 2.*

⁸³Entre 1959 e 1960, houve uma seca de mortalidade nula, em consequência das medidas adequadas que garantiram a alimentação da população.

O comportamento desses seres humanos face à fúria da natureza era de uma enorme tristeza. Por essa razão, o cabo-verdiano é respeitado pela sua capacidade de resistência ao sofrimento e pela coragem e força moral que assume na luta contra a catástrofe das secas, que trazem consigo a fome e a morte a milhares de pessoas, conforme se lê no seguinte excerto da obra *Flagelados do Vento Leste*, de Manuel Lopes:

“Pelo desamparinho da tarde, os homens vinham postar-se junto da paredinha do terreiro, em frente da porta. Com a expressão fechada, o canhoto apagado no canto da boca, contemplavam os campos que se estendiam nus, a perder da vista. Havia ansiedade nos seus olhos, mas também dureza e persistência. E havia esperança e coragem e medo. A esperança nas águas e o temor da estiagem faziam parte de um hábito secular transmitido de geração a geração. Todos os anos era assim: a esperança descia em socorro daqueles que tinham medo na alma; por isso ela era a última luz a consumir-se. Sim, a chuva chegaria um dia. Esperavam por ela como se espera pela sorte, no jogo. Se não viesse, a alternativa seria apertar o cinto, meter a coragem no coração para a luta, como qualquer homem pode fazer quando cai no meio da borrasca. Já estavam habituados. Vinha de trás, de longe, esta luta. [...]. Perante a grandeza e o poder do Céu, a esperança era o melhor compromisso dos homens para com a vida. Não seria a melhor forma de fazer o Céu devedor dos homens?”⁸⁴

O contacto do homem islenho com as dificuldades aumentava a expectativa de emigrar, surgindo, dessa forma, como a solução e esperança possíveis para superar as adversidades do quotidiano. Assim, podemos dizer que, a partir do século XVIII, com o recrutamento para trabalharem na pesca da baleia, sector económico muito importante na altura, pelo interesse do óleo da baleia na curtição de peles e de couros e na iluminação nos Estados Unidos da América, se começa a verificar a saída de grande número de cabo-verdianos à procura de uma vida melhor.

Essa actividade levou para as ilhas um enorme número de navios baleeiros dos Estados Unidos, cuja tripulação se aproximava dos habitantes, com o propósito de se abastecerem de água e produtos alimentares frescos e de se derreterem as gorduras das baleias capturadas. Posteriormente, começaram a contratar cabo-verdianos para trabalharem nos barcos, que rapidamente conquistaram fama de muito bons trabalhadores, sendo que os primeiros a terem sido contratados eram do Fogo, S. Nicolau e Brava. Foi dessa forma que se iniciou a diáspora cabo-verdiana, visto que esse fluxo migratório originou o processo de reunificação familiar que foi sendo restabelecido em diferentes cidades americanas.

⁸⁴LOPES, Manuel, *Os Flagelados do Vento Leste*, 3ªed., Lisboa, Vega, 1991, pp. 14-15.

Posteriormente, a emigração para os Estados Unidos da América passou a basear-se em dois processos, ou a pessoa tinha dinheiro para pagar a sua passagem ou alguém ficava como seu fiador. Porém, em 1917, surgiu uma legislação que impediu a entrada de negros e de analfabetos naquele país. Ficavam, ainda, sujeitos ao pagamento de um elevado preço das passagens, às dificuldades em adquirir a documentação necessária e outras limitações impostas pelo Governo, na tentativa de travar a entrada de pessoas clandestinas.

Face a esse cenário, os cabo-verdianos começaram a procurar novos destinos, nomeadamente Argentina, Brasil e Senegal, sempre com o objectivo de fugir às crises epidémicas que assolavam as ilhas. A continuidade dessas crises originaram o recrutamento da mão-de-obra cabo-verdiana para trabalhar nas roças de S. Tomé e Príncipe, dando origem à chamada “emigração forçada”.⁸⁵

Em 1904, o governo de Cabo Verde publicou as bases reguladoras da emigração da sua população contratada para serviços, agrícolas, industriais e domésticos em S. Tomé. Existem registos da partida da população em 1902, 1903, 1904, 1906 e 1907 e, anualmente, de 1909 e 1922. Também em resposta à crise que devastou as ilhas nos anos 1939 a 1942, foram enviados para aquele país os trabalhadores contratados. Esses contratos escondiam uma nova forma de escravatura. Não havia condições de trabalho, salários, e a alimentação e o alojamento eram inaceitáveis e indignos. Muitos desses trabalhadores regressaram em piores condições da que partiram.

Quanto a Angola, entre 1947 a 1952, muitos habitantes do arquipélago foram contratados para trabalhar nas grandes fazendas. A outra fase dessa emigração deu-se em 1961, com o início da luta de libertação nacional. No entanto, anteriormente a essas fases, houve, embora em escala reduzida, a emigração de funcionários públicos para esse país.

Em conclusão refira-se que a emigração cabo-verdiana não se limitou apenas aos países citados, podendo acrescentar-se ainda, Portugal, França, Espanha, Suíça, Suécia, Holanda (onde prestavam serviço na marinha mercante), Alemanha, Inglaterra, Luxemburgo, entre outros países. Por essa razão, podemos afirmar que actualmente encontramos mais pessoas vivendo fora do que em Cabo Verde porque a emigração se apresentou como a única forma de resolver os fenómenos inquietantes da seca, da fome e de fugir à morte.

⁸⁵Esse tipo de emigração desencadeou-se com a ida de cabo-verdianos para a Guiné, na segunda metade do século XVII, no âmbito da Companhia de Grão Pará e Maranhão, embora muitos tenham ido trabalhar como bancários e funcionários públicos.

CAPÍTULO II: FORMAÇÃO DA LITERATURA CABO-VERDIANA

II. 1. Hipótese de Periodização

A literatura cabo-verdiana teve o seu início no século XIX e foi, como todas as outras literaturas africanas lusófonas, influenciada pela literatura metropolitana, apresentando-se desprendida da configuração e dos fundamentos locais e sociais das ilhas, fundamentos esses que só vigoraram a partir do momento em que houve na literatura a efectiva consciencialização da realidade sociocultural das ilhas, iniciada por Jorge Barbosa com a obra *Arquipélago* (1935) e depois com a publicação da revista *Claridade* (1936). Nesse sentido, não a podemos analisar sem referir que, durante algum tempo, reinou a ideia de que a literatura produzida no arquipélago não poderia ser classificada como literatura cabo-verdiana, por não se referir a expressões e temáticas locais. Como exemplo de uma poética distanciada dessa realidade, apresentamos um excerto de um poema de José Lopes, intitulado “Dum Latrant Canes”:

“Nos ermos da Anatólia avança a caravana / A caminho de Esmirna. É
noite alta e tranquila. / De camelos a lenta e interminável fila / Vai talvez de
Konieh. Irá talvez de Adana. // Só se ouve o torpear na senda estreita e plana. /
Dos tardos animais. A rútila favila / De astros dum céu sem par mostra perto
uma vila. / São turcos. Para lá tende a orda otomana. [...]”⁸⁶

Em muitos desses intelectuais, anteriores a Jorge Barbosa, já havia a consciência e vontade de querer explanar acontecimentos que os rodeavam, especialmente em Eugénio Tavares e Pedro Cardoso, contudo essas experiências não são suficientemente marcadas para nelas vermos uma mudança significativa. Neste capítulo destacamos momentos no percurso histórico dessa literatura, que decorrem de critérios de periodização apresentados por diferentes autores, nomeadamente: reprodução de arquétipos europeus, que se podiam confundir como autóctones; denotação do regionalismo, marcado por particularismos do meio geográfico e sociocultural; independência dos arquétipos europeus em detrimento de fundamentos locais e da afirmação nacional.

⁸⁶ LOPES, José, “Dum Latrant Canes”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 1, n.º 3, (1Dez. 1949), p. 6.

Embora a periodização da literatura cabo-verdiana seja uma temática já bastante debatida, nomeadamente por autores como Pires Laranjeira e Manuel Brito Semedo⁸⁷, entendemos que a sua identificação é relevante para o nosso estudo, visto que nos permite compreender as dinâmicas da formação dessa literatura e os vários momentos poéticos da produção do autor em estudo. Começamos por considerar a hipótese de periodização de Pires Laranjeira, que divide a literatura cabo-verdiana em seis períodos.

Assim, o primeiro período, *Iniciação/Primórdios*⁸⁸, iniciou-se com o nascimento da imprensa em Cabo Verde, em 1842, com a publicação do *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*, e terminou em 1925. O seu primeiro número foi publicado na ilha da Boa Vista sob os auspícios do Ministro do Ultramar e da Marinha, Marquês de Sá da Bandeira, e uma parte dele era dedicada à expressão de prosadores e poetas do arquipélago que publicaram crónicas, anúncios, poemas, folhetins e outros textos. Segundo José dos Anjos:

“No caso cabo-verdiano, na luta entre os grupos de intermediários pela mediação entre a população das ilhas e a administração colonial, os intelectuais constituíram a imprensa como espaço estratégico que simultaneamente cria Cabo Verde e os cabo-verdianos como o público ao qual se dirige, como objecto de apelo e por quem se intercede, e define os letrados como mediadores por excelência, não mais de uma comunidade particular, mas para o conjunto das ilhas como localidade diante do império português.”⁸⁹

Este período foi influenciado, a nível estético e temático, pelo Neoclassicismo, pelo Parnasianismo, pelo Romantismo e pelo Ultra-romantismo, a que alguns dos autores acederam através da formação no Seminário de S. Nicolau. Os seus autores recorriam a

⁸⁷Manuel Brito Semedo divide a literatura cabo-verdiana em três períodos: Cabo-verdianismo (1842-1936); Cabo-verdianidade (1936-1975) Universalismo (de 1975 à actualidade).

T. T. Tiofe também apresentou uma hipótese de periodização da literatura cabo-verdiana, baseada na revista *Claridade*, tendo apresentado quatro períodos: Prospeção e Identificação da Caboverdianidade (1936 a 1956), Período de Desencanto Social (1950 a 1962), Período de Cantalutismo (1963-1975) e o período Actual.

Nessa linha de pensamento, há outros autores, como Benjamim Abdala Júnior, que considera que essa literatura pode ser dividida em dois períodos: antes e depois da *Claridade*. (1930-1960).

⁸⁸Segundo a periodização apresentada por Manuel Brito Semedo, este período corresponde ao primeiro período da literatura cabo-verdiana: *Cabo-verdianismo*. Engloba toda a produção literária feita entre 1842 a 1936. Recebeu essa denominação por afinidade com o africanismo. Não se tematizou a realidade do arquipélago, mas marcou-se o início da escrita em língua crioula e o início de uma consciência da realidade das ilhas. Subdivide-se em duas fases: *Primórdios* – compreende o surgimento da imprensa e o lançamento das bases da literatura cabo-verdiana – e *Crioulidade* – inicia-se a valorização da língua crioula, por Pedro Cardoso, Eugénio Tavares, e outros. Este período inclui portanto os três primeiros apresentados por Pires Laranjeira. Pode ainda corresponder ao período *Pré-Claridoso* (1842 – 1935).

⁸⁹ANJOS, José Carlos Gomes dos, *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*, Praia, INIPC, 2002, p. 60.

influências literárias, retóricas e temáticas portuguesas e europeias porque, geralmente, usufruíam de um *modus vivendi* distinto do povo e porque consideravam que dessa forma a sua obra se tornaria mais relevante. Essa realidade moldou-lhes a sua personalidade, a par de informações e comunicações que objectivavam a massificação da ideologia colonialista, não inviabilizando, no entanto, a sua luta pela afirmação do nacionalismo. Amílcar Cabral considerou que:

“Melhor, é a própria condição económica em que vivem que facilita aquele alheamento das realidades caboverdianas. A terra e o povo estão distantes. Este, nas letras da Morna, canta os seus sofrimentos e amores, enquanto os Poetas compõem sonetos perfeitos, para exaltar um sentimento qualquer, as tranças e os olhos da hegéria, as belezas da Grécia ou uma data célebre, da História.”⁹⁰

Neste período surgiram os primeiros prosadores e poetas que disseminaram os seus textos no *Almanach de Lembranças Luso-brasileiro*⁹¹ e no *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*. Em 1894, foi publicado na ilha de S. Nicolau, por influxo do já referido *Almanach de Lembranças Luso-brasileiro*, principal meio de divulgação dos novos talentos literários na África Lusófona, o *Almanach Luso-africano*, sob a direcção do Cónego António Manuel da Costa Teixeira. Segundo Manuel Lopes, o *Almanach de Lembranças Luso-brasileiro* era “uma espécie de tábua de salvação na sua precariedade e isolamento atlântico, enfim, uma oportunidade que se oferecia para ultrapassar os limites dessa precariedade e vencer o isolamento.”⁹²

Esse *Almanach Luso-africano* tinha o programa de “Instruir, educar e recrear” e, de acordo com a “carta de apresentação”, de:

“difundir e fazer propagar a instrução prática; criar, fomentar e desenvolver o gosto pela literatura recreativa, modelada pelos mais puros e seguros princípios de vernaculidade e do bom gosto, do civismo e da boa educação, deixando tomar rasgado voo o talentoso espírito do africano; dar a conhecer lá fora, com a máxima fidelidade histórica e são critério, o que há por estas tão vastas como ricas Colónias, em que crêmos ver a prosperidade de Portugal, e o que é necessário fazer para que se dê prosperidade, que será ao

⁹⁰ CABRAL, Amílcar, “Apontamentos Sobre Poesia Cabo-verdiana”, pp. 6-7.

⁹¹ O *Almanach de Lembranças Luso-brasileiro* foi publicado em Lisboa entre 1851 e 1932 para todos os países de língua portuguesa. Segundo Alberto Carvalho: “pela abundante colaboração que inclui de autores cabo-verdianos, deverá ser visto como tribuna única de recurso, ao mesmo tempo que privilegiada, visto ter sido vasto o campo que cobriu. [...]” CARVALHO, Alberto, *A Ficção de Baltasar Lopes: contributo para a originalidade da literatura-cabo-verdiana*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988, pp. 69-70.

⁹² “Manuel Lopes”, in LABAN, Michel, *Cabo Verde: encontro*, p. 79.

mesmo tempo recíproca, estreitando-se cada vez mais o laço cinco vezes secular que tão gloriosamente nos une à Metrópole, cuja atenção rasgadamente protectora se deve pronunciar sem receio, e exercer de vez.”⁹³

Muitos dos autores desse período são considerados cabo-verdianos apenas por nascimento porque a sua educação europeizada os fez escrever sobre temáticas não nacionais. No entanto, João Augusto Martins e Cristiano José de Senna Barcelos, apesar de terem vivido em Portugal e de terem escrito em português, foram fiéis às suas origens. O primeiro, jornalista e médico, debruçou-se sobre assuntos locais na obra *Madeira, Cabo Verde e Guiné* e escreveu artigos soltos e narrativas. O segundo, nascido na ilha da Brava, e oficial da Armada, popularizou-se na abordagem da história das ilhas, através das publicações *Subsídios Para a História de Cabo Verde e Guiné* e na publicação de algumas monografias.

O aumento do número de leitores e de intelectuais em consequência do ensino implementado nas ilhas incentivou, desde finais do século XIX, algumas publicações periódicas, embora, por vezes, irregulares, como: *Independente* (1877), *Correio de Cabo Verde* (1879), *O Eco de Cabo Verde* (1880), *O Protesto* (1883), *Revista de Cabo Verde* (1899), *Vasco da Gama* (1924). Destacamos a *Revista de Cabo Verde* que, sob a direcção de Luís Loff de Vasconcellos, acolheu textos dos principais autores cabo-verdianos da época, sobretudo Eugénio Tavares e José Lopes, que se debruçaram sobre algumas questões do arquipélago e reclamaram soluções para as ilhas.

Luís Loff de Vasconcellos procurou renovar o espírito nacionalista, como se pode confirmar na seguinte passagem:

“Inspirem-se nestes sentimentos os filhos de Cabo Verde, e aprendam estas virtudes que elevam o homem e realçam-lhe o carácter.

Saiam d’este [sic] entorpecimento que os avilta aos olhos dos estranhos! Envergonhem-se, ó homens de pouca fé, que outros de fora estejam a queimar cartuxos em proveito da vossa terra, e vós com um sorriso alvar bestial a contemplar este grandioso espectáculo com uma pacholice pachidermica. [sic]

Oh! Como é desconsolador, como é vergonhoso este quadro!

Dá vontade de morrer ver homens sem patriotismo, sem ideal, despidos de todos esses sentimentos de acção, que distinguem o homem da besta.

⁹³TEIXEIRA, António Manuel da Costa, “Carta de Apresentação”, in *Almanach Luso-africano*, Lisboa, Tipografia da Livraria Maria Pereira, 1894, p. 7.

Outro que não estivesse tão familiarizado [sic] com as luctas e contrariedades da vida, teria recuado e desistido do intento, pois na verdade retalha a alma vêr-se tanta indiferença, tanto desanimo [...].”⁹⁴

Nesta óptica revolucionária, Eugénio Tavares pediu coerência ao poder colonial uma vez que para cobrar aos cabo-verdianos o governo deveria dar-lhes alguns benefícios, tais como a instrução, o trabalho e a alimentação.⁹⁵ Esse grupo procurava intermediar um diálogo entre o povo e a administração colonial, visto que se encontrava em debate a discussão sobre a coisa pública. Esse facto marcou a produção literária do séc. XX, o que transformou o espaço público num lugar de negociação entre o mestiço e o branco da administração. Por essa razão, José Carlos dos Anjos afirma que:

“Desenha-se um perfil de personalidade exemplar para a intermediação entre administração e o povo. Esta personalidade exemplar é daquele que, estando em meio à província mestiça, não teme a administração, e o povo. Esta personalidade exemplar é daquele que, estando em meio à província mestiça, não teme a administração, é capaz de questionar suas injustiças, a fome e a ignorância. Mediador, ele é aquele que, inserido na província, conclama a mocidade, fala sua língua, serve-lhe de exemplo. Assim, projecta-se um espaço entre uma administração repressiva e ausente e a população, em grande parte miserável. Ao conclamar a mocidade a ocupar esse espaço vazio de políticas como mediadora entre a província mestiça e a administração vinda de fora, da metrópole.”⁹⁶

Foi neste período que se encetou a valorização da língua crioula, como língua literária, por autores como Pedro Monteiro Cardoso (Fogo, 1883-1942), Eugénio Tavares (Brava, 1861-1930) e o Cônego A. da Costa Teixeira. Eugénio Tavares comunicou com intelectuais que o aproximaram da cultura clássica, o que explica a sua admiração pela poesia portuguesa. Verificam-se na sua obra analogias e reflexos da poesia camoniana, na construção poética amorosa e na tradução para a língua crioula do poema “Endechas a Bárbara Escrava”.⁹⁷ Sabe-se, ainda, que foi um grande apreciador da poesia de João de

⁹⁴VASCONCELLOS, Luís Loff de “Factos”, in *Revista de Cabo Verde*, S. Vicente, Nº 11 (Ag. 1899), p. 1

⁹⁵Segundo Eugénio Tavares: “Dê-se-lhes instrução e, depois, exija-se-lhes responsabilidades moraes. Faculta-se-lhes trabalho, dê-se-lhes pão e, depois, exija-se-lhes contribuições. Antes não, que se lhes fornece motivos, e elles analfabetos, de nos chamarem imbecis, a nós sabichões. Antes não, que, dos farrapos com que se cobrem, não se faz dinheiro com que pagar ao estado; que o sôro ignóbil que a fome lhes injecta não é sangue que se derrame em prol da pátria.” TAVARES, Eugénio “A Revista”, in *Revista de Cabo Verde*, S. Vicente, Nº2 (Fev. 1899), p. 38.

⁹⁶ANJOS, José Carlos Gomes dos, *Intelectuais, Literatura e Poder*, p. 72.

⁹⁷Quêl bonita scrába, / Qui teném câtibo, / Pamô n´dal nha bida / Cá crê pan stâ bibo. / Tê hoje n´c ôlhâ rósa / Num môta berdinho, / Qui mé na nha olho / Parcém más sabinho. // Nim ramo na campo, / Nim strella na ceu, / N´ta áchâ tam frumóz / Cumâ nha crê cheu. / Rôsto só di sel, / Olho madornádo, / Preto, stancadinho, /

Deus, poeta do Ultra-romantismo e dos primórdios do Realismo português, de quem também traduziu o poema “Engeitadinha”⁹⁸ e a quem dedicou o seu livro *Mornas: cantigas crioulas*, que passamos a transcrever:

“Ao altíssimo espírito de João de Deus

Pois que o plectro de João de Deus, luzeiro do íbero lirismo, é a asa das nossas inspirações, e é o fogo sagrado de nossos altares; dos que cantam e dos que sofrem; dos que amam e dos que ardem no culto da Raça glorificada na serena magestade do Génio; penso que, de mal, poucos me alvejarão porque ousou abrir este pequeno florilégio de cantigas crioulas com a chave de oiro duma versão, no dialecto que se fala ilha Brava, da “Engeitadinha”, do grande lírico.

De joelhos sobre o moimento de João de Deus (menos para ser visto que para me sentir no dever do meu culto), deponho este pobre rosário de canções, que, em verdade, à secura do papel, pouco trazem do aroma e da cor com que desabrocham, como um sangue vivo de cravos e de rosas, nas bocas das raparigas da minha terra, que com tanto amor – única honra minha – as decoram e cantam.”⁹⁹

A obra que mais marcou este período foi o romance *O Escravo* (Lisboa, 1856), de José Evaristo de Almeida, por ser a primeira a ser publicada no arquipélago e também por tratar uma temática que era difícil e incómoda. Além de ser a primeira obra produzida no arquipélago, do seu autor sabe-se apenas que nasceu em Portugal no século XIX e morreu na Guiné-Bissau, no século XX. É de salientar, ainda, que este período ficou marcado pela publicação de dois poemários: *Amor Que Salva e Mal de Amor: coroa de espinhos* (1916), por Eugénio Tavares. Destacou-se também o poema “Ode a África” (1921), de Pedro Cardoso, e o jornal *Manduco* (1923-1924), fundado e dirigido pelo referido autor. Esse jornal teve trinta e sete números publicados e o seu fundador escreveu cerca de trinta e três crónicas de intervenção política e cívica. Pedro Cardoso valorizou uma poética popular, o folclore das ilhas, e revelou sensibilidade para os problemas de Cabo Verde, através de sátiras e canções genuinamente populares, reproduzindo uma aproximação entre a poesia popular do arquipélago e a portuguesa.

Má sem ser misiádo. // [...] // Arindo dó mádo / Qui ta mansâ mar: / Infim n’el scançâ / Tudo nha pêzár. / Es ê quel cátiba / Qui teném cátipo; / N’pô n’está bébé n’el / N’al lidâ n’está bibo.” TAVARES, Eugénio, *Mornas: cantigas crioulas*, 2.^a ed., Luanda, Liga dos Amigos, 1969, pp.73-74.

⁹⁸“– Cusa é bo tem, nha figinho? /– N tem fome, a má’n tem friu. /– Mas, bô sô na es caminho, / – Mã passo sem sarrâ pena, /– Que já escapâ de sê ninho!... /– Nha fiço, bo ca tem Mai? / – Na nha bida’n ca conchel... / – Desde que’n necê’n perdel... / – Parcê’n ma’n ca temba Mai... / – Bô é mas feliz que mi, / – Que temba de meu, e el morré...” *Idem*, p. 29.

⁹⁹*Idem*, p. 25.

É de realçar que, além do romancista José Evaristo de Almeida, do jornalista e poeta Eugénio Tavares e do prosador e poeta Pedro Monteiro Cardoso, também se destacaram: Antónia Gertrudes Pusich Amado (S. Nicolau, 1805-1883), poeta e prosadora, autora de uma obra com um longo título: *Elegia à Morte das Infelizes Vítimas Assassinadas por Francisco de Matos Lobo, na Noute de 25 de Julho de 1841*. A escritora foi a primeira autora ultramarina que publicou poemas no *Almanach de Lembranças* e a primeira mulher a exercer a profissão de jornalista em Portugal.

Devem referir-se ainda os prosadores e poetas Guilherme da Cunha Dantas (Brava, 1849-1888), Joaquim Augusto Barreto (Brava, 1854-1878); os poetas Luís Medina e Vasconcelos (Praia, 1855-1891); José Lopes da Silva (S. Nicolau, 1872-1962); Januário Leite (Santo Antão, 1865-1930); as poetisas Gertrudes Ferreira Lima, “humilde camponesa” (Santo Antão, 18??-1915), Maria Luiza de Senna Barcellos “a Africana” (Brava 18?? -1893), e outros.

O segundo período, denominado *Hesperitano*, decorreu de 1926 a 1935. Recebeu esse nome por analogia a um mito homónimo que se ensinava no Seminário de S. Nicolau (1866-1928). Segundo uma ideia mitológica proveniente da Antiguidade Clássica, as ilhas de Cabo Verde correspondiam às ilhas arsinárias, do cabo Arsinário, um nome de um cabo referido na obra de Estrabão. Pires Laranjeira entende que a sua criação se deve à necessidade de os poetas fugirem “à limitação da pátria portuguesa”:

“Os poetas criaram o mito poético para escaparem idealmente à limitação da pátria portuguesa, exterior ao sentimento ou desejo de uma pátria interna, íntima, simbolicamente representada pela lenda da Atlântida, de que resultou também o nome de *atlantismo hesperitano*, por oposição ao continentalismo africano e europeu. Anote-se que a primeira opção para o nome da revista *Claridade*, avançada por Jaime de Figueiredo, chegou a *ser Atlântida*.”¹⁰⁰

Ana Margarida S. Rodrigues justifica a sua criação referindo que as comunidades que tinham uma consciência étnica consolidada, como a cabo-verdiana, ganharam uma nova forma de valorizar a sua identidade, através do preenchimento de um “vazio” que Alberto Carvalho considera incómodo, como se nota na seguinte passagem:

“No plano literário um passado mítico fundador da nação cabo-verdiana e anterior à chegada dos portugueses que, pelas afinidades com o mundo clássico, dignificava a génese do mundo insular, preenchendo, deste modo, o vazio que,

¹⁰⁰LARANJEIRA, Pires, *Literaturas Africanas de Expressão*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p. 181.

segundo A. Carvalho, será incómodo para qualquer comunidade com consciência étnica.”¹⁰¹

Durante esse período, esses jovens escritores evidenciaram um certo desenraizamento em relação aos problemas vivenciais das ilhas. Não se pode, no entanto, afirmar com toda a clareza que esses mesmos autores estivessem totalmente esquecidos da sua realidade, dada uma certa preocupação que tiveram em transmitir alguns aspectos sociais e históricos das ilhas. Aliás, Manuel Ferreira acha injusto considerar que essa literatura tinha um “desenraizamento total”:

“E não nos podemos esquecer que será injusto classificar essa literatura de desenraizamento total, embora essa seja a dominância da sua característica. Mas, nela também, já se encontram os indícios de preocupações sociais, de orientação para o real cabo-verdiano, embora timidamente e dum ponto de vista naturalista e inclusive, através de um tema que esteve muito em foco na poética de José Lopes e Pedro Cardoso: aquilo a que chamamos o mito hesperitano ou arsinário, surgido a partir da lenda de Platão sobre a origem da Atlântida, continente de que fariam parte as ilhas de Cabo Verde. Esse recuo aos tempos míticos, essa fuga para a hipotética origem de Cabo Verde, não é mais do que a necessidade de exprimir textualmente uma identidade comum e original que eles não encontrariam em relação a Portugal.”¹⁰²

Note-se como curiosidade que Jaime de Figueiredo propôs o nome de Atlântida para a revista que mais tarde se veio a intitular *Claridade*. Rejeitada a sua sugestão, afastou-se do grupo e do projecto sem colaborar nele. Neste período destacaram-se outras obras e publicações, como: *Jardim das Hespérides* (1926), *Hespérides* (1930), *Folclore Cabo-verdiano* (1932), de Pedro Monteiro Cardoso; *Revista Hespérides* (1927), dirigida por mulheres da Praia; *Hesperitanas* (1929) e *Jardim das Hespérides* (1929), de José Lopes da Silva; *Mornas: cantigas crioulas* (1932), de Eugénio Tavares, *Arquipélago* (1935), de Jorge Vera Cruz Barbosa e alguns poemas de Pedro Corsino de Azevedo¹⁰³ que fizeram a ligação ao movimento claridoso.

¹⁰¹ RODRIGUES, Ana Margarida Salgueiro, “Mitos Revisitados: origens insulares na literatura cabo-verdiana, in *Isleña: temas culturais das sociedades insulares*, Funchal, N.º 39 (Jul. -Dez. 2006), p. 126.

¹⁰² “Manuel Ferreira”, in LABAN, Michel, *Cabo Verde: encontro*, pp. 104-105.

¹⁰³ Destacamos este autor por ter conquistado uma certa notabilidade literária em pouco tempo, e com poucos poemas. Morreu com apenas 37 anos, vítima de tuberculose.

O terceiro período, *Claridoso/Cabo-verdianidade*¹⁰⁴/*Modernidade*, iniciou-se com a publicação do primeiro número da revista *Claridade*, em Março de 1936, e findou com a sua última edição em 1960. Foi influenciado, a nível estético e formal, pelo segundo Modernismo Português (1927-1940), encabeçado pela revista *Presença*, e a nível temático pelo Modernismo Brasileiro e numa fase posterior pelo Neo-realismo, conforme refere Manuel Brito Semedo:

“Os aspectos estético-formais que predominam neste período são os mesmos dos do Modernismo Português (1927-1940) e Brasileiro, com temáticas próprias do Realismo por influência do modelo brasileiro (entre 1930 e 1945/50, *grosso modo*), e do Neo-realismo, seguindo o modelo português (1940-1950).”¹⁰⁵

Embora este período se tenha desenvolvido numa conjuntura socio-política de imensa agitação a nível mundial, a literatura cabo-verdiana adoptou uma abordagem consciente das raízes crioulas, o que motivou os intelectuais que combateram pela independência nacional, liderada pelo PAIGC (Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde), sob a liderança de Amílcar Cabral. Detentores de uma cultura, literatura e hábitos próprios, defenderam a insubmissão ao regime colonial que, mesmo em contextos calamitosos, não resolvia as agruras das ilhas e inviabilizava qualquer esforço para a sua projecção, a nível internacional. Assim, José Carlos Venâncio referiu que:

“Com esses jovens, certamente por impulso de Amílcar Cabral, o rumo da cabo-verdianidade, enquanto interpretação do destino cabo-verdiano, começa a passar por África, pelo continente africano. Consequentemente ganha expressividade a dualidade entre a tradição estético-política inaugurada pelos “claridosos” e, de certa forma, continuada pelos da “geração de 40”, e a posição da “geração de 50”, no fim, a “geração nacionalista”, como referi, vindo muitos seus elementos a integrar as fileiras do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde – PAIGC, o movimento que conduziu, quase que exclusivamente, a luta de libertação nos dois países.”¹⁰⁶

¹⁰⁴Tendo em conta o modelo de periodização apresentado por Manuel Brito Semedo, este período corresponde ao segundo período e denomina-se de *Cabo-verdianidade* (1936-1975). Engloba toda a produção literária feita entre 1936, ano de publicação da *Claridade*, e 1975, ano da independência do país. Encontramos as fases do *Regionalismo*, surgido com a publicação da revista *Claridade*, e do *Nacionalismo*, em que a literatura passou a ser usada como arma de combate na construção de uma pátria nova e independente, tendo destacado os nomes: Onésimo Silveira, Gabriel Mariano, Ovídio Martins, Aguinaldo Fonseca, e outros.) Recebeu influências estético-formal do segundo modernismo e do neo-realismo português e do modernismo brasileiro.

¹⁰⁵SEMEDO, Manuel Brito, *A Construção da Identidade Nacional*, p. 186.

¹⁰⁶VENÂNCIO, Carlos José, “Relendo Gilberto Freyre: o contexto do romance *Os Dois Irmãos de Germano Almeida*”, in <http://nmnt.fgf.org.br/artigos/relendo.html>, p. 9.

A designação “claridoso” provém da revista *Claridade*. No que concerne ao termo cabo-verdianidade, devemos referir que resultou da importância que os escritores atribuíram à realidade cabo-verdiana, sobretudo à cultura e aos dramas do quotidiano. Por outras palavras, cabo-verdianidade, a nosso ver, designa a vontade dos escritores de se inspirarem nos costumes e nos valores da música e da culinária, que faziam parte da vida e da cultura nacional. Ainda segundo Manuel Brito Semedo:

“Aplica-se [neste período] o conceito de cabo-verdianidade por semelhança aos de africanidade, angolanidade e moçambicanidade, no contexto de África, Angola e Moçambique, respectivamente, porque o enunciado dos textos produzidos já reflecte o real cabo-verdiano e aquilo que o identifica, e ao mesmo tempo o distingue, socio-culturalmente como povo. O início deste novo período é marcado pelo surgimento da revista *Claridade – revista de arte e letras* (S. Vicente, 1936-1960), cujo nome passou a designar uma geração de escritores e uma nova forma de fazer literatura.”¹⁰⁷

A publicação da *Claridade*, feita em duas fases, marcou um ponto de viragem na literatura cabo-verdiana, ao impulsionar uma grande produção literária de cariz social e etnográfico, onde se evidenciaram as temáticas da seca, da fome, da emigração, da insularidade. Aquando da interrupção da sua publicação, foi editada a revista *Certeza: folha de academia*, em 1944, na cidade do Mindelo, pela Sociedade de Tipografia e Publicidade. Influenciada pelo Neo-realismo Português, refira-se que Manuel Ferreira, apesar de ser português, foi o seu principal dinamizador, tendo, ainda, assumido que foi ele quem deu a conhecer aos seus colaboradores a ideologia marxista:

“E, ao longo dessas décadas, foram surgindo outras revistas, como a *Certeza* – fortemente influenciada pelo neo-realismo português – e, sobre o seu nascimento, nos sentimos de algum modo responsáveis, porque fomos nós que levámos a esses moços o sopro de uma nova ideologia para eles: o marxismo.”¹⁰⁸

O seu director foi Eduíno Brito Silva. Os seus colaboradores, alunos de liceu, onde se destacaram António Nunes, Arnaldo França, Nuno Miranda¹⁰⁹, Orlanda Amarílis, Teixeira

¹⁰⁷ SEMEDO, Manuel Brito, *A Construção da Identidade Nacional*, p. 186.

¹⁰⁸ “Manuel Ferreira”, in LABAN, Michel, *Cabo Verde: encontro*, p. 106.

¹⁰⁹ Segundo Manuel Ferreira: “Nuno Miranda, elemento destacado do grupo, veio no entanto primeiro cauteloso, depois ostensivamente a renegar todas essas raízes, em manifesta oposição aos interesses da sua gente, impossibilitado, assim, de se realizar de harmonia com o escritor que poderia ter sido”. FERREIRA, Manuel, *Aventura Crioula*, Lisboa, Edições Plátano, 1973, p. 267.

de Sousa, Silvestre Faria, Tomás Martins, Guilherme Rocheteau, Filinto Meneses, combateram a aceitação de convenções sociais dominantes.

Quando foi publicada, António Nunes residia em Lisboa, onde teve a oportunidade de participar na tertúlia neo-realista¹¹⁰ que, no início, funcionava na cave do Café Portugal, tendo também funcionado no Café Chiado e no Café Paladium. Essa participação permitiu-lhe conviver com Manuel da Fonseca, Henrique Teixeira de Sousa, Alves Redol, Manuel Paiva, Soeiro Pereira Gomes, Armindo Rodrigues, Armando Ventura Ferreira, Carlos Alberto Lança, Francisco José Tenreiro, Manuel Campos Lima, Mário Dionísio, Sidónio Muralha, Eugénio de Andrade, Alexandre Cabral, e outros. A partir dessa convivência com intelectuais neo-realistas, publicou o “Poema de Amanhã”, no número dois da revista *Certeza*:

“Mamã! / sonho que, um dia, / em vez de campos sem nada, / do êxodo das gentes nos anos de estiagem / deixando terras, deixando enxadas, deixando tudo, / das casas de pedra solta fumegando do alto, / dos meninos espantalhos atirando fundas, / das lágrimas vertidas por aqueles que partem / e dos sonhos, aflorando, quando um barco passa, / dos gritos e maldições, dos ódios e vinganças, / dos braços musculados que se quedam inertes, / dos que estendem as mãos, / dos que olham sem esperanças o dia que há-de vir; // – Mamã! / [...] / E, então, / o barulho das máquinas cortando, / águas correndo por levadas enormes, / plantas a apontar, / trapiches pilando, / cheiro de melaço estonteando, quente, / revigorando os sonhos e remoçando as ânsias / novas seivas brotarão da terra dura e seca!...”¹¹¹

Trata-se de um texto que, apesar da sua cabo-verdianidade, não retratou de modo sistemático as vivências cabo-verdianas, no entender de Manuel Ferreira:

“Apesar da cabo-verdianidade deste poema, de um modo geral a poesia do grupo de *Certeza*, muito próxima da poesia neo-realista metropolitana coeva, não se caracterizou, no entanto, por uma sistemática penetração nas vivências crioulas, tocando aqui e ali o fenómeno da insularidade, da evasão, mas num tom muito chegado ao tom de Jorge Barbosa.”¹¹²

¹¹⁰Foi introduzido nessa tertúlia por Henrique Teixeira de Sousa. Segundo este autor, António Nunes “Aparecia aos sábados por não poder dispor das restantes tardes da semana. Acompanhou assim a tertúlia ao longo de alguns anos, até adoecer e falecer, desde o Café Portugal ao Café Chiado e ao Café Paladium, por onde fomos rodando por causa da PIDE. ANTÓNIO NUNES: testemunho de H. Teixeira de Sousa, in NUNES, António (Manuel Ferreira dir., org. e or.), *Poemas de Longe*, 2.^a ed., Linda-a-Velha, ALAC, 1988, p., 12.

¹¹¹NUNES, António, “Poema de Amanhã”, in *op. cit.*, pp. 53-54.

¹¹²FERREIRA, Manuel, *Aventura Crioula*, p. 265.

Com dois números publicados, de aproximadamente vinte páginas cada, e com um terceiro número censurado, os redactores da *Certeza* acederam ao neo-realismo português através do já conhecido sistema de empréstimo muito em voga entre os jovens da *Claridade*. Leram autores como Mário Dionísio, João José Cochofel, Carlos de Oliveira, Alves Redol, Joaquim Namorado, Fernando Namora e, ainda, números atrasados de *O Sol Nascente*, *O Diabo*, *Vértice*. Arnaldo França afirma o seguinte:

“A força catalisadora veio de fora. Pela mão do escritor Manuel Ferreira, ao tempo expedicionário em S. Vicente, os escritores neo-realistas portugueses chegaram até nós com a força da sua mensagem – mensagem é uma palavra característica desses tempos heróicos.”¹¹³

Essa revista incluía ficção, poesia, notas, críticas e comentários. Apresentava algumas diferenças em relação à revista que a antecedeu, razão pela qual José Carlos Venâncio defende que “*Certeza* afastou-se do grupo da *Claridade* ao posicionar-se, mesmo que timidamente, como anti-evasiosionista, o topos que, mais tarde, se constituirá como uma das bandeiras da “geração de 50”, a “geração nacionalista”.¹¹⁴

Iniciou-se ainda neste período, em 1949, a publicação da revista *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, que se prolongou até ao período seguinte, ao ter o último número editado em 1965. Conheceu uma nova fase, no dia 1 de Outubro de 1962, ao ser publicada com o subtítulo *Boletim Documental e de Cultura*. Foi publicada pela Imprensa Nacional e teve como director e principal dinamizador Bento Levy.

Embora fosse uma publicação oficial, congregou textos literários de quase todos os autores cabo-verdianos e de alguns autores portugueses, como Manuel Ferreira e Alfredo Margarido. Inserido nela, foi publicado o primeiro número do *Suplemento Cultural: suplemento de Cabo Verde*, no dia 1 de Outubro 1958, em Lisboa, sendo que teve um segundo número censurado. Os seus colaboradores foram Gabriel Mariano, Aguinaldo Fonseca, Francisco Lopes, Ovídio Martins, Terêncio Anahory, Onésimo Silveira, Yolanda Morazzo, Jorge Pedro, Virgílio Pires, entre outros. Esses jovens absorveram atributos literários e culturais nos intelectuais que os antecederam.

Uma grande parte desses intelectuais, como Aguinaldo Fonseca, Ovídio Martins e Gabriel Mariano, escreveu uma poesia de feição neo-realista, o que constituiu, segundo

¹¹³FRANÇA, Arnaldo, *Notas Sobre Poesia e Ficção Cabo-verdianas*, Praia, 1962, p. 20.

¹¹⁴VENÂNCIO, Carlos José, “Relendo Gilberto Freyre: o contexto do romance *Os Dois Irmãos de Germano Almeida*”, in <http://nmnt.fgf.org.br/artigos/relendo.htm> 9.

Pires Laranjeira, “uma ponte-pênsil entre os neo-realistas e o engajamento em formas frontais de um discurso independentista”,¹¹⁵ outorgando uma nova matiz à sua escrita, onde o grito contra a alienação e o protesto serviram de estandarte. O poema “Nada nos Separa”, de Gabriel Mariano ilustra a posição do seu grupo:

“Quem tem palavras para ouvir / que ouça. / Quem tem comida para comer / Coma // Eu, por mim, / devolverei ao mar / os sonhos verdes / que me fez sonhar. // Não, amigos, já vos disse não! / Mais uma vez minha resposta é / Não! / Não insistam! / mais! / Que me importa o doce / que só a mim me dais? / Nada me separa dos meus companheiros”¹¹⁶

Ovídio Martins é outra voz importante dessa geração, como podemos ver no poema “Flagelados do Vento Leste”:

“Nós somos os flagelados do Vento-Leste! / A nosso favor / não houve campanhas de solidariedade / não se abriram os lares para nos abrigar / e não houve braços estendidos fraternalmente / para nós // Somos os flagelados do Vento-Leste! // O mar transmitiu-nos a sua perseverança / Aprendemos com o vento a bailar na desgraça / As cabras ensinaram-nos a comer pedras / para não perecermos / Nós somos os Flagelados do Vento-Leste!”¹¹⁷

Onésimo Silveira foi também um poeta com uma preocupação contestatária, como se pode ler em “Poema”:

“Para quê chorar / Se as suas mãos são limpas / A sua culpa inocente / E a mudez das suas vozes / Bandeiras desfraldadas? // Chorar só porque levam / A esperança amachucada / Na sua mala de contratados; / Chorar só porque eles choram / Como choram os meninos sem pão / – Não, não vale a pena chorar // [...]”¹¹⁸

A publicação desse suplemento cultural desencadeou a discussão sobre o assumir da Negritude no arquipélago. Embora tenha sido publicado neste período, a sua ideologia enquadra-se melhor no período seguinte. Nessa óptica, destacamos também o artigo *Negritude e Caboverdianidade*, de Gabriel Mariano, publicado em 1958. Um ano depois, em 1959, foi publicado *O Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes*, tendo como colaboradores Onésimo Silveira, Felisberto Vieira Lopes, Corsino Fortes, Rolando Vera Cruz Martins. Teve um único número, mas projectou na esfera literária cabo-verdiana

¹¹⁵LARANJEIRA, Pires, *Literaturas Africanas de Expressão* p. 183.

¹¹⁶MARIANO, Gabriel, “Nada nos Separa”, in FERREIRA, Manuel (org., sel., pref. e notas), *No Reino de Caliban*, vol. I, Lisboa, Seara Nova, 1975, pp. 168-169.

¹¹⁷MARTINS, Ovídio, “Flagelados do Vento Leste”, in *op. cit.*, p. 180.

¹¹⁸SILVEIRA, Onésimo, “Poema”, in *op. cit.*, p. 188.

autores como Onésimo Silveira, que nessa época não era aluno desse liceu e se encontrava a trabalhar em S. Tomé, e Corsino Fortes.

Foi editada, ainda, uma sequência de publicações que se revelaram importantes, nomeadamente: *Ambiente* (1941), de Jorge Barbosa; *Poemas de Longe* (1945), de António Nunes; *Poemas de Quem Ficou* (1949), *O Galo que Cantou na Baía* (1959) e *Os Flagelados de Vento Leste* (1960), de Manuel Lopes; *Dragão e Eu* (1945), de Henrique Teixeira de Sousa; *Memórias e Reflexões* (1947), de Juvenal Cabral; *Chiquinho* (1947), de Baltasar Lopes; *Morna* (1948), de Manuel Ferreira; *Lírios e Cravos* (1951), de Pedro Cardoso; *Linha do Horizonte* (1951), de Aguinaldo Fonseca; *Alma Arsinária* (1952), de José Lopes; *Caderno de Um Ilhéu* (1956), de Jorge Barbosa; *Chuva Braba* (1956), de Manuel Lopes; *Pródica* (1956) e *Enterro de Nha Candinha Sena* (1957), de António Aurélio Gonçalves;

Destes escritores, Baltasar Lopes e Jorge Barbosa merecem destaque por terem publicado também textos em revistas portuguesas, como *Descobrimento*, *Presença*, *Seara Nova*.

Prosseguindo no que se refere à periodização da literatura cabo-verdiana, o quarto período, denominado *Cabo-verdianitude*, decorreu entre 1960 a 1965, e caracterizou-se pela abordagem de conteúdos locais, telúricos, políticos e vernáculos em obras como: *Poemas Cabo-verdianos* (1960), de Teobaldo Virgíneo; *Toda a Gente Fala Sim Senhor* (1960) e *Hora Grande* (1962), de Onésimo Silveira; *Famintos* (1962), de Luís Romano; *Caminhada* (1962), de Ovídio Martins.

Este período ficou marcado pela oposição face às temáticas tratadas pelo seu antecedente, sobretudo a evasão. Augurou, particularmente na poesia, uma mutação temática com a assunção de uma abordagem reivindicativa e a conquista da consciência de novos valores. Na poesia notabilizou-se Ovídio Martins, com a antologia *Caminhada*, conjunto de poemas em crioulo e em português, mas foi apreendida pela PIDE. No ensaio deve referir-se Onésimo Silveira com o artigo *Consciencialização na Literatura Caboverdiana*, onde criticou a literatura concebida no período anterior, principalmente a evasão, uma temática que se reporta à vontade de emigrar presente em quase todos os cabo-verdianos. Assim, segundo Onésimo Silveira:

“ Focando o drama da evasão, a dualidade «querer partir e ter que ficar» ou «querer ficar e ter que partir» – conforme a filosofia evasãoista de cada um – acabaram por simplificar, arbitrariamente, este complexo problema e por

oferecer uma imagem estereotipada do homem caboverdiano, renunciando conscientemente a buscar as raízes psicológicas e sociais do facto emigratório.

Propondo-se exprimir essa situação, faltou no entanto aos claridosos o verdadeiro sentido do povo, isto é, aquele grau de comunhão emocional e intelectual que leva espontaneamente à identificação da consciência individual do escritor com a consciência colectiva das massas. [...].”¹¹⁹

Os obreiros da *Claridade* não subscreveram as afirmações do autor, o que fez com que Baltasar Lopes afirmasse que: “a revista, como veículo do pensamento do grupo que a lançou, assumiu uma importância e um papel de ordem não apenas literária mas também política, que em várias oportunidades e por diversos autores foram reconhecidos.[...].”¹²⁰

Elsa Rodrigues dos Santos defendeu a revista *Claridade*, chamando a atenção de Onésimo Silveira e aludindo ao facto de que o contexto político dos anos trinta era oposto ao dos anos sessenta e que nesse período se tinham publicado as obras mais revelantes dessa literatura. Ainda na opinião desta autora: “O seu erro foi querer ver os anos 30 à luz dos anos 60, esquecendo-se que dos claridosos saíram as obras mais importantes da literatura caboverdiana: *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, *Chuva Braba*, *Galo Cantou na Baía*, e *Flagelados do Vento Leste*, de Manuel Lopes [...].”¹²¹

Manuel Lopes, um outro rosto dessa revista e desse período, referiu que a evasão “não é o caso literário que alguns críticos, levianamente, fazem crer – é um imperativo económico, repito, um determinante da carência alimentar. Uma realidade sociológica. A nossa literatura, ao fim e ao cabo, reflecte, necessariamente, esse fenómeno.”¹²²

Apesar de o povo cabo-verdiano ser de raça negra e mestiça, os autores não citaram essa evidência, como ocorreu em outras literaturas africanas de língua portuguesa. Em 1953, o poeta santomense Francisco José Tenreiro empregou a designação “mestiço” pela primeira vez quando publicou, em Lisboa, com o angolano Mário Pinto de Andrade, acompanhados do pintor português António Domingos, a obra *O Caderno da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, onde foi dado à estampa o poema “Son Numero 6”¹²³,

¹¹⁹SILVEIRA, Onésimo, *Consciencialização na Literatura Caboverdiana*, Lisboa, Casa de Estudantes do Império, 1963, pp. 10-11.

¹²⁰“Depoimento de Baltasar Lopes e Manuel Lopes”, in FERREIRA, Manuel (org. coord. e dir.) *Claridade: revista de arte e letras*, 2ª ed., Linda-a-Velha, A.L.A.C., 1986, p. XIV.

¹²¹SANTOS, Elsa Rodrigues dos, *As Máscaras Poéticas*, p. 48.

¹²²“Manuel Lopes”, in LABAN, Michel, *Cabo Verde: encontro*, p. 65.

¹²³ “Yoruba soy, lloro en yoruba / lacumí. / Como soy Yoruba de Cuba, / quiero que hasta Cuba suba mi llanto Yoruba; / que suba el alegre llanto yoruba / que sale mi. // Yoruba soy, / cantando voy, / llorando estoy, / y cuando no soy yoruba, / soy congo, mandinga, carabalí. / Atiendan, amigos, mi son, que empiezo asi: // [...] // Salga el mulato / suelte el zapato, dígame el blanco que no se va: / de aqui no hoy nadie que se

do cubano Nicolas Guillén, a quem esse caderno de poesia é dedicado por se tratar de uma das vozes mais importantes da negritude hispano-americana.

Essa obra congregou textos santomenses (“Lá no Água Grande”, de Alda de Espírito Santo e “Coração em África” de Francisco José Tenreiro); angolanos (“Aspiração” e “Criar”, de Agostinho Neto, “Monangamba”, de António Jacinto, e “Mamã Negra”, de Viriato da Cruz) e moçambicanos (“Magaíça”, de Noémia de Sousa).

Destacaram-se ainda, nesse período, os dois últimos textos referenciados no período antecedente, *Suplemento Cultural* (Praia, 1958), *Negritude e Cabo-verdianidade* (1958) – ambos enquadrados no período anterior – e *Consciencialização na Literatura Caboverdiana* (1963), de Onésimo Silveira, ao terem revigorado as contestações contra o colonialismo português e ao terem defendido a africanidade da cultura cabo-verdiana. Quanto à negritude, convém destacarmos a publicação dos poemas “Mãe Negra”, e “Magia Negra”, feita por Aguinaldo Fonseca em 1952, em Lisboa. Esses autores adoptaram, com novidade, a denúncia contra a administração colonial, beneficiando das publicações de obra como *Famintos*, de Luís Romano, *Ti Lobo*, de Gabriel Mariano e *Migração*, de Pedro Duarte.

Nesse período surgiram outras publicações relevantes. No dia 25 de Maio de 1962 foi publicado *Seló: página dos novíssimos*, sob a organização de Rolando Vera Cruz Martins, Jorge Miranda Alfama e Osvaldo Osório. Por razões de sobrevivência, foi inserida no jornal *Notícias de Cabo Verde*, publicado na cidade do Mindelo. Os seus colaboradores foram Arménio Vieira, Jorge Miranda Alfama, Osvaldo Osório¹²⁴, Mário Fonseca, Maria Margarida Mascarenhas e Rolando Vera Cruz Martins.

Este suplemento manifestou uma certa sublevação dos seus colaboradores ao invocarem o patriotismo, a emancipação e, ainda, ao avocarem a cabo-verdianidade, a cabo-verdianitude e a criouldade, passando a literatura a ser utilizada como configuração reivindicativa de uma nação soberana. Nessa perspectiva, destacaram-se algumas obras,

separe; / [...]” GUILLÉN, Nicolas, “Son Numero 6”, in TENREIRO, Francisco e ANDRADE, Mário Pinto de, *Poesia Negra de Expressão Portuguesa* (Manuel Ferreira dir., org., e or.), Lisboa, África, 1982, pp. 55-57.

¹²⁴ Nas reflexões da sua abertura, Osvaldo Osório escreveu: “É facto que, em nenhum dos dois movimentos literários posteriores à Claridade – Certeza, Suplemento Cultural – há divórcio ideológico nem franca oposição à geração anterior: as estruturas sociais das Ilhas continuam sendo praticamente às mesmas; e a “Seló”, página dos novíssimos, hoje inserta no “Notícias de Cabo Verde” continuará a aflorar problemas e vivências do espírito “aqui” e no tempo a que este se concerne – quase condicionada, na sua expressão, pelos problemas cíclicos do homem caboverdeano. De modo que não vemos claramente uma transição global de ideias até aqui.” OSÓRIO, Osvaldo, “Reflexões”, in *Seló: página dos novíssimos*, N.º 1, (15 Mai. 1962), p. 1.

como *Clima* (1963), de Luís Romano; *Noti* (1964), de Kaoberdiano Dambará; *Doze Poemas de Circunstância* (1965), de Gabriel Mariano.¹²⁵

O quinto período, *Universalismo*,¹²⁶ compreendeu todas as produções feitas de 1966 a 1982. Tratando-se de um período que marca a transição de uma literatura inserida num período colonial para uma produzida no pós-independência, ficou marcado pelo conflito armado da independência de Guiné e Cabo Verde, iniciado em 1963, e das outras colónias portuguesas. Os seus principais representantes foram João Manuel Varela, que usava como pseudónimos João Vário e Timóteo Tio Tiofe, com as obras *Exemplo Geral* (1966), *Exemplo Relativo* (1968), *Exemplo Dúbio* (1975) e *O Primeiro Livro de Notcha*, através da adopção de uma escrita intimista, abstraccionista e cosmopolita. Na opinião de Pires Laranjeira, a obra *Exemplo Geral*, de João Vário (pseudónimo de João Manuel Varela):

“Com outro estilo (militante) inaugurou uma verdadeira era de cosmopolitismo na literatura cabo-verdiana, mesmo prolongando-se a publicação de obras da gaveta ou de recolha de dispersos ou o aparecimentos [sic] de outras ligadas a uma concepção regional-nacional, telúrica, castiça, social ou política.”¹²⁷

Destacaram-se, ainda, outras obras como *Voz de Prisão* (1971), de Manuel Ferreira; *Gritarei, Berrarei, Matarei. Não Vou para Pasárgada* (1973), de Ovídio Martins; *Caboverdeanamente Construção Meu Amor* (1975) e *O Cântico do Habitante* (1977), de Osvaldo Osório, todas elas dedicadas à luta anti-colonialista. Seguiram-se-lhes outras publicações, sendo que uma grande parte delas tinha sido escrita alguns anos antes: *Contra Mar e Vento* (1972) e *Ilhéu de Contenda* (1978), de Teixeira de Sousa; *Negrume (Lzimparin)* (1973), de Luís Romano; *Exemplo Dúbio* (1975), de João Vário; *O Primeiro Livro de Notcha* (1975), de Timóteo Tio Tiofe; *Vida e Morte de João Cabafume* (1976), de Gabriel Mariano; *Revista Raízes* (1977-1984), de Arnaldo França; *Poemas* (1981), de Arménio Vieira; *Cais-do-Sodré Té Salamansa* (1974) *Ilhéu dos Pássaros* (1982), de Orlanda Amarílis. Para Pires Laranjeira, este período culmina com:

¹²⁵Podemos incluir neste período um conjunto de poemas inéditos de Jorge Barbosa, que foram publicados por Arnaldo França e Elsa Rodrigues dos Santos, em *Obra Poética* do autor.

¹²⁶Relativamente a este período, Manuel Brito Semedo considera que corresponde ao terceiro período da literatura cabo-verdiana e abarca toda a produção literária feita a partir de 1975. Subdivide-se em duas gerações: a dos *Consagrados* e a dos *Iniciados*. Na primeira geração, cuja a produção literária influenciou as gerações vindouras, destacaram-se autores na ficção (Teobaldo Virgínio, Luís Romano, Orlanda Amarílis, Teixeira de Sousa, Onésimo Silveira, e outros); na poesia (João Rodrigues, Osvaldo Osório, Arménio Vieira, Corsino Fortes e outros) e nos estudos e ensaios (Osvaldo Osório, António Carreira, Manuel Ferreira, embora não seja cabo-verdiano, e outros).

¹²⁷LARANJEIRA, Pires, *Literaturas Africanas de Expressão*, p. 184.

“a primeira recolha de **Arménio Vieira** [sic], poeta independente, por vezes iconoclasta, na herança de uma estirpe culturalista, universal, que, na latitude moçambicana, teve o seu mais estreme representante em Rui Knopfli [...]. E, em livro, pela primeira vez em Cabo Verde, uma escritora, Orlanda Amarílis (mulher de Manuel Ferreira e familiar de vários intelectuais insulares), estreando-se com um livro de contos cuja acção, em geral, decorre no arquipélago, como o próprio título indicia (nos livros seguintes, localizaria as histórias sobretudo na diáspora, naturalmente baseando-se na sua própria condição de emigrada das ilhas).”¹²⁸

Foram também editadas algumas revistas, como *Juventude em Foco* (24 de Maio - 25 Julho de 1969), sob a direcção de Armindo Figueiredo e cujo redactor foi Amílcar Fernandes Spencer Lopes. Os seus colaboradores foram António Pedro Delgado, Armindo Figueiredo, Aníbal Teixeira de Sousa, Augusto da Silva, Henrique de Jesus Teixeira de Sousa, José Luís Magalhães, Jaretevão José Elísio, João Filipe. Além de textos desportivos e escolares, foram publicados contos e poemas. Sendo organizado por alunos do Liceu Gil Eanes, procurava dar oportunidade aos jovens de apresentarem as suas ideias.

Foi ainda publicado *Ariope: página cultural alerta*, um jornal fundado na cidade da Praia após o 25 de Abril, censurado depois de terem sido editados quatro números, de 27 de Junho a 25 Julho de 1974. Colaboravam nele Arménio Vieira, David Hopffer Almada, António Cardoso (angolano)¹²⁹, Hugo Duarte Fonseca Cardoso, Osvaldo Osório. O seu nome resultou do termo *hurry up*, uma expressão usada pelos ingleses para incentivar os trabalhadores dos carvoeiros instalados na cidade do Mindelo, com o propósito de os fazer render aquando da realização das suas tarefas.

No dia 17 de Julho de 1975 foi criado o jornal *Voz di Povo* e no dia 24 do mesmo mês foi publicado o primeiro número do *Espaço Cultura* que, posteriormente, recebeu o nome *Cultura* (Maio de 1976). Arménio Vieira foi o seu director e teve um papel muito importante na sua publicação. Contou, ainda, com a colaboração de nomes como Armando Soares (Manuel Delgado), Osvaldo Osório, Ovídio Martins, Tacalhe (Arlindo Silva), Manduka Didite (Armando Lima Jr.), Wanca (feiticeiro em quimbundo).

Nessa senda de publicações foi publicado, de Junho de 1981 a Dezembro de 1982, o jornal denominado *Folhas Verdes* que, com sete edições, tinha uma configuração em

¹²⁸*Idem, ibidem.*

¹²⁹De origem angolana, foi preso no Campo de Concentração de Tarrafal, facto que marcou a sua escrita apresentada no jornal *Ariope*.

envelope, com folhas soltas e verdes. Procurava disseminar a poesia através da recolha, publicação e difusão de diferentes tipos de textos.

Contou com colaboradores consagrados no domínio literário das ilhas, nomeadamente: Arménio Vieira, Deodato Delgado (Deodei), Osvaldo Osório, Ovídio Martins, Osvaldo Alcântara, Oliveira Barros, Pedro Gregório, Luís Romano, João Rodrigues, Manuel Veiga, Jorge Tolentino e Canabrava.

O sexto período, denominado *Consolidação*, abarca todas as publicações feitas a partir de 1983. Iniciou-se de acordo com uma retórica contestatária e só depois se afirmou de forma mais consolidada em termos literários. Provocou uma mudança profunda e afirmação da literatura cabo-verdiana, numa época em que o país já tinha conquistado a liberdade, mas não a democracia, apenas instaurada em 1990 pelo Movimento para a Democracia (MpD), sob a presidência de Carlos Veiga. De 1983 a 1987 foi publicada a revista *Ponto & Vírgula: revista de intercâmbio cultural*. Teve como directores Germano de Almeida e Leão Lopes, e dezasseis números publicados. Tendo contado com vários colaboradores, nela coexistiam textos dos novos escritores das ilhas e alguns já consagrados, como António Aurélio Gonçalves e Baltasar Lopes. A sua escrita subdividiu-se em poesia, ficção, história e ensaio. Tratava-se de uma publicação sem objectivo político, que derrubou a lógica dominante e procurou apontar vias de abertura e tolerância.

Ainda antes da sua publicação deu-se uma viragem na literatura cabo-verdiana com a revista *Raízes* (1977-1984), que teve como director Arnaldo França. Teve vinte e um números publicados na poesia, ficção, história e ensaios e contou com diferentes colaboradores, nomeadamente o angolano Mário de Andrade, o brasileiro Clodomir Monteiro, o guineense Hélder Proença e alguns cabo-verdianos. Devido ao seu carácter oficial, a sua duração foi efémera, ao contrário da revista *Ponto & Vírgula* que, assumindo um desígnio independente, instaurou uma maior liberdade de expressão e abriu caminho para uma maior afirmação cultural no arquipélago.

Germano de Almeida, um dos seus principais rostos, continuou a cultivar o ideário da sua fundação, mesmo após a sua última edição. Com Arménio Vieira, Germano Almeida procurou enfatizar uma escrita de ficção com críticas ao poder, aos costumes e à vida, através do uso de um certo humor e ironia, que não eram habitualmente praticados até então.

Merece ainda destaque *Voz di Letra*, suplemento de *Voz di Povo*, que, sob a coordenação de Osvaldo Osório e Ondina Ferreira, foi editado por ocasião da comemoração do quinquagésimo aniversário da revista *Claridade*, em Março de 1986. Segundo Manuel Brito Semedo:

“Tirando os coordenadores e um ou outro *Veterano*, a colaboração é garantida essencialmente por jovens que se iniciam nas lides literárias, com destaque para os do grupo Movimento Pró-Cultura. A colaboração é diversificada abrangendo poesia, contos, entrevistas e ensaios.

Ao lado das revistas, as folhas e os suplementos literários vêm desempenhando um papel importante na continuidade da nossa literatura que, infelizmente, não é abundante em obras publicadas mas vem sendo mantida, essencialmente, por esses periódicos de vida curta.¹³⁰

Em 1987 foi lançado na cidade da Praia o Movimento-Pró Cultura, tendo José Luís Hopffer Almada sido o primeiro editor de *Fragmentos*, a revista desse movimento. Merece ainda destaque nesse período, já numa era claramente pós-colonial, a emergência de uma voz feminina nesse meio literário, que, historicamente, era dominado por homens, a autora Vera Duarte, que além de ser na altura a primeira mulher jurista em Cabo Verde, passou a ser uma das poucas escritoras no arquipélago. Publicou o seu primeiro livro de poesia, intitulado *Amanhã Amadrigada*, em 1993, editado em Lisboa.

Este período é marcado por uma série de outras publicações, como: *A Sombra do Sol* (1990), *Assomada Nocturna* (s.d.), *Mirabilis de Veias ao Sol: antologia dos novíssimos poetas caboverdianos* (1988), de José Luís Hopffer Almada; *Árvore & Tambor* (1986), de Corsino Fortes; *Cântico da Manhã Futura* (1986), de Osvaldo Alcântara; *Canto a Cabo Verde* (1987), de David Hopffer Almada; *Clar(a)idade Assombrada* (1987), de Osvaldo Osório; *Odju d'agu* (1987), *Capitão de Mar e Terra* (1984), *Xaguate* (1987), *Djunga* (1990), *Na Ribeira de Deus* (1992) e *Entre Duas Bandeiras* (1994), de Teixeira de Sousa; *O Testamento do Senhor Napomuceno da Silva Araújo* (1989), *O Meu Poeta* (1990), *O Dia das Calças Roladas* (1992), *A Ilha Fantástica* (1994) e *Os Dois Irmãos* (1995), *Cabo Verde: viagem pela história das ilhas* (2003), *Estóreas de Dentro de Casa* (2004), de Germano de Almeida; *Depois Telefone* (1993), de Sara Almeida; *Meu Paul, Meu Paraíso*

¹³⁰SEMEDO, Manuel Brito, “O Papel das Revistas, dos Suplementos e das Folhas Literárias na Literatura Cabo-verdiana”, in *Islenha: temas culturais das sociedades insulares atlânticas*, Funchal, N.º 2 (Jan.-Jun. 1988), p. 68.

(1997), de Carlos Alberto Duarte Almeida; *Dorotêa* (2001), de Manoel Alves; *Mostran Bu Luz Pan Lembe Vida Cu Bô* (2001), *Oublie-Moi L'Amour* (s/d), de Misa Alves.

II. 2. “Ressonâncias” na *Claridade*: Consciencialização das Raízes

Como já tivemos oportunidade de sugerir, nos anos trinta surgiu, no arquipélago, uma geração composta por professores, jornalistas, estudantes, aduaneiros, comerciantes, que comunicava com alguns escritores brasileiros e portugueses, lia autores de diferentes nacionalidades, como franceses, argentinos, martinicanos, e era conhecedora dos dramas que assolavam as ilhas. Surgida numa época de contrariedades sociais, de revoltas, de carências económicas e de crises cíclicas, essa geração organizava grandes debates de ideias.¹³¹

Assim, podemos afirmar que, em boa medida, contribuíram para essa consciencialização “ressonâncias” literárias externas, a conjuntura nacional sócio-económica e todas as produções literárias feitas até então. Merecem destaque os autores Eugénio Tavares, Pedro Cardoso, José Lopes e Januário Leite. É de salientar o facto de alguns desses autores terem cultivado uma poética ambígua, proveniente de uma certa indefinição identitária, entre cabo-verdiana e portuguesa, em consequência de uma ideologia propagada pelo colonialismo português.¹³²

Contribuíram ainda para essa consciencialização o modelo de ensino ministrado no liceu D. Henrique; a publicação da obra *Arquipélago*, em 1935, por Jorge Barbosa, e problemas do quotidiano das ilhas, tais como a lei americana que limitou a entrada de emigrantes nos Estados Unidos da América, a partir de 1917, agravando a situação

¹³¹Manuel Ferreira considera que: “Em época de tão exigente participação humana, aos intelectuais do Arquipélago dois problemas se impunham: a) o da sua integração no movimento das ideias dominantes; b) o do tratamento da realidade total cabo-verdiana, criando ou ajudando a criar uma nova problemática literária. [...]” FERREIRA, Manuel, *Aventura Crioula*, p. 252.

¹³²“Para mim, tenho esta explicação – boa ou má: primeiro, são homens que estão sob o peso de uma ideologia trazida pelo colonizador através de literatura, da arte, da crítica, etc., etc., e que aprenderam nas escolas; e, depois, é o discurso oficial; depois, são também homens que são o produto de uma longa mestiçagem, de uma profunda aculturação. Por consequência, do ponto de vista cultural, estavam muito próximos da cultura portuguesa. Daí a sua necessidade de identidade cultural e de se fixarem a alguma coisa e terem alguma coisa na sua origem: a pátria portuguesa, a cultura portuguesa, as descobertas, os heróis portugueses, etc. Por outro lado, eles são autenticamente cabo-verdianos: são bilingues, são homens que comem cachupa, comem cuscuz, amam a morna, naquele tempo também a mazurca, que ainda havia, etc., etc., são homens que amam a sua terra, a geografia, a corografia, a paisagem, o mar, o crioulo – então eles são cabo-verdianos e, assim, a sua pátria é também Cabo Verde.” “Manuel Ferreira”, in LABAN, Michel, *Cabo Verde: encontro*, p. 111.

económica no arquipélago, visto que muitos emigrantes enviavam remessas de dinheiro aos seus familiares que aí ficavam. Também tiveram importância para essa tomada de consciência duas estiagens ocorridas nos anos vinte, surtos de peste, a decadência do Porto Grande, conforme testemunha Arnaldo França:

“Duas estiagens de consequências catastróficas nos primeiros anos da década de vinte e nos primeiros anos da década de trinta, aliadas aos surtos epidémicos da peste bubónica e da gripe pneumónica (relacionam-se este dois últimos factores pela sua larga contribuição no ceifar de vidas indefesas), o encerramento da emigração para os Estados Unidos da América, a queda vertical na cotação dos poucos produtos exportáveis do arquipélago e a decadência do porto Grande de S. Vicente, vítima da concorrência de outros portos vizinhos, são factores que condicionaram a evolução da sociedade e sub-jacência de uma efectiva tomada de consciência das elites intelectuais.”¹³³

Tais situações eram anotadas por esses jovens que estavam descontentes com a situação vivida, sendo que a ilha de S. Vicente, com o seu Porto Grande, lhes permitia contactar com o “mundo” e com outras realidades. Assim, Baltasar Lopes considerou que:

“Daqui, do nosso posto menor de observação, que era a cidade do Mindelo nós do Grupo tomávamos perfeitamente nota da situação geral. Por outro lado, estávamos em nítida posição contestatária perante a orientação política que subjazia à administração da então, colónia de Cabo Verde, com o seu fascismo de importação e imitação e ignorava ou violava os mais elementares princípios que regem a vida do homem e do cidadão e salvaguardam a liberdade individual. Tal situação despertou toda a capacidade de militância, na medida então possível, do nosso pequeno grupo.”¹³⁴

Manuel Ferreira partilhou da opinião de que em Cabo Verde tudo era precário e instável, como atesta a seguinte passagem:

“Tudo ali é precário e instável, tão precário e tão instável que de século para século vem empobrecendo, assistindo-se à ruína de indústrias como as da panaria e dos couros, culturas como as do algodão, do vinho, outrora verdadeiras fontes de riqueza, sem que talvez outras de igual importância as tivessem substituído na economia do Arquipélago.”¹³⁵

Tal como referimos, além da conjuntura interna, a consciencialização das raízes cabo-verdianas, que se verificou a partir da revista *Claridade*, foi também influenciada por

¹³³FRANÇA, Arnaldo, *Notas Sobre a Poesia e Ficção*, p. 15.

¹³⁴FERREIRA, Manuel (org., coord., dir.), “Prefácio”, in *Claridade*, p. XIII.

¹³⁵FERREIRA, Manuel, *Aventura Crioula*, p. 59.

algumas manifestações literárias exteriores. Assim, sintetizando uma asserção de Teixeira de Sousa, essa revista contou com algumas “ressonâncias” literárias no seu percurso formativo, originárias nomeadamente de Portugal, do Brasil, da Martinica¹³⁶, da Argentina e da França¹³⁷:

“Muito resumidamente, direi que o movimento metropolitano da “Presença” espevitou, num grupo de jovens talentosos de Cabo Verde, uma curiosidade artística latente. Pouco depois, os escritores brasileiros da geração de 1932, fizeram o resto, dando a tónica necessária à “Claridade” [...]. Porém, não devemos esquecer nunca a herança, embora modesta, de um Eugénio Tavares ou de um Pedro Cardoso, poetas crioulos e crioulistas da fase pré-“Claridade.””¹³⁸

A designação “ressonância”, empregue por Manuel Lopes, em reconhecimento da influência de alguns textos brasileiros na formação da cabo-verdianidade literária, é muitas vezes usada pela física, como um fenómeno que agita um campo sonoro ao ser atingido por vibrações engendradas por outros corpos. Adoptamo-la para tentarmos discorrer sobre algumas linhas que nortearam o nascimento da revista responsável pelo modernismo literário em Cabo Verde visto que, segundo o autor citado, as correntes literárias não nascem de “choques e fenómenos puramente locais”:

“As correntes ou escolas literárias não surgem, espontaneamente, de choques e fenómenos puramente locais. As suas raízes vão beber no plâncton do nosso espírito, onde se entrecrocavam microrganismos que são como que a substância de todas as experiências que nem sempre foram vividas por nós porque recebidas quase intactas da vivência de outros homens. Por outro lado, as influências literárias podem-se comparar a testemunhos passados de mão em mão, e que foram perdendo, por contágio, as características originais, desgastando, por efeito de fricção e de contactos consecutivos, umas qualidades e ganhando outras, deformando-se, adaptando-se ou aperfeiçoando-se em certos

¹³⁶ À semelhança do Brasil, as Antilhas é um arquipélago de formação semelhante ao arquipélago de Cabo Verde. Teve uma elite cultural de idênticas características à surgida em Cabo Verde, através da publicação da revista *Lucioles*, em 1927. Trata-se de um grupo que foi encabeçado por Gilberto Gratiant e que procurou abordar os problemas da realidade histórica, económica, social e geográfica do país. Foi influenciado pelo surrealismo francês, cujo primeiro manifesto foi publicado por André Breton, em Paris, em 1924.

¹³⁷ Segundo Manuel Lopes: “A literatura francesa era como que um esteio comum das literaturas dessa época. Livros franceses e revistas, *Les Nouvelles Littéraires*, *Candide*, *Les Mois*, não eram desconhecidos em Cabo Verde. Paris foi sempre um ponto de irradiação e convergência da cultura europeia, ou, melhor, mundial. Tornava-se uma necessidade comum ir àquela fonte. LOPES, Manuel, “Reflexões Sobre a Literatura Cabo-verdiana ou A Literatura nos Meios Pequenos”, in *Colóquios Cabo-verdianos*, Lisboa, Estudos de Ciências Políticas e Sociais/Junta de Investigação do Ultramar, N.º 22 (1959), p. 14.

¹³⁸ SOUSA, Teixeira, “Cinco Minutos de Palestra com o Contista Caboverdiano”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 6. n.º 67 (Abr. 1955), p. 5.

aspectos, fragmentando-se em irradiações secundárias quando acontece, de caminho, chocarem-se contra novas correntes predominantes [...].”¹³⁹

Nessa linha de pensamento, Manuel Ferreira considerou que: “Uma arte popular está intimamente ligada a um complexo de condições ecológicas. Nasce e desenvolve-se por consequência de padrões de vida, da natureza das técnicas, dos materiais, das relações do homem em sociedade, da geografia, etc. [...]”.¹⁴⁰

Claridade, revista que simbolizou uma iniciativa inédita na literatura portuguesa e cabo-verdiana, surgiu precisamente numa altura em que se vivia em Portugal um período de renovação literária e estética, de distanciamento em relação à intelectualidade que vinha desde o início do século vinte, protagonizado por alguns nomes como Fernando Pessoa, Mário de Sá Carneiro, Almada Negreiros, e vivia-se sob o signo da *Presença*.

Essa revista cabo-verdiana, além da já referida conjuntura nacional, foi antecedida pela presença de textos e autores portugueses no país, entre finais da década de vinte e início da década de trinta, tendo os autores António Pedro, José Osório de Oliveira e Augusto Casimiro, tido um papel crucial na sua publicação.

O primeiro autor, António Pedro¹⁴¹, embora tenha nascido em Cabo Verde, mudou-se para Portugal com quatro anos de idade, tendo regressado em 1928, com 19 anos. Nessa altura, já possuía uma grande bagagem cultural, influenciando os intelectuais das ilhas, principalmente Jorge Barbosa e Jaime de Figueiredo, com a publicação da obra *Diário*, em 1929, sob a égide da Imprensa Nacional de Cabo Verde. Jaime de Figueiredo¹⁴² foi o autor da capa, com um desenho de uma mestiça de xaile traçado, e João Lopes o seu editor. O autor era muito amigo de Jaime de Figueiredo, o que o fez representá-lo na primeira Exposição dos Independentes de Lisboa. Segundo Manuel Ferreira:

“Independentemente deste encontro de António Pedro e Jaime de Figueiredo, que decorreu na cidade da Praia (Santiago), se nos anos de 1930 e 1931 penetrarmos em São Vicente depararemos com precedentes que nos elucidam de outros factos que nos convencem do largo espírito regional que

¹³⁹ LOPES, Manuel, “Reflexões Sobre a Literatura Cabo-verdiana ou A Literatura nos Meios Pequenos”, p. 13.

¹⁴⁰ FERREIRA, Manuel, *Aventura Crioula*, p. 58.

¹⁴¹ Praia, 9/12/1909 – Moledo do Minho 17/08/1966.

¹⁴² Nessa altura não havia no arquipélago uma tradição pictórica. Dessa altura, existem apenas alguns registos de Jaime de Figueiredo, de Manuel Lopes, Pedro Gregório e de António Oliveira.

nascia nas ilhas em oposição à cega obediência ao meridiano lisboeta, quando a Literatura Brasileira ainda aqui não era conhecida.”¹⁴³

Na obra *Diário*, António Pedro, apesar de abordar conteúdos cabo-verdianos, divulgou alguns vestígios estéticos da revista *Orfeu*, posteriormente desenvolvidos pela revista *Presença*. Abordou, ainda, a paisagem e o ambiente cabo-verdianos, desencadeando a curiosidade dos jovens devido ao cultivo de uma certa novidade literária, ligando-se assim “o seu nome à fase dos primeiros sintomas do modernismo literário cabo-verdiano.”¹⁴⁴ Manuel Ferreira afirmou a esse propósito que: “Numa época em que, para os literatos cabo-verdianos, a realidade social e humana crioula literariamente não cabia na sua perspectiva, *Diário*, que António Pedro ali mesmo edita (cidade da Praia), forçosamente haveria de os impressionar e ajudá-los.”¹⁴⁵

O segundo autor, José Osório de Oliveira¹⁴⁶, desembarcou em S.Vicente no dia 9 de Janeiro de 1927, tendo aí permanecido até Dezembro do mesmo ano, como funcionário do Ministério das Colónias, com a categoria de director dos Correios. Contrariamente a António Pedro, expressou o gosto pela literatura cabo-verdiana apenas após ter regressado para Portugal. Orgulhava-se de ter sido um grande amigo de Cabo Verde e de ter sido ele quem deu a conhecer aos seus escritores autores brasileiros, como: Lins do Rego, Gilberto Freyre, Jorge Amado, Mário de Andrade, Marques Rebelo, Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, etc. Orgulhava-se, ainda, de ter descoberto os poetas cabo-verdianos, tendo, igualmente, assumido, no artigo “A Literatura Cabo-verdiana é uma Realidade”, que foram criações suas, como podemos atestar na seguinte passagem:

“Orgulho-me de ter sido eu quem levou os jovens intelectuais cabo-verdianos do meu tempo a lerem um sociólogo como Gilberto Freyre, romancistas como José Lins do Rego e Jorge Amado, contistas como Mário de Andrade e Marques Rebelo, poetas como Manuel Bandeira, Jorge de Lima e Ribeiro Couto. Graças a essas leituras, os rapazes, hoje homens, da geração de *Claridade* (a primeira revista que se publicou em São Vicente) puderam descobrir o caminho para uma literatura cabo-verdiana.”¹⁴⁷

¹⁴³FERREIRA, Manuel, “Consciência Literária Cabo-verdiana”, in *Estudos Ultramarinos*, Lisboa, N.º 3, (1959), p. 40.

¹⁴⁴*Idem*, p. XXII.

¹⁴⁵FERREIRA, Manuel (org., sel., pref. e notas), “António Pedro: precursor”, in *No Reino de Caliban*, p. 74.

¹⁴⁶Setúbal 1900 – Lisboa 1964.

¹⁴⁷OLIVEIRA, José Osório, “A Literatura Caboverdiana é uma Realidade”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 27 (1 Dez. de 1951), p. 29.

De facto, foi durante a sua presença no arquipélago que os intelectuais cabo-verdianos conheceram as inovações poéticas cultivadas nas terras de Vera Cruz. Tendo sido amigo de Ribeiro Couto, foi um dos principais propagadores dessa literatura no arquipélago e da cabo-verdiana em Portugal e no Brasil, através de edições de artigos, livros, palestras, estudos em revistas, como *Atlântico*, *Descobrimento* – onde publicou uma introdução ao conjunto de poemas *Mornas Cantigas Crioulas em Dialecto da Ilha da Brava*, de Eugénio Tavares.

Grande entusiasta da escrita desse autor, em 1932 publicou, em Portugal, *Mornas: cantigas crioulas*, com que suscitou o gosto dos leitores portugueses para as suas composições. Trocou correspondência com Mário de Andrade, de 1923 a 1943, e com ele permutou revistas e livros. Numa correspondência a Manuel Lopes, José Osório de Oliveira sugeriu-lhe o envio da revista *Claridade* a Mário de Andrade, o que, provavelmente, terá acontecido.

A relevância conquistada no panorama literário cabo-verdiano fez Manuel Lopes prestar-lhe uma homenagem no artigo “Tomadas de Vista”, publicado no número três da *Claridade*, em Março 1937:

“O sr. Osório de Oliveira, este lúcido e sereno amigo de Cabo Verde, começou por fazer uma conferência memorável na Associação Comercial dos Logistas de Lisboa em 1928, intitulada “As ilhas adjacentes de Cabo Verde. Este título revela a atitude de desassombro e justiça e sobretudo de combate que o autor assume. Aos seus esforços os compatriotas de Eugénio Tavares devem a publicação do livro póstumo “Mornas” deste lírico de língua crioula. Foi ele o primeiro talvez a compreender as afinidades entre os povos de Cabo Verde e Brasil, e o que o escritor brasileiro, sr. Ribeiro Couto, chama justamente o “caso” histórico-social de Cabo Verde. O “Grupo Claridade” é-lhe particularmente grato pelas palavras publicadas no n.º anterior desta revista, expressamente escritas para a Semana do Ultramar Português promovida pela Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro e que foram radiodifundidas na mesma cidade, onde se destaca este apelo [...]”¹⁴⁸

Jorge Barbosa desconheceu as razões que o levaram a deixar de escrever sobre Cabo Verde, como se nota na seguinte passagem de uma carta que lhe escreveu, no dia 4 de Outubro de 1960:

“Vejo, com certa mágoa, que você resolveu, se não esquecer-nos, não escrever mais sobre nós. Não sei as suas razões. Baltazar, com quem conversei

¹⁴⁸LOPES, Manuel, “Tomadas de Vista”, in FERREIRA, Manuel (org., sel., pref. e notas), *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 3 (Mar. 1937), p. 9.

muito, em S. Vicente, não há ainda 15 dias, ficou de me mostrar a carta que o Osório de Oliveira, lhe escreveu, mas o tempo foi passando e voltei para o Sal em branco sobre o assunto. Quaisquer que sejam os motivos da sua decisão, o que é certo é você tem aqui bons e fiéis amigos, que o estimam, o admiram e lhe são gratos pela sua heróica insistência em revelar a nossa terra e a nossa gente ao mundo lusíada, numa cruzada desinteressada, de longos e já saudosos anos.”¹⁴⁹

Relativamente ao terceiro autor, Augusto Casimiro¹⁵⁰, residiu alguns anos no arquipélago e estimulou a modernidade literária em Cabo Verde, iniciada nos anos trinta. Em 1934 publicou o poema “Terra e Mar da Brava”, na revista *O Eco de Cabo Verde*, onde revelou alguns traços dessa modernidade apreendida pelos jovens intelectuais. A sua permanência no arquipélago serviu-lhe de mote para a publicação da obra *Portugal Crioulo* (1940).¹⁵¹ Em 1937, Manuel Lopes além de o homenagear antecipou a sua intenção de publicar a obra *Portugal Crioulo*, onde referiu que discutiu e descreveu o folclore de Cabo Verde:

“O sr. Augusto Casimiro tem um livro a publicar, creio que já no prelo, com o sugestivo e carinhoso título de “Portugal crioulo”, em que discute os problemas e descreve, no seu estilo fluente e rico, a paisagem, o folclore, os costumes patrícios. A ele devemos um número do “Suplemento literário” do jornal “Diário de Lisboa” (16 de Agosto de 1935) expressamente dedicado a Cabo Verde, com colaboração de alguns nomes novos da literatura caboverdeana, e páginas verdadeiramente épicas sobre esta terra. “Em Cabo Verde, escreve algures o autor de *Nova Largada*, forma-se uma civilização que tem uma individualidade própria e que é Portugal ainda.”¹⁵²

Dessa presença do autor no arquipélago, resultou ainda o texto “Palavras Para Meditar”, onde criticou a dispersão e a falta de organização dos cabo-verdianos. Por isso, considerou a atitude do cabo-verdiano de:

“Política de acaso, estranha e até inimiga dos fundamentais interesses próprios, obediente a parasitários egoísmos pessoais, impotente para fazer ouvir-se, quando não ignorante dos escôpos a atingir. O escol cabo-verdeano,

¹⁴⁹BARBOSA, Jorge, “Carta a José Osório Oliveira”, in *Colóquio Letras*, Lisboa, N.º 110-111 (Jul.-Out. 1989), p. 119.

¹⁵⁰Amarante, 11/06/1889 – 23/09/1967.

¹⁵¹Segundo Manuel Ferreira, esta obra divulgou: “Uma visão cosmorâmica das ilhas de Cabo Verde, num compromisso entre a crónica, a poesia, o comentário social, a etnografia, a etnologia, a literatura, e uma penetração a um tempo sentimental e objectiva das gentes. Andarilho pelas várias ilhas do arquipélago, Augusto Casimiro compreendeu e sentiu, na sua tragédia e na sua glória de sobreviver, o homem caboverdiano.” FERREIRA, Manuel (org., coord., dir.), “Prefácio”, in *Claridade*, p. XXI.

¹⁵²LOPES, Manuel, “Tomadas de Vista”, in FERREIRA, Manuel (org., sel., pref. e notas), *Claridade*, n.º 3, p. 9.

que existe e é notável, não se organiza, vive disperso e desmoralizado ao serviço de divergentes interesses individuais, burocrática ou parasitariamente servo do Estado, numa cooperação que excita, alarga ou facilita a acção criadora oficial. E aqui não há nativismo. Haverá, sim, nas horas mais amargas, recriminações doridas contra a inércia e a tardia ou nula intervenção oficial.”¹⁵³

Quanto à revista *Presença*, devemos dizer que não está precisado até que ponto se teria feito sentir a sua influência em terras tropicais. Em relação a Cabo Verde, os principais escritores – Jorge Barbosa, Manuel Lopes, Jaime de Figueiredo, Baltasar Lopes, Teixeira de Sousa e outros – leram-na ou folhearam-na com constância e dedicação, em forma de permuta literária¹⁵⁴, desde os primórdios da sua publicação (1927). Numa carta de Jorge Barbosa a Manuel Lopes, em 21 de Outubro de 1933, o autor pediu-lhe alguns textos literários, entre os quais a *Presença*:

“Por minha vez te peço (e ao peço ajunto o encarecimento) que me mandes os teus poemas e prosa, a fim de eu ler, certamente com aquela satisfação que sempre me despertam os teus escritos. Devolvendo-os, por minha vez ensaiarei sobre eles a minha crítica. É um intercâmbio intelectual e amigo de que faço aqui a proposta. Também remete-me os últimos nos. das “Nouvelles Littéraires”; “Presença”, depois do n.º 38; e alguns livros interessantes.”¹⁵⁵

A sua divulgação no arquipélago funcionou como uma “baforada de ar do largo à apagada e vil tristeza”,¹⁵⁶ visto que incutiu nos escritores o espírito de independência crítica e irreverente perante os valores estéticos dos poetas que haviam tido fulgor, como Januário Leite, debruçando-se sobre o seu drama de indivíduo que se arrastou pela vida, e José Lopes, empenhado em temas históricos e políticos. Manuel Lopes entendeu que esse estilo foi “formal, estético, representando, ao mesmo tempo, um esforço de integração europeia, e oferecendo o seu exemplo fecundo de rompimento com às fórmulas gastas e preconizando a liberdade de expressão.”¹⁵⁷

¹⁵³CASIMIRO, Augusto, “Palavras para Meditar”, in *Cabo Verde: boletim de Propaganda e Informação*, S. Vicente, A. 4, n.º 42 (1 Mar. 1953), p. 22.

¹⁵⁴Essa permuta literária propunha a sobrevivência cultural no arquipélago. Nesse sistema, participaram: António Aurélio Gonçalves (São Vicente, a partir de 1939), Baltasar Lopes (São Vicente), Manuel Lopes, (São Vicente, Santo Antão), Jaime de Figueiredo (Santiago, São Vicente, S. Nicolau), João Lopes (São Nicolau), Jorge Barbosa (Fogo, Santiago, Brava, Sal), Júlio Monteiro (Santiago), funcionários de alfândega, capitães de navios, donos de lojas onde também vendiam livros, e outros.

¹⁵⁵“Carta de Jorge Barbosa a Manuel Lopes”, in SANTOS, Elsa, *As Máscaras Poéticas*, p. 194.

¹⁵⁶LOPES, Manuel, “Reflexões Sobre a Literatura Cabo-verdiana ou A Literatura nos Meios Pequenos”, p. 14.

¹⁵⁷*Idem, ibidem.*

Quirino Spencer Salomão, um intelectual muito próximo do movimento *Claridoso*, leu a revista *Presença*, cujo primeiro número lhe chegou às mãos através de Jaime de Figueiredo, e destacou a importância de a ter lido, visto que encontrou nela ideias que desconhecia:

“A leitura da *Presença* foi por mim bastante elucidativa. Nela, e em uma outra obra [...] encontrei claramente expressas ideias que mal haviam aflorado ao meu espírito – maravilhoso o prazer encontro! – e que vinham esclarecer até certo ponto a ânsia, ainda mal definida, de renovação, de mudança, de progresso, que então sentia.”¹⁵⁸

Jorge Barbosa e Jaime de Figueiredo colaboraram nela. O primeiro com poesia e o segundo com pinturas, integrando-se também desse modo no meio literário português e no ideário presencista. Foi levada para o arquipélago por algumas personalidades literárias que por aí passavam. Jaime de Figueiredo trocou correspondência com José Régio, um dos seus nomes mais importantes, por intermédio de Félix Monteiro e Manuel Lopes e, numa viagem da cidade da Praia para S. Vicente, levou alguns números da revista, contribuindo para a sua divulgação em Cabo Verde.

A circulação desta revista no arquipélago foi muito relevante para a modificação e construção de um novo projecto literário e cultural, que se verificou na adopção de uma visão irreverente sobre a sociedade e a cultura e de uma ideologia progressista, fazendo Manuel Ferreira referir que: “é substancial o *corpus* de dados e informações escritos ou orais que iluminam a dimensão do papel fundamental da *Presença* coimbrã no projecto de mudança literária e cultural que agitou Cabo Verde nos anos 30 rumo ao seu destino histórico.”¹⁵⁹

Jorge Barbosa assumiu as “ressonâncias” da revista *Presença* na *Claridade*, numa carta dirigida a Manuel Lopes, em 21 de Setembro de 1937:

“Caro Manuel Lopes

[...]

Se aí tens leitura interessante, não deixes de m’a enviar. Farei retorno de tudo logo a seguir. É que na presente altura não posso mandar vir livros, e terei que ler nos amigos [...].

Que me dizes quanto ao eco na “*Presença*” sobre nós: quero dizer sobre a “*Claridade*”?”¹⁶⁰

¹⁵⁸ *Apud* FERREIRA, Manuel (org., coord., dir.), “Prefácio”, in *Claridade*, p. XXVI.

¹⁵⁹ *Idem*, p., XXVII.

¹⁶⁰ “Carta de Jorge Barbosa a Manuel Lopes”, in SANTOS, Elsa Rodrigues, *As Máscaras Poéticas*, p., 201.

Essa “ressonância” foi mais a nível formal do que temático. O certo é que a revista foi lida e influenciou os jovens, facto que levou os presencistas a manifestarem o seu apreço aos seus três primeiros números, em 1937, no n.º 49:

“– a publicação do número 3 da *Claridade*, revista de artes e letras, que se publica em São Vicente, Cabo Verde. *Claridade* é a primeira manifestação de autêntico espírito moderno português fora da metrópole, e calcula-se o admirável esforço que representa, quando, no continente, os esforços idênticos se vêem ainda a braços com dificuldades de toda a ordem. Deste número, destacamos muito especialmente: o fragmento do romance de Baltasar Lopes que se nos afigura mais do que uma esperança de futuro romancista. Destacamos, igualmente: *Apontamentos*, por João Lopes, *Tomada de vista*, de Manuel Lopes, assim como os poemas de Jorge Barbosa, Manuel Lopes e Osvaldo Alcântara. Note-se ainda o carácter nitidamente caboverdeano desta publicação, em que um particularismo indiscutível, uma personalidade própria, sabe integrar-se no universal sem perder as suas características.

– o aparecimento no Porto do quinzenário *Sol Nascente*, que constitui um louvável esforço de novos, embora realizado, por enquanto, sem espírito crítico que lhe permitiria seleccionar melhor a colaboração.”¹⁶¹

A adicionar à revista *Presença*, circularam, em Cabo Verde, outras revistas portuguesas, como *Seara Nova*, *Humanidade*, *O Mundo Português*, *Portucale*. Todas se enquadravam num espírito de renovação literária, com excepção do *Mundo Português*, que se organizava em torno de um ideário governamental, conquanto tenha revelado uma certa abertura cultural.

A revista *Claridade* também sofreu influências da literatura brasileira, explicada pelo facto de os dois países terem sofrido o mesmo processo de aculturação e enfrentado as mesmas realidades socio-económicas. Ambos os povos procederam de uma assimilação e interpenetração de duas ascendências díspares: afro-negra e europeia. Assim, pode dizer-se que as bases populacionais que estão na base da formação das duas sociedades são, provavelmente, as mesmas. Manuel Lopes referiu:

“Todas as afinidades que sei existirem entre o cabo-verdiano e o nordestino brasileiro tem ligações capazes de resistir às vicissitudes a que estão expostos os excessos ocasionais. São de natureza ecológica por assim dizer; resultam de processos aculturativos provenientes de *apports* humanos de origem comum e de contingências pluviais igualmente caprichosas. As secas e os êxodos periódicos são tragédias familiares a um e ao outro. Essas afinidades

¹⁶¹“PRESENÇA REGISTA”, in *Presença*, edição fac-similada compacta, Tomo III, Lisboa, Contexto Editora LTDA, 1993, p. 13.

são responsáveis pela “ressonância” literária, embora eu creia que tal ressonância seja por vezes mais aparente que real.”¹⁶²

É no entanto de realçar que a insularidade de Cabo Verde determinou uma maior concentração desses caracteres do que no vasto território brasileiro, aberto a todo o tipo de correntes migratórias. Desse modo, o processo cabo-verdiano fez-se no sentido de uma estabilização rápida, por não existirem outras condicionantes. Para Francisco Salinas Portugal:

“Essa utilização do *caso brasileiro*, como forma de cultura tropical aparentada em Cabo Verde, vai ter o seu correlato nos poemas endereçados ao Brasil da autoria de Jorge Barbosa, “Carnaval do Rio de Janeiro, eu te vejo eu te sinto, “Carta para Manuel Bandeira”, “Carta para o Brasil” e “Você, Brasil”. Este conjunto de textos de Jorge Barbosa (poeta em que a pegada do Brasil é evidente, soma-se a outros que tomam por referência a Pasárgada de Manuel Bandeira como fio condutor e definidor da doestada posição evasionista da literatura claridosa.”¹⁶³

Alguns aspectos dessa similitude defendida pela elite cabo-verdiana incorporaram-se nos arquipelágicos sob formas bem definidas. Desse modo, a sua força telúrica impressionou os cabo-verdianos, devido à existência de claras semelhanças, como se nota no poema “Você, Brasil”, de Jorge Barbosa, onde refere que, embora o Brasil seja um “mundão” e Cabo Verde um “pequeno mundo”, têm em comum a forma de falar português, a alma da gente humilde, a música, a aguardente, os tocadores de violão, o café, as secas:

“Eu gosto de Você, Brasil, / porque você é parecido com a minha terra. // [...] / É o seu povo que se parece com o meu, / é o seu falar português / que se parece com o nosso / ambos cheios de um sotaque vagaroso, / de sílabas pisadas na ponta da língua, / de alongamentos timbrados nos lábios / e de expressões terníssimas e desconcertantes. // [...] / Você, Brasil, é parecido com a minha terra. / As secas do Ceará são as nossas estiagens, / com a mesma intensidade de dramas e renúncias.[...]”¹⁶⁴

¹⁶²LOPES, Manuel, “O Programa da Claridade Era Fincar os Pés na Terra Caboverdiana”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 11, n.º 121, (1 Out. de 1959), pp. 8-9.

¹⁶³PORTUGAL, Francisco Salinas, *O Texto nas Margens: ensaios de literaturas em língua portuguesa*, Galiza, Laiovento, 1997, p. 88.

¹⁶⁴BARBOSA, Jorge, “Você, Brasil”, in *Obra Poética*, pp. 135-136.

Na verdade, entre os países de língua portuguesa, estes dois são os que mais se assemelharam, conforme mencionou o autor citado no artigo “O Ambiente Literário em Cabo Verde e A Influência Brasileira Segundo o Poeta Jorge Barbosa”:

“O povo brasileiro e o povo cabo-verdiano tiveram um processo de formação étnica, senão igual, quase idêntico. Têm aspectos de vida parecidas; há dramas que lhes são comuns (as secas, por exemplo); encontram-se muitas vezes na música, no folclore, e até – não é despropositado dizê-lo – na própria semelhança de pronunciar o português.”¹⁶⁵

Num outro texto, “Nós e Gilberto Freyre”, Jorge Barbosa admitiu as semelhanças entre os dois países onde, segundo o próprio, para além da mesma formação étnica, tinham em comum os mesmos dramas e encontros folclóricos:

“Para mais, havia já parecenças entre o povo de Cabo Verde e grandes sectores do povo brasileiro. Formação étnica idêntica ou quase idêntica, de raízes africanas; civilização lusiada comum; dramas aqui e ali correspondendo-se (as secas com os seus flagelos); encontros folclóricos, digamos assim (a cantiga, o violão e até certos aspectos de vivência); todos esses passos acertados, toda essa conjugação de expressões humanas, predispondo a uma compreensão e uma solidariedade sentimental da nossa parte – teriam influído essa influência... O exemplo, repito-o, do ensaísta, do romancista e do poeta modernos brasileiros fez ecoar em nós, com a sua novidade, um ardor nono e daí advieram novas ideias e a indicação de outros caminhos.”¹⁶⁶

Essa semelhança estimulou uma afinidade cultural e literária entre os dois países. O Brasil deu uma enorme contribuição para o novo modelo literário que se propalou no arquipélago a partir dos anos trinta. Tal contribuição resultou, segundo Manuel Lopes, de “um quadro exuberante de produções literárias”¹⁶⁷ publicados no Brasil. José Osório de Oliveira recorreu à palavra “afinidade” para fundamentar o exemplo que a literatura do nordeste brasileiro deu aos jovens da *Claridade*:

“Os caboverdeanos precisavam dum exemplo que a literatura de Portugal não lhes podia dar, mas que o Brasil lhes forneceu. As afinidades existentes entre Cabo Verde e os estados do Nordeste do Brasil predispunham os caboverdeanos para compreender, sentir e amar a nova literatura brasileira. Encontrando exemplos a seguir na poesia e nos romances modernos do Brasil,

¹⁶⁵“O Ambiente Literário em Cabo Verde e a Influência Brasileira Segundo o Poeta Jorge Barbosa”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A.9, n.º 61 (1Out. 1954), p. 9.

¹⁶⁶BARBOSA, Jorge, Crônicas de S. Vicente: “nós e Gilberto Freyre”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, S. Vicente, A. 4, n.º 42 (1 Mar. 1953), pp. 23-24.

¹⁶⁷LOPES, Manuel, “Reflexões Sobre a Literatura Cabo-verdiana ou A Literatura nos Meios Pequenos”, p. 16.

sentindo-se apoiados, na análise do seu caso, pelos novos ensaístas brasileiros, os caboverdeanos descobriram o seu caminho. Um grupo se formou com o nome da “Claridade”, tendo por emblema um mastro do fortim de São Vicente, com as bandeiras que querem dizer: “demanda o porto.”¹⁶⁸

No entanto, convém realçar que a presença dessa literatura em Cabo Verde é uma constante desde o início do século XX. As suas obras chegaram numa época em que os cabo-verdianos acolhiam a “respiração” de renovação que irradiava pelo mundo, em batalhas oligárquicas que, através da força, conquistavam o poder. Também esses jovens estavam empenhados em livrar-se das configurações estereotipadas e antiquadas das gerações antecedentes.

Dessa feita, encontramos vestígios dessa presença em dedicatórias e transcrições de textos de intelectuais brasileiros, através de um diálogo intertextual. Os autores José Lopes e Pedro Cardoso são, entre os autores dessa época, os que mais recorreram a essa abordagem, tendo sido assumida por Jorge Barbosa com mais profundidade, na geração seguinte. Os dois primeiros testemunharam a importância da literatura brasileira na sua geração da seguinte forma:

“A literatura brasileira, resumo vivo da brilhante cultura da Grande República Sul-Americana, exuberante de seiva e cachoante de sonhos, maravilha de força, esplendor e glória.

Como um ténue fio de água vemo-la surgir, à afluência e ensino dos jesuítas, na época semi-bárbara da colonização, com a “Prosopopeia” de Bento Teixeira.

Vem pelo tempo afora. Aumenta a cultura humanista. Escuta-se, no coração do Brasil, em Minas-Gerais, a avena do suavíssimo Dirceu e a lira patriótica de Cláudio Manuel, mártires da Inconfidência.”¹⁶⁹

Essa literatura ocupou um lugar que antes pertencia à literatura portuguesa, considerada uma literatura descaracterizada quanto à sua essência vivencial. A consciência da necessidade de mudança fez José Osório de Oliveira referir que os cabo-verdianos “precisavam dum exemplo que a literatura de Portugal não lhes podia dar, mas que o Brasil lhes forneceu.”¹⁷⁰

¹⁶⁸ OLIVEIRA, José Osório, “Palavras Sobre Cabo Verde Para Serem Lidas no Brasil”, in FERREIRA, Manuel (org., sel., pref. e notas), *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 2 (Ag. 1936), p. 4.

¹⁶⁹ CARDOSO, Pedro, *Folclore Caboverdeano*, Porto, Edições Maranaus, 1933, pp. 45-46.

¹⁷⁰ OLIVEIRA, Osório de, “Palavras Sobre Cabo Verde Para Serem Lidas no Brasil”, p. 4.

Assim, tratou-se de um processo criativo de um grupo de jovens que se viram obrigados a espelhar-se numa literatura que estava preconizando uma estética emancipada. Ora Jorge Barbosa, ao discorrer sobre o assunto, no artigo anteriormente citado, assumiu os reflexos da literatura do nordeste brasileiro na literatura cabo-verdiana e referiu que existem capítulos e poemas de obras de brasileiros que se podem confundir com Cabo Verde:

“Há, pelo menos, capítulos inteiros e poemas, nos livros de Luís de Rego, de Jorge Amado, de Manuel Bandeira, de Ribeiro Couto (não vale a pena citar mais), que poderiam ter acontecido em Cabo Verde. [...]. Note-se, entretanto, que influência, se a houve, foi mais do processo do que da própria literatura e que soubemos, passado o entusiasmo, traçar e seguir o nosso caminho, embora tivesse ficado uma parecença de família, que não se pode apagar.”¹⁷¹

Num outro texto já citado, “Nós e Gilberto Freyre”, Jorge Barbosa valorizou a relevância da literatura brasileira na sua geração, apesar de ter apontado algumas reservas, como é possível verificar no seguinte excerto:

“Influência da literatura brasileira teria havido, por certo, nos modernos escritores caboverdeanos, que por estas paragens se lançam na aventura da produção literária, sem aparo, diga-se de passagem, sem qualquer estímulo, já não digo material (nem pensar nisso é bom), mas de compreensão e carinho. Tal influência resultou sobretudo do exemplo dos escritores brasileiros ao se debruçarem sobre a terra natal e sobretudo a gente irmã, onde foram encontrar os temas das suas obras. Deles aproveitamos, pois, a descoberta e a experiência que nos contagiaram com o seu entusiasmo de coisa nova.”¹⁷²

Ainda quanto ao assunto em apreço, os jovens de *Claridade* admitiram a necessidade de se ampararem em outras “latitudes”. Assim, da “latitude” brasileira circularam muitas obras, como *Jubiabá e Mar Morto*, de Jorge Amado; *Evocação do Recife*, de Manuel Bandeira; *Menino do Engenho e Banuê*, de José Lins do Rego; *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre; *Os Corumbas*, de Amândio Fontes; *Bagaceira*, de José Américo de Almeida; *Cascalho*, de Herberto Sales e outras. Desses textos, os intelectuais cabo-verdianos absorveram a determinação literária em abordar os assuntos das ilhas, visto que havia personagens nelas que podiam ser consideradas personagens das obras cabo-verdianas, fazendo Manuel Lopes considerar que a “solução” brasileira parecia a “solução” cabo-verdiana:

¹⁷¹“O Ambiente Literário em Cabo Verde e a Influência Brasileira Segundo o Poeta Jorge Barbosa”, p. 10.

¹⁷²BARBOSA, Jorge, “Crônicas de S. Vicente: nós e Gilberto Freyre”, p. 23.

“Qualquer coisa nessa literatura dava aos cabo-verdianos a ilusão do já visto. Por isso, nessa primeira hora, foi a mensagem, a resposta esperada. Evidentemente, os fenómenos ecológicos eram engendrados por uma geografia física e humana, e problemas económicos e sociais completamente diversos – motivo por que alguns escritores cabo-verdianos teriam aceitado só parte da mensagem brasileira, senão, apenas, o exemplo do intelectual brasileiro que soube curvar-se sobre os problemas da terra e do homem, e trazer-nos o testemunho atento e sensível da sua viva realidade quotidiana.”¹⁷³

Manuel Lopes defendeu em diversas ocasiões que o modernismo literário brasileiro, encabeçado por Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Jorge de Lima, Mário de Andrade, exercera uma forte influência na nova literatura cabo-verdiana:

“O modernismo brasileiro com Manuel Bandeira e Ribeiro Couto, que exerceram forte influência em Cabo Verde, com Jorge de Lima, Mário de Andrade e outros, deixaram o terreno adubado, onde a resposta do Norte, quero dizer, os romancistas do Nordeste, lançariam as raízes abundantes da prestigiosa brasilidade moderna – com os romances do povo e da terra, precisamente aquele povo e aquela região tão lembrados quando se pretende evocar certas afinidades entre cabo-verdianos e brasileiros. [...]”¹⁷⁴

Essas influências literárias funcionaram, segundo o autor supracitado, como um “Ypiranga literário, o acordar para a descoberta do homem e da paisagem do Brasil.”¹⁷⁵ A sua circulação em Cabo Verde ficou notória numa carta de Jorge Barbosa a Manuel Lopes:

“Caro Manuel Lopes [...]. Por intermédio do Sr. José Aguiar, representante de livrarias brasileiras, pedi uma assinatura para ti, e outra para Baltazar, do «Boletim de Ariel».”¹⁷⁶

Em suma, os cabo-verdianos desde cedo manifestaram uma afeição especial pelo Brasil. Durante a colonização portuguesa, a chegada de uma embarcação brasileira ao porto de S. Vicente representava uma circunstância de exultação, por serem os seus passageiros associados à imagem de um homem portador de um jeito social análogo ao dos deles. Através desse porto muitas obras brasileiras entravam no arquipélago,

¹⁷³ LOPES, Manuel, “Reflexões Sobre a Literatura Cabo-verdiana ou A Literatura nos Meios Pequenos”, p. 17

¹⁷⁴ *Idem*, p. 16.

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*.

¹⁷⁶ “Carta de Jorge Barbosa a Manuel Lopes”, in SANTOS, Elsa Rodrigues dos, *As Máscaras Poéticas*, p. 201.

principalmente pelas mãos de José Osório de Oliveira, que tivera um papel decisivo na publicação da revista.

Além de todas estas influências abordadas, inclusive a referência que fizemos à obra *Arquipélago*, acreditamos que um artigo intitulado “Imprensa Caboverdeana”, editado por Jorge Barbosa, em 1934, dois anos antes da revista *Claridade*, teve um papel importante na sua publicação, visto que criticava as edições feitas no arquipélago e reivindicava um periódico que merecesse o título de renovador dos costumes e do civismo nas ilhas:

“Periódico que merecesse o título de porta-voz de uma renovação, pelo seu intuito educativo, portanto reformador também dos nossos costumes e do nosso civismo tão deficientes vistos em conjunto; periódico, pois, que justamente merecesse tal honraria não o houve até agora, se estou certo, em C. Verde. Pouco, portanto, tem sido o esforço da nossa imprensa, no sentido do aperfeiçoamento moral e intelectual do nosso meio.

Temos tido algumas fôlhas que por vezes vêm à luz da leitura e depressa morrem ingloriamente, isto é: sem terem vivido uma vida que, embora efêmera, deixasse de si lembranças fortes, exemplos úteis e caminhos abertos.”¹⁷⁷

Nesse sentido, Jorge Barbosa entende que muitas das revistas que surgiam desapareciam com relativa facilidade, sem deixar fortes lembranças ou caminhos que pudessem seguir. O autor critica os jornais que se publicavam nessa altura dizendo que:

“O *mal* desses semanários e quinzenários é um mal que tem origem na nossa psicologia sentimental de gente estacionada, de gente cuja preocupação dominante é não tocar nos endeusados, no que está acomodado, arrumado no seu lugar e arrastando-se burguesmente no giro prejudicial da rotina.

O *mal* – insisto nele – que tem acompanhado a quasi [sic] totalidade das folhas caboverdeanas (as excepções deixo-as ao cuidado do leitor) manifesta-se, também, em outras preocupações não menos dominantes: no elogio adjectivado e sistemático de Beltranos e Ciceranos, tudo isso numa espécie de cornucópia de rótulos laudatórios, sem sinceridade e muitas vezes escandalosa. [...]”¹⁷⁸

Em seu entender esse periódico a publicar deveria apresentar uma atitude crítica face aos problemas regionais e universais, visto que, segundo o próprio, criticar significa

¹⁷⁷ BARBOSA, Jorge, “Imprensa Caboverdeana”, in *Ressurgimento*, Santo Antão, A. 1, nº 14 (1Dez. 1934), p.1.

¹⁷⁸ *Idem, ibidem.*

doutrinar e orientar. Era urgente que os intelectuais pusessem o raciocínio em acção e que procurassem eliminar a preguiça mental através da imprensa, ensaios e livros, porque o arquipélago tinha um grupo de jovens conscientes das suas raízes, e inteligentes. O autor chega a apelar à reacção da juventude contra uma inacção recorrente, como se nota no artigo, “Variações: algumas palavras sobre o nosso problema cultural”:

“É urgente, portanto, que a nossa mocidade intelectual acorde e reaja de facto: para viver a vida da sua inteligência, para viver a sua força [sic] e iluminar o caminho da sua passagem”¹⁷⁹

II. 2.1. Instauração do Modernismo Literário

Já acima referimos que a literatura cabo-verdiana conheceu a renovação temática e formal com a publicação da revista *Claridade: revista de arte e letras*, em Março de 1936, na ilha de S. Vicente. Fundada por Jorge Barbosa, Baltasar Lopes e Manuel Lopes, foi composta e impressa pela Sociedade de Tipografia e Publicidade Lda. Manuel Lopes editou o primeiro número, que abriu com dois poemas em crioulo (“Lantuna & 2 Motivos de Finançon”), numa clara assunção da cabo-verdianidade, facto desencadeado por ela.



Essa revista, dada à estampa em duas fases, viveu um momento de marcado silêncio, entre 1938 a 1946. A primeira fase, de Março de 1936 a Março de 1937 e com apenas três

¹⁷⁹ BARBOSA, Jorge, “Algumas Palavras Sobre o Nosso Problema Cultural”, in *Ressurgimento*, Santo Antão (1 Set. 1934), p. 5.

números publicados, ficou marcada pela colaboração de poucos redactores. Aos seus fundadores acrescentaram-se apenas os nomes de Osvaldo Alcântara (pseudónimo de Baltasar Lopes), Pedro Corsino de Azevedo, com dois poemas no primeiro número, e de José Osório de Oliveira, com o artigo “Palavras Sobre Cabo Verde Para Serem Lidas no Brasil” no segundo número. Segundo Amílcar Cabral:

“Infelizmente, a primeira fase da *Claridade* foi um relâmpago. Mas foi o suficiente para a nova geração de Poetas caboverdianos poder ver claro, e compreender que a Poesia de Cabo Verde só poderia ter personalidade, possuir um real valor, se, sem intenção premeditada, fosse “os olhos e a boca” do Arquipélago das secas.”¹⁸⁰

A segunda fase, com seis números publicados e irregulares, decorreu de 1947 a 1960. Assim, em 1947 foram publicados os números quarto e quinto; em 1948 o sexto; em 1949 o sétimo, em 1958 o oitavo e em 1960 o nono. Nuno Miranda foi editor dos números quarto a sétimo e Joaquim Tolentino dos números oitavo e nono. Teve como principal dinamizador Baltasar Lopes, sendo que Jorge Barbosa se encontrava a trabalhar na ilha do Sal e Manuel Lopes nos Açores. Registou um maior número de colaboradores, tais como António Aurélio Gonçalves, Félix Monteiro, Baltasar Lopes, Jorge Barbosa, Corsino Fortes, Manuel Lopes, Gabriel Mariano, Sérgio Frusoni, Agualdo Brito Fonseca, Arnaldo França, Pedro Corsino de Azevedo, Nuno Miranda, Tomás Martins, Osvaldo Alcântara, Manuel Serra, Mário Macedo Barbosa, Teixeira de Sousa, e outros.

Os seus integrantes justificaram essas fases com a dispersão dos seus colaboradores, a par de complexidades financeiras, já que era por eles financiada, e com a ausência de contacto entre eles, como se lê numa carta de Jorge Barbosa a Manuel Lopes: “A nossa dispersão, a distância – a falta de contacto, portanto – trarão, certamente, falta de unidade na «mise-en-marche» da folha. Mas isso é coisa que talvez se possa renovar com boa vontade.”¹⁸¹

Essa irregularidade trouxe-lhe um novo alento, ao revigorar-se com o contributo dos jovens da *Certeza* (Tomaz Martins, Nuno Miranda, Arnaldo França), a partir do quarto número, marcando-se, desse modo, alguma ligeira inovação ao juntar duas gerações. É de destacar, ainda, que agregou, no seu último número, jovens da novíssima geração, (Gabriel Mariano, Onésimo Silveira, Terêncio Anahory, Virgílio Pires, Jorge Pedro). Desse modo, a revista aumentou as suas margens e recuperou o seu lugar de destaque no meio cultural das

¹⁸⁰CABRAL, Amílcar, “Apontamentos Sobre Poesia Cabo-verdiana”, p. 7.

¹⁸¹“Carta de Jorge Barbosa a Manuel Lopes”, in SANTOS, Elsa Rodrigues dos, *As Máscaras Poéticas*, p. 203.

ilhas. Os seus responsáveis não foram alheios a esse reaparecimento e publicaram a seguinte nota na contracapa do número oito que, curiosamente, abre com o poema “Saudade do Rio de Janeiro”¹⁸², de Osvaldo Alcântara:

“Depois de uma longa interrupção, reaparece CLARIDADE [sic]. Quem conheça o nosso meio não estranhará que uma revista desta natureza não tenha a periodicidade e a regularidade de publicação que todos nós do grupo que a fundou desejaríamos. Quartel de poucos oficiais, e esses poucos espalhados pelos quatro cantos do mundo, com as limitações impostas pela pequenez do meio e pelas necessidades do ganho do pão de cada dia, não é com pequeno esforço que temos conseguido organizar e publicar os oito números já editados. Mas agora contamos com elementos novos, saídos do liceu, que se vêm juntar à turma da primeira hora: o ficcionista Virgílio Pires, o Terêncio Anahóry, o Jorge Pedro, o Ovídio Martins, o Onésimo Silveira, o Gabriel Mariano, de quem, infelizmente, não podemos inserir a colaboração neste número [...]”¹⁸³

Essa descontinuidade fez os seus fundadores architectarem uma outra revista, com uma designação diferente e uma disposição em formato de livro, em analogia com a revista *Presença* portuguesa. Nesse projecto, a revista teria uma dimensão e rosto diferentes, uma edição bimensal ou trimensal e seria dirigida por Manuel Lopes e António Aurélio Gonçalves – que nessa altura se encontravam em S. Vicente – onde seria impressa. Jorge Barbosa, que se encontrava na cidade da Praia, e José Lopes, na ilha de S. Nicolau, dariam sugestões, como se pode ler numa carta de Jorge Barbosa a Manuel Lopes, escrita em 24 de Abril de 1940:

“Julgo que a revista poderia apresentar-se em forma de livro a exemplo do que é agora a «Presença»; que a sua fisionomia, entretanto, poderia ser, em tamanho (e também em outras coisas), diferente da «Presença» para evitar a *fotografia*, o que já não acontecia com «Claridade» na parte apresentação. Período de publicação: bimensal ou tri-mensal. O que está mais acertado é que fosse dirigida e tratada por ti pelo António Gonçalves, aí em S. Vicente, onde seria também impressa. Podeis mesmo, vós ambos, aparecer como Directores. João Lopes em S. Nicolau e eu aqui seríamos parte da casa, mesmo à distância com a liberdade de dar sugestões também, com o direito de sermos da vossa camaradagem... E para que tu, ou o Dr. Gonçalves não venha um de vós, até a Praia, para concerto de pormenores.”¹⁸⁴

¹⁸²“Caminho, asfalto sem fim, / minha terra longe, / dondê a tua voz antiga / in memoriam de Nhã Isabel? // Brancaflor era alva de Lua, / Passo – Amor era cavaleiro andante! // Caminho, asfalto, / pureza violada debaixo das rodas assassinas. / Vieste escondida na minha mala / para Cristo te consagrar / na altura hierática do Corcovado.” ALCANTARA, Osvaldo, “Saudade do Rio de Janeiro”, in FERREIRA, Manuel (org. coord. e dir.) *Claridade*, N.º 8, (Mai. 1958), p. 1.

¹⁸³“ADENDA”, in *op. cit.* p. 76.

¹⁸⁴“Carta de Jorge Barbosa a Manuel Lopes”, in SANTOS, Elsa Rodrigues dos, *As Máscaras Poética*, p. 203.

Embora tenham exteriorizado interesse em trabalhar o seu formato, o primeiro modelo manteve-se e prosseguiu o seu ideário de “fincar os pés na terra”, disseminando a cultura e o quotidiano cabo-verdianos. Assim, essa revista foi o órgão literário responsável pela introdução do modernismo literário no arquipélago, através da promoção de uma autonomização face aos protótipos portugueses, produzidos pelos seus antecessores, que tiveram a empreitada de “adubar o terreno.”¹⁸⁵ Manuel Lopes justificou essa autonomização da seguinte forma:

“Um grupo de amigos pensou que se deveria criar uma revista que permitisse romper com a tradição clássico-romântica de motivos alheios à nossa realidade. Tínhamos matéria-prima local que estimulava a nossa independência cultural. A tarefa era, portanto, fincar os pés na terra, pensar Cabo Verde, sentir Cabo Verde. Impunha-se aproveitar a matéria-prima local que os séculos de relativo abandono permitiram criar e conservar, urgia essa consciencialização. [...]. A originalidade não residia em mostrar ser, mas, simplesmente, em ser. [...].”¹⁸⁶

Viveu-se com a sua publicação uma era agitada, através da eliminação de muitos preconceitos em detrimento da exposição de contradições económicas e sociais. Promoveu-se ainda o debate de ideias entre escritores e artistas. Por essa razão, Amílcar Cabral consideraria que:

“Os poetas, agora são homens comuns que caminham de mãos dadas como o Povo, e de pés fincados na terra. Cabo Verde não é o sonhado jardim hesperitano, mas, sim, “o Arquipélago” e o “Ambiente”, onde as árvores morrem de sede, os homens, de fome e a esperança nunca morre. O mar já não tem sereias e as ondas já não beijam a praia. O mar é a estrada da libertação e da saudade, e o marulhar das vagas é a tentação constante, a lembrança permanente do “desespero de querer partir e ter de ficar”. Até o caminho qualquer, “amassado pelo gado que a seca matou”, tem vida, assim como “os coqueiros esguios” e o céu azul e ardente que não promete chuva. [...]. A voz do Poeta, agora, é a voz da própria terra, do próprio Povo, da Própria realidade caboverdiana”.¹⁸⁷

Surgiu, assim, um novo tipo de tratamento da realidade cabo-verdiana, através da tematização da seca; da fome; da morte; da emigração, baseada na evasão e no dilema bipartido (querer partir – ter de ficar; querer ficar – ter de partir); da solidão; da nostalgia; da ansiedade; da evasão; da esperança; das festas; das histórias tradicionais; das crenças;

¹⁸⁵“Manuel Ferreira”, in LABAN, Michel, *Cabo Verde: encontro*, p. 105.

¹⁸⁶“Manuel Lopes”, in *op. cit.*, p. 83.

¹⁸⁷CABRAL, Amílcar, “Apontamentos Sobre Poesia Cabo-verdiana”, p. 7.

dos cantares; do movimento dos cargueiros; da insularidade; do património cultural (o crioulo, a culinária, a morna, a tabanca, o batuque); da emigração forçada para S. Tomé e Príncipe; do declínio do Porto Grande de S. Vicente.

O seu surgimento coaduna-se com o projecto de um periódico apresentado por Jorge Barbosa em 1934, anteriormente referido. Sobre esse projecto, o autor diz que deveria surgir um periódico com o propósito de educar o público cabo-verdiano, através da implementação de um espírito renovador. Deveria reconhecer assuntos de carácter universal sem descuidar os regionais. Portanto, teria que ser um periódico capaz de libertar os cabo-verdianos dos cânones praticados, de renovar o seu espírito e de os situar numa lógica modernista e renovadora, factos que vieram a acontecer com a publicação da revista *Claridade*:

“Devia ter o periódico uma intenção definida: educar o público caboverdeano, obrigando-o a rasgar os preconceitos e as velharias e arejando-lhe saudavelmente o espírito com exemplos de civilização.

A característica de um jornal nosso não seria de reconhecimento regionalista, mas, antes, de desprendimento e universalidade. O que não significaria que os nossos problemas devessem perder o interesse privativo regional.

Seria a folha arena sempre aberta a todas as discussões momentosas, contanto tivessem elevação e ideias a condimentá-las. Ao mesmo tempo: preocupar-se-hia com o que se passa ao largo, de onde nos chegam os elementos do nosso aperfeiçoamento moral e cultural. [...]”¹⁸⁸

Para Elsa dos Santos: “A revista não abria com um programa definido. Contudo, ela cumpriu-se com um ideário que tinha como principais premissas afastar-se dos cânones portugueses e exprimir a voz colectiva do povo cabo-verdiano, naquilo que ele possuía de mais autêntico.”¹⁸⁹ Essa “voz colectiva” foi explicitada em contos¹⁹⁰, apontamentos sobre as características sociais das ilhas¹⁹¹, alguns estudos etnográficos e folclóricos, excertos de

¹⁸⁸ BARBOSA, Jorge, “Imprensa Caboverdeana”, in *Ressurgimento*, Santo Antão, A. 1, n.º 14 (1Dez. 1934), p. 1.

¹⁸⁹ SANTOS, Elsa Rodrigues dos, “O Movimento da Claridade: Jorge Barbosa e Manuel Lopes”, in LARANJEIRA, Pires, *Literaturas Africanas de Expressão*, p. 190.

¹⁹⁰ Ex. “Um Galo que Cantou na Baía” (n.º 2, pp. 2-3 e 9), “O Lobo e o Chibinho” (n.º 2 pp. 8 e 10) de “O Jamaica Zarpou” (n.º 4, pp. 2-11), “As Férias de Eduardinho” (n.º 7, pp. 2- 16) de Manuel Lopes; “Dois Contos Populares de Ilha de Santo Antão” (n.º 7, pp. 30-32), de Baltasar Lopes.

¹⁹¹ Ex. “Tomada de Vista” (n.º 1, pp. 5-6, e n.º 3, pp. 9-10) de Manuel Lopes; “Apontamentos” (n.º 3, p. 6), de João Lopes; “A Estrutura Social na Ilha do Fogo em 1940”, (n.º 5, pp. 42-44) e “Sobrados, Lojas & Funcos: contribuição para o estudo da evolução social na ilha do Fogo” (n.º 8, pp. 2-8), de Henrique Teixeira de Sousa.

novelas¹⁹², de romances¹⁹³, ensaios¹⁹⁴, poemas, escritos em línguas crioula¹⁹⁵ e portuguesa.¹⁹⁶ Dessa feita, José Vicente Lopes entendeu que a revista *Claridade* foi “a negação, a ruptura total e crítica, em relação aos pré-claridosos.”¹⁹⁷ Ainda segundo o mesmo autor:

“Se aceitarmos a ideia de que os claridosos são todos aqueles que eventualmente publicaram os seus escritos nos nove números da revista, poder-se-á concluir que *Claridade* nasceu homogénea e heterogénea. Homogénea na medida em que conseguiu ser um grupo coeso e estruturado, havendo entre os seus membros as mesmas ideias e intenções, a ponto de às vezes dar a impressão que é um bloco monolítico que pensa e escreve quase da mesma forma, resguardando-se naturalmente algumas excepções. Heterogénea na medida em que soube, habilmente, incorporar no seu seio de vozes posteriores, algumas bem individualizadas, o que acabou por dar ao movimento um razoável grau de polifonia.”¹⁹⁸

Tendo resultado da consciencialização da realidade vivida em Cabo Verde e de um ambiente de desassossego social que estremecia o mundo (Fascismo em Portugal e nas colónias, Guerra Civil em Espanha, o Nazismo), o desígnio da sua publicação surgiu a partir de um grupo de amigos que tinham por hábito almoçar e jantar juntos e que discordavam da ditadura portuguesa, levando Baltasar Lopes a afirmar que: “Tínhamos de intervir” porque, segundo o próprio:

“A nossa reacção, evidentemente, era de não aceitação. [...] Não sei quem é que dizia que eles andavam a cantar Diana no Mediterrâneo numa terra cheia de fome como esta, cheia de problemas... O problema é apenas neste sentido – não é o não aceitar, aceitávamos, eu aceitava aquilo porque eles eram o que eram. Viveram sob uma determinada ideologia; agora, nós não aceitámos essa ideologia, não aceitávamos seguir essa ideologia – repeliámos no sentido

¹⁹²Ex. “Recaída ” (n.º 5, pp. 19-31 1 41 e continua no n.º 6, pp. 22-34) e “Noite de Vento” (n.º 8, pp. 40-54), de António Aurélio Gonçalves.

¹⁹³Ex. “Bibia”, excerto do romance *Chiquinho* (n.º 1, pp. 2-3 e 7), de Baltasar Lopes.

¹⁹⁴Ex. “Notas Para o Estudo da Linguagem das Ilhas” (n.º 2, p. 5 e p. 10) e “ Uma Experiência Românica nos Trópicos I e II” (n.º 4, p. 15 e abre o n.º 5, pp. 1-10), de Baltasar Lopes.

¹⁹⁵Ex. “Lantuna & 2 Motivos de Finaçon” (abre o primeiro número da revista); “Galo Bedjo”, “Bida'l Pobre”, “Casamento” (n.º 6, p. 35) e “Dinhêro D'ês Mundo”, (no n.º 7, p. 32), de Gabriel Mariano; “Caco-Leco” (n.º 7, p. 33) de Mário Fonseca; “Djom Pó- Di- Pilom” (n.º 8, p. 67), “Mudjer di Hoji” (n.º 8, pp. 68-69), de Jorge Pedro.

¹⁹⁶Ex. “Poema” – mais tarde “Irmão” (n.º 1, p. 10) e “Luar “ (n.º 7, p. 42), de Jorge Barbosa; “O Folclore Poético da Ilha de S. Tiago” (n.º 7, pp. 43-51) de Baltasar Lopes.

¹⁹⁷LOPES, José Vicente, “Claridade, Vanguarda, Modernismo”, in *Terra Nova*, Praia, A. 12, n.º 128, (Jul. – Ag. 1986), p. 4.

¹⁹⁸*Idem, ibidem.*

de não a aceitar, de não a seguir, de não a adoptar e não no sentido de que não a deviam ser assim; não senhor, eram o que eram.”¹⁹⁹

Baltasar Lopes testemunhou os contornos da sua criação como jornal, que acabou por originar uma revista, devido à inexistência de condições financeiras para os seus elementos pagarem uma quantia de cinquenta contos:

“nós íamos almoçar juntos, jantar juntos; e um dia nós fomos a um restaurantezinho que havia cá, de um tal Adelino de Matos e, no meio do jantar, veio à baila a ideia de nós publicarmos um jornal... Porque, é claro, estávamos em profundo desacordo com a forma como isto corria e com a ditadura que governava em Portugal e, portanto, aqui também. [...] Para isso, nos termos, salvo erro, da “Carta Orgânica”, o certo é que tínhamos de fazer um depósito de 50 contos. Grupo proletário que nós éramos, não podíamos dispor de 50 contos para fazer o depósito. E resolvemos então transformar aquilo: em vez de jornal publicar uma revista não periódica.”²⁰⁰

A sua designação²⁰¹ adveio de alguns “ecos” externos, sobretudo de um grupo de esquerda argentina, com a denominação *Claridad*, de um romance, intitulado *Le Feu*, de Henri Barbusse, uma figura importante do grupo francês *Clarté*, segundo Manuel Lopes:

“Claridade – o nome: Se bem me lembro, houve aqui duas sugestões quanto ao nome. Havia na Argentina, em Buenos Aires, um grupo Claridade, um grupo da esquerda, portanto que nos era simpático. Por outro lado, naquela altura eu e o Manuel Lopes – salvo erro Manuel Lopes –, eu pelo menos e o Manuel Lopes, também tínhamos lido *Le Feu*, de Barbusse e sabíamos que o Barbusse pertencia ao grupo Clarté, e daí a ideia de *Claridade*. De maneira que há esta dupla influência: Argentina e Barbusse.”²⁰²

Por se tratar de um momento de transição literária, são notórios alguns vestígios históricos e estéticos portugueses em ensaios, poemas, ficção, numa interligação que levou Manuel Ferreira a referir que: “o modernismo é feito de metade do antigo”²⁰³, existindo segundo o próprio: “A contaminação do velho pelo novo e a emergência do novo a partir do

¹⁹⁹“Baltasar Lopes”, in LABAN, Michel, *Cabo Verde: encontro*, p. 24.

²⁰⁰*Idem*, 25.

²⁰¹Para Manuel Ferreira: “Claridade é o registo criativo de uma nova poesia, de uma nova ficção, de uma nova cultura – de tal modo que uma coisa é a literatura que se fez desde as origens até aos anos de 30 e, outra a literatura que se cria a partir de então, numa dádiva toral, numa simbiose entre o escritor e a realidade crioula, autêntica. Os modelos coloniais são postos de parte e os textos que vão surgindo vêm marcados pela novidade e pela originalidade: exprimem a cabo-verdianidade.” “Manuel Ferreira”, in LABAN, Michel, *Cabo Verde: encontro*, pp. 105-106.

²⁰²“Baltasar Lopes”, in *op. cit.*, p. 25

²⁰³ FERREIRA, Manuel, (org., coord. e dir.) “Prefácio”, in *Claridade: revista de arte e letras*, 2ª ed., Linda-a-Velha, A.LAC, 1986, p. LXXXI.

velho.”²⁰⁴ Dessa interligação nasceu, segundo Jaime de Figueiredo, a característica convivência na literatura cabo-verdiana de poesia “de sentido moderno”²⁰⁵ com formas ultrapassadas:

“De par com a eclosão de uma poesia viva, radicada no ambiente e voltada para os problemas da terra e do homem, também na época contemporânea, entre nós, se continua registrando certa ordem de manifestações em verso, formas residuais de ultrapassadas influências humanistas, que com a poesia pouco ou nada têm que ver.”²⁰⁶

Houve, com ela, a edificação de um vasto painel nacional, onde alguns autores, à luz da modernidade, utilizaram a *cafua* para iluminar essa literatura arquipelágica, que até então não concebia as “figuras dramáticas”, vistas por Baltasar Lopes, e presentes nomeadamente no poema “Evocação do Recife”²⁰⁷, de Manuel Bandeira, escrito em 1925.

É de realçar que essa revista causou “eco” em Portugal, o que fez com que, em 1937, um ano após a sua publicação, os presencistas publicassem um comentário, atribuindo o espírito português aos cabo-verdianos e enaltecendo o seu carácter, que soube integrar-se no universal sem perder a sua personalidade própria, conforme referimos anteriormente.

Em síntese, houve com a revista o descerramento de novas hipóteses estéticas, temáticas, iniciando o modernismo, e transformando-se os autores em agentes da sua própria circunstância, através da resistência e da não-aceitação de uma propaganda cultural, económica que contagiava os habitantes do arquipélago.

²⁰⁴ *Idem*, p. LXXIX.

²⁰⁵ FIGUEIREDO, Jaime (org. e sele.), *Modernos Poetas Caboverdianos*, Edições Henriquinas, 1961, p. XII.

²⁰⁶ *Idem*, *ibidem*.

²⁰⁷ “Recife / Não a Veneza americana / Não a Mauritssad dos armadores das Índias Ocidentais / Não o Recife dos Mascates / Nem mesmo o Recife que aprendi a amar depois - / Recife das revoluções libertárias / Mas o Recife sem história nem literatura / Recife sem mais nada / Recife da minha infância / [...] / Coelho sai! / Não sai! / À distância as vozes macias das meninas politonavam: // Roseira dá-me uma rosa / Craveiro dá-me um botão / (Dessas rosas muita rosa / Terá morrido em botão...) // De repente / nos longes da noite / um sino // Uma pessoa grande dizia: / Fogo em Santo António: São José! / Totónio Rodrigues achava sempre que era São José. / Os homens punham o chapéu saíam fumando / E eu tinha raiva de ser menino porque não podia ir ver [o fogo / Rua da União... / [...] // Recife... / Meu avô morto. // Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro como a casa [de meu avô.” BANDEIRA, Manuel, “Evocação do Recife”, in *Obra Poética*, 1ª ed., Lisboa, Editorial Minerva, 1956, pp. 215-218.

II. 3. “O Messias Desiludiu-nos”

O termo “o messias desiludiu-nos” foi usado por Baltasar Lopes em resposta a algumas afirmações feitas pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre aquando de uma viagem que fez ao arquipélago de Cabo Verde, em Outubro de 1951²⁰⁸. A sua curta estada no arquipélago e o pouco contacto que estabeleceu com os seus intelectuais fizeram-no formar uma visão errónea da realidade sociocultural cabo-verdiana, desiludindo esses jovens escritores que o apreciavam e desejavam a sua ida ao país, a par do estudioso português Artur Ramos (que, refira-se, teve morte prematura)²⁰⁹, conforme se nota nas seguintes palavras de Baltasar Lopes:

“Logo, como fogo em mato seco, começou a alastrar-se entre os do nosso grupo a esperança de que viessem um dia a Cabo Verde deslocar a sua tenda de estudos de campo estes dois especialistas das culturas tropicais, munidos, como estavam, de técnicas e experiência que nenhum de nós possuía. [...]

No que diz respeito a Artur Ramos, o maná não pode cair directamente. Se não fosse a sua morte prematura, estou a ver o que ele poderia apurar e sistematizar em matéria de aculturação, relações de raças e de cultura [...].

Enfim, Gilberto Freyre veio. Chegou, viu, interpretou. Porém, [...] poderia ele dar das nossas ilhas uma interpretação não eivada de pressa jornalística ou turística, no tão pequeno espaço de tempo e na pobreza de contactos com que teve, *tant bien que mal*, de receber um vislumbre da nossa vida? [...]”²¹⁰

²⁰⁸Segundo Baltasar Lopes, Gilberto Freyre: “Chegou à Praia, dali navegou para S. Vicente, onde viu Ulisses (Jorge Karantonis), o Judeu Exógamo (o nosso conhecidíssimo e, há tanto tempo, tropicalíssimo Scofield), conheceu o sósia (fisionómico) de Mário de Andrade e (cultural) de Pixinguinha, teria assistido a uma ou outra manifestação de folclore urbanizado [...].

Depois de cumprido este quase-rito esconjuratório do tubarão, embarcou para a ilha do Sal num veleiro, diz Gilberto Freyre, “tão arcaico, que já devia estar tranquilamente em seu canto de museu”. LOPES, Baltasar, “Cabo Verde Visto por Gilberto Freyre”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, A. 7, n.º 84 (1 Set. 1956), p. 8.

²⁰⁹Devido a importância que os seus estudos sobre o Brasil tiveram nos claridosos, esses jovens publicaram na contracapa do número sete da revista *Claridade*, um texto em sua homenagem: “Chega-nos a notícia de ter falecido em Paris o professor Artur Ramos. O autor de tantos trabalhos do mais alto valor deixa, em matéria de folclore, etnografia e antropologia, uma obra que constitui motivo de estudo, exemplo e inspiração para todos nós que, por sermos portadores de formas de comportamento providas do comércio entre africanos e europeus, temos necessidade de definir o que verdadeiramente somos e pesquisar as raízes em que se planta a nossa personalidade. [...]” PROFESSOR ARTUR RAMOS, in FERREIRA, Manuel (org., coord. e dir.), *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 7 (Dez., 1949), p. 52.

²¹⁰LOPES, Baltasar, “Cabo Verde Visto por Gilberto Freyre”, pp. 7-8.

Por ter feito essa interpretação “*tant bien que mal*”, Baltasar Lopes afirmou que “O Messias desiludiu-nos”²¹¹, devido sobretudo ao menosprezo que revelou face ao crioulo, motivando Jorge Barbosa a referir também que “O grande sociólogo brasileiro, que todos nós, de há muito, estimámos e admiramos, não tem razão.”²¹²

Esses intelectuais manifestaram-se profundamente decepcionados com o que o sociólogo escreveu sobretudo em *Aventura e Rotina*. Nessa obra, o autor viu os habitantes das ilhas como sendo mestiços ou crioulos, e como africanos que, tendo recebido certos valores europeus, se encontravam num estado de indefinição cultural, justificada pela fragilidade económica, pelo uso “generalizado” do crioulo, incapaz de servir como meio complexo de expressão, e ausência de uma arte popular legítima.

Baltasar Lopes, que se encontrava no Brasil aquando da presença de Gilberto Freyre em Cabo Verde, respondeu-lhe com o seu artigo *Cabo Verde Visto por Gilberto Freyre*, em 1956, onde, além de explicar as razões²¹³ que levaram o seu grupo a ansiar pela ida do sociólogo ao arquipélago apresentou os pontos negativos da sua abordagem, chegando a afirmar que do seu trabalho só se aproveitavam algumas “migalhas”:

“Como todo o arrazoado que fica aí, pretendi sugerir que metodologicamente não devemos tomar como traduzindo o Cabo Verde caboverdiano certas conclusões a que implícita e explicitamente chegou Gilberto Freyre no seu livro “Aventura e Rotina”. Muito mais, mas muitíssimo mais, teria o mestre brasileiro de observar, talvez melhor, de surpreender, para que essa necessidade de interpretação a que há pouco aludia pudesse ser satisfeita. As próprias dificuldades de comunicação que impressionaram Gilberto Freyre determinam vivências insuspeitadas, que não se aprendem com uma rápida visita a centros urbanos de poucas ilhas.. [...]”²¹⁴

Quanto à literatura do arquipélago, Gilberto Freyre, além de ter ficado desapontado, achou-a parecida com a brasileira e entendeu que os poetas cabo-verdianos precisavam de se distanciar da do seu país. Apesar de manifestar a sua oposição em relação às ideias de

²¹¹*Idem*, p. 11.

²¹²BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: nós e Gilberto Freyre”, p. 24.

²¹³Segundo Baltasar Lopes: “Há um pouco mais de vinte anos, eu e um grupo reduzido de amigos começámos a pensar no *nosso problema*, isto é no problema de Cabo Verde. Preocupava-nos sobretudo o processo da formação social destas ilhas, o estudo das raízes de Cabo Verde. Entrevíamos o problema, mas faltava-nos a especialização e também a experiência desta espécie de estudos. Se exceptuarmos um ou outro raro domínio como, por exemplo, o da linguagem, éramos perfeitamente hóspedes em tantos outros, como o da antropologia cultural, da aculturação, das relações de raças e de cultura, do folclore, entendido como ciência. Precisávamos de certezas sistemáticas, que só nos podiam vir, como auxílio metodológico e como investigação, de outras latitudes.”LOPES, Baltasar, “Cabo Verde Visto Por Gilberto Freyre”, p. 6.

²¹⁴*Idem*, p. 10.

Gilberto Freyre, Jorge Barbosa assumiu a influência da literatura brasileira na sua geração. No entanto, desvalorizou uma situação de dependência, visto que os cabo-verdianos construíram o seu próprio caminho literário e que essa influência não foi “tão duradoura, porque depressa soubemos encontrar o nosso caminho, embora tivesse ficado em nossos escritos, por coincidência de reacções, alguma parecença com a literatura brasileira. Uma parecença de família.”²¹⁵

Manuel Ferreira apontou dois pontos de distinção entre a poesia cabo-verdiana e as demais, a nível temático, visto que procurava a afirmação de uma personalidade originada da mistura de duas raças diferentes (o negro e o branco), sendo que o mestiço movimentava-se “livremente (tão livremente quanto é possível numa sociedade estruturada em formas tradicionais) reagindo perante o meio socio-económico com uma consciência sábia e reflectida.”²¹⁶

Nessa óptica, José Lopes também referiu no artigo “Apontamento”, publicado no número dois da revista *Claridade*, que os cabo-verdianos se basearam na literatura brasileira por usufruírem da mesma formação afro-europeia, entendida como mestiçagem por Gilberto Freyre, na obra *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1933, dando enquadramento à teoria do luso-tropicalismo.²¹⁷

Baltasar Lopes, no seu artigo “Uma Experiência Românica nos Trópicos”, abordou essa questão do seguinte modo:

“O eminente sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, nas suas conferências na Europa, reeditadas em 1940, com o título *O Mundo Que o Português Criou*, apresenta um ponto de vista rico de sugestões e que, quando transportado para o problema linguístico, está de acordo com o que suponho ser a tenacidade românica nos territórios ultramarinos de cunho português. Para o ensaísta brasileiro, “Portugal, o Brasil, a África e a Índia Portuguesas, Madeira, os Açores e Cabo Verde constituem hoje uma unidade de sentimento e de cultura”. Os luso-descendentes – puros e mestiços – de áreas diversas (continua Freyre) quando se põem em contacto uns com os outros é para se sentirem

²¹⁵BARBOSA, Jorge, “Crónica de S. Vicente: nós e Gilberto Freyre”, p. 24.

²¹⁶FERREIRA, Manuel, “Uma Página de Artes e Letras”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, A. 12, Nº 133 (Out. 1960), pp. 9-10.

²¹⁷O lusotropicalismo nasceu num contexto histórico e numa realidade social bastante concreta. O Brasil foi, provavelmente, o país em que o colonialismo português se esforçou para se distanciar dos demais modelos e sistemas. Nesse sentido, não só tentou retirar o máximo proveito económico possível, como também, se autolegitimar durante o máximo período de tempo, num país que teve algumas particularidades à nível de formação social.

espantosamente semelhantes nos seus motivos e nos seus estilos de vida.[...].”²¹⁸

Essa teoria deu um novo alento ao regime salazarista, ao ter apresentado características que, no entender do seu autor, suportavam a ideologia desse regime, nomeadamente por uma natureza etnicamente democrática, assente em boas relações entre os escravos e senhores, e pela capacidade civilizadora portuguesa nos trópicos:

“Também quanto à relativa benignidade nas relações, no Brasil, entre os vários grupos étnico-culturais. São grupos que, interpenetrando-se, vêm concorrendo, através de considerável mobilidade social, quer horizontal, quer vertical. Para favorecer, nesta parte da América, sob forma de uma civilização moderna em ambiente tropical, uma democracia dinamicamente étnico-cultural com o mérito pessoal tendendo, cada vez mais, a superar desvantagens tanto de etnia quanto de classe que possa prejudicar indivíduos.”²¹⁹

Ainda no que concerne à ida ao arquipélago, em resposta à sua opinião em relação aos respectivos intelectuais, Gilberto Freyre afirmou que:

“Fiquei, de certo modo, decepcionado, pois esperava mais e melhor. A influência brasileira é manifesta. Prejudicial porque dela os intelectuais de Cabo Verde não souberam libertar-se. Falta-lhes portanto originalidade. Falta-lhes personalidade. Uma literatura própria diferenciada, não se cria pela insistência na escolha de temas locais. É necessário ir mais longe, trazer esses temas para o plano universal.”²²⁰

Esta abordagem fez Jorge Barbosa acusá-lo de não ter obtido elementos suficientes que o pudessem ajudar a ter uma visão positiva do arquipélago, ao ter passado pouco tempo nas ilhas e ao ter tido pouco contacto com os “homens das letras”, conforme também defendeu Baltasar Lopes:

“Ora, não sei se Gilberto Freyre terá colhido elementos informativos suficientes para fazer aquela rápida alusão às pessoas, bem poucas por sinal, que em Cabo Verde se dedicam às letras. Teve entre nós, como não podia deixar de ser, passagem de bem curta duração. Seus contactos connosco foram limitados e poucos. [...]. Como terá sucedido em vários climas em várias épocas, e terá sucedido no Brasil também, não é caso invulgar os escritores e as literaturas sofrerem influências de outros escritores, mesmo na sua fase de

²¹⁸ LOPES, Baltasar, “Uma Experiência Românica Nos Trópicos”, in FERREIRA, Manuel (org., coord. e dir.), *Claridade: revista de arte e letra*, S. Vicente, N.º 4 (Jan. 1947), p. 15.

²¹⁹ FREYRE, Gilberto, *Novo Mundo nos Trópicos*, São Paulo, CEN/Edusp, 1971, p. XXI.

²²⁰ BARBOSA, Jorge, “Crónica de S. Vicente: nós e Gilberto Freyre”, p. 23.

renovação, em que se iniciam, portanto, novas rotas, diferentes das segundas até então. [...].”²²¹

O autor supracitado referiu, ainda, que as suas produções literárias nem sempre se limitaram aos locais do arquipélago, conforme defendeu Gilberto Freyre, tendo havido a preocupação de universalizá-las:

“Ao contrário do que supõe o autor de *Sobrados e Mucambos*, nem sempre insistimos em temas locais; nem procuramos, neles apenas, os motivos das nossas produções. Mas assim mesmo, com o seu ponto de partida climático, com as suas raízes aprofundadas na terra mãe, com as suas vozes ecoando anseios e vozes das almas irmãs que nos rodeiam, a nossa produção literária terá tido projecção e universidade [...].”²²²

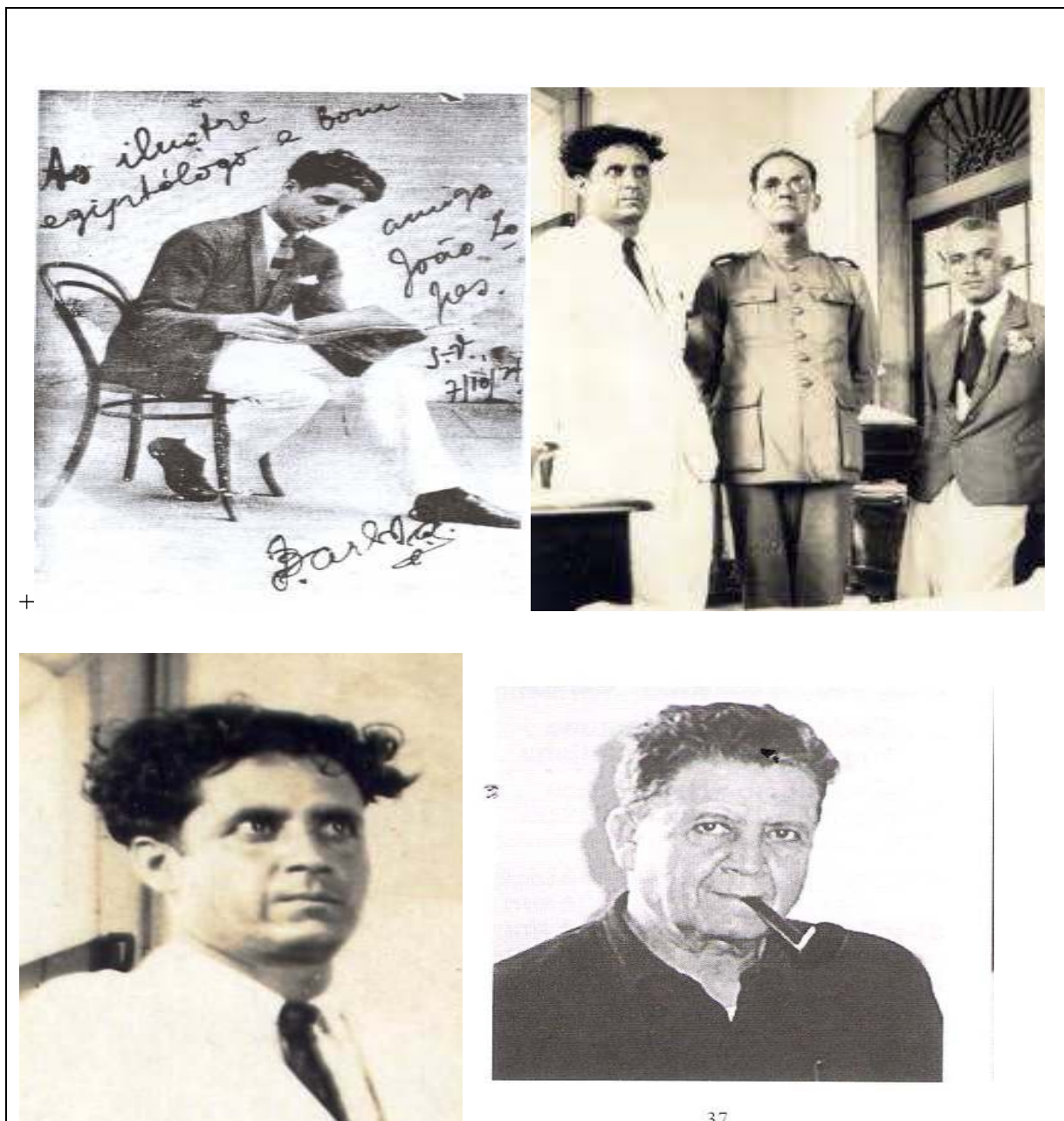
²²¹*Idem, ibidem.*

²²²*Idem, p. 24.*

CAPÍTULO III: A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE JORGE BARBOSA

III. 1. Notas Biográficas

Jorge Vera Cruz Barbosa, conhecido por *Nhô Jorge*, nasceu na ilha de Santiago, no dia 22 de Maio de 1902 e faleceu em Portugal, na Cova da Piedade, no dia 6 de Janeiro de 1971, vítima de um problema de coração. Foi sepultado no cemitério da Monte da Caparica, no dia 7 de Janeiro, pelas 16 horas.



Posteriormente, o seu corpo foi trasladado para a cidade da Praia, numa cerimónia organizada pelo governo de Cabo Verde. Morreu dois anos depois de se ter aposentado como “reverificador” da alfândega, em 1967, com 65 anos, na ilha do Sal, onde viveu e

trabalhou muitos anos, facto que o fez contactar e conviver com muitos intelectuais estrangeiros que por ali passaram. Como exemplo desse contacto, temos a notícia da passagem de um casal de argentinos pelo arquipélago, mais concretamente pela ilha de S. Vicente, que o procurou para lhe pedir informações culturais sobre Cabo Verde:

“Casal argentino em S. Vicente

Vindo da Europa no paquete panameno “Homeland”, em viagem de regresso a Buenos Ayres, passou há algumas semanas por S. Vicente, onde desembarcou, a conhecida escritora argentina Chita de Leonard Amaya. Procurou o nosso colaborador Jorge Barbosa a quem pediu informações sobre a actualidade cultural caboverdeana, mostrando-se muito interessada pela nossa vida e pela nossa gente.

A ilustre periodista viajava em companhia do seu marido, professor catedrático Doutor Federico Alberto Amaya, que recentemente esteve de visita à Europa como enviado especial da Universidade de Buenos Aires.

Chita Amaya, que ocupa uma posição de destaque em dois periódicos daquela capital, prometeu mandar notícias através das notas de viagem que irá publicar e que ficamos aguardando com o mais vivo interesse.”²²³

Jorge Barbosa foi ainda Director das Alfândegas, por duas vezes, durante três anos na ilha de S. Vicente, e durante cerca de oito anos em Espargos, na ilha do Sal, e também Vogal das Câmaras Municipais do Fogo e da Praia e Presidente da Comissão Local das Comemorações Henriquinas, na ilha do Sal. Em 1970, pretendeu ser nomeado²²⁴ delegado do Governo de Cabo Verde junto de uma sociedade turística, recém criada, na referida ilha. Para que tal pretensão fosse concretizada, escreveu uma carta²²⁵ datada de 22 de Fevereiro desse ano endereçada ao Secretário do Presidente do Conselho expondo esse desejo:

“Exmo. Senhor Secretário de Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho:

Peço licença para vir incomodar V. Exa.

Trata-se do seguinte que lhe rogo a subida finesa de fazer chegar ao conhecimento do Exmo. Senhor Doutor Marcelo Caetano:

²²³LEVY, Bento, “Casal Argentino em S. Vicente”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 6, n.º 65 (1 Fev. 1955), 14.

²²⁴Essa nomeação era, segundo o próprio, uma “iniciativa de Sua Exa. o Governador de Cabo Verde, pelo que o assunto, se merecer o patrocínio do Exmo. Senhor Professor Doutor Marcelo Caetano, poderá ser encaminhado para Sua Excelência o Senhor Ministro do Ultramar.” “Carta de Jorge Barbosa ao Secretário do Presidente do Conselho”, Torre do Tombo, Cx.53.

²²⁵Encontra-se acompanhada de um *memorandum* do poeta, datada de 22 de Fevereiro de 1969, de um ofício n.º 8092/69 e de um comprovativo da sua recepção, com a data de 6 de Junho de 1969. (A datação da carta, 22 de Fevereiro de 1970, suscite-nos algumas dúvidas).

Foi criada, com capitais nacionais e estrangeiros, uma sociedade de turismo na Ilha do Sal, onde, da última vez em que lá estive, ocupei o cargo de Director da Alfândega, durante cerca de 8 anos.

Pretendo, se for possível, ser nomeado delegado do governo junto da mesma sociedade. Peço permissão para dizer, que me julgo qualificado para desempenhar o cargo, já que tenho prática administrativa e de contas públicas, adquirida no espaço de tempo em que fui funcionário de Estado, no decurso de 43 anos de serviço. Julgo-me também com idoneidade moral e social, compatíveis com as funções e a representação do referido cargo, pelo que rogo e agradeço a minha nomeação.

A iniciativa da nomeação por mim desejada pertence a Sua Exa. O Governador de Cabo Verde, pelo que, se o Exmo. Senhor Doutor Marcelo Caetano dispensar o seu patrocínio ao meu caso, poderá, se o quiser, encaminhá-lo para Sua Exa. o Senhor Ministro do Ultramar.

De ante-mão, muito agradeço a V. Exa., Senhor Secretário, a atenção que lhe possa merecer esta carta e este assunto. [...].”²²⁶

De acordo com várias referências biográficas, que a seguir listamos, Jorge Barbosa era alto, simpático e, à semelhança de todos os cabo-verdianos, mantinha a esperança de que no dia seguinte iria chover. Consta ainda da sua biografia que era bem humorado, distraído e um sonhador que gostava de contemplar o horizonte todos os dias à tarde quando se dirigia para perto do mar para apreciar o fim de mais um dia de trabalho. Essa contemplação permitiu-lhe consolidar várias experiências marítimas que foram tematizadas na sua escrita, como se nota numa breve abordagem que fez de um navegador, na crónica “Navegador Solitário”:

“Vi-o desembarcar no cais, sorridente, espadaúdo, de barba crescida, com um pequeno cão – o único companheiro da viagem – erguido nos braços como se fosse uma criança.

O naviozinho, elegante, de mastro alto, balouçando com a precisão e o ritmo de um pêndulo, ficou fundeado perto, a descansar da viagem que teve a longa duração de três meses oceânicos duros de passar. [...]

Vi-o depois outra vez no cais, quando de novo partia. Mas não era já no barquito da viagem aventureira através do atlântico. Desistente dos terminus desse sonhado percurso, regressava simplesmente, confortavelmente, ao porto da partida, a bordo de um paquete. [...].”²²⁷

²²⁶“Carta de Jorge Barbosa ao Secretário do Presidente do Conselho”, ... Cx.53.

²²⁷BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: navegador solitário”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 38, (1 Nov. 1952), p. 22.

Embora tenha enfrentado algumas dificuldades económicas, quando questionado por Maria Helena Spencer²²⁸ sobre a realidade da sua vida, respondeu dizendo que lutava de forma silenciosa e que aceitava as diferentes oscilações da vida:

“– Luta silenciosa, sem legendas exageradas. Aceito a vida naturalmente, com os seus momentos felizes, as suas horas amargas e difíceis. Vivo-a com optimismo cristão, comendo bem, rindo alto, folgando e bebendo em, companhia de amigos, amando ainda, enfrentando os meus problemas sem desânimos e queixumes, rabiscando os meus versos.”²²⁹

Numa carta a Manuel Lopes, escrita no dia 24 de Abril de 1940, assumiu essas dificuldades financeiras:

“De epidemia só poderei ter a de algibeiras vazias, que se não cura por mais quarentena que eu faça [...].

Duvido, entretanto, que consiga esse socego [sic] interior a par do socego ambiente que me dá o sítio onde estou. A minha crise nervosa é quasi [sic] constante e os problemas materiais da minha vida imensos. Tudo isso amontoado, tudo isso a remexer, dia e noite, cria um estado de drama que anula em mim muitas das minhas possibilidades e evitava os meus esforços.”²³⁰

Terminados os estudos primários em Cabo Verde, estudou até ao terceiro ano no Liceu Gil Vicente, em Lisboa, tendo regressado a Cabo Verde e continuado os seus estudos liceais até ao quinto ano, que não chegou a concluir. Era autodidacta e sabia falar francês. Quando ia a S. Vicente, apresentava um ar apressado e um jeito irrequieto, dando a sensação de que estava sempre ocupado e a ser solicitado pelos amigos. Por razões profissionais, teve pouco convívio pessoal com alguns intelectuais da sua geração, nomeadamente Manuel Lopes, o que explica a intensa troca de cartas entre os dois. Numa carta escrita a Arnaldo França, no dia 28 de Novembro de 1962, refere que estava a passar por alguns problemas de saúde:

“Aeroporto do Sal, noite reumática de 28 de Novembro de 1962.

Caro França:

²²⁸Segundo Maria Helena Spencer: “Os olhos do poeta têm uma expressão distante; vejo-lhe o rosto desenhado de pequenos traços que o sorriso não consegue atenuar e pergunto a mim mesma se este rapaz alegre, despreocupado e sempre jovem também terá lutado e sofrido, se também ele conhecerá o amargor das horas más[...]”. SPENCER, Maria Helena, “Uma Tarde Com Jorge Barbosa”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 5, n.º 57 (1 Jun. 1954), p. 10.

²²⁹*Idem, ibidem.*

²³⁰“Carta de Jorge Barbosa a Manuel Lopes”, in SANTOS, Elsa Rodrigues dos, *As Máscaras Poéticas*, pp. 204-205.

Duplamente agradeço a separata que me enviou.

Tenho sofrido muito com reumatismo num pé, que está deformado pelo inchaço.

Suponho ser reumatismo.”²³¹

Era filho mais velho de Simão Barbosa²³², antigo Reitor do Liceu Gil Eanes, na ilha de S. Vicente e de Eugénia Vera Cruz Barbosa. Em 1930, casou-se com Ida Barbosa tendo tido com ela cinco filhos: Jorge Pedro Barbosa (viria a ser poeta como o pai), residente nos Estados Unidos, Rita Teresa Feijó Barbosa, casada com um americano, Jorge Eduardo Pereira Barbosa²³³, foi assistente na Universidade de Lovaina, Zilda Teresa Barbosa, casada com Celso Estrela e residente na ilha do Sal, e Maria Solange Barbosa Machadinho, casada com João Machadinho.

Embora não gostasse de honrarias, em 1955 aceitou o prémio Camilo Pessanha, no valor de 10 contos cabo-verdianos e foi agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem do Império Português.²³⁴ O prémio foi considerado justo pela crítica, conforme se pode ler em texto escrito por um anónimo em *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, ao referir que o mesmo resultou do seu trabalho e à sua ligação a sua terra natal:

“Como noutro lugar vem referido, Jorge Barbosa acaba de ser galardoado com o Prémio Camilo Pessanha (poesia) do concurso de literatura ultramarina, organizado anualmente pela Agência Geral do Ultramar.

É com viva satisfação que registamos o facto e acompanhamos os nossos redactores em Lisboa, manifestando a Jorge Barbosa a admiração que sempre tivemos pelo seu talento e o orgulho que também sentimos pelo triunfo alcançado.

²³¹ BARBOSA, Jorge, (Elsa dos Santos pref., org. e notas) *Poesia Inédita e Dispersa*, Lisboa, 1993, ALAC, p. 92.

²³² Simão José Barbosa nasceu em S. Vicente e faleceu em Portugal, vítima de um atropelamento de carro, ocorrido na Avenida Almirantes Reis em Lisboa. Casou-se com Eugénia Vera Cruz. Fez os estudos liceais em Lisboa, na Escola Politécnica, e posteriormente frequentou o curso de Medicina, que não chegou a concluir. Foi professor de liceu, tesoureiro e secretário da Câmara Municipal do Mindelo. Em Março de 1922 foi nomeado administrador do concelho. Foi um dos responsáveis pela criação do liceu Infante D. Henrique, futuro Liceu Gil Eanes tendo sido, ainda, um dos nove professores que fizeram parte do seu primeiro corpo docente, e seu reitor.

²³³ Jorge Eduardo Pereira Barbosa, mais conhecido por Zó, morreu no dia 5 de Julho, dia da Independência de Cabo Verde. Segundo o Jornal a Semana: “Jorge Eduardo Pereira Barbosa aderiu à luta de libertação nacional em 1966, tendo exercido funções políticas no quadro da mobilização da diáspora para a independência de Cabo Verde, com elevado espírito de missão e companheirismo. Exerceu com elevado espírito de missão a mobilização política na diáspora para a independência de Cabo Verde.” “MORRE O COMBATENTE JORGE BARBOSA”, in <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article54630&ak=1>.

²³⁴ A ordem do Império foi uma ordem portuguesa honorífica que foi criada em 1932 e extinta após o 25 de Abril. O seu principal objetivo era homenagear os que prestavam serviços distintos, ao serviço do governo, administração e diplomacia, na colonização do Ultramar ou ao serviço da Marinha Mercante, nos Transportes Aéreos e outros, em prol do território português.

Jorge Barbosa, alheio aos que lhe deturpam as intenções, colhe os frutos do seu labor, honrando-se e à terra que lhe foi berço.

Parabéns – Jorge Barbosa. Aceite daqui – agora que a notícia já é oficial – o abraço que antecipadamente lhe deixámos em São Vicente.”²³⁵

Tratando-se Jorge Barbosa de uma das principais figuras da cultura cabo-verdiana, a sua morte mereceu alguns destaques na imprensa portuguesa. Num artigo intitulado “O Grande Poeta Cabo-verdiano Faleceu Ontem” publicado no jornal *O Século*, destacou-se que se tinha extinguido uma das grandes vozes da poesia cabo-verdiana e portuguesa:

“Extinguiu-se uma das vozes mais claras da poesia portuguesa das últimas décadas: Jorge Barbosa, o grande poeta cabo-verdiano, faleceu ontem, [6 de Janeiro de 1971], de madrugada, na sua residência da Cova da Piedade, onde recentemente se instalara para travar a batalha final contra uma doença cardíaca que não viria, porém, a perdoar-lhe. Dali, da Rua Projectada à Rua D. Dinis, 66, 6º, sai hoje [7 de Janeiro de 1971], o funeral, às 16 horas, para o cemitério do Monte de Caparica. [...]”²³⁶

Num outro artigo, “Faleceu o Poeta Jorge Barbosa”, além da alusão a algumas notas biográficas do autor, evocou-se o “estado de luto” da poesia portuguesa e cabo-verdiana e o início da sua actividade literária:

“A poesia portuguesa, em geral, e a cabo-verdiana, em particular, muito perderam com a morte de Jorge Vera Cruz Barbosa, nascido em, 1902, na ilha de Santiago. Começou a escrever muito cedo, mas a sua primeira obra, *Arquipélago*, só foi publicada em 1935. [...]. Jorge Barbosa acompanhou desde o princípio o movimento estético do grupo *Atlanta* e a fundação da revista *Claridade*, na qual logo se revelou um dos mais representativos poetas do arquipélago. [...]”²³⁷

No *Mundo Português* seguiu-se a mesma lógica analítica da sua morte, e aludiu-se ao facto de ter partido um conceituado poeta português contemporâneo:

“Faleceu um dos mais destacados poetas portugueses contemporâneos: Jorge Barbosa, que há pouco tempo, vindo de Cabo Verde, se fixou na

²³⁵“JORGE BARBOSA”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, S. Vicente, A. 7, nº 76, (1 Jan. 1956), p. 9.

²³⁶“JORGE BARBOSA: o grande poeta cabo-verdiano faleceu ontem”, in SANTOS, Elsa, *As Máscaras Poéticas*, p. 243.

²³⁷“FALECEU O POETA JORGE BARBOSA”, in *op. cit.* p. 244.

metrópole para convalescer de uma grave doença cardíaca. O mal agravou-se e calou-se enfim, para sempre, a voz do autor do *Caderno de Um Ilhéu*.”²³⁸

Em “Hora di Bai”, Albano Neves de Sousa afirma: “Morreu o Jorge Barbosa... mas fica o poeta enquanto durar a língua que falamos.”²³⁹

III. 2. História e Condições da Produção Literária

A obra literária de Jorge Barbosa é constituída por poesia, diversas crónicas de S. Vicente, cartas, alguns artigos, dois contos e um romance inédito, intitulado *Bia Graça*²⁴⁰, que deixou por concluir e que se encontra na posse do seu filho Jorge Pedro, nos Estados Unidos. Publicou as obras poéticas *Arquipélago* (S. Vicente, 1935), *Ambiente* (Praia, 1941), *Caderno de Um Ilhéu* (Lisboa, 1956) e deixou um conjunto de poemas inéditos, dispersos em revistas e jornais, como *Jornal da Europa*, *Seara Nova*, *Presença*, *Diabo*, *Cabo Verde*, *África*, *Mundo Português*, *Momento*, *Presença*, *Descobrimento*, *Cadernos de Poesia*, *Atlântico*, *Aventuras*, *Notícias de Cabo Verde*, *Mensagem*, *Boletim de Cabo Verde*, *Fradique*, *Claridade*, *Diário de Notícias*.

Os inéditos ficaram entregues a alguns amigos e a obra *O Romanceiro dos Pescadores*, ao seu grande amigo Joaquim Ribeiro, director do Centro de Informação e Turismo. Uma grande parte dos seus textos encontra-se reunida na *Obra Poética* (2002), organizada por Elsa Rodrigues dos Santos e Arnaldo França, tendo-se concretizado dessa forma um sonho antigo do autor, que pretendia juntar as três obras publicadas (*Arquipélago*, *Ambiente* e *Caderno de Um Ilhéu*) e alguns inéditos num único volume intitulado *Poesia Possível*. Essa publicação, segundo o autor, coincidiria com as “bodas de prata” do livro *Arquipélago*, como se lê numa carta endereçada ao seu amigo José Osório de Oliveira, datada de 4 de Outubro de 1960:

“Caro Osório de Oliveira:

Ultimamente, estive ausente da ilha do Sal, cerca de um mês. Foi na Praia que recebi, em Setembro, o esquema do programa “Música e Poesia”, radiofónico pela Emissão Nacional, em 24 de Agosto último, sob orientação de D. Rachel Bastos, sua Esposa e Minha Senhora. [...]

²³⁸“O POETA QUE PARTIU”, in *op. cit.*, p. 245.

²³⁹SOUSA, Albano Neves de, “Hora di Bai”, in *Permanência*, Lisboa, A.1, nº 10 (Abr. 1931), p. 32.

²⁴⁰Apesar das nossas tentativas não conseguimos ter acesso ao texto.

É provável que ainda neste ano apareçam, num só, os meus três livros já publicados, acrescido de alguns poemas inéditos. O que eu tenho escrito ultimamente («Memorial de São Tomé», Meio Milénio», etc. ; não poderão ser publicados; estou escrevendo, como já disse, poesia sobre areia...).[...]

O livro de que atrás lhe falei deverá coincidir com as bodas de prata de «Arquipélago», se Deus quiser. Chamarei o volume «Poesia Possível».²⁴¹

O autor ganhou o prémio Camilo Pessanha com a obra *Caderno de Um Ilhéu*, em 1955, publicada numa fase em que já escrevia sem rima e em que abordava o quotidiano e o imaginário cabo-verdianos, utilizando uma linguagem por vezes irónica. Nessa obra, Jorge Barbosa manifestou a alma de um poeta que cantava as suas ilhas e que dialogava com intelectuais de outros países, nomeadamente do Brasil, dando lugar a uma escrita universalista.

Conforme assumiu, não tinha nada no rosto que o diferenciase de um homem comum, mas aproveitou a escrita para mostrar as suas ilusões e as dos cabo-verdianos; pode ler-se no poema “Apresentação”:

“Não levo sinal no rosto / Nem tenho nada especial / Que me distinga
entre os homens. / Se dizem uns que sou poeta / isto não é distinção / pois o sou
não como os poucos / poetas que o são na verdade / mas como esses que aos
milhares / seguem apenas cantando / uma ilusão da Poesia.”²⁴²

Devemos destacar também a obra *O Romanceiro dos Pescadores*, que deixou na posse do seu grande amigo Joaquim Ribeiro, e que foi também publicada em *Obra Poética*. Foi a última obra organizada pelo autor e engloba um conjunto de textos onde presta homenagem aos pescadores e aos seus familiares, conforme se lê no poema “Prefácio”:

“Eis um poema que / canção aflitiva / com o contraponto / do ronco das
ondas. // Um pouco a história / de gentes anónimas / que vivem da pesca / na
orla das ilhas.”²⁴³

Segundo uma nota recuperada por Elsa Rodrigues dos Santos a propósito dos inéditos do autor:

²⁴¹“Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira”, in *Colóquio Letras*, Lisboa, N.º 110-111 (Jul. -Out. 1989), pp. 119-120.

²⁴²BARBOSA, Jorge, “Apresentação”, in *Obra Poética*, p. 95.

²⁴³BARBOSA, Jorge, “Prefácio”, in *op. cit.*, p. 197.

“[...] a incumbência da selecção, com os melindres que comporta, deveria partir de determinação expressa do poeta ou, agora, de seus herdeiros. Mas acresce uma circunstância: Jorge Barbosa, antes de deixar a província, confiou os originais do *Romanceiro dos Pescadores* ao director do Centro de Informação e Turismo, Joaquim Ribeiro, seu amigo de sempre, que ainda no plano editorial dispõe de especiais facilidade. Será, pois, este ao cabo, a decidir. [...]”²⁴⁴

Essa obra, *O Romanceiro dos Pescadores*, chegou às mãos de Elsa Rodrigues dos Santos em duas versões, tendo a investigadora optado por publicar a que considerava a mais completa. Destacamos, ainda, um conjunto de seis poemas inéditos, algumas crónicas, entrevistas e alguns artigos do autor que não constam da obra poética publicada, mas que se encontram na nossa posse, e que teremos a oportunidade de tratar em momento oportuno. Jorge Barbosa desistiu de publicar uma obra a que deu o nome de *Estiagem*, por considerar que esta não lhe agradava. Publicou dois poemas constantes dessa obra em *Ambiente*, um volume que ambicionara publicar em Lisboa, em Julho ou Agosto de 1940, mas que acabou por editar em Cabo Verde:

“Tenho já pronto “Ambiente” para lançar, em Lisboa, talvez em Julho ou Agosto deste ano. Estou distribuindo listas (de inscrição dos que porventura desejam adquirir o meu livro de poemas). Pelas inscrições avaliarei as possibilidades de venda e tiragem. Devem seguir para aí algumas listas. Vão umas para o Veloza.”²⁴⁵

Projectou vender cerca de duzentos exemplares, à semelhança do que acontecera com *Arquipélago*, publicada em 1935, como se constata numa carta dirigida a Baltasar Lopes e José Osório de Oliveira:

“Meus caros amigos:

Há ainda selecção a fazer; guardo-a para depois das vossas sugestões. Incluí em “Ambiente” dois poemas que se destinavam a “Estiagem”. É que desisti da publicação de “Estiagem”, porque ela não me agrada no seu conjunto. Há imagens que se repetem em algumas das poesias junta. Verei isso mais tarde, quando a publicação estiver para se fazer. Tenciono editar o livro aqui, pelas facilidades que terei. Publicá-lo-ia em Lisboa se algum editor m’as quisesse dar. Mas não vejo viável tal hipótese. Julgo poder colocar em Cabo Verde uns 200 exemplares. Talvez até mais. Cerca de 200 volumes de

²⁴⁴“A PROPÓSITO DOS INÉDITOS DE JORGE BARBOSA”, in SANTOS, Elsa Rodrigues dos, *As Máscaras Poéticas*, p. 246.

²⁴⁵“Carta de Jorge Barbosa a Manuel Lopes”, in op. cit. p. 204.

“Arquipélago” venderam-se aqui e não houve grande actividade por parte dos que tratavam da venda. [...]”²⁴⁶

A publicação da obra *Arquipélago* representa, segundo Elsa dos Santos:

“um marco decisivo na literatura cabo-verdiana, rompendo com os padrões europeus e experimentando as motivações de raiz telúrica: o sentimento do ilhéu da nostalgia do longe, o tormento da alma, o mar, a falta de chuvas, a consequente estiagem, a fome, a emigração e a contradição constante entre o estar preso na ilha e querer partir e a necessidade imperiosa da aventura da partida por esses mares fora com a dor e morte na alma.”²⁴⁷

Tendo sido considerado o autor que deu o primeiro passo na instauração da modernidade literária nas ilhas com a obra *Arquipélago*, Simone C. Gomes considera que:

“Antes de seu livro de poemas, *Arquipélago*, publicado, em 1935, pouco teríamos a destacar como genuinamente crioulo em termos literários. Com esta obra, as Ilhas enveredam pelo caminho estético contemporâneo, num *corpus* revolucionário em forma e (embrionariamente) em conteúdo.”²⁴⁸

A sua publicação insere-se na ideia de que era necessário “escrever bem”, expressão que utiliza para criticar o modelo de escrita praticado no ano de 1934. Era necessário, no seu entender, que se escrevesse sobre assuntos que despertassem debates entre os leitores. Também critica o modelo de oratória usado e o apego ao passado, como podemos verificar no artigo, intitulado “Variações: escrever bem”:

“Por cá, no nosso Arquipélago, a *maioria* toma por escrever bem as habilidades estilísticas, a arrumação da verborreia, de modo a produzir efeito sonoro o seu lançamento no papel.

Quanto mais palavriado bonito houver, quanto mais gramática for aproveitada, maior será a sensação oferecida por quem escreve.

Ora, escrever com a preocupação de alardear conhecimentos da língua – quantas vezes especiosos! – deixando tinturarias prosódicas sobre o papel, sem que ao menos de todo o conjunto catita sobressaíam três dedos de ideais (dedos postos em posição horisontal); [...]

Pois bem: se com a prosa se fotografam os costumes, as intenções, a temperatura, enfim, de um povo, gostando nós tanto dela quando é retórica e

²⁴⁶“Carta de Jorge Barbosa a Baltasar Lopes e José Osório de Oliveira”, in BARBOSA, Jorge, *Poemas do Livro Ambiente: para a leitura de José Osório de Oliveira e Baltazar Lopes*, Praia, J. Barbosa, 1939, p. [1].

²⁴⁷BARBOSA, Jorge, “Prefácio”, in *Obra Poética*, p. 13.

²⁴⁸GOMES, Simone Caputo, *Uma Recuperação de Raiz: Cabo Verde na obra de Daniel Leite*, Praia, ICL, 1993, pp. 35-36.

passadista, reflectimo-nos nela, e denunciemos o atraso em que vamos na civilização.[...].”²⁴⁹

Esta abordagem revela a intenção do autor em procurar despertar um novo modelo de escrita nas ilhas, ao achar imprescindível mostrar aos leitores que “escrever bem” reside na aptidão para difundir ideias com clareza. Para que tal acontecesse, era necessário eliminar a preocupação por um estilo gramatical perfeito, abordando as ideias com clareza e elegância, mas sem tradicionalismo. Destaca, ainda, a importância do abandono da rima e do formalismo literário, uma vez que, na sua opinião, o que mais importa são assuntos de interesse comum. Agita portanto o meio literário cabo-verdiano, apelando à juventude para que utilize o seu espírito combativo, e para que comece a exteriorizar os seus pensamentos, com o objectivo de contagiar a população e de limpar o espírito; veja-se a seguinte passagem do artigo “Variações: escrever bem”:

“Essa falsa concepção de “escrever bem”, já de há muito posta de lado, por cá tem vida segura. É, portanto, obra meritória procurar mostrar ao nosso público leitor, que por sinal é reduzido, que o escrever bem não está na construção gramatical perfeita, nem no estilo invulnerável, género académico, ambos tão amados dos nossos patrícios. O escrever bem está em saber desenvolver as nossas ideias, com clareza e com gramática, é certo, com elegância mesmo, mas tudo isso equilibradamente e decentemente; quero dizer: sem ridículos [...]. É necessário, pois, que a voz da mocidade se levante, trazendo, na “sua prosa”, as suas novidades e os seus pensamentos, contagiando assim o resto, beneficentemente e em função de saneamento espiritual.

Falo da mocidade porque é ela, com o seu espírito combativo a que está mais apta a operar esse quase-milagre, se atendermos à dificuldade, até à hostilidade, que uma empresa dessas encontraria no nosso meio.”²⁵⁰

Na prosa, destacou-se com dois contos, *Conversa Interrompida* e *Cinco Vidas Num Escritório*, publicados em 1952, no *Boletim de Cabo Verde* e na *Antologia da Ficção Cabo-Verdiana*, publicado por Baltasar Lopes, em 1960. Escreveu, ainda, várias *Crónicas de S. Vicente* e alguns artigos, que se encontram inéditos e na nossa posse, como já referimos, que enceram igualmente aspectos da realidade cabo-verdiana.

Deixou incompleto o romance *Bia Graça* e que Jorge Barbosa assumiu que não sabia se terminaria, conforme se nota no excerto de uma carta escrita a José Osório de Oliveira e

²⁴⁹ BARBOSA, Jorge, “Variações: escrever bem”, in *Ressurgimento*, S. Antão, A. 1, n.º 12, (29 Set., 1934), p. 2.

²⁵⁰ *Idem, ibidem.*

Baltazar Lopes, em que também falou do seu projecto de escrever uma obra intitulada *Intervalos*, que considerava diferente de *Ambiente*:

“Vou dactilografar “Intervalos”, para vos remeter. É livro diferente de “Ambiente”. Suponho que não conheceis nenhum dos poemas. Depois irão os capítulos do meu romance “Bia Graça”. Este continua parado e não sei se chegarei ao fim, se bem esteja já todo realizado [sic] em pensamento.”²⁵¹

Em carta a Manuel Lopes, Jorge Barbosa admite a necessidade de procurar algum sossego para poder arrumar a sua escrita e escrever alguns capítulos do dito romance:

“Tentarei socego [sic] para arrumar os meus escritos e escrever alguns capítulos de “Bia Graça” que está todo arrumado no cérebro mas teima, em tomar forma no papel. Duvido, entretanto, que consiga esse socego interior a par do socego ambiente que me dá o sítio onde estou.”²⁵²

Ainda numa carta a Arnaldo França, já citada, escrita em Novembro de 1962, além de revelar o seu gosto pela literatura brasileira, nomeadamente pela obra de Jorge de Lima, refere que se encontrava numa fase de enorme “actividade poética”:

“Conto enviar-lhe também alguns livros de poesia que você lerá e devolverá logo que possa. Estou lendo as obras completas de Jorge de Lima, em dois volumes (tenho aqui o 1.º, de poesia). [...]

Ando em grande actividade poética. Estou abalançado em atirar para fora “Cancioneiro da Ilha”. Acabei ontem de escrever “Natal no Parideiro”, poema que está ainda em observação... Tenho vários poemas em projecto. Começado, o “Violão”. Pensados: “Toponímia”, “Miragens”, “Requerimento” (ao Governador, pedindo água para o povo da Ilha do Sal; não confundir com poema rabiscado “Carta do Governador”, de que Amândio César fala). [...]”²⁵³

Além de escrever em Português, Jorge Barbosa escreveu cinco poemas em crioulo: “Djam Crebo”; “Poema Para Fernando Queija”; “Tempo”; “Nhô Governador” e “Minina Di Bila”, numa tentativa de valorização da sua língua materna. Segundo Elsa dos Santos:

“Os cinco poemas em crioulo, os únicos que se conhecem do poeta, revelam que o seu lirismo, quer expresso em língua portuguesa, quer na língua materna cabo-verdiana, conserva a mesma cadência, tornando-se aí mais doce, numa fusão total do poeta com a sua própria roupagem.

²⁵¹“Carta de Jorge Barbosa a Baltazar Lopes e José Osório de Oliveira”, in *Poemas do Livro Ambiente*, p. [1].

²⁵²“Carta de Jorge Barbosa a Manuel Lopes”, in SANTOS, Elsa Rodrigues dos, *As Máscaras Poéticas*, pp. 204-205.

²⁵³BARBOSA, Jorge, “Carta a Arnaldo França”, in *Poesia Inédita e Dispersa*, p. 92.

Encerra-se, deste modo, a poesia completa de Jorge Barbosa, documento vivo de um percurso literário desde as verduras da juventude à matur(a)idade, ganhando em força e dimensão humanas.

Na verdade, a sua obra, tecida na linguagem dos afectos e na gravidade da voz poética e política, fundindo a ética e a estética para se eleger em artefacto, honra a literatura do espaço lusófono, tornando-se já, pela longevidade de um centenário, referência mítica do universo cabo-verdiano.”²⁵⁴

Destacámos na abertura deste capítulo estas referências bibliográficas e textuais, por as considerarmos centrais no conhecimento da obra deste autor e por suporem uma dimensão inédita pouco conhecida. Deve no entanto lembrar-se que Jorge Vera Cruz Barbosa manifestou o seu gosto pela escrita muito cedo, entre os treze e catorze anos de idade, havendo disso referências, conforme se pode ler numa resposta dada a Maria Helena Spencer, quando esta lhe perguntou: “Como e quando começou a sua poesia?”. Jorge Barbosa respondeu-lhe dizendo que:

“Tinha eu 13 ou 14 anos (não sei já ao certo) quando se deu a fatalidade, isto é, quando, pela primeira vez, desceu até mim esta espécie de intuição a que chamarei, com mais ou menos propriedade, a intuição da poesia.”²⁵⁵

À semelhança dos seus antecessores, a sua escrita era fortemente ligada aos modelos clássicos, um influxo do Seminário de S. Nicolau. Tratava-se de uma formação e de uma cultura religiosa, humanista, de gosto pelas Belas Artes. José Lopes foi um dos seus principais representantes, através de composições poéticas em inglês e em francês, composições essas escritas com a mesma qualidade das que escrevia em português. Sendo um poeta muito ligado a esse modelo clássico, as ilhas cabo-verdianas constituíram na sua escrita um verdadeiro *Jardim das Hespérides*.

Esse tipo de abordagem foi notório na sua primeira fase poética. O próprio assumiu que iniciou a sua escrita com quadrinhas ingénuas, conforme se nota na seguinte passagem extraída de uma entrevista dada a Maria Helena Spencer:

“Iniciei-me com as quadrinhas ingénuas. Seguiram-se os acrósticos vistosos. Veio depois o infalível soneto, bem medido, bem soante, com a rima cuidada (eu tinha um jeito especial para o soneto). O amor descompassando o

²⁵⁴BARBOSA, Jorge, *Obra Poética*, p. 30.

²⁵⁵SPENCER, Maria Helena, “Uma Tarde Com Jorge Barbosa”, p. 10.

bater do meu coração, o heroísmo, que eu sabia das histórias, eram os responsáveis pelos arrebatamentos dos meus versos.”²⁵⁶

A mesma abordagem também aparece no poema “Poesia Esquecida”, ao dizer que numa fase inicial, a sua escrita, considerada inculta, tinha uma imaturidade comum aos escritores em tenra idade. No entanto afirma que apesar do cariz romântico e do esquema rimático e silábico medido na ponta dos dedos, orgulhava-se de ter escrito esses textos porque correspondiam aos sentimentos que experienciara e que não tinha tido a coragem de contar. Poetava sobre o penteado, o olhar, a ingenuidade, o sorriso das raparigas caboverdianas, o amor, o heroísmo e as aventuras que lia, características que veio a atribuir a uma certa inocência, como se lê na seguinte transcrição:

“Antes a minha poesia / inculta mas impetuosa / dos tempos em que era moço / tinha a pureza inicial, / certo sabor agridoce / dos frutos verdes ainda. // Mesmo com imperfeições / e retórica flamante, / com seu ingênuo lirismo / e seus arrebatamentos / de romantismo e ternura, / suas sílabas ainda / sem ginástica nenhuma, / todas medidas nos dedos, / mesmo assim era poesia / que eu na verdade sentia / e não contava a ninguém. // Metia as tranças, o olhar / metia os pés, a candura, / o sorriso da Menina. // Mas não era só o amor, metia o heroísmo também / das aventuras que eu lia / e de mim quase fizeram / um moço herói ignorado. // Moço herói cedo porém / perdi o impulso e fiquei / comodamente / instalado / na calma paz burocrática / onde o heroísmo é só / a muita resignação.”²⁵⁷

É possível encontrarmos a temática do amor no poema “Desejo Louco”, publicado no *Jornal da Europa*, no dia 22 de Abril de 1928, uma folha literária em que Jorge Barbosa colaborou com João José Nunes, José Lopes, Pedro Cardoso, Fausto Graça e Eugénio Tavares.

“Aperta-me em teus braços torneados, / Aperta-me ao teu seio palpitante! / Ai! Deixa-me sonhar, a alma errante / Pelas regiões do Amor, sonhos dourados! // Vê como a noite é calma e enlurados / Os campos têm a cor esbranquiçante... / Aperta-me nos braços, minha amante, / Dá-me os teus lábios frescos e rosados... // Como dois pombos, nós assim unidos, / E lá no Céu, boiando, triste, a lua, / Terá a Vida encantos reunidos!... // E eu hei-de-te despir, pra ver-te nua, / À luz do luar, os seios languescidos... / - Pra ver a tua carne como estátua!...”²⁵⁸

²⁵⁶ *Idem.*

²⁵⁷ BARBOSA, Jorge, “Poesia Esquecida”, in *Obra Poética*, pp. 156-157.

²⁵⁸ BARBOSA, Jorge, “Desejo Louco”, in *op. cit.*, p. 327.

A aquisição de novas experiências literárias, através da leitura de várias obras nacionais e estrangeiras, que circulavam entre os constituintes do seu grupo, ensinaram-lhe uma nova técnica literária, que o fez ajustar a sua escrita ao que o circundava e a abandonar pouco a pouco, segundo o próprio, “a inocência”:

“As experiências depois / insinuaram uma técnica / de palavras ajustadas / à voz da minha poesia. // Não houve mais inocência / nem nunca mais eu senti / esse agridoce sabor / dos meus versos de rapaz, / um sabor quase gostoso / como esse dos frutos quando / ainda são imaturos.”²⁵⁹

Essas leituras e contactos permitiram-lhe familiarizar-se com o segundo modernismo português, tendo publicado na revista *Presença* o poema “A Que Ficou Sem Par”, no n.º 22, em 1929. Esse poema, inspirado num desenho de José Régio, publicado com o mesmo nome na citada revista, retrata uma mulher que se sentia esquecida e abandonada num baile enquanto os outros se divertiam:

“As outras andam bailando... / E ela, sozinha, chorando / Para dentro de si mesma / A tristeza de se ver / Abandonada, esquecida... / E a certeza de não ter / Alguém... // Ninguém / Repara a mágoa sentida / Que lhe pesa no silêncio, / Nem a lágrima vertida... // [...]”²⁶⁰

Segundo Manuel Ferreira, essa colaboração fê-lo captar com os representantes da *Presença*:

“a mágoa, a insatisfação, o fogo interior do anseio, a dor consentida ou não, o desassossego de uma alma atormentada, o mergulho fundo no eu, e daí uma expressão quanto mais subjectiva tanto mais apreciada, o poeta como que desligado da realidade social, dos acontecimentos da época, uma tormenta puramente individual, uma espécie de *fuga* à realidade concreta, ao social, a eleição do sujeito, [...], moldado na insularidade, na magoada solidão, a consciência de prisioneiro, do estar só.”²⁶¹

Similarmente conheceu o modernismo brasileiro e a realidade que os seus autores versavam nas suas obras, tendo exteriorizado maior predilecção pelo Brasil, pelas razões referidas no capítulo anterior. Desse país, do mesmo modo que os outros elementos da sua geração, absorveu influências de autores como Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Ribeiro Couto e sobretudo Manuel Bandeira, muito referido nas suas composições. Numa

²⁵⁹ BARBOSA, Jorge, “Poesia Esquecida”, in *op. cit.*, p. 157.

²⁶⁰ BARBOSA, Jorge, “A Que Ficou Sem Par”, in *Obra Poética*, p. 330.

²⁶¹ FERREIRA, Manuel (org., coord. e dir.), “Prefácio”, in *Claridade*, p. XLIX.

passagem de uma carta escrita a Manuel Lopes, no dia 24 de Abril de 1940, Jorge Barbosa revela-nos alguns dos textos que leu:

“Leste os n.ºs 1 e 2 da »Presença« - 2.ª série – publicados recentemente? Viste o n.º 1 dos «Cadernos de Poesia»? Nele se fala da publicação – de um caderno dedicado à poesia caboverdeana. Já se reconhece que temos uma poesia! José Osório de Oliveira pediu colaboração.

Baltazar parece que te deixou o «Moleque Ricardo» e outros livros meus, para me enviases . «Moleque Ricardo» é do Dr. Júlio Monteiro e fui eu que o passei àquele nosso amigo. Faz as devoluções. Se tens coisa interessante – e certamente a terás – manda-me para ler. Devolverei tudo sem demora.

Que te possa interessar, tenho: «Clarisse», «Caminhos Cruzados», «Um Lugar ao Sol», «Olhai os Lírios do Campo», de Erico Veríssimo, «Capitães de Areia» de Jorge Amado e «Sobrados e Mucambos» de Gilberto Freyre. Se não os leste avisa. [...]”²⁶²

Esses contactos, a par da sua convivência com autores portugueses como António Pedro e José Osório de Oliveira e com o ensino democrático ministrado do liceu Gil Eanes, fizeram-no adoptar uma nova visão literária e abrir o caminho para o estabelecimento do modernismo literário no arquipélago. Daí ser considerado por Manuel Ferreira como:

“o primeiro a romper a tradição de uma poesia que vinha marcando o espaço cabo-verdiano, foi também o primeiro poeta das áreas africanas de língua portuguesa a lançar os fundamentos de uma nova poesia tecida numa situação colonial. A poesia de Jorge Barbosa domin[ou] o panorama poético cabo-verdiano por várias décadas, de uma ou de outra maneira e com tal intensidade que só recentemente alguns poetas modernos libertaram de vez a poesia cabo-verdiana do peso estrutural barbosiano [...]”²⁶³

António Pedro foi importantíssimo com a publicação da obra *Diário*, já referida, no arquipélago, uma vez que exerceu forte influência nele e nos outros jovens da sua geração, tornando-o “[...] um jovem poeta virado para o modernismo português. Sensibilizado para um certo vanguardismo, a sua poesia “cabo-verdiana” é um abanão nas estruturas tradicionais poéticas do Arquipélago.”²⁶⁴

²⁶² “Carta de Jorge Barbosa a Manuel Lopes”, in SANTOS, Elsa Rodrigues dos, *As Máscaras Poéticas*, pp. 204-205.

²⁶³ FERREIRA, Manuel, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa I*, 2ª ed., Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1986 p. 40.

²⁶⁴ *Idem*, pp. 40-41.

Nessa obra, António Pedro²⁶⁵, fascinado pelo exotismo da terra onde nascera, publicou textos onde se descreve a paisagem cabo-verdiana:

“Ai árvore ali, / e duras!, ...ai!: / e aqui / terra queimada / só. // Bé!, / O pó / da ventania / Sufoca! / ... Lá na baía / ou doca / ou o que é, / lá do vapor / parecia / melhor, / embora fosse careca / a terra seca, / o sol queimasse / e adormentasse / já. // Cá / há mais do que calor, / há dor / do sol! // [...] // Que tentaram ensombrar-me... / – Mas que foi que me assombrou? // /Quem me ensombra / Não me assombra/... Apenas me sobressalta / Não ver os mortos da sombra / Que me fazem tanta falta!...”²⁶⁶

O autor abordou ainda os ritmos da morna, o milagre da chuva, elogiou as areias da ilha da Boa Vista, a mansidão da ilha da Brava, o sabor da papaia, o carnaval, tópicos que o fez provocar um “abanão” na poética de Jorge Barbosa, fazendo-o promover uma mudança quer no aspecto técnico, através da ausência de rima, quer no plano temático.

José Osório de Oliveira, um autor português que passou igualmente por Cabo Verde, também teve uma enorme importância no seu progresso literário; temos conhecimento de uma conversa que teve com Jorge Barbosa na praia da Matiota, na ilha de S. Vicente, conforme avocou no texto *Poesia de Cabo Verde*:

“Lembro-me de que uma tarde, na praia da Mateota, em São Vicente, sentados ambos sobre os seixos rolados, o jovem aspirante aduaneiro, Jorge Barbosa, me revelava que era poeta, lendo-me uma poesia intitulada: O Banho da Diana. Eu olhava em volta, e via as montanhas nuas como ossos, aquela terra que grita sede desde o dia em que surgiu das entranhas do Globo, e, em face, o mar, como um apelo a gentes condenadas. E falei ao poeta, pouco mais ou menos assim: “Então você é filho de Cabo Verde: vive aqui, neste pedaço doloroso da Terra; nunca viu essa delícia do Mundo que é o Mediterrâneo, nem sabe o que é a doçura de uma fonte, e põe-se a cantar esse tema, tratado por tantos poetas e que só por sugestão literária pode sentir, quando tem aqui, a seu lado, uma paisagem e um povo cujo drama está a pedir uma voz que o intérprete para se fazer escutar!”²⁶⁷

²⁶⁵Embora o autor tenha tido um papel importante na mudança poética de Jorge Barbosa, Manuel Ferreira entendeu que há uma separação entre os dois autores. Segundo o próprio: “Jorge Barbosa é um ente circulando *dentro* do universo cabo-verdiano: integrado nas coisas, nos homens, na paisagem. No ambiente de que é comparsa e agente. António Pedro toca nas coisas, dá-lhes um sopro de vida, apenas, por vezes belo, gracioso, mas logo as destrói com a ironia, quase o desdém. Perdem a fragrância e o sabor verdadeiramente humanos. Desumaniza tudo. O batuque, a morna, a tabanca, os canisados. Nem a própria paisagem se lhe furta.” FERREIRA, Manuel, *Aventura Crioula*, p. 284.

²⁶⁶PEDRO, António, “Ai Árvores”, FERREIRA, Manuel (org., sel., pref. e notas), in *No Reino de Caliban*, vol. I, Lisboa, Seara Nova, pp. 77-78.

²⁶⁷OLIVEIRA, José Osório de, *Poesia de Cabo Verde*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944, pp. 4-5.

José Osório de Oliveira referiu que os seus conselhos tinham sido decisivos nesse metamorfismo temático de Jorge Barbosa, afirmando que não tinha sido supérflua a sua crítica já que o poeta tinha sido o primeiro a consciencializar-se da sua incumbência literária:

“Não foi inútil a minha crítica, porque esse moço viria a ser o primeiro, em data, dos poetas caboverdeanos com plena consciência da sua missão. Para isso bastou ter prestado ouvidos aos “Rumores das coisas simples da [sua] terra”; ter olhado para dentro de si, e entrevisto o drama psicológico do seu povo, comum, até, aos que não têm mistura de sangues:

“Conflito numa alma só
De duas almas contrárias
Buscando-se, amalgamando-se
Numa secular fusão.” (...)

ter sentido, e não só por si mas por todos os seus conterrâneos, a tortura maior de quem tem o mar em torno: o “desespero de querer partir / e ter de ficar.
[...]”²⁶⁸

Tudo aponta para que Jorge Barbosa não tenha negado nem atestado essas asserções, dada a ausência de vestígios que o possam corroborar. O importante é que o autor tenha passado a versar temáticas do imaginário e do quotidiano dos cabo-verdianos. A mudança que se verificou na sua produção literária abriu um novo caminho aos problemas sociais. Por essa razão, Manuel Ferreira considera que:

“ninguém duvida do acto de coragem que representa [a sua nova abordagem literária]. Esta poesia de motivação social que, sendo a voz de um ente individual, exprime o sentimento colectivo de um povo, é um acontecimento de implicação revolucionária no Arquipélago. E talvez até mesmo em relação à metrópole que em tal data procurava desembaraçar-se dos liames do “presencismo” para ir, em liberdade, forjar uma poesia de expressão da comunidade.”²⁶⁹

A obra de Jorge Barbosa é, sem dúvida, um resultado de colagens do autêntico, onde aproximou papéis ou ocorrências do dia-a-dia para materialização de vestígios do que era efectivamente vivido. Dessa forma, podemos considerar como marcas de renovação da sua escrita a deserção de temas metropolitanos, através da opção por uma radiografia completa da cultura local:

²⁶⁸ *Idem, ibidem.*

²⁶⁹ FERREIRA, Manuel, *Aventura Crioula*, p. 281.

“Os sinais da mudança são vários. O abandono dos temas obrigatoriamente europeus, como vinha acontecendo até aí, a renúncia das estruturas poéticas tradicionais (rima, métrica e outras) e a penetração definitiva no contexto humano do Arquipélago: “o drama”, “o desalento”, “tormento”, “fome”, “tristeza”. Nos seus dois primeiros livros *Arquipélago* (1935) e *Ambiente* (1941) e ainda em *Caderno de um Ilhéu* (1956), Jorge Barbosa procede a radiografia do drama social do homem cabo-verdiano: a seca, a fome, a emigração, o isolamento, a insularidade e o mar como estrada mítica da “aventura da pesca da baleia / nessas viagens para a América / de onde às vezes os navios não voltam mais.”²⁷⁰

Em entrevista a Maria Helena Spencer, Jorge Barbosa abordou a sua evolução literária da seguinte forma:

“– Rolou o tempo e deixei para trás as quadrinhas, os acrósticos de tão belo aspecto gráfico, os sonetos, a rima, as sílabas musicadas com o acerto de um pêndulo.

Rolou o tempo e a minha poesia é como se vê agora, com uma certa inquietação dentro dela, por causa, sobretudo, dos destinos da nossa terra e do nosso povo.”²⁷¹

Para o desencadeamento desse novo caminho, destacamos o dia 21 de Outubro de 1933 quando, numa carta dirigida a Manuel Lopes, afirmou que tinha a obra *Ambiente*, cujo título foi escolhido por Jaime de Figueiredo, por editar e que se assemelhava ao *Diário* de António Pedro e aos poemas de temática brasileira de Ribeiro Couto:

“[...] “Ambiente” livro pequeno de 14 poemas, em que reproduzi as composições que nasceram do meu contacto com a paisagem física, humana até psicológica do nosso ambiente. Tem o livro uma intenção que suponho avizinhar-se da do António Pedro quando publicou “Diário”; e à de Ribeiro Couto nos seus poemas sobre motivos brasileiros, motivos que o seu objectivismo viu mas que o seu subjectivismo pressentiu e fez transfigurar sem lhes fazer perder a nota humana. No “Ambiente” (foi Figueiredo que escolheu o título) tenho, por exemplo, “Nostalgia”, “Vertigem” e “Sugestão”, que não podem ser tidos como armazenagem de volumes visuais [...].”²⁷²

A obra do autor brasileiro a que se refere terá sido *Província*, publicada em Coimbra, em 1933, pelas Edições Presença. Foi a partir dessa data que se deu uma espécie de auto-

²⁷⁰ FERREIRA, Manuel, *Literaturas Africanas*, p. 39.

²⁷¹ SPENCER, Maria Helena, “Uma Tarde Com Jorge Barbosa”, p. 10.

²⁷² “Carta de Jorge Barbosa a Manuel Lopes”, in SANTOS, Elsa Rodrigues dos, *As Máscaras Poéticas*, p. 194.

análise da sua consciência literária e principiou a valorização de uma nova escrita, através de uma gradual purificação da forma, da simplificação estética e do despojamento daquilo que designou por “sonoridades fraseológicas”.

Essa abordagem deu-lhe a oportunidade de visualizar e captar os fundamentos populares, transmitindo os seus apontamentos, supostamente simples, mas semelhantes aos quadros da vida humilde dos seus “irmãos anónimos”, tendo-se revelado seguro nessa nova jornada literária, como se nota na seguinte passagem da referida carta dirigida a Manuel Lopes:

“Porém, na sua maioria, se atentares bem, o meu objectivismo leva também qualquer coisa pessoal e interior que não é apenas, pois, um reflexo de mera visualização.”²⁷³

Com a publicação do seu primeiro livro *Arquipélago* (1935) colocou-se na vanguarda da chamada “cabo-verdianidade” literária. Nessa obra, abordou as:

“Ilhas perdidas / no meio do mar, / esquecidas / num canto do mundo / –
que as ondas embalam, / maltratam, / abraçam... / [...] // praias abertas / às
brisas marinhas; / praias cobertas / de ondas caprichosas, / búzios multicolores,
calhaus hostis; / praias / onde naufragaram / [...] / onde saltaram / marinheiros
queimados, / corsários, escravos, aventureiros / condenados, fidalgos, negreiros
/ donatários das Ilhas, / Capitães-Mores ...”²⁷⁴

É assim claro que a sua obra rompeu com a tradição clássica de reminiscência oitocentista que se fazia sentir na produção literária cabo-verdiana, visto que o poeta fez o prelúdio a uma linguagem moderna adaptada à configuração de novos conteúdos, marcados por um existencialismo de contornos particulares, a que alguns chamariam insular ou crioulo.

Uma vez adquirida essa nova visão literária, passou a prestar atenção e a reproduzir o que se passava à sua volta, dando realce a um estilo de escrita, de acordo com a paisagem das ilhas, sem floreios, despido, descarnado, e, como a sua gente, de tão leve transparência e tão natural e espontâneo, com uma alma resultante de “duas almas contrárias”, conforme o próprio diz no poema “Povo”.

²⁷³ *Idem*, p. 193.

²⁷⁴ BARBOSA, Jorge, “Panorama”, in *Obra Poética*, pp. 35-36.

Assim, os dramas do dia-a-dia, onde o cerco do mar e o salazarismo impunham aos cabo-verdianos um *modus vivendi* com consequências directas na construção do seu imaginário, fizeram-no projectar várias viagens imaginárias. Por essa razão, referiu em entrevista a Maria Helena Spencer que:

“O meu maior desejo é andar por aí, pelo mundo fora, percorrendo países, sem parar muito em nenhum. Livro de cheques fazendo volume no bolso (as viagens são tão custosas!), Kodak a tiracolo (são tantas paisagens!). Anteveja você essa sucessão vertiginosa de aventuras coloridas e maravilhosas: Brasil, Honulu, Itália, mulheres bonitas e perigosas, surpresas, temores de naufrágios, caçadas arriscadas.

Mandar-lhe-ei a minha fotografia mais espectacular: um tigre real abatido a meus pés e eu, dominado o acontecimento, de capacete de caqui, a carabina sob o braço, talvez fumegante ainda...”²⁷⁵

Foram esses factos que fizeram a sua escrita dominar o panorama literário cabo-verdiano durante muito tempo, tendo influenciado vários autores das gerações seguintes, inclusive o seu filho Jorge Pedro:

“Quanto à influência, creio ter exercido alguma, nele e em outros poetas novos de Cabo Verde (eu ia dizendo que até em alguns outros de fora). Influência entretanto perigosa porque a minha poesia, com a sua embora novidade aliciadora por falta de certas virtudes poéticas, não chegou a ser nem uma obra, nem um marco itinerário. Talvez fosse um como que anúncio de transição na poesia caboverdeana (mas há poesia caboverdeana?), um como que prefácio a nossa verdadeira e ainda inédita poesia, que eu apenas antevi um pouco e que é preciso escrever quanto antes, já que ela existe em potência na trágica vida das ilhas e na nossa alma sofredora e estóica do povo mais cantador do mundo.”²⁷⁶

Portanto, embora o poeta “não tenha nada no rosto” que o fizesse ser diferente de um homem comum, como o próprio admitiu, escutou “a voz da sereia” que os outros autores cabo-verdianos ainda não tinham ouvido e descobriu a verdadeira literatura, tendo sido um autêntico revolucionário, o que não chegou a assumir.

No entanto, por intermédio da incorporação da vivência do quotidiano, passou a imaginar e a projectar os sonhos e as ilusões através de viagens a terras distantes, a que nunca chegou a aportar, excepto Lisboa, onde morreu e S. Tomé e Príncipe quando acompanhou um grupo de trabalhadores cabo-verdianos. Esses sonhos, que povoaram o

²⁷⁵SPENCER, Maria Helena, “Uma Tarde Com Jorge Barbosa”, p. 12.

²⁷⁶*Idem*, p. 11.

seu imaginário, mostram uma alma de poeta numa fase avançada, em que já não podia poetar com naturalidade, mas que o ajudaram a concretizar realizações que não conseguiu no plano real.

Em suma, a sua inspiração literária terá decorrido de uma visão consciente e da percepção de uma realidade que parecia oculta, mas que foi revelada através de algumas influências recebidas. Cumpriu, assim, um papel necessário na construção de uma literatura engajada e de bases nacionais, que funcionou como um mecanismo de registo de elementos da cultura popular, apreendidos dos momentos mais humildes e dramáticos do quotidiano, longe das temáticas metropolitanas.

Isto refere também Russell Hamilton, que entendeu existir no autor uma simplicidade natural, cuja referência seria Alberto Caeiro, heterónimo de Fernando Pessoa. Jorge Barbosa misturava-se com o meio e as pessoas ao seu redor e desse modo construiu facilmente um discurso comprometido com as manifestações colectivas. Este crítico entende que:

“Barbosa, mais do que nenhum outro poeta da sua geração, cultivou um sentido de humildade e saudade embrulhado num romantismo que oblitera os processos históricos e a realidade contemporânea das ilhas. E a humildade aparece quase como uma qualidade dentro do conceito poetizado de triste desterro colectivo. [...]. Portanto, o sujeito poético identifica-se com e apodera-se da humanidade e do anonimato do caboverdiano pobre, e o discurso da humildade e da melancolia caracteriza o ideótipo de Jorge Barbosa. Este discurso da humildade gira em torno da simplicidade.”²⁷⁷

A mesma simplicidade ficou explícita no poema com o mesmo título, “Simplicidade”, onde o sujeito poético apresenta a ideia de que tinha a pretensão de ser simples, de forma natural, porque deixaria de fazer viagens impossíveis e contentar-se-ia com as coisas mais banais do quotidiano, como uma simples viagem de S. Vicente a Santo Antão, e com objectos simples da vida. Assim, a sua poesia seria feita a partir das falas do povo:

“Eu queria ser simples naturalmente / sem o propósito de ser simples. // Saber assim sofrer com mais calma / e rir com mais graça. / Saber amar sem precipitações. // Os meus sonhos não meteriam esses rumos impossíveis / de terras mais além. / Bastar-me-ia a curta travessia no mar do canal / num dos nossos minúsculos veleiros/ para ir conhecer a ilha defronte. // Não teria

²⁷⁷HAMILTON, Russell, *Literaturas Africanas: literaturas necessárias*, Lisboa, Edições 70, 1984, pp. 135-136.

ambições de posses e grandezas. [Ingenuamente: / Contentar-me-ia // com os insignificantes objectos que os pobres estimam // [...] // Seria sem gramática / a minha poesia, / feita toda de cor / ao som do violão / com palavras aprendidas na fala do povo. // Eu queria ser simples naturalmente / Saber que existia a simplicidade.”²⁷⁸

Tal como referimos, essa simplicidade do autor pode ser vista à semelhança da de Alberto Caeiro, heterónimo de Fernando Pessoa, como se nota nos seguintes versos do poema “O Guardador de Rebanhos”:

“Sejamos simples e calmos, / Como os regatos e as árvores, / E Deus amar-nos-á fazendo de nós / Belos como as árvores e os regatos, / E dar-nos-á verdor na sua primavera, / E um rio aonde ir ter quando acabemos...”²⁷⁹

Encontramo-la ainda em “Poemas Inconjuntos”:

“Mas, como a realidade pensada não é a dita mas a pensada / Assim a mesma dita realidade existe, não o ser pensada. / Assim tudo o que existe, simplesmente existe. / O resto é uma espécie de sono que temos, / uma velhice que nos acompanha desde a infância da doença.”²⁸⁰

Essa lhanheza, ansiada, junta o destino do poeta e o dos seus irmãos anónimos, comuns, e serve-lhe de base para uma poética do quotidiano, que também incorpora o seu imaginário e o do seu povo. Nesse sentido, Jaime de Figueiredo considera que:

“Do descritivo do primeiro livro, a sua poesia caminhou no aprofundamento das virtualidades originais para uma forma pessoal, conjugando a sinceridade do tom e a economia expressiva. Os seus versos simples traduzem a comovida identificação com humildade matéria ambiente e os apagados dramas da vida das ilhas perdidas no mar cuja projecção ambivalente caracteriza a sua temática.”²⁸¹

A identificação entre a simplicidade formal adoptada e a abordagem da realidade cabo-verdiana na sua escrita reforça, diz Jaime de Figueiredo, “a solidariedade do homem-poeta com a tragédia do destino comum.”²⁸²

²⁷⁸BARBOSA, Jorge, “Simplicidade”, in *Obra Poética*, pp., 154-155.

²⁷⁹PESSOA, Fernando (intr. org., bibl. e notas, António Quadros e Dalila da Costa), “O Guardador de Rebanhos”, in *Obra Poética e Em Prosa*, vol. 1, Porto, Lello & Irmão Editores, p. 748.

²⁸⁰PESSOA, Fernando, “Poemas Inconjuntos”, in *op. cit.* p. 792.

²⁸¹FIGUEIREDO, Jaime, (sele., e apr.), *Modernos Poetas Cabo-verdianos*, pp. XX-XXI.

²⁸²*Idem*, XXI.

III. 3. Apresentação e Comentário de Textos do Autor

III.3.1. Os Textos Inéditos

Como referimos anteriormente, Jorge Barbosa tinha o hábito de oferecer textos aos amigos, facto que o fez deixar muitos poemas, crónicas e cartas inéditos em livros e dispersos.

No respeitante à poesia, João Lopes Filho encontrou no espólio de seu pai, João Lopes, seis poemas inéditos do autor (“A Ilusão”; “Crioula”; “Carta Escrita em Verso”; “Cantares Crioulas”; “Carta a João Lopes” e “Uma Canção Desconhecida”), escritos entre 1922 e 1932 e correspondentes à sua primeira fase literária, marcada por uma forte influência clássica.

Sendo os textos considerados inéditos em livro, optamos por analisá-los de forma separada e proceder à apresentação na íntegra. É de referir que Jorge Barbosa e João Lopes eram ligados por uma forte amizade testemunhada pelo facto de terem sido companheiros em algumas tardes literárias, na casa de José Lopes em Fonte Cónego, por volta de 1922, a par de outros nomes como Morgado Ferreira Santos, José Lisboa, Alberto Leite e Pedro Azevedo.

Apesar de o poeta ter assumido que começou a escrever entre os treze e os catorze anos de idade, destacamos o poema “A Ilusão”, dedicado ao seu amigo José Lopes dos Santos, por ser o que nos afigura ser o mais antigo do autor. Foi escrito quando tinha vinte anos, no dia 27 de Agosto de 1922, catorze anos antes da publicação da revista *Claridade*. Trata-se de um poema de temática amorosa ligado ao modelo clássico, mais concretamente ao romantismo, e que apresenta uma estrutura em soneto rimado, característico do tipo de escrita praticado em Cabo Verde por autores como Pedro Cardoso e José Lopes. No entanto, já encontramos nele breves referências às temáticas do mar e da insularidade:

“Que tem de bom a vida da matéria? / O que nos impulsiona e nos alenta, /
Sobre este mar infundo de tormenta / Que estende em toda a parte na artéria? //
Que sentimos nós, quando, em doce fêria, / Queda a pensar nossa alma
sonolenta, / num anjo que a celeste graça ostenta, / – nossa alma perdida em
sonhos, aérea?... // O que em nós fez nascer, viver, o amor, / chamejar no peito
com fulgor, / Com fúria a crepitar no coração? // Que estrela que fulgura, lá no

norte / da nossa vida, até chegar a morte? / O que é, pois não sabeis? – É a Ilusão!...”²⁸³

Jorge Barbosa inicia-o questionando na primeira estrofe a vida material ligada à terra:

“Que tem de bom a vida da matéria? / O que nos impulsiona e alerta?” / [...].este mar infindo de tormenta / Que estende em toda a parte sua artéria.”²⁸⁴

Nele já se verifica uma certa dinâmica condicionada pela insularidade como um factor preponderante na sua escrita poética. O mar, considerado uma marca recorrente da sua escrita, apresenta-se como uma figura do presente, ao permitir a saída do cabo-verdiano e ao obstaculizar-lhe a vida. Esse mar “tormenta” encarcera os habitantes no seu espaço geográfico. Nessa óptica, na primeira quadra, o sujeito poético pergunta: “Que tem de bom a vida da matéria?”.

Na segunda quadra, recorrendo sobre a vida espiritual, o pensamento e os sentimentos, o poeta questiona: “Que sentimos quando pensamos? Quando sonhamos? Que sente a nossa alma “sonolenta”, “perdida em sonhos aérea?”²⁸⁵ Nota-se nesta estrofe a pré-construção do imaginário *viator* onde a propensão para o evasionismo assume os contornos de um desejo comum a todos os cabo-verdianos. Os condicionalismos geográficos circunscritos ao isolamento desencadeiam a serenidade desenvolvendo no sujeito poético a crença religiosa: “num anjo que a celeste graça ostenta, / – nossa alma.”²⁸⁶

No primeiro terceto, o sujeito poético aborda a temática do amor e questiona-se sobre o seu nascimento e a sua evolução, ao instalar-se no peito fazendo arder o coração, que na óptica de Camões é definido como “fogo que arde sem se ver”. Nesse sentido, Jorge Barbosa define-o como sendo algo que arde com fulgor e que crepita com fúria.

Já no segundo terceto, o autor responde a uma série de questões, referindo que é a ilusão que norteia a existência até ao aproximar da morte. Sinónimo de sonho, quimera, é a ilusão que possibilita ultrapassar algumas complexidades materiais enfrentadas ao longo da história do arquipélago.

²⁸³ BARBOSA, Jorge, “A Ilusão”, in *Isleña: temas culturais das sociedades insulares atlânticas*, Funchal, N.º 11 (Jul.-Dez.), p. 79. (*Vide Anexo IV*, doc. 1, p. lx).

²⁸⁴ *Idem, ibidem.*

²⁸⁵ *Idem, ibidem.*

²⁸⁶ *Idem, ibidem.*

O segundo poema, provavelmente dos mais antigo do autor, intitula-se “Crioula”²⁸⁷. Foi escrito na cidade do Mindelo, no dia 5 Outubro de 1922, em parceria com Raul Martins Neves. Jorge Barbosa escreveu o segundo, quarto, sexto, oitavo, décimo, décimo segundo, e décimo quarto versos, que se apresentam assinalados a negrito, e Raul Martins os outros. Encontramos no texto influências da cultura clássica, através da sua estrutura e do tratamento da temática do amor, que transcrevemos na íntegra:

“Que misteriosa atracção / **Irradia o teu olhar!** / E o teu meigo coração /
Como sabe bem amar! // Tens a graça e a sedução // **Das claras noites do**
luar / Quando a branda erração / **Perpassa, em doce cantar!** // Anjo que do céu
baixaste, / **Como o orvalho cai na flor**, / Formando pérolas na haste // **Anjo**
que vieste do além... / Da rosa tens o frescôr / **E a candura da cecém!...** /
Mindelo / 5 -10-1922 / Jorge Vera Cruz Barbosa.”²⁸⁸

Neste texto, o autor tematiza o amor e engrandece uma mulher que conseguiu seduzir, com um simples olhar, levando-o a comparar esses afectos com: “claras noites de luar / Quando a branda viração / Perpassa em doce cantar!”²⁸⁹

Assim, ela é vista, no primeiro terceto, como um “anjo” com uma pureza igual a um “orvalho”, que metaforicamente forma “pérolas na haste.” No segundo terceto, o sujeito poético também comparou o “anjo” do “Além” com a beleza dessa mulher, que tem a ingenuidade e a simplicidade “da cecem”: “Anjo que vieste do além... / Da rosa tens o frescôr / E a candura da cecém.”²⁹⁰

O terceiro poema é uma “Carta Escrita em Verso”, dedicado ao seu grande amigo João Lopes dos Santos, em que esse sentimento de amizade fica bem expresso. Embora apresente um teor satírico, Jorge Barbosa aborda nele questões do quotidiano das ilhas, através da utilização de uma linguagem simples, de estrangeirismos, como “all right” e “yes”, uma nítida influência de “novidades” introduzidas através do Porto Grande, por intermédio dos ingleses e de emigrantes que regressavam dos Estados Unidos.

O autor reforça a sua intenção de abandonar a já referida estrutura temática que se praticava no arquipélago por influência externa:

²⁸⁷Numa conversa tida com o Professor Doutor João Lopes Filho, em 2008, ele revelou-nos que este poema foi escrito por Jorge Barbosa em parceria com Raul Martins Neves. Desse modo, Jorge Barbosa escreveu os versos, que destacamos, em negrito.

²⁸⁸BARBOSA, Jorge, “A Crioula”, in *op. cit.*, p. 80. (*Vide Anexo IV*, doc. 2, p. xli.).

²⁸⁹*Idem, ibidem.*

²⁹⁰*Idem, ibidem.*

“*Meu caro João Lopes / De San Nicolau quando vens, / Ó filósofo D. João? // Já me faz imensa falta / A tua conversação! // Tu por aí, que tens feito? // Conquista ou literatura? / Talvez uma cousa e outra... / E dos «dollars» a captura... // Dizem que está verdejante / A tua ilha natal: / Por isso tens visitado / Cada monte e cada val. // Parece-me estar-te vendo / (As narinas / resfolgando, / Um marmelo à mão prendendo) / Pelos campos caminhando: / As longas pernas mexendo / Numa cadência turística / como a figura humorista / De certa caricatura / Dum exaltado alpinista / Que há dias vi, em gravura // Duma londrina revista... / Novidades: Já a peste / Findou. / Ao doutor Regala / Houve manifestação, / Por conseguir acabá-la. // Muita gente americana / Vinda de York e Boston Mess, / Não te conto que fartura / Não há de «all right e yes» // Andam à busca dos «dollars» // Capitalistas da terra. / Mas um dia esgotarão / Tudo quanto o cofre encerra! // Espera-se mais semanas / Um duelo teatral / Que virá representar / Em nosso Eden magistral. // Cumprimentos para o Mota / E pergunta-lhe se agora / Estará a reviver, / Com-Ela, o Afecto de outrora... // Maçador, dirás talvez... / Por isso vou terminar / Mas depois das boas festas / Do coração desejar. / S. Vicente, 6-12-1922 / Jorge Barbosa*”²⁹¹

O quarto poema desta fase poética é “*Cantares Crioulas*”, dedicado ao seu amigo Sr. Roque Gonçalves, escrito no dia 12 de Junho de 1923, onde já encontramos uma certa evolução na abordagem poética, através de algum desapego dos modelos metropolitanos, na estrutura e na temática, nomeadamente pela referência à cultura crioula:

“*Para o ilustre amigo e Sr. Roque Gonçalves / Oh! jovens crioulas / Além do sertão, / Cantai como as rolas / O meu coração. // Crioulas cantai / Alegre canção! / Moças embalai / O meu coração! / Deixai as tristuras / Lindas raparigas. / Na vida há torturas / Mas sabeis cantigas... / Moreninhas lindas / Desta minha terra, / Que graças infindas / Vosso corpo encerra! / Que sorriso brando, / Que expressão tão suave! / Meu coração, voando, / Vai p’ra vós, qual ave... / Há no Céu estrelas... / Mas em vosso olhar / Luzes há mais belas / Que parecem luar... / Há no céu candura... / No vosso perfil / A branda frescura / das manhãs de Abril... // Lindas Musas minhas, / Cocirando a verbena, / Sois mais moreninhas / Do que a Madalena! / Sede qual jasmim, / Sede imaculadas! / Como um bandolim / Gemendo baladas! // Desconfiai do amor // Dos meus companheiros... / É falso o ardor / Desconfiai do amor / Dos meus companheiros... / É falso o ardor / Dos moços matreiros ... / Desconfiai das juras / De paixões ardentes, / Se quereis venturas / E viver contentes... // Crioulas cantai / Alegre canção! / Moças embalai / O meu coração!... // S. Vicente, 12-6-1923.*”²⁹²

²⁹¹ BARBOSA, Jorge, “Carta Escrita em Verso”, in *op. cit.*, pp. 80-81. (*Vide Anexo IV*, doc. 3, p. lxii).

²⁹² BARBOSA, Jorge, “*Cantares Crioulas*”, in *op. cit.*, pp. 79-80. (*Vide Anexo IV*, doc. 4, p. xliii).

É um poema em que o sujeito poético alerta as crioulas para as consequências do amor e as instiga a cantar. Também elogia e mostra o orgulho e a admiração que sente pela beleza das mulheres cabo-verdianas, capazes de fazerem o seu “coração voar” de amor:

“Moreninhas lindas / Desta minha terra, / Que graças infindas /
Vosso / corpo encerra! / Que sorriso brando, / Que expressão tão suave! /
Meu coração, voando, / Vai p’ra vós, qual ave...”²⁹³

O sujeito poético vive o efeito romântico provocado pelo amor e compara os seus olhos às estrelas, que brilham nas manhãs de Abril:

“Há no Céu estrelas... / Mas em vosso olhar / Luzes há mais belas
/ Que parecem luar... / Há no céu candura... / No vosso perfil / A
branda frescura / das manhãs de Abril...”²⁹⁴

Antecipa-se o fim do texto alertando as crioulas para desconfiarem das falsas juras de “amor” dos seus amigos para que possam garantir a sua satisfação:

“Desconfiai do amor / Dos meus companheiros... / É falso o ardor /
Desconfiai do amor / Dos meus companheiros... / É falso o ardor / Dos moços
matreiros ... / Desconfiai das juras / De paixões ardentes, / Se quereis venturas /
E viver contentes...”²⁹⁵

O quinto poema intitula-se “Carta a João Lopes” e inicia-se com o verso “Meu caro Filósofo Lopes”, numa clara alusão ao seu amigo José Lopes, justificada pela forma carinhosa como o trata. Foi escrito na Ponta do Sol, ilha de Santo Antão, no dia 30 de Março de 1924. O autor começa por referir que estava “de saúde” e menciona as suas mágoas de amor, que o estavam a fazer sofrer. Bastava-lhe um sorriso da sua amada para amenizar a sua “coita de amor”, que o agoniava, suscitando-lhe, ainda, uma “ansiedade doentia”, por o seu amor não ter sido correspondido, o que o fazia viver desanimado e com o coração em sobressalto. Desse modo, o seu amigo, a quem dirige o poema, funciona como uma espécie de confidente:

“Meu caro Filósofo Lopes / Minha saúde vai bem. / Contudo, quanto ao
amor / Conheces já minhas máguas / E o mal que em mim causa a dor. //
Nenhuma Esperança ainda: /— Um sorriso que anime, / Um olhar profundo e
meigo / Que afaste a dor que me oprime! // Todas as tardes, à hora / Em que o

²⁹³ *Idem, ibidem.*

²⁹⁴ *Idem, ibidem.*

²⁹⁵ *Idem, ibidem.*

Sol vai na agonia, / Ao vê-la à janela, assalta-me / Uma ansiedade doentia. //
 Ai! Porque ao passar por Ela / – O peito a bater sem fim – / Ela nem sequer
 repara, / Nem sequer repara em mim!... // E por isso, amigo, vê / Qual o estado
 da minha alma. / Vivo sem prazer, sem risos, / E meu peito não tem calma! /
 Ponta do Sol / (ilha de Santo Antão) / 30-3-1924 / Uma saudade afectuosa do
 amigo Jorge Barbosa”²⁹⁶

Quanto ao sexto poema inédito foi escrito no dia 16 de Janeiro de 1932, na ilha do Sal. Foi, igualmente, dedicado a João Lopes dos Santos, a quem o autor ironicamente se refere dizendo que “apesar de usar óculos redondos, esta canção se não refere [sic]”. Jorge Barbosa realça mais uma vez com o texto a forte amizade que os ligava. O texto foi dirigido a um “desconhecido”, que “antes não era” nada mas “hoje é tudo” porque engordou e tem dinheiro no bolso, algo que outrora não tinha, dando a ideia de uma melhoria da sua condição de vida. Também estabelece uma oposição entre o “ser” e “não ser”, simbolizando a vida e a morte num exercício de expressão existencialista:

*“Ao querido amigo João Lopes, / a quem apesar de usar óculos
 redondos, / esta canção se não refere. // Antes não era ... // Porque era /
 Apenas / O que / hoje não é ... // E hoje é tudo, / Até / Aquilo / Com que não
 sonhou / Nem ser / Nem parecer. // A vida chegou-lhe / Na aza da sorte / De
 repente, / Um dia, / Ressuscitando-o / Da morte / De não ser... // E anda agora /
 Por toda a parte, / Afeito / Alegrementemente / À vida que se reparte / Desigualmente
 / Por todos ... // E anda mais gordo / E a algibeira já não lhe tem / Razão de
 existir ... / O estômago / Reconfortado bem, / Tão bem / Que adquiriu direitos /
 Que não teve jamais: // - A dispepsias / e a águas minerais... // Antes não era...
 / Era / O que hoje não é ... / E hoje é tudo / Neste chamado entrudo / Em que
 usa por dominó / Óculos redondos / E para o resto do disfarce / Um nó / De
 gravata bem dado / E o fato bem talhado... // Com muita estima do / Jorge
 Barbosa / Ilha do Sal, 16-1-32.”²⁹⁷*

Relativamente à prosa, Jorge Barbosa deixou inéditos em livro um conjunto de textos subdivididos em artigos, entrevistas, cartas e crónicas.

Quanto aos artigos deixou os textos “Eugénio: tópicos de uma monografia”; “Variações: algumas palavras sobre o nosso problema cultural”; “Variações: escrever bem” “imprensa caboverdeana”; “Indolência Cabo-verdiana”; “Mesa Redonda Sobre o Homem Cabo-verdiano”.

²⁹⁶ BARBOSA, Jorge, “Carta a João Lopes”, in *op. cit.*, pp. 80. (*Vide Anexo IV*, doc. 5, p. xlv).

²⁹⁷ BARBOSA, Jorge, “Canção a Um Desconhecido”, p. 81. (*Vide Anexo IV*, doc. 6, p. xlv).

Em “Eugénio: tópicos de uma monografia”²⁹⁸, Jorge Barbosa refere o estilo por vezes descuidado de Eugénio Tavares, um dos principais representantes da cultura cabo-verdiana, através da obra que deixou dispersa em jornais, e de mornas que são cantadas e dançadas no arquipélago. Tratando-se de um polemista, panfletário, conquistou a admiração dos cabo-verdianos, ao ter escrito em português e em língua crioula, abordando várias temáticas como o amor, a natureza da sua ilha Brava, a mulher da Brava, o conflito psicológico dos apaixonados, a tristeza dos emigrantes, as camponesas.

Em “Variações: algumas palavras sobre o nosso problema cultural”²⁹⁹, o autor destaca a dificuldade produtiva existente no arquipélago. Entende que os intelectuais devem despertar e contribuir para o progresso cultural do país, através da publicação em folhetos, ensaios, livros, conferências e colaboração em exposições de arte. Devem, ainda, ter um papel activo na administração do país e no desenvolvimento de ideias que possam ser discutidas, embora haja uma ou outra família que, de tempos a tempos, desperte para a produtividade, acabando por cair no esquecimento.

No que concerne ao artigo “Variações: escrever bem”³⁰⁰, aborda a necessidade de os escritores se desligarem do passado e destaca que “escrever bem” reside na capacidade de desenvolver ideias, com clareza e com elegância, de modo equilibrado e apropriado.

Em “Variações: imprensa caboverdeana”³⁰¹, Jorge Barbosa reivindica uma revista capaz de renovar os costumes e o civismo cabo-verdianos. Era necessário um periódico diferente dos que tinham surgido, visto que os que havia desapareciam em pouco tempo. O seu mal residia numa certa passividade dos cabo-verdianos e em “outras preocupações não menos dominantes”.

Quanto a “Indolência Caboverdeana”³⁰², o autor justifica alguma pouca produtividade que poderia haver no arquipélago com o baixo vencimento auferido pelos trabalhadores. Em seu entender, trabalhar é uma obrigatoriedade com implicações directas na sobrevivência, visto que promove uma melhoria na situação económico-financeira, o que o faz ver o trabalho como uma espécie de sacerdócio.

²⁹⁸ Vide Anexo I, doc. 1, p. i.

²⁹⁹ Vide Anexo I, doc. 2, p. ii.

³⁰⁰ Vide Anexo I, doc. 3, p. iii.

³⁰¹ Vide Anexo I, doc. 4, p. iv.

³⁰² Vide Anexo I, doc. 5, p. vi.

Essa temática é abordada em “Mesa Redonda Sobre o Homem Cabo-verdiano”³⁰³, havendo mais intervenções a registar.

No que se refere às cartas, o autor revela alguns dados da sua vida e a sua intenção literária. Assim, em “Uma Carta ao Augusto Miranda”³⁰⁴ esclarece que não assinava com as iniciais J. B. e que quaisquer textos seu teriam a sua assinatura ou o pseudónimo de Jorge Sant’Iago.

Em “Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira e Baltasar Lopes”³⁰⁵ aborda a publicação da obra *Ambiente*, a escrita de “Intervalos” e *Bia Graça*, que continuava parada.

Quanto a “Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira”³⁰⁶, além de revelar a sua intenção em publicar uma obra completa, lamenta o facto de José Osório de Oliveira ter deixado de escrever sobre Cabo Verde e destaca-o a par de Armando Xavier da Fonseca e Augusto Casimiro como sendo os melhores amigos de Cabo Verde.

Também em “Carta de Jorge Barbosa ao Secretário do Presidente do Conselho”³⁰⁷ manifesta a sua vontade de ser nomeado delegado do governo numa sociedade de turismo recém criada na ilha do Sal, onde trabalhou muitos anos.

Nas *Crónicas de S. Vicente*, Jorge Barbosa deixou disperso um conjunto de textos que chegaram até nós através das nossas pesquisas e da cedência de uma parte pela especialista da sua poesia e nossa amiga Elsa Rodrigues dos Santos que, infelizmente, já não se encontra entre nós. Jorge Barbosa aborda questões que se inserem no âmbito nacional e da ilha do Porto Grande.

Fazem parte deste grupo de textos: “Porto Grande: velho tema”; “O Transatlântico Vera Cruz”; “Santa Cruz em Salamansa”; “Ainda o Porto Grande”; “Serviçais”; “Comemoração de Camões”; “Acontecimento Desportivo”; “A Propósito de Uma Notícia”; “O Porto Grande e a Shell”; “Homenagem ao Governador da Província”; “Radiodifusão em S. Vicente”; “Inauguração de Um Parque Para Jogos”; “102 Mil Contos”; “Música & Músicos de S. Vicente”; “Carta Para Jorge Barbosa”; “A Propósito de Uma Carta”; “Nada Aqui Acontece”; “Serviçais”; “Navegador Solitário”; “Ecos da Chuva”; “Mar Novo”; “Véspera do Natal”; “Nota Sobre Januário Leite”; “Depois das

³⁰³ Vide Anexo I, doc. 6 . p. ix.

³⁰⁴ Vide Anexo II, doc. 1. p. xix.

³⁰⁵ Vide Anexo II, doc. 2. p. xx.

³⁰⁶ Vide Anexo II, doc. 3. p. xxi.

³⁰⁷ Vide Anexo II, doc. 4. p. xxiii.

Chuvas”; “Nós e Gilberto Freyre”; “Registo”; “Funcionários da Shell no Mindelo”; “Ti Lopes”; “O Caboverdeano e o Mar”; “O Caboverdeano e a Árvore”; “A Propósito de Uma Palestra”; “Resposta A Um Artigo”; “Cabo Verde e o Plano do Fomento”; “Ainda a Propósito de Uma Palestra”; “Notas Sobre a Instrução Primária em Cabo Verde”; “Transatlântico (Santa Maria)”; “Chuva”; “Os Nossos Barquinhos”; “Uma Antologia, ou Talvez Não”.

Na primeira crónica, “Porto Grande: velho tema”³⁰⁸, o autor destaca a importância desse porto na economia nacional e a sua esperança em ver concretizadas algumas obras que o pudessem capacitar para receber barcos de grande porte.

Em “O Transatlântico Vera Cruz”³⁰⁹, o autor lastima a incapacidade desse porto em receber esse barco e testemunha alguns nomes dos seus passageiros e determinados momentos importantes que marcaram a sua passagem pela ilha de S. Vicente. Refere que abordou problemas das ilhas com alguns desses passageiros. Entre esses temas destacou a incapacidade da Shell em abastecer os grandes barcos, com grandes quantidades de óleo combustível, num curto espaço de tempo. Essa incapacidade incentivava o desvio desses barcos para outros portos, onde se tinham feito melhorias, como Dakar no Senegal e Las Palmas nas Canárias.

Em “Santa Cruz em Salamansa”³¹⁰, Jorge Barbosa destaca o impacto da concretização de uma viagem para o estrangeiro na situação financeira dos que partem e dos seus familiares que permaneciam no arquipélago. No entanto, o mar que os leva por vezes causa sofrimento, ao impedi-los de chegarem aos seus destinos e aos pescadores de regressarem a casa.

Relativamente à crónica “Ainda o Porto Grande”³¹¹ realça de novo a incapacidade da Shell em abastecer os grandes barcos e assume a intenção de procurar agitar o problema reivindicando melhorias no porto.

“Serviçais”³¹² destaca um grupo de homens e mulheres que seguem no barco *Lugela* em direcção a Angola e quanto a “Comemoração de Camões”³¹³, dedicada à comemoração do dia de Luís de Camões, 10 Junho, aborda o discurso proferido pelo

³⁰⁸ Vide Anexo III, doc. 1, p. xxvii.

³⁰⁹ Vide Anexo III, doc. 2, p. xxix.

³¹⁰ Vide Anexo III, doc. 3, p. xxxi.

³¹¹ Vide Anexo III, doc. 3, p. xxxi.

³¹² Vide Anexo III, doc. 3, p. xxxii.

³¹³ Vide Anexo III, doc. 4, p. xxxiii.

professor Cruz Pinto sobre o escritor português, onde recorda alguns aspectos literários do poeta e alguns dos motivos que incentivaram Portugal a lançar-se na expansão.

“Acontecimento Desportivo”³¹⁴ evoca a recepção, de forma apoteótica, da selecção de futebol de Barlavento que fora jogar com a Guiné.

A crónica “A Propósito de Uma Notícia”³¹⁵, aborda uma notícia que dá conta de uma homenagem prestada aos médicos Manuel da Costa Lereno e Júlio Barbosa Nunes, tendo aproveitado para manifestar admiração idêntica ao incansável médico Joaquim Esmeraldo Nobre, que ajudou muitos pacientes na ilha de Santo Antão.

“O Porto Grande e a Shell”³¹⁶ reitera a incapacidade técnica da Shell em abastecer os grandes barcos, justificada pela apresentação de alguns dados estatísticos de três abastecimentos feitos ao Transatlântico Vera Cruz.

Em “Homenagem ao Governador da Província”³¹⁷, presta homenagem ao governador do arquipélago, Carlos Alves Roçadas, por estar a realizar um excelente trabalho, tendo referido que houve uma enorme adesão da população de todas as classes sociais, facto que impressionou as autoridades locais.

Quanto à crónica “Radiodifusão em S. Vicente”³¹⁸ aborda a radiodifusão na ilha de S. Vicente, tendo destacado os nomes de Mário Moutinho e Mendo Barbosa como sendo dos primeiros a conseguirem a transmissão da voz pela telefonia na dita ilha, referindo ainda a Rádio Pedro Afonso, a Rádio do Mindelo e a Rádio Clube de Cabo Verde.

“Inauguração de Um Parque Para Jogos”³¹⁹ é pretexto para enumerar as iniciativas desportivas feitas na ilha de S. Vicente, a inauguração de um parque desportivo e o desejo de Carlos Alves Roçadas em ajudar a Associação Académica.

Na crónica “102 Mil Contos”³²⁰, menciona a atribuição de uma verba a Cabo Verde e o entusiasmo que causou na população, visto que permitiria a reconstrução económica do arquipélago. Parte dela estava destinada à agricultura, aos transportes marítimos, terrestres e aéreos, e à execução das ambicionadas obras no Porto Grande.

³¹⁴Vide Anexo III, doc. 4, p. xxxiv.

³¹⁵Vide Anexo III, doc. 4, p. xxxiv.

³¹⁶Vide Anexo III, doc. 5, p. xxxv.

³¹⁷Vide Anexo III, doc. 6, p. xxxvi.

³¹⁸Vide Anexo III, doc. 6, pp. xxxvi-xxxvii.

³¹⁹Vide Anexo III, doc. 6, p. xxxvii.

³²⁰Vide Anexo III, doc. 7, p. xxxviii.

Em “Música & Músicos de S. Vicente”³²¹ critica o barulho que alguns grupos musicais faziam na ilha de S. Vicente, com exceção da banda musical do Mindelo que merecia a sua simpatia. O problema desses grupos era a desastrosa imitação que faziam da música brasileira, considerando uma lástima ouvir a música desses cantores.

Relativamente à crónica “Carta Para Jorge Barbosa”³²², Orlando Levy, seu amigo, critica algumas referências feitas por Jorge Barbosa à radiodifusão no Mindelo, discordando da ideia de que a rádio de S. Vicente iria ser “a melhor e a mais simples mensagem do arquipélago.” Respondendo a essa carta, Jorge Barbosa escreveu “A Propósito de Uma Carta”³²³, justificando a sua perspectiva e além de destacar a sua amizade com Orlando Levy, locutor da Rádio Clube de Cabo Verde, um cargo que em seu entender ocupava com mestria, destaca o motivo da controvérsia e refere que não pretendeu estabelecer uma comparação entre as duas rádios, havendo assim um desencontro na interpretação.

Na crónica “Nada Aqui Acontece”³²⁴, destaca a monotonia nas ilhas, ao considerar que nelas “nada acontece”. Em “Serviçais”³²⁵, aborda a ida de serviçais para S. Tomé.

Quanto a “Navegador Solitário”³²⁶, Jorge Barbosa testemunha a chegada de um navegador ao cais de S. Vicente, acompanhado de um cão. Não o conseguiu entrevistar, mas deduziu que lhe iria falar de assuntos que já lhe eram familiares.

“Ecos das Chuvas”³²⁷ testemunha a queda da chuva em S. Vicente e reflecte sobre os danos que acarreta e “Mar Novo”³²⁸ inclui referências ao barco destinado ao transporte de água de mesa da ilha de Santo Antão para S. Vicente, embora ainda não estivesse completo. No texto “Véspera de Natal”³²⁹, Jorge Barbosa alude aos diversos brinquedos nas montras e ao entusiasmo das crianças nas vésperas do Natal, aguardando um presente do Pai Natal. “Nota Sobre Januário Leite”³³⁰ anuncia a edição de um livro de poemas do autor e apresenta breves notas biográficas dele. Em “Depois da Chuva”³³¹, além de outras

³²¹ *Vide Anexo III*, doc. 7, p. xxxviii.

³²² *Vide Anexo III*, doc. 7, p. xxxix.

³²³ *Vide Anexo III*, doc. 8, p. xli.

³²⁴ *Vide Anexo III*, doc. 8, p. xli.

³²⁵ *Vide Anexo III*, doc. 8, p. xlii.

³²⁶ *Vide Anexo III*, doc. 8, p. xlii.

³²⁷ *Vide Anexo III*, doc. 9, p. xliii.

³²⁸ *Vide Anexo III*, doc. 9, p. xliii.

³²⁹ *Vide Anexo III*, doc. 10, p. xlv.

³³⁰ *Vide Anexo III*, doc. 10, p. xlv.

³³¹ *Vide Anexo III*, doc. 10, p. xlv.

questões, Jorge Barbosa refere que, apesar de alguns estragos causados pela queda da chuva, o ano promete alimento em abundância.

A crónica “Nós e Gilberto Freyre”³³² mostra a sua discordância de algumas afirmações feitas pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, apresentando uma breve abordagem da realidade cultural das ilhas, onde também aceita influências da literatura brasileira na literatura cabo-verdiana. De certo modo na sequência desse texto, “Registo”³³³ destaca um certo prestígio do cabo-verdiano fora do país e aborda as consequências de algumas afirmações feitas por Gilberto Freyre sobre Cabo Verde.

“Funcionários da Shell no Mindelo”³³⁴ dá testemunho do entusiasmo da população aquando da chegada de cinco funcionários da companhia a S. Vicente e da vontade de ver a Shell a fornecer combustíveis à navegação.

“Ti Lopes”³³⁵ é um texto em que o autor faz referência a um velho amigo seu que, após ter andado por muitos países, regressou à sua terra natal, onde partilha algumas das experiências adquiridas, e “O Caboverdeano e o Mar”³³⁶ remete para a aflição que o mar causa aos residentes nas ilhas quando há acidentes. No texto “O Caboverdeano e a Árvore”³³⁷ apresenta a justificação para o corte das árvores devido à falta de combustível ou lenha na preparação de alimentos.

Em “A Propósito de Uma Palestra”³³⁸, testemunha uma forte queda de chuva na ilha de S. Vicente em 1952, o que causou a malária e paludismo. A chegada do médico Manuel Meira, do Instituto de Medicina Tropical, em missão de estudo desse organismo científico, foi importante no tratamento das pessoas e no controle da evolução da doença. Assistiu-se então a uma grande campanha antipalúdica na ilha. A crónica “Resposta a Um Artigo”³³⁹ é a reacção a uma crítica feita por João Baptista de Moraes através do artigo “Pontos nos ii – a propósito de uma crónica”, referente ao assunto noticiado por Jorge Barbosa em “A Propósito de Uma Palestra”. Resultou do facto de o autor não ter feito referência à acção

³³²Vide Anexo III, doc. 11, p. xlví.

³³³Vide Anexo III, doc. 11, p. xlvii.

³³⁴Vide Anexo III, doc. 12, p. xlviii.

³³⁵Vide Anexo III, doc. 12, p. xlviii.

³³⁶Vide Anexo III, doc. 13, p. xlix.

³³⁷Vide Anexo III, doc. 13, p. xlix.

³³⁸Vide Anexo III, doc. 14, p. l.

³³⁹Vide Anexo III, doc. 15, p. lii.

dos médicos dos Serviços de Saúde para combater o paludismo. O mesmo tópico é retomado em “Ainda a Propósito de Uma Palestra”.³⁴⁰

“Cabo Verde e o Plano de Fomento”³⁴¹ notícia o início das obras no Porto Grande. Essa obra fazia parte de um conjunto de outras que estavam por iniciar, inseridas num Plano de Fomento para as ilhas. Além de outros assuntos, também aborda a necessidade de se contratar uma outra empresa fornecedora de combustíveis.

Quanto à crónica “Notas Sobre a Instrução Primária em Cabo Verde”³⁴², Jorge Barbosa mostra-nos as dificuldades que as crianças enfrentavam para estudar e reivindica o ensino gratuito.

“Transatlântico (Santa Maria)”³⁴³ serve para o autor testemunhar a passagem desse transatlântico pelo porto do Mindelo referindo o nome de duas grandes personalidades portuguesas que estavam a bordo desse navio. Em “Chuva”³⁴⁴ aborda os estragos causados pela sua queda em grande quantidade, tendo referido que causou dois mortos. No entanto, segundo o próprio, a cidade retomou a normalidade em pouco espaço de tempo. Na crónica “Os Nossos Barquinhos”³⁴⁵ menciona as constantes viagens de pequenos e frágeis barcos entre as ilhas, carregando passageiros e mercadorias, num verdadeiro acto heróico. Finalmente, em “Uma Antologia, ou Talvez Não”³⁴⁶ apresenta um projecto para a publicação de uma antologia da poesia cabo-verdiana. Aponta Jaime de Figueiredo e Baltasar Lopes como possíveis organizadores.

Além desses textos, o autor também deixou duas entrevistas que lhe foram feitas por uma jornalista que assinava M. S., que acreditamos seja Maria Helena Spencer. Essas entrevistas são “Uma Tarde Com Jorge Barbosa” e “O Ambiente Literário Cabo-verdiano e A Influência Brasileira Segundo o Poeta Jorge Barbosa”.

Na primeira entrevista, “Uma Tarde Com Jorge Barbosa”³⁴⁷, fala do seu percurso literário e da sua influência nas gerações seguintes, inclusive junto do seu filho Jorge Pedro tendo abordado ainda alguns aspectos da intelectualidade e do meio literário cabo-verdianos, e a sua vontade de conhecer diversos países.

³⁴⁰ Vide Anexo III, doc. 17, p. lv.

³⁴¹ Vide Anexo III, doc. 16, p. liii.

³⁴² Vide Anexo III, doc. 17, p. lvi.

³⁴³ Vide Anexo III, doc. 17, p. lvii.

³⁴⁴ Vide Anexo III, doc. 17, p. lvii.

³⁴⁵ Vide Anexo III, doc. 18, p. lviii.

³⁴⁶ Vide Anexo III, doc. 18, p. lvix.

³⁴⁷ Vide Anexo I, doc. 7, p. xiv.

Quanto à segunda entrevista, “O Ambiente Literário Cabo-verdiano e A Influência Brasileira Segundo o Poeta Jorge Barbosa”³⁴⁸, detém-se de novo no ambiente literário do arquipélago e do que se poderia fazer para que a sua literatura progredisse, referindo que idealizava a materialização de uma viagem a Lisboa desde há 16 anos e que planeava voltar a essa cidade 36 anos depois, exactamente 10 anos antes de 2000.

III. 3.2. Radiografia do Arquipélago

“Minúsculos pontos
pingados no azul
marítimo do mapa
– somos nós
dez ilhas!”³⁴⁹

Cabo Verde apresenta um complexo paisagístico, onde a moldura de grande parte das ilhas revela rochedos caídos sobre a profundidade dos seus vales, a verterem culturas despontando em torno de um veio de água, ou penhascos levantados para um céu de onde, tantas vezes, a chuva não cai, finos areais, com salineiros, pescadores que encaram o mar de canal, e que vão longe cruzando-se, não raro, com grandes transatlânticos.

Sendo montanhoso, o arquipélago, na visão de Jorge Barbosa, tem rochas que metem medo e dão vertigens, o que o faz pensar que se caísse ou se lançasse do alto de um penhasco não chegaria a sentir dor nem o drama da morte porque seria insensível como uma pedra, como se nota na seguinte passagem do poema “Vertigem”:

“Mete medo / a rocha talhada a pique / Lá baixo / no fundo do abismo
vertiginoso / o Oceano parece um lago imenso e estagnado / e silencioso... / Se
eu caísse / ou me lançasse / do alto daquelas penedias, / se fosse na rapidez da
queda / como pedra desgarrada, / talvez não notasse a sensação da dor, / talvez
não sentisse o drama da morte / porque seria insensível como uma pedra
projectada! // Volto-me para o outro lado e no fundo da rocha também aparece /
a casaria alegre do povoado / num conjunto sem estética / mas de uma harmonia
/ inocente e original.. [...]”³⁵⁰

³⁴⁸ Vide Anexo I, doc. 8. p. xvii.

³⁴⁹ BARBOSA, Jorge, “Expectativa: destinos”, in *Obra Poética*, p. 177.

³⁵⁰ BARBOSA, Jorge, “Vertigem”, in *op. cit.*, pp. 82-83.

Cabo Verde é, como diria Jorge Barbosa, composto por dez “minúsculos pontos” e cinco ilhéus “pingados no mapa”, justificando a presença humana, num meio desagradecido, em que o cabo-verdiano actua denodadamente para confirmar o papel que lhe compete como agente dominador e transformador do seu espaço geográfico.

Todo o património criado pela natureza e pelo homem, representando o seu processo de agir, as suas formas de pensar e suas maneiras de sentir, conta com uma abordagem radiográfica, num simbólico rastreio do repositório de traços reais disponíveis em “compêndios”, como se pode atestar no longo poema “Ilhas”, dedicado a Jaime de Figueiredo.

Tudo indica que o autor principiou a sua abordagem pela primeira ilha que figura no mapa do arquipélago, Santo Antão³⁵¹, que inclui três cidades: Paul, Ribeira Grande e Porto Novo. Contrasta com outras ilhas do arquipélago pela riqueza do seu solo fecundo, variedade nos seus vales, nas suas ribeiras, onde corre a água da chuva, que por vezes carrega tudo o que lhe aparece à frente, no seu percurso comum em direcção ao mar.

A cidade do Paul³⁵² é considerada uma cidade exuberante e remete-nos para a Ribeira do Paul. Essa visão panorâmica da “Ribeira do Paul”, de ladeiras íngremes, nomeadamente Cabo de Ribeira, Campo de Cão, Passagem, Eito, Vila das Pombas, Figueiral, Janela, onde a água ocupa “as ribeiras”, evoca a sua beleza inigualável e é uma cidade que patenteia certas atracções a quem a quer visitar, respondendo a reivindicações feitas por João Inocêncio Silva, em 1949:

“– E, tivesse o Paul uma estrada ligando o Porto Novo, e esta Povoação em contacto com a sua vizinha Sam [sic] Vicente por meio de barcos a vapor, tivesse Paul estradas interiores, hotéis e casinos, tivesse as suas nascentes de excelentes águas alcalinas em condições de garantias terapêuticas e já de si como os seus agentes cósmicos: - árvores que anemizam o seu clima, suavidade da sua acção patogénica, as suas águas correndo, as suas montanhas, os seus píncaros magestosos [sic], a sua baía espalhando-se em grinaldas, as suas flores,

³⁵¹MIRANDA, Augusto “É, portanto, a ilha de Santo Antão uma jóia abandonada, ainda por lapidar, por valorizar em forma e que deve ingressar, pelo direito de herança e conquista, na órbita das preciosidades portuguesas. Quanto a nós, a Ilha é, ao mesmo tempo, o “GIGANTE ADAMASTOR” e a “ILHA DOS AMORES”, num sentido ainda mais elevado e histórico. Importa, pois, dominar a figura monstruosa e lavrar a terra de promessa!” “LEVADAS EM SANTO ANTÃO”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 12, n.º 212 (16 de Mai.- 1942), p. 2.

³⁵²“O Paul é a Sintra de Cabo Verde”! Há quem conheçam o Eden do Palácio da Pena, em Portugal e que sustente ser o Paul, nas suas exuberâncias naturais com plantações variadíssimas e magníficas, superior à própria Sintra, continental, embora esta dotada de obras de arte!” *Idem, ibidem*.

seria uma estância de repouso, de cura e de turismo preferida pelos espíritos mais exigentes do belo e do admirável.”³⁵³

Ribeira Grande evoca igualmente a Ribeira da Torre e a cidade vizinha de Porto Novo. De entre essas três cidades, a do Porto Novo é aquela em que chove menos, mas ambas são montanhosas. A queda da chuva é irregular, mas quando cai deparamos com águas³⁵⁴ constantes nas ribeiras, como “Ribeira Grande, Ribeira do Paul, Ribeira da Torre.” A constância e a quantidade da sua queda, no mesmo período, faz com que arraste árvores, casas, pedaços de rochas e tudo o que encontra à frente, no seu habitual percurso em direcção ao mar:

“Que ameaças pairam nas montanhas majestosas! / – Santo Antão! / A bárbara melodia / das águas nas ribeiras: / Ribeira Grande, Ribeira do Paul, Ribeira da Torre, / que, às vezes, crescem rumorosas, / caudalosas, / e levam / árvores, casas, pedregulhos!”³⁵⁵

No enquadramento de S. Vicente, como centro cultural por excelência, Jorge Barbosa refere-se ao Porto Grande como sendo um relevante catalisador económico e cultural do país, com a entrada de novidades através de navios que aí aportavam e de emigrantes regressados.

Nesse entendimento, além das novidades, Jorge Barbosa referiu que esse porto proporcionou, ainda, a entrada de bebidas alcoólicas e tabaco, e a saída de carvão, principal produto comercializado na altura, tendo permitido também a entrada de chineses, africanos, americanos e holandeses que se relacionaram sexualmente com as “meretrizes” da ilha, tópicos que iremos abordar mais à frente:

“S. Vicente... / A miragem do Porto Grande – / *Gin, Whisky*, / o tabaco loiro / e o carvão e o telegrafo dos Ingleses... / Todos passaram / – Chineses, Negros, Americanos, Holandeses – / Todos passaram / e deixaram, / por acaso,

³⁵³SILVA, J. Inocêncio, “Santo Antão Por Dentro e Por Fora”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 1, n.º 5, (1 Fev. 1950), p. 24.

³⁵⁴Ainda segundo o autor supracitado: “Ricas em águas são, entre outras, as ribeiras de Janela, do Paul, da Torre da Ribeira Grande, com os múltiplos afluentes defeitosos, da Garça, das Figueiras, da Cruz, do Altomira, das Patas, do Tarrafal, etc., e todas estão longe de ser suficientemente utilizadas no seu potencial de irrigação. No geral, se não conseguir elevar ao dobro as possibilidades das mesmas, certamente um terço dos seus recursos ainda se poderá desenhar no solo e das águas. Para se fazer uma ideia aproximada desse poder aquoso, basta dizer que quasi [sic] todas as levadas de Santo Antão, muitas delas em extensão de vários quilómetros, são construídas a pedra e terra. Isto dá em resultado palpável e o desperdício no longo percurso, de bastante água, com manifesto prejuízo das propriedades extremas, na direcção do juzante.” *Idem, ibidem*.

³⁵⁵BARBOSA, Jorge, “Ilhas”, in *Obra Poética*, p. 37.

/ a sua raça no ventre das meretrizes do porto... / A miragem / a decadência / do Porto Grande.”³⁵⁶

É, na verdade, um testemunho informado e revelador de uma cosmovisão realista e complexa dessa ilha. Essa abordagem prossegue com o poeta a recordar-nos que a ilha de S. Luzia se encontra desabitada e rememora a importância da ilha de S. Nicolau no progresso cultural e intelectual dos arquipelágicos, com o seu referido seminário, e devido à passagem de Cónegos e Bispos pela instituição. Todos deixaram reminiscências dessa época, nomeadamente nas missas, nos dias importantes para a história do arquipélago:

“Santa Luzia / deserta... // S. Nicolau é um presepe que se desfez... / Tudo passou de vez, / o Seminário, os Cónegos, o Bispo, / na rota inevitável / do tempo... / Recordações do tempo ido / continuam ainda / na gente / devota / e temente, / pias lembranças da Sé /... missas solenes com todo o cabido / em dias santificados...”³⁵⁷

As ilhas do Sal e da Boa Vista são conhecidas pelas suas praias, sendo que a do Sal se destaca pelas belas salinas e pela existência de muito sal. Boa Vista é importante igualmente pela morna – género musical que, segundo a tradição, traduz a espera nostálgica, saudosa e triste dos escravos e dos homens do mar, e cujo ritmo imita o movimento dos remos. Noutros tempos era uma presença assídua nos bailes:

“Ilha do Sal, das areias brancas, / das marinhas brancas; / cristalites de sal / ao Sol / por todos os lados. / Os caranguejos lentos invadindo as ruas mortas / nas longas noites neurasténicas... // Mornas a dançar / no corpo sensual das raparigas / nas cantigas, / na dispneia das ondas bravas / morrendo no areal, / no rolar / das ondas mansas e langues. / Boa Vista, / a cena / imprevista / das areias marchando sobre a Vila.”³⁵⁸

A ilha do Maio é avaliada pelos seus afamados queijos e melões, que fazem parte do sustento dos seus residentes, nos anos de abundância:

“Queijo do Maio / saborosos e são / nos lanches humildes / com melão / em anos de fartura...”³⁵⁹

³⁵⁶ *Idem, ibidem.*

³⁵⁷ *Idem, p. 38.*

³⁵⁸ *Idem, ibidem.*

³⁵⁹ *Idem, p. 39.*

Relativamente à ilha de Santiago, o poeta referencia algumas manifestações culturais do batuque, da tabanca, e dos povos africanos que a povoaram. Menciona, ainda, as crianças que brincam nos “pavimento de cimento” e alude aos assuntos de política, por ser a ilha onde se encontram a capital e o governo do país:

“O delírio do batuque no terreiro! / *Vadias* de Santiago / contorcionando,
/ espasmando / os ventres / no ritmo quente / do batuque / – essa dança
ancestral!... // Ficaram nas *tabancas* lembranças e gritos / e espíritos até / de
avós invisíveis / da Guiné! // Na cidade / brincam meninos / no pavimento / de
cimento / que a praça tem / e passeiam por ali homens / aos grupos pequenos /
segredando assuntos de política...”³⁶⁰

A ilha do Fogo é relevante nomeadamente pelas erupções do seu vulcão. Com um clima muitas vezes apontado como um dos melhores do mundo, tem 3.630 metros de altitude e é considerado um magnífico lugar turístico:

“No Fogo há fumo ainda / A sair do vulcão! / Apagados restos de antigas
erupções quedaram petrificados / pelas encostas / a relembrem trágicas visões
/ e ribombos ecoando pela serra.”³⁶¹

Encerra o poema com breves referências aos ilhéus Rombos e de Pássaros e à ilha da Brava, onde, segundo o próprio, é possível encontrar flores e as notáveis mornas de Eugénio Tavares, um dos nomes mais importantes desse estilo musical e da cultura cabo-verdiana:

“No sangue rebelde e másculo / das gentes / revive / o ardor das lavas
incandescentes! // Ao largo os ilhéus Rombos! / Pássaros marinhos /
proliferando... // [...] // Foguetes / estalam no ar por toda a Brava / contagiando
a harmonia / de cores / e de flores / da gracílisma paisagem.// [...] / América!
Mar largo! / Amores distantes, / Saudades crioulas / Das mornas de
Eugénio!...”³⁶²

³⁶⁰ *Idem, ibidem*

³⁶¹ *Idem, pp. 39-40.*

³⁶² *Idem, ibidem.*

III. 3.3. Utopia e Retorno às Origens

Adalberto Carvalho considera que “ao falarmos de utopia, nos defrontamos com um terreno pleno de ambiguidades, de confrontação de opiniões e perspectivas quanto ao seu estatuto e até de valorações subjectivas muito diversas.”³⁶³

Nessa linha de pensamento, o autor entende que há três tipos de utopias:

“Há, na verdade, pelo menos três – as *literárias*, as *políticas* e as *filosóficas* – que, sem prejuízo de usufruírem de um certo número de características comuns e de alguma instabilidade ou precariedade estatutária, que faz com que nunca se encontre uma utopia em particular perfeitamente delimitada quanto à sua identidade, não deixam de ser entre si destrincháveis. Esta circunstância deve evitar a sua mobilização exclusivamente ideológica com o inerente desperdício, designadamente, das suas vertentes crítica e estética.”³⁶⁴

Esse tipo de discurso surge no intervalo que se abre entre o que é necessário ou desejado e a possibilidade da sua satisfação. Por essa razão, não podemos deixar de lembrar Thomas Morus, devido à sua célebre obra *Utopia*, em que critica as instituições da sua época e projecta uma sociedade ideal, imaginária, onde não haveria propriedades privadas, com absoluta comunidade de bens e de solo, sem antagonismos entre a cidade e o campo, sem trabalho assalariado, sem gastos supérfluos e luxos excessivos, com o estado como órgão administrador de produção.

No caso de Cabo Verde, Jorge Barbosa, incorporando a história do conceito e os mitos a eles associados, procurou justificar de forma utópica a origem das ilhas numa espécie de viagem imaginária de retorno às origens e numa tentativa de preencher de forma mítica um vazio existencial do arquipélago, em que na “fantasia” do autor:

“aparecem / quase invisíveis / pontos pingados / no azul luminoso / e atlântico da esfera ...”³⁶⁵

Por essa razão, Jorge Barbosa questiona se ambas as ilhas se encontram registadas no mapa, devido à sua pequenez e à dos ilhéus, detentores ainda assim de uma história milenar:

³⁶³CARVALHO, Adalberto Dias, *A Contemporaneidade Como Utopia*, Porto, Edições Afrontamento, 2000, p. 145.

³⁶⁴*Idem*, p. 146.

³⁶⁵BARBOSA, Jorge, “Expectativa: preâmbulo”, in *Obra Poética*, p. 176.

“Seria que todas / teriam ficado / marcadas no mapa? // Dez ilhas que esperam / ainda o final / deste destino / de todos nós / que há meio milénio / um dia começou!”³⁶⁶

São os constrangimentos históricos e geográficos que o motivam a escrever um poema sobre a expectativa dos cabo-verdianos, como se pode confirmar na seguinte passagem:

“Irrompeu então / na alma do poeta / o desesperado poema / da nossa expectativa!”³⁶⁷

Estando dividido em dez cantos com diferentes títulos, Jorge Barbosa apresentou nele algumas facetas da geologia e da história das ilhas. No primeiro canto, “Existência”, apresenta o arquipélago como sendo

“Minúsculos pontos / pingados no azul / marítimo do mapa / – somos nós / dez ilhas!”³⁶⁸

No segundo canto, intitulado “Contraste”, Jorge Barbosa aborda a localização geográfica do país que também prossegue nos cantos terceiro, com o título “Destinos”, quarto, “As Ilhas e a Amplidão”, quinto, “Meio Milénio”, sexto, “Problemas”, do respectivo texto:

“Canto 2.º / Minúsculos pontos / deixados ali / esquecidos no mapa / – somos nós / dez ilhas! [...] // Canto 3.º / “Minúsculos pontos / – somos nós / dez ilhas! // Balizas emersas / No cruzamento das rotas / outrora dos nautas / dos reis das descobertas. [...] // Canto 4.º / Minúsculos pontos / algures no oceano / – somos nós / dez ilhas / melancólica / e geograficamente possíveis / rodeadas pelo mar / como vêm nos compêndios...// [...] // Canto 5.º / Minúsculos pontos / não havia remédio / e os deixaram no mapa... / - Somos nós / dez ilhas! [...] // Canto 6.º / Minúsculos pontos / caídos ali / em cima do mapa. / – Somos nós / dez ilhas / esperando.”³⁶⁹

Relativamente ao poema “Panorama”, dedicado a Manuel Velosa, o poeta coloca uma série de questões, procurando justificar a existência geológica das ilhas. Chega à

³⁶⁶ *Idem, ibidem.*

³⁶⁷ *Idem, ibidem.*

³⁶⁸ *Idem, p. 177.*

³⁶⁹ *Idem, pp. 178-182.*

conclusão de que resultaram de uma erupção vulcânica. Propôs com essa visão uma solução mítica para a sua origem, influenciado pelo já referido mito da Atlântida:

“Destroços de que continente, / de que cataclismos, / de que sismos, / de que mistérios?...”³⁷⁰

Se no poema “Panorama” o autor questiona e problematiza a origem geológica do arquipélago, dada a sua envolvimento misteriosa, ele próprio se encarrega de lhe responder no poema “Descoberta”, referindo que essas “dramáticas ilhas” foram transformadas: “virgens e rubras / com lavas espessas / de um vulcão submerso.”³⁷¹

Quanto ao poema “Destinos”, também aborda a origem geológica das ilhas “perdidas, esquecidas num canto do mundo”, ao colocar, de novo, uma série de interrogações sobre a sua formação: “Destroços de que continente, / de que cataclismos, / de que sismos?...”³⁷². Respondeu a essas questões referindo que resultaram de destroços de um “naufrágio” que continua, em face dos problemas que os cabo-verdianos são obrigados a enfrentar:

“Ilhas perdidas, / esquecidas / num canto do mundo... / Destroços de um naufrágio!... // ... Mas o naufrágio continua...”³⁷³

Jorge Barbosa, confirma a sua resposta no terceiro e décimo cantos do poema “Expectativa”, intitulados “Destinos” e “Regresso”, através da descrição de vestígios geológicos. Assim, no canto terceiro são apresentadas como: “Estilhaços vulcânicos / destinos de pedra”³⁷⁴ e no canto décimo como:

“estilhaços vulcânicos / basaltos inumeráveis / conchas e búzios remotos / colinas com restos / do fundo do mar / crateras soterradas / montes escalvados / com os seus píncaros e cristas / que as rajadas alísias aguçam e afiam // [...] parece que esperam / enigmáticos e proféticos / um dia talvez / de estrondos e sismos ciclóticos / em que tudo será / envolto de novo / por ondas espessas e lentas / de lavas e vapores / avançando em desfile nas planícies / escorrendo nas encostas / parece que esperam / (quem o saberá?) / o regresso um dia / ao fundo do mar...”³⁷⁵

³⁷⁰ BARBOSA, Jorge “Panorama”, in *Obra Poética*, p. 35.

³⁷¹ BARBOSA, Jorge “Descoberta”, in *op. cit.*, p. 309.

³⁷² BARBOSA, Jorge, “Destinos”, in *op. cit.*, p. 49.

³⁷³ *Idem, ibidem.*

³⁷⁴ BARBOSA, Jorge “Expectativa: destinos”, in *op. cit.*, p. 179.

³⁷⁵ BARBOSA, Jorge, “Expectativa: regresso”, in *op. cit.*, pp. 190-191.

Pedro Cardoso também se referiu à origem das ilhas através da referência a destroços do mítico continente da Atlântida ou das Hespérides:

“Referem lendas antigas / que nos confins do mar / As Hespérides
ficavam / E o famoso pomar // Paraíso de Ventura, / Que de encantos lá havia! /
Era a terra mais donosa / Que a rosa do sol cobria. // Palácios com portas de
oiro / E varandas de marfim / Por toda parte se viam / Não tinham conta nem
fim [...]”³⁷⁶

Segundo essa teoria, o arquipélago teria tido origem nos escombros do continente da Atlântida. Era considerado rico devido à sua flora e aos seus tesouros minerais. Tinha muito ferro, cobre, ouro e oricalco, um metal que brilhava como o fogo. Os seus habitantes eram muito evoluídos, facto que os fizera dominar uma grande parte dos povos do Mediterrâneo e do mundo. No entanto, foram vencidos pelos atenienses e entraram em decadência, tendo acabado por submergir, num único dia, devido a um forte cataclismo, de onde surgiram os Açores, Cabo Verde, as Canárias, a Madeira e as Selvagens.

Trata-se de uma tradição mítica recuperada pelos intelectuais que estudaram no Seminário-Liceu de S. Nicolau, nomeadamente Pedro Cardoso e José Lopes, por influência de um tipo de ensino que valorizava aspectos da cultura clássica e ideias nacionalistas românticas, fruto, igualmente, do manejo do Novo *Almanach de Lembranças Luso-brasileiro* e da presença de exilados no arquipélago.

De resto, ao procurarmos compreender as peculiaridades que esses jovens conferiram à origem das ilhas, mais nos identificamos com os seus instrumentos de expressão, visto que esse modelo mítico consigna um testemunho colectivo para preencher um vazio criado como fuga a um vínculo imperial. Desta forma, o recurso de Jorge Barbosa ao mito, iniciado por José Lopes e Pedro Cardoso, funciona como uma forma de preencher uma insatisfação histórica por meio de uma realidade reinventada.³⁷⁷

³⁷⁶CARDOSO, Pedro, *Hespérides*, Cabo Verde, Edição do Autor, 1930, pp. 15-17.

³⁷⁷Elisa Andrade encarregou-se justificar a sua ressuscitação e referiu que provem de textos lendários platónicos, cuja abordagem procederemos a transcrever:

“Em dois diálogos, de Timeu e Crítias, Platão conta que Sólon, na sua viagem ao Egipto soube, de um padre que vivia em Saïs no Delta do Nilo, que os Atlantes, povo forte e guerreiro, habitavam uma ilha fabulosa e de grandes dimensões que se estendia em frente às Colunas de Hércules (estreito de Gibraltar). Quando os deuses partilharam a terra entre si, Atlântida coube a Posidon (Neptuno) que veio a casar-se com Clito, uma mortal, que tendo perdido os seus pais, aí vivia sozinha. Desse casamento nasceram dez filhos. Posidon dividiu a ilha em dez parcelas, deu uma a cada um dos filhos e atribuiu a supremacia a Atlas.

Os reis dessa ilha chegaram a criar um vasto império que se estendia a muitas outras ilhas e regiões do continente. Ademais possuía a Líbia até o Tirrénio. Porém, um belo dia, a ilha foi sacudida por tremendos

III. 3.4. “Fusão de Duas Almas Contrárias”

Ao apresentarmos a obra de Jorge Barbosa, não podemos esquecer a sua tentativa de determinar a configuração da cultura cabo-verdiana como luso-africana. De acordo com a sua abordagem, e segundo a história, há no arquipélago uma cultura nitidamente local, em cujas bases se encontram, com idêntica importância, elementos africanos e europeus. Assim, houve, em Cabo Verde, como referimos no primeiro capítulo, a fusão de padrões culturais africanos e europeus, principalmente portugueses.

Dessa forma, devido à sua história, localização geográfica e condicionalismos sociológicos, o arquipélago constitui uma das mais maravilhosas experiências de “fusão de almas contrárias”, que originou um harmonioso e característico conjunto humano. Para que tal acontecesse, houve a vontade dos portugueses que, ao procurarem solucionar problemas domésticos, aportaram em novos horizontes, adaptando-se a diferentes realidades e contribuindo para a criação de novos povos, conforme podemos verificar numa crónica intitulada “Comemorações de Camões”:

“Estava latente dentro de cada português o sentido de alargamento pátrio, de expansão nacional, em suma, de projecção lusíada, porque Portugal, país pobre, necessitava de riquezas para firmar o seu reino e defender a sua nacionalidade.”³⁷⁸

Nessa óptica, Jorge Barbosa abordou a realidade inicial das ilhas, desde a chegada dos colonizadores à formação da “alma” crioula. Em seu entender, tudo adveio do espírito ousado português que, embora tenha encarado enormes tempestades, ampliou de forma epopeica o seu reino, conforme se nota no poema “Expansão”, onde o autor enalteceu Portugal devido à sua visão expansionista. Encontramos essa visão enaltecedora no refrão: “Heróico e pequeno / Reino Lusitano” e descreve o “Reino Lusitano” como sendo “heróico”, embora tenha sido esmagado por Castela e pelo “mar tenebroso”:

abalos de terra e violentos cataclismos. No espaço de um dia e uma noite horríveis, os habitantes foram todos engolidos pela terra e a ilha Atlântida afundou-se no mar, desaparecendo para sempre.

Platão dá a entender que a destruição tinha sido provocada pela cólera dos deuses pois a sua narrativa termina no momento em que realizam uma assembleia em que Zeus, no discurso que deve pronunciar, entende castigar uma raça outrora excelente, mas que se tinha abastardo pelos cruzamentos com mortais o que a tinha levado a cair na indecência, na avidez de poderio e riquezas, etc.”³⁷⁷ ANDRADE, Elisa, “Do Mito à História”, in VEIGA, Manuel (coord.), *Cabo Verde: insularidade e literatura*, pp. 17-18.

³⁷⁸ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: “comemorações de Camões”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 34 (1 Jul. 1952), p. 11.

“Dir-se-ia esmagado / entre a aguerrida / Castela ardilosa / e a muralha
das ondas / do mar tenebroso.”³⁷⁹

Em seu entender, a pequenez da terra portuguesa condicionava a vida dos portugueses, motivo que os incentivara a alargá-la:

“Breve lavrada / a pouca terra / tão breve já não / havia no Reino / mais
terra que fosse / para lavar.”³⁸⁰

Do mesmo modo que destacou a expansão portuguesa, também apontou as consequências da motivação portuguesa em se lançar ao mar, conseguindo dessa forma dilatar o seu império:

“Os lusos então / ao mar se fizeram / sulcando e vencendo / distâncias
além. // Assim dilataram / em dispersivo / e colorido império / a terra pouca / do
heróico e pequeno / Reino Lusitano.”³⁸¹

Tratando-se de um texto enaltecendor da história expansionista portuguesa, que ampliou o império, interrogamo-nos sobre o que terá levado um claridoso realista, que se veio a revelar um “panfletário” revolucionário, a redigir um poema desta natureza, sem referências independentistas. Essa abordagem mostra-nos que ele se sentia parte integrante desse “Reino Lusitano”, embora, a par dos outros claridosos, tenha reivindicado a asseveração sociocultural cabo-verdiana como uma unidade do “dispersivo / e colorido império.”

Notamos, no poema, uma faceta ambígua e desconhecida do autor, resultante, provavelmente, dos condicionalismos históricos do arquipélago, achado por navegadores a serviço de D. Afonso V que, através da utilização de “caravelas bojudas”, aí aportaram para sua glória e “desventura” dos cabo-verdianos, dando-nos a ideia de que preferia que fosse achada por outras potências, como se lê no poema “Descoberta”:

“Assim foram um dia / as ilhas descobertas / para a glória d’El-Rei /
Afonso Africano / e a nossa desventura.”³⁸²

³⁷⁹ BARBOSA, Jorge, “Expansão”, in *Obra Poética*, pp. 311.

³⁸⁰ *Idem, ibidem.*

³⁸¹ *Idem, ibidem.*

³⁸² BARBOSA, Jorge, “Descoberta”, in *op. cit.*, p. 310.

Segundo o autor, essa descoberta, ocorrida “milénios” depois de se ter dado a formação geológica das ilhas, foi feita por homens fortes e corajosos, chamuscados “pelo sol e pelo suão”. Saíram do “Promontório de Sagres”, núcleo da expansão marítima portuguesa; esses homens eram ainda rudes, de barba comprida, com vestígios de sal no rosto, como se lê no poema citado:

“Depois rodaram / milénios e astros / exactos no espaço / até que chegaram / as caravelas bojudas. // Eram nautas que vinham / do Promontório de Sagres / homens de peito largo / audazes queimados / pelo sol e pelo suão. // Gente de rude fala / e barbas longas ao vento / com vítreos resíduos / húmidos ainda / das espumas oceânicas.”³⁸³

Ao procurarmos compreender os vários aspectos do fenómeno da existência do cabo-verdiano, valerá a pena referir que o seu destino se iniciou com a saída de um barco do referido promontório. Transportou os europeus que contribuíram para o povoamento do arquipélago, que se encontrava desabitado aquando da chegada dos descobridores. Encontraram apenas “aves de rapina”³⁸⁴, carnívoras, com bicos recurvados e pontiagudos, garras fortes e visão de longo alcance. Deparam-se ainda com uma vegetação transportada pelos pássaros aquando de fortes ventanias, como se pode ver no poema “Prelúdio”, dedicado ao seu amigo António Aurélio Gonçalves:

“Quando o descobridor chegou à primeira ilha / não havia / nem homens nus / nem mulheres nuas / espreitando / inocentes e medrosos / detrás da vegetação. // Nem seta venenosas vindas no ar / nem gritos de alarme e de guerra / ecoando pelos montes. // Havia somente / as aves de rapina / de garras afiadas / as aves marítimas [...] // Quando o descobridor chegou / [...] // nessa hora então / nessa hora inicial / começou a cumprir-se / este destino ainda de todos nós.”³⁸⁵

Esse texto representa um preâmbulo à história do arquipélago, resultante de uma partida e chegada num espaço sem existência humana e recursos naturais. Nessa óptica, Manuel Veiga considerou que o poema “Prelúdio”:

³⁸³ *Idem*, p. 309.

³⁸⁴ Para Elsa dos Santos essas aves “pela forma como se alimentam, podem ser consideradas agentes regeneradores das forças vitais que são contidas na decomposição orgânica ou em várias religiões (hindu, muçulmana, no mundo céltico e asiático) como símbolo da imortalidade da Alma (Alcorão 2, 262; 343; 67, 19), tendo um papel de intermediário entre a terra e o céu”. SANTOS, Elsa, *As Máscaras Poéticas*, p. 87.

³⁸⁵ BARBOSA, Jorge, “Prelúdio”, in *Obra Poética*, pp. 99-100.

“é uma viagem, mas uma viagem que fala primeiro da chegada. E esta chegada é de novo uma partida em demanda de uma cosmologia, a cabo-verdiana. [...].

Para o poeta, a *viagem-chegada* como a *viagem-partida*, ambos indicam o processo da caboverdianidade. Tanto uma como a outra são multidimensionais. Efectivamente, essa dupla viagem é humana, animal, mineral, climática. O mundo cabo-verdiano é o resultado de tudo isto.”³⁸⁶

Segundo o autor citado, Jorge Barbosa pretendeu referir:

“que a cabo-verdianidade, como resultado da *chegada* ou da *partida*, existe; melhor dizendo, ela está na existência, no devir contínuo, na secular sedimentação das partes em presença, tanto do ponto de vista étnico, como cultural e geográfico.”³⁸⁷

Já no poema “Panorama” é sugerido que na formação sociocultural do país participaram pessoas de todas as origens e classes sociais, tais como:

“marinheiros queimados / corsários, escravos, / aventureiros, / condenados, / fidalgos, negreiros, / donatários das Ilhas, / Capitães-Mores...”³⁸⁸

Todas terão sido transportadas por uma “nau” que, por influência do tráfico de escravos, o autor denominou de “nau de escravos”. Eram transportadas em grande número e amontoadas nos porões, com o objectivo de serem vendidas e ampliarem o império português. Esse projecto destruiu muitas famílias e sociedades, visto que os escravos eram arrancados do seu país, da sua família e amigos sem liberdade de escolha. Uma parte ficou no arquipélago e participou na formação da sociedade desse arquipélago, através de uma convivência contínua e permanente, como se nota num longo poema “Relato da Nau”, sobre uma nau que navegava por influência do vento:

“Era antigamente / a primeira nau de escravos / no rumo do Arquipélago / rápida navegando / sob o impulso dos alísios. // Tinha o bojo amplo / tal como convinha / ao transporte de centos de cativos / no porão aglomerados / A nau era negreira. / Contudo possuía / algo de grandeza nos mastros altos / com as vergas em cruces. // As velas alvas enfunadas / ao sopro salgado das brisas / mantinham o contorno / arrogante e redondo / do peito dos pombos. //

³⁸⁶VEIGA, Manuel, *Signos e Símbolos em Jorge Barbosa: uma tentativa de análise semiológica*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1989, p. 30.

³⁸⁷*Idem*, p. 31.

³⁸⁸BARBOSA, Jorge, “Panorama”, in *Obra Poética*, p. 36.

Insubmersível / e inquebrável / a nau sustinha no balanço / o peso dos tufões e das ondas / [...]”³⁸⁹

Os escravos eram transportados em condições miseráveis, visto que faziam as suas necessidades fisiológicas nos próprios porões dos barcos, onde tinham muitas dificuldades em respirar:

“Tinha a nau o odor / alado dos sexos / dejectos / e micções / que subia nauseante / do porão / onde vinham negros aprisionados / na costa africana.”³⁹⁰

As viagens dessas naus eram marcadas por algumas peripécias, devido ao antagonismo da natureza. Essas naus enfrentavam ciclones e tempestades do “equinócio”, que por vezes as afundavam:

“Ora pela viagem / um dia de repente / o céu e o mar escureceram. / A marinhagem apressada / e ágil pelos mastros / ferrou o velame / excepto a bujarrona para a ajuda da nau / nas rajadas do ciclone / que breve tombaria, // [...] // E abateu sobre a nau / a maior tempestade do equinócio.”³⁹¹

Tais adversidades temporais desmantelavam a “nau”, através de um duro golpe, tendo ficado à “deriva” durante “três dias e três noites”. Durante esse período, o seu experiente capitão procurou defendê-la das aludes e das voragens das ondas do mar até ao amainar do vento, que só se daria com o pôr-do-sol:

“Desmantelada / o convés varado pela força / e pelas iras sonoras da procela / o navio flutuou três dias / e três noites à deriva / enquanto o capitão veterano / dos mares e oceanos / amarrado ao leme seguia / insone e atento e defendia / a nau das avalanches / e dos abismos súbitos das ondas. // Depois que afinal / amainou a fúria / dos ventos e das vagas / abriram ao ar e ao sol / a boca da escotilha.”³⁹²

Os escravos foram os que mais sofreram com essa tempestade, visto que se encontravam amontoados em grande número no seu porão, excedendo a sua capacidade. Muitos deles morreram de angústia, sede, fome e asfixia. Esses foram arremessados ao mar, de forma vertical, e, sem receberem “protecção espiritual”:

³⁸⁹ BARBOSA, Jorge, “Relato da Nau”, in *op. cit.* pp. 420.

³⁹⁰ *Idem*, p. 421.

³⁹¹ *Idem, ibidem.*

³⁹² *Idem, ibidem.*

“Ao odor que havia / juntou-se e veio ao cimo / outro mais nauseante / dos corpos dos negros que morreram / de pânico sede fome e asfixia / nos três dias e três noites da tormenta. // De olhos rígidos / metálicos / abertos / foram com urgência / lançados ao mar / os corpos nus putrefactos / com lastros nos pés / para o mergulho em vertical. // Não houve orações / nem foram lidos / versículos tristemente / na Bíblia de bordo. // Talvez nem houvesse nenhum / temente e breve / sinal da Cruz.”³⁹³

O processo de libertação dos corpos foi muito cansativo, o que fez com que o capitão tenha distribuído “um quartilho de rum” e “uma escrava desnuda” aos seus tripulantes, como prémios:

“E o capitão ordenou / a baldeação sem demora / do porão e dos escravos / em grupos vigiados / ao longo do convés. // Para o prémio de tanto esforço e cansaço / distribuiu aos tripulantes / a cada um / quartilho de rum / uma escrava desnuda / e deu o dia todo e a noite / para o sono e repouso.”³⁹⁴

Após lhes ter entregue o prémio, posicionou-se no “convés”, tendo-se ainda, acendido “sete velas” correspondentes aos “sete dias” de uma semana à “Virgem Senhora dos Navegantes”, uma imagem muito comum em Portugal no século XV, a quem os navegantes recorriam para pedirem protecção para regressarem com vida à sua pátria.

“Ele só ficaria / no convés de vigia. // Defronte da Virgem / Senhora dos Navegantes / no camarote acendeu / sete velas em coroa / as primeiras das sete que seriam / depois sete vezes / sete dias da semana.”³⁹⁵

O desmantelamento de barcos era muito comum no transporte dos escravos para o arquipélago. Isso originou milhares de mortes; os que sobreviveram foram para a América e a Europa e foram aproveitados também no povoamento desse pequeno território insular, através do acasalamento com brancos europeus:

“Assim aportou / a primeira leva / que vinha cativa / para o povoamento das ilhas.”³⁹⁶

O primeiro cabo-verdiano nasceu na cidade da Ribeira Grande, actual Cidade Velha, na ilha de Santiago, tendo ocorrido uma expansão posterior ao resto das ilhas, como já

³⁹³*Idem*, p. 422.

³⁹⁴*Idem*, pp. 422- 423.

³⁹⁵*Idem*, p. 423.

³⁹⁶*Idem*, *ibidem*.

tivemos a oportunidade de referir. Essa cidade, considerada o berço da Nação Cabo-Verdiana, entrou em declínio devido a ataques frequentes de piratas. A incapacidade dos cabo-verdianos em acertarem nos “ágeis” ladrões, que eram bem preparados, fizeram com que esse importante entreposto comercial entrasse em decadência económica:

“No tempo das pilhagens / havia as barulhentas / peças guerreiras / de
carregar pela boca / que disparavam do cimo / do parapeito do porto / sobre as
naus corsárias / vindas para o assalto. // [...] // Não tinham a precisão / nem o
movimento / indispensáveis / à pontaria / nem o Senhor / Capitão-mor sabia / os
segredos / complexos da balística. // [...] // Afinal a piratagem / desvairada e
ágil / saltava ao longo do areal indefeso / com assobios e gritos / tilintar de
espadas / e o saque depressa / então se consumava.”³⁹⁷

Originado nessa cidade, o cabo-verdiano resultou de uma união secular “de duas almas contrárias”, fruto de um longo e duradouro processo, que gerou um único ser, descendente do “sangue do escravo africano” e o do “aventureiro” europeu, conforme Jorge Barbosa refere no poema “Povo:

“Conflito numa alma só / de duas almas contrárias / buscando-se,
amalgamando-se / numa secular fusão; // conflito num sangue só / do sangue
forte africano / com o sangue aventureiro / dos homens da Expansão; // conflito
num ser somente / de dois pólos em contacto / na insistente projecção / de
muitas gerações [...]”³⁹⁸

Essa fusão desencadeou no cabo-verdiano a indecisão sobre se é africano ou europeu, dando a ideia da suposta inexistência de uma identidade cultural, embora Jorge Barbosa a tenha destacado quando mencionou a expressão “alma do povo”:

“N’alma do povo ficou / esta ansiedade profunda / – qualquer coisa de
indeciso / entre o clima tropical / e o espelho de Portugal...”³⁹⁹

Gabriel Mariano entende que essa indefinição português/africano foi criada por estudantes cabo-verdianos que viviam em Portugal. Na sua opinião, abordar a questão dessa maneira significa rejeitar a especificidade do processo de mestiçagem cultural que se processou no arquipélago, como atesta a seguinte passagem do seu artigo “Negritude e Caboverdianidade:

³⁹⁷ BARBOSA, Jorge, “Assalto”, in *Obra Poética*, pp. 307-308.

³⁹⁸ BARBOSA, Jorge, “Povo”, in *op. cit.*, p. 46.

³⁹⁹ *Idem, ibidem.*

“Os estudantes caboverdianos na Metrópole têm estado divididos acerca do carácter regional do povo crioulo: português ou africano? [...] Com efeito, formulada a pergunta, a resposta que ela, imediatamente, solicita, é esta: ou caboverdiano ou português ou africano. Ora, isto, só estaria exacto, se porventura os povos se repetissem como cópias e papel químico. Se os povos se repetissem em todos os seus pormenores quando transplantados no seu meio de origem para meios diferentes. É mais: pôr o problema nesses termos dilemáticos (ou uma coisa ou outra...) é rejeitar a priori e sem qualquer razão científica o aparecimento ou a oportunidade de expressões culturais mestiços. [...]”⁴⁰⁰

É de salientar que, apesar de o autor manifestar essa indefinição, no poema “África”, escrito em 1935, revela-nos a sua consciência de ser africano, nos mais variados aspectos do seu quotidiano e da sua história. Assim, fala também das diferentes feridas existentes nos africanos, causadas pelas grandes potências coloniais que, além de usufruírem das riquezas locais, condicionavam a vivência da população, através da imposição do poder. O autor também aborda alguns aspectos culturais, nomeadamente a arte, onde os artistas usam a madeira para talhar “animais estranhos, divindades”:

“ÁFRICA! / no teu corpo não sararam ainda as feridas / das renhidas / pelejas de assaltos rapaces / feitas para a glória das conquistas / e para o prestígio dos impérios! // Pairam ameaças ainda / dos dominadores / senhores / do teu destino! // [...] // ÁFRICA! / na fauna há todas as maravilhas da criação / todos os concertos, todos os ruídos, / - uivos enraivecidos / [...] // ÁFRICA! // dos teus tambores / em cuja cadência guerreira e bárbara / reconstituo pretos ágeis e tatuados / dançando e lutando. // [...] // À beira dos teus rios, / à sombra das tuas selvas / ao calor do teu sol, / no teu ventre fecundante, / dormem as energias da tua raça, / até vir a hora arfante, / a hora clarim da tua manhã triunfante!”⁴⁰¹

Quanto a este poema, Elsa dos Santos entende que Jorge Barbosa o escreveu

“talvez contagiado pelos movimentos do Renascimento Negro Norte-Americano, que, sobretudo a partir dos anos 20, logo após a Primeira Guerra Mundial, elevam a sua voz, tornando Harlem o centro da atenção, com os seus ritmos musicais negros que entram no gosto da burguesia branca, por toda a parte, da América à Europa e à África negra.

Mesmo que tenhamos de pôr uma certa reserva na identidade do pensamento ideológico da geração intelectual de 30 [...], teremos de antever neste poema, em que o continente africano é apresentado em toda a sua pujança telúrica, terminando num grito de libertação e de esperança, um certo antecipar

⁴⁰⁰MARIANO, Gabriel, “Negritude e Caboverdianidade”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, A. 9, n.º 104, (1 Out., 1954), pp. 6-8.

⁴⁰¹BARBOSA, Jorge, “África”, in *Obra Poética*, pp. 334-336.

ou, pelo menos, uma certa percepção daquilo por que os nacionalistas africanos viriam a lutar [...].”⁴⁰²

Portanto, para além de nos dar a conhecer questões cabo-verdianas, o poeta também nos mostra casos como os referidos no poema “Ocorrência em Birmingham”, onde relata um caso de racismo ocorrido numa tabacaria:

“John / de Birmingham / Alabama / USA // entrou na tabacaria. // Foi insultado / soqueado / expulso. // Na rua / o polícia / espancou / derrubou / cuspiu / prendeu o desordeiro. // Negro safado!”⁴⁰³

A personagem principal do texto tem um único nome e teve um fim trágico porque rompeu a fronteira entre o negro e o branco no Sul dos Estados Unidos. O desencadeamento dessa acção resultou do facto de “John” ser considerado um “negro”, logo “safado”. Essa abordagem do racismo reproduz um grave problema que os negros enfrentavam nos Estados Unidos e encontrou eco nas reflexões feitas pelo autor em torno de questões de identidade, aculturação e justiça social.

Tomando como referência o longo processo de aculturação na origem do homem crioulo revisitou ao mesmo tempo a ideia de uma África dominada e imperialista.

III. 3.5. Reivindicação e Testemunho

Jorge Barbosa reivindicou para a sua produção literária o quotidiano e o imaginário cabo-verdianos e associou a esse propósito uma visão testemunhal sobre ocorrências centrais na vida do arquipélago, nomeadamente no respeitante à decadência do Porto Grande do Mindelo, à adversidade das secas e consequências daí resultantes, bem como a características do património cultural cabo-verdiano. Assim, segundo o autor:

“A verdadeira [obra] não envelhece com o rolar do tempo, nem esmorece a graça, nem diminui o perfume, nem enfraquece o vigor. O dano que a marcha dos anos lhe poderá trazer é desfocar o ambiente da sua criação, mas sua beleza, sua comunicabilidade, seu poder de penetração, continuam vivos mesmo assim.”⁴⁰⁴

⁴⁰² BARBOSA, Jorge, “Prefácio”, in *op. cit.*, p. 28.

⁴⁰³ BARBOSA, Jorge, “Ocorrência em Birmingham”, in *Obra Poética*, p. 316.

⁴⁰⁴ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: comemoração de Camões”, p. 11.

“A graça”, “o perfume” e “o vigor” da sua obra permanecem na abordagem que fez das ilhas, por vezes de forma irónica, visto que o regime salazarista, que controlava o arquipélago, obstruía tentativas de leitura crítica do quotidiano e quem desrespeitasse essa regra era punido. Lola Geraldês Xavier entende que:

“A ironia é um método, um exercício prático para aproximar o conhecimento e a verdade. Ironizar é tornar visível num enigma e contemplar a reacção que se provoca. Pode ser usada como uma arma, como forma de julgar, por isso, provoca, muitas vezes, polémica.”⁴⁰⁵

Esse lado irónico fê-lo dissimular a mensagem que desejava transmitir, através do uso de expressões implícitas ou de contraste entre o dito e o que se pretende dizer, como se pode comprovar na seguinte passagem do poema “Banquete”:

“Contar-vos-ei / o lado mau da minha alma / todas as minhas fraquezas.
Mas direi tudo de tal modo / que todos vós ríeis / a pensar que estou brincando.
// E ninguém acreditar-me-á! // Até eu mesmo também / não acreditarei nas
minhas palavras!”⁴⁰⁶

O autor, pensando no seu bem-estar e no da sua família, como o próprio assumiu, limitou-se a dar a conhecer a vivência cabo-verdiana de forma implícita. No entanto, o seu espírito revolucionário esteve sempre presente, como podemos ver no poema “5 Estrofes de Amizade Para o Poeta Manuel Lopes”:

“1ª / Porque / juntos fomos jovens / na mesma / preocupação de poesia / e
com os mesmos ideais e desassossegos. // Porque a nossa terra continua / e os
seus pesares e a sua / angústia continuam / na tua quase solene / e dramática
poesia. // [...] // 4ª / Porque / são dez as nossas ilhas / e estão precisando / com
urgência / da nossa / poesia / da nossa / fé / da nossa / coragem. / São dez /

⁴⁰⁵XAVIER, Lola Geraldês, *O Discurso da Ironia em Literaturas de Língua Portuguesa*, [s. l.], Novo Imbondeiro, 2007, p. 20.

Segundo a mesma autora: “A utilização do termo ironia remonta à Antiguidade, havendo consenso quanto à ligação etimológica com *eirôneia*. Porém, as opiniões divergem em relação ao significado da palavra grega. *Eirôn* poderia significar “aquele que interroga, que questiona, que se questiona”, *eirô* significaria, por sua vez, “dizer, declarar”. Contudo, nenhuma destas relações satisfaz as definições actuais de ironia. De qualquer forma, *eirôn* era uma forma de temperamento, de natureza. *Eirôneia* era uma atitude, um comportamento.[...]”

A ironia sofre também, ao longo dos tempos, duas tendências maiores em relação à sua produção e recepção. Até antes da segunda metade do século XX, tem primazia a noção de intencionalidade do autor. Assim, a descodificação de um enunciado passa(va) pelo objectivo de reconstruir a ironia de forma a destacar a intenção do autor. A partir da segunda metade do século XX (e com implicações no Pós-modernismo), graças sobretudo a Derrida, Paul de Man e Candace Lang, a ironia deixa de ser concebida como um atributo do texto, para tornar-se num modo de leitura.” *Idem*, pp. 22-25.

⁴⁰⁶BARBOSA, Jorge, “Banquete”, in *Obra Poética*, pp. 165-166.

irmãs esquecidas / descobertas para a glória / d'El Rei Afonso V / e provação de
nós todos. // [...].”⁴⁰⁷

Por isso, exultou de alegria porque não chegou a ser preso, o que só não ocorreu porque não transmitiu explicitamente a sua mensagem. Além de não ser preso, os seus textos não foram censurados, a sua casa não foi assaltada e a sua família não foi sacrificada, razão que o fez “dançar, cantar e saltar de júbilo”, numa fase avançada da sua vida:

“Nós não fomos presos! // Por isso dancemos / e cantemos / defronte das
prisões. / Não falámos / não dissemos / não gritámos / não protestámos / Por
isso dancemos / e pulemos e cantemos / defronte das prisões. // [...] // Os
nossos papéis / não foram devassados / as nossas cartas / não foram violadas / as
nossas casas / foram assaltadas / as nossas famílias / não foram sacrificadas. //
[...] // Pulemos e cantemos e dancemos.”⁴⁰⁸

Aquilo a que renunciou habita disfarçadamente nas suas reminiscências, mostrando de forma velada a verdadeira face do quotidiano, como se nota no poema “Reversibilidade”, escrito com o pseudónimo de Iago da Nóbrega:

“Não sei assim / do que de mim foi feito / daquele que não fui. // O que
não fui não conta / é cousa que abjurei / mas ainda existe. / Existe e persiste / na
sua memória / secretamente. / Existe e insinua / qualquer cousa vaga
quotidianamente. // A outra face / a de quem não fui / e não quis que o fosse / é
o outro lado / desta face que é / a verdadeira ou não. // Não sei assim / do que de
mim foi feito / daquele que não fui.”⁴⁰⁹

Não tendo a mesma coragem do santo cavaleiro, São Jorge, que mesmo sob tortura se manteve fiel ao Cristianismo, Jorge Barbosa revelou-se revolucionário quando admitiu que, se lhe dessem o seu cavalo, a sua espada lideraria tropas em defesa dos pobres e oprimidos. Não os tendo, defendeu-os no seu imaginário, de forma irónica, porque se sentia um D. Quixote disfarçado, sem a ousadia de assumir plenamente essa missão, como se lê em “Poemas Autobiográficos”:

“Sou Jorge, não destemido, / mui diferente do Santo / Cavaleiro de meu
nome. / Tenho medo das trovoadas / e do sangue derramado. / Se fantasmas
nunca vi, / não quero vê-los também. / Não gosto de me deitar / num quarto à
noute às escuras. / Mesmo assim que me dessem / o cavalo de São Jorge, / e a

⁴⁰⁷ BARBOSA, Jorge, “5 Estrofes de Amizade Para o Poeta Manuel Lopes”, in *op. cit.*, pp. 359-360.

⁴⁰⁸ BARBOSA, Jorge “Júbilo”, in *op. cit.*, pp. 424-425.

⁴⁰⁹ BARBOSA, Jorge “Reversibilidade”, in *op. cit.*, pp. 397-398.

sua espada, e veriam! / com ela comandaria inumeráveis legiões / de pobres e de espoliados / para irmos combater / os tiranos que há ainda. // Nos rumos da minha vida / sempre existiu uma espada / de inesperadas audácias / mas todas imaginárias. // Espada de pau da infância, / de D. quixote mais tarde. / Eu na verdade vos digo: / Não passo de um D. Quixote / disfarçado por aí, / sem a coragem de o ser. // [...]”⁴¹⁰

A sua obra decorre de inspiração baseada nas agruras do dia-a-dia das ilhas e assim fotografa a sua dor e a dos seus “irmãos anónimos”, que viviam num país esquecido e abandonado. Daí a sua preocupação em transmitir-nos duas facetas das ilhas: a histórica – que compreende a chegada dos portugueses, o nascimento do cabo-verdiano e a colonização do arquipélago – e a faceta presente – marcada pelo sofrimento e pelo desejo de evasão.

Deu-nos, ainda, o seu auto-retrato literário, uma visão do património cultural, e os mais simples “rumores” do quotidiano das ilhas, nomeadamente os trapiches triturando a cana sacarina, através da acção de animais; as movimentações no Porto Grande do Mindelo e nas salinas da ilha do Sal; os pilões *cochindo* o milho; as lides dos pescadores; a emigração; as festas pagãs; o drama da chuva; os jogos de uril/urim⁴¹¹ e rumores musicais, conforme referiu no poema “Rumores”, dedicado ao seu amigo Baltasar Lopes da Silva:

“Rumores das coisas simples da minha terra... // Dos trapiches / quando esmagam a cana para o grogue / com os bois pacíficos a rodar, / sempre a rodar / ao som desse canto que vem dos *currais* / numa cadência estranha de nostalgia, / que deixa um arrepio a morrer no ar... // Rumores das salinas / dos rodos nas maretas, / das carretas / levando o sal na via férrea... // Rumores do Porto Grande, / do carvão / caindo nas lanchas metálicas, / das âncoras / dos guinchos / das sereias, / dos apitos / e dos gritos, / dos gritos nocturnos nos botes da baía... // [...] // Rumores musicais / das mornas / dançadas, / tocadas, / das mornas / cantadas ... // ... e das ondas / à roda das Ilhas...”⁴¹²

⁴¹⁰BARBOSA, Jorge, “Poemas Autobiográficas”, in *op. cit.*, pp. 343-344.

⁴¹¹O banco ou tabuleiro do *uril/urim* é constituído de madeira e tem doze buracos alinhados em duas filas paralelas de seis casas. Cada uma leva ao início quatro *uriles*. O banco deve ter, portanto, ao início quarenta e oito *uriles*, dispondo cada um dos jogadores de vinte e quatro, repartidos nas seis casas ou buracos que lhe pertencem. É habitual colocar-se o banco ou tabuleiro sobre um banquinho. É jogado por dois jogadores de cada vez. Cada um senta-se em cima do seu banquinho, ficando à frente um do outro, separados pelo tabuleiro, sendo que este ocupa uma posição paralela relativamente aos jogadores. Ainda, é comum haver uma casa em cada cabeceira do tabuleiro. A casa que fica à direita do jogador é o seu celeiro para nele ir guardando os grãos à medida que os for “comendo” ou ganhado. Cada um dos jogadores lança obrigatoriamente os *uriles* da direita para a esquerda nos buracos ou casas do adversário. Inicia a partida ou novena apanhando os quatro *uriles* de uma das suas casas, à escolha, coloca-os, um a um, nas casas seguintes, indo da esquerda para a direita, enquanto estiver a percorrer o lado do tabuleiro do adversário.

⁴¹²BARBOSA, Jorge, “Rumores”, in *Obra poética*, pp. 43-44.

Esta abordagem do poeta engloba, ainda, outros pormenores do quotidiano das ilhas, nomeadamente a radiodifusão na ilha de S. Vicente e na cidade da Praia. Quanto a S. Vicente, testemunha as dificuldades enfrentadas pelos profissionais que, mesmo com problemas económicos, conseguiram construir pequenas emissoras que se faziam ouvir na ilha, tendo destacado Mário Moutinho e Mendo Barbosa, por serem os primeiros a conseguirem difundir a comunicação pela telefonia, como podemos ver na seguinte passagem da crónica “Rádiodifusão em S. Vicente”:

“Nesta ilha também, desde há longos anos, tem havido desses curiosos pertinazes que há em toda a parte e acompanham, num interesse constante, em experiências dispendiosas, os progressos da radiodifusão.

Esses nossos amadores, na medida das possibilidades materiais de realização, certamente reduzidas, vêm construindo, peça por peça, com sacrifícios, com a sábia paciência das abelhas, suas pequenas emissoras, as quais, embora de limitadíssimo alcance, mesmo assim conseguem enviar-nos a sua voz alviçareira e a alegria da sua música.

Na história do amadorismo radiofónico respeitante a S. Vicente há que destacar a persistente aplicação do falecido Mário Moutinho e de Mendo Barbosa, talvez os primeiros a tentarem e a conseguirem aqui a transmissão da voz pela telefonia, naqueles tempos de técnica ainda pouco desenvolvida. Eram quase brinquedos os seus pequeníssimos postos e todos sabíamos as dificuldades que lhes foi preciso superar para conseguirem a sua construção. Por isso, quando chegavam a nós a palavra e a harmonia da música que irradiavam, o sucesso tinha o sabor a milagre.”⁴¹³

Também testemunhou o aparecimento da Rádio Pedro Afonso que, apesar de ter funcionado de forma experimental, cumpriu o propósito de difundir a música e o folclore das ilhas:

“Muito mais tarde aparecia a Rádio Pedro Afonso que pouco a pouco se foi fazendo e crescendo, apoiada na tenacidade e nos dispêndios do seu fundador, até atingir a posição que alcançou e lhe deu jus à nossa simpatia. Apesar de ter sempre funcionado a título provisório e de jamais ter passado, portanto, da fase experimental, a Rádio Pedro Afonso, pode-se afirmá-lo, teve no nosso meio uma actividade que não deixou de ser prestimosa porque com seus programas procurou e soube atingir a finalidade, a que se propunha, de difundir as nossas canções e o nosso folclor [sic].”⁴¹⁴

⁴¹³BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: radiodifusão em S. Vicente”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 36 (1 Set. 1952), p. 21.

⁴¹⁴*Idem, ibidem.*

Quanto à Rádio Clube do Mindelo, inaugurada no dia 28 de Maio de 1947, Jorge Barbosa procura compará-la com a emissora Rádio Clube de Cabo Verde, da cidade da Praia, que, além do seu lado recreativo, divulga a poesia, a música, projectando e valorizando aspectos cabo-verdianos fora do arquipélago. Nessa óptica, reivindica uma rádio para a ilha de S. Vicente que se possa ouvir em Lisboa, Dakar, Angola e América:

“Da Rádio Mindelo há pouco, infelizmente, que falar. Nunca se afirmou efectivamente como estação de rádio, embora a reconhecida boa vontade dos seus animadores. [...]

Como sucede na Praia com a emissora do Rádio Clube de Cabo Verde, a qual, diga-se de passagem, vem cumprindo bem a sua missão, dentro desse sentido de que a função da rádio não é só recreativa, mas de alargamento também, levando assim, para fora do arquipélago, a nossa voz, a nossa poesia, a nossa música, projectando e valorizando os variados aspectos da nossa vida e da nossa alma; como sucede na Praia, dizia-o eu, Mindelo necessita de uma emissora que se faça ouvir em Lisboa, Guiné, em Dakar, em Angola, na América, além ainda, se for possível, para tornarmos conhecida a nossa existência junto daqueles que não sabem de nós, para que nos façamos lembrados àqueles que se esquecem de nós e para que, lá longe, os nossos patrícios tenham a alegria de nos escutar. [...]”⁴¹⁵

Em resposta ao artigo de Jorge Barbosa, Orlando Levy escreveu “Carta para Jorge Barbosa”, onde critica a posição do autor em relação à radiodifusão do Mindelo e testemunha as dificuldades enfrentadas pela Emissora Nacional, antes apelidada de “a maçada nacional”, até conseguir captar a atenção dos ouvintes, como podemos atestar na seguinte passagem:

“Como sempre, voltei ontem a ler a tua crónica de Setembro e, pareceu-me, na parte a que te referes à radiodifusão em S. Vicente, que alguma coisa não estava bem. E digo, pareceu-me, porque estou em crer que talvez não tivesse havido a intenção que transparece da leitura do escrito, e ainda porque ... eu não penso na mesma forma. [...]

E agora, passemos a focar o ponto nevrálgico. Eu não concordo que a Emissora que S. Vicente pensa criar – e queira Deus que breve seja uma realidade – possa vir a irradiar, nos tempos mais próximos, a melhor e a mais simples mensagem do arquipélago. E penso assim porque – tu não sabes, mas sei-o eu – um programa da rádio não é apenas chegar ao «stúdio» e ler ao microfone uma boa poesia, um bom conto ou tocar e cantar uma linda morna. Nada disso, meu caro Jorge. A nossa Emissora Nacional, com umas dezenas de anos de vida, só ultimamente conseguiu apresentar bons programas de «rádio»,

⁴¹⁵ *Idem*, pp. 21-22.

programas que interessam e que prendem o ouvinte ao receptor. Deves-te lembrar que dantes era apelidada de «A maçadora Nacional».”⁴¹⁶

Jorge Barbosa respondeu-lhe dizendo que não pretendia comparar as duas rádios, havendo dessa forma ou uma má interpretação das suas palavras da parte do interlocutor ou uma falta de clareza da sua parte:

“Com aquelas palavras, pois, não pretendi estabelecer confronto apreciativo entre as possibilidades das emissoras da Praia e de S. Vicente no que concerne à realização e execução dos respectivos programas, nem entre a capacidade directiva dos que, lá e cá, têm ou terão a responsabilidade, não pequena, de fazer da rádio um instrumento útil, de cultura e expansão.

Julgo assim que houve um desencontro na interpretação que o meu amável contraditor deu aquelas palavras. Ora teria sido eu que me não expliquei bem?

De qualquer forma, aqui fica este esclarecimento.”⁴¹⁷

Apesar dessa pequena discussão entre os dois intelectuais, a inauguração do Rádio Clube do Mindelo foi recebida com muito entusiasmo pela população. Tinha a direcção técnica de Cândido Abrantes da Cunha e as suas emissões eram feitas às terças, quintas, sábados e domingos, das 18 horas às 19h30. Foi criado com o objectivo de divulgar o arquipélago de Cabo Verde, como se nota numa notícia divulgada no jornal *Notícias de Cabo Verde*:

“O Rádio Club Mindelo anseia por contribuir para a propaganda do Arquipélago, tendo por seus objectivos, principalmente: o melhor conhecimento de Cabo Verde, as suas belezas panorâmicas, que as tem de primeira ordem; os seus valores em todas as actividades, nas ciências, nas letras, na medicina, no professorado, na marinha, na música, etc, etc.

As suas aspirações, não obstante achar-se no período experimental, são na verdade, grandes. [...]”⁴¹⁸

Testemunhou também alguns acontecimentos desportivos do quotidiano. Assim, em 1952, aborda o regresso da selecção de futebol do grupo de Barlavento que tinha ido jogar

⁴¹⁶LEVY, Orlando, “Carta Para Jorge Barbosa”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 37 (1 Out. 1952), p. 3.

⁴¹⁷BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: a propósito de uma carta”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 38 (1 Nov. 1952), p. 21.

⁴¹⁸“RÁDIO CLUBE MINDELO”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 15, n.º 243 (21 Jun. 1947), p. 1.

à Guiné⁴¹⁹, sob o comando técnico do professor de educação física Daniel Leite. Embora se tivessem defrontado com rudeza no campo da Fontinha, em S. Vicente, os jogadores fizeram uma boa exibição. Por isso, foram recebidos com muita alegria por parte da população e pelo Vice-presidente da Câmara de S. Vicente, Dr. Manuel Rodrigues, como se lê na seguinte passagem da crónica “Acontecimento Desportivo”:

“Regressou festivamente da excursão a Guiné o grupo que fora àquela província representar o futebol de Barlavento nas disputas de um campeonato.

Esses rapazes que se batem aqui uns contra os outros, muitas vezes com rudeza, contagiando de entusiasmo as tardes da Fontinha, cada qual pertinaz e decidido na defesa do seu clube, souberam lá fora, sob a ordenação e comando do professor de educação física Daniel Leite, arrancar o triunfo [...].

A gente do Mindelo, em massa compacta e barulhenta, maré cheia que se extravasou ao choque do acontecimento, foi aguardá-los ao cais, com música e alegria. E a Câmara Municipal, compreendendo que o sucesso tinha reflexo e projecção porque era a própria alma da cidade a vibrar e a manifestar-se, também dispensou apoio e estímulo aos nossos jogadores, abrindo-lhes a porta da casa e saudando-os na palavra expressiva do seu vice-presidente, Dr. Manuel Rodrigues. [...]”⁴²⁰

O autor relata também a inauguração de um parque de jogos em 1952. Na sua opinião, as iniciativas desse género são poucas, o que explica a importância que lhe deu, como podemos verificar na seguinte passagem da crónica “Inauguração de Um Parque Para Jogos”:

“Não são muitas as iniciativas desportivas nesta ilha. Por isso os que aparecem, quando aparecem, têm lugar de registo e a estímulo.

Quero referir-me à recente inauguração, a que assistiu o Governador da província, de um parque para jogos, da Associação de S. Vivente.”⁴²¹

Nesta senda da abordagem de acontecimentos do quotidiano, sobretudo da ilha de S. Vicente, Jorge Barbosa faz referência à música e aos músicos dessa ilha. Em seu entender,

⁴¹⁹Segundo Jorge Barbosa: “Oxalá algum proveito futuro se possa colher desse contacto entre as duas províncias estabelecido agora por intermédio da sua mocidade. E que desse contacto também se venha a afirmar um entendimento melhor.

A Guiné, separada de Cabo Verde pela interposição do mar, está entretanto ligada a nós por vínculos que se não apagam facilmente. É que no seu passado, na sua história e na sua formação temos sido os colaboradores e a presença que não esquecem.” BARBOSA, Jorge “Crónicas de S. Vicente: acontecimento desportivo”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 34 (1 Jul. 1952), p. 12.

⁴²⁰*Idem, ibidem.*

⁴²¹BARBOSA, Jorge “Crónicas de S. Vicente: inauguração de um parque para jogos”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 36 (1 Set. 1952), pp. 22.

com exceção da banda musical municipal, composta por crianças com vocação para cantar, os grupos musicais andariam a desvirtuar a música porque lhes faltavam algumas qualidades, como um ritmo quente, o sabor, a cor, o ambiente:

“Nunca a música fez tanto barulho em S. Vicente como agora.

Não me refiro à banda municipal que tem o merecimento da simpatia, composta como é por crianças que muito se esforçam por cumprir o seu dever e a sua vocação.

Refiro-me sim a esses grupos musicais – há exceções certamente – que multiplicam pela cidade, primando em tirar estridências dos clarinetes e dos cornetins, em tornar ásperos e enervantes os sons dos cavaquinhos e dos violões, em matraquear pandeiros e tamborins (para só falar de tais instrumentos). Todo este conjunto orquestral, quando se resolve funcionar, não passa de uma batucada que nem chega a ser a verdadeira batucada, porque lhe faltam desta o ritmo quente mas acertado, o sabor, a cor, a violência, o ambiente, o carácter, em suma.

A preocupação dos mencionados grupos é unânime e obsidiante: – imitar a música brasileira. Se apenas houvesse a influência desta, talvez até houvesse proveito para os nossos executantes. [...].”⁴²²

O autor chega a apelidar essas músicas de batucada e uma infeliz tentativa de imitar a música brasileira. Refere, ainda, que esses “cantadores” gritam em vez de cantar e que a morna perdeu algumas suas qualidades, nomeadamente a doçura e a ternura. No entanto, o que mais o entristece é “a decadência dos nossos tocadores de violão”, o que o faz perguntar ao Faia Torres e Perico a razão de lhes não ensinarem a tocar:

“Chega a ser uma lástima ouvir (ouvir?) os nossos cantadores, na sua maioria. Não cantam; gritam. As palavras vêm sufocadas e inaudíveis. Os violões e os cavaquinhos, ao desafio com eles, fazem maior barulho ainda e de tudo resulta qualquer coisa tristemente cómica.

As nossas mornas, estas, coitadas, perderam aqui a doçura e a ternura. Executadas e acompanhadas por tantos instrumentos exóticos e sonoros (violino é coisa que já não conta) estão longe das verdadeiras, das personalíssimas mornas da nossa terra.[...].

Faia Torres, Perico, e outros mais (felizmente ainda os há) porque vocês não vêm ensinar estes tocadores a mexer no violão? [...].”⁴²³

Jorge Barbosa preocupou-se também em dar-nos o seu auto-retrato literário. Assim, em determinada altura da sua vida, o autor faz uma auto-análise retrospectiva da sua

⁴²²BARBOSA, Jorge “Crónicas de S. Vicente: música & músicos de S. Vicente”, in *Cabo Verde, boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 37 (1 Out. 1952), p. 2.

⁴²³*Idem, ibidem.*

consciência literária e conclui que deveria ter sido “panfletário”. Se o tivesse sido, a sua produção seria diferente, através da adopção de uma postura insubmissa, revolucionária, vanguardista, visto que combateria assim a censura, os indignos, os autoritários, os prepotentes, os oportunistas que se aproveitavam dos pobres e os exploravam, tudo características dos “homens poderosos”, protegidos pela lei. Essa exploração a que os pobres estavam sujeitos não era vista pela “senhora da justiça”, devido à venda que tinha nos olhos, como no poema “Senhora da Justiça”:

“Senhora / da espada e da balança / nas vossas mãos sustidas / o que tendes à venda? // Senhora / se vendais / os vossos olhos / quantos se aproveitam / para vos enganar! // Rígida Senhora / da Justiça / se os vossos olhos cobris / como sabereis / que os ricos levam mais?”⁴²⁴

Admitiu no entanto que se tivesse revelado o seu lado “panfletário” teria sido castigado porque estaria a desobedecer à ordem instituída. Teria passado por diversos tribunais, esconderijos, cadeias, e teria no corpo várias marcas dos possíveis castigos. Desse modo, o sobreaviso e o receio impediram-no de o ser. Se quando era jovem não teve a audácia, a coragem de o ser, agora que era menos jovem, com um “olhar triste”, “cabelos brancos”, um “ar cansado” e com “rugas vincadas no rosto”, que servem de “caminho para as lágrimas rolares”⁴²⁵, não valeria a pena porque já era “tarde demais”, como diz no poema “Panfletário”, dedicado ao poeta José Bizarro:

“Era para eu / ser panfletário. // Os meus escritos / teriam a verrina / as iras / o rubro / grito da revolta! // [...]. // Combateria / os tiranos / os arbitrários / os agiotas / os exploradores da miséria / e do trabalho dos pobres / os homens poderosos / e os seus mandatários / e bajuladores / e as leis que os protegem / [...] // Escreveria / panfletos / sátiras / libelos / seria / o inimigo / o subversivo / o foragido / o perseguido / o réprobo / conheceria / tribunais / esconderijos / cárceres / sentiria / a fome e o cansaço / teria no corpo / a tatuagem marcada / das torturas policiais. // O magnífico / e heróico destino / que eu imaginava / tão liricamente / ser o meu / venceram-no / a prudência / o temor / a família / venceu-o / este meu outro / real / e melancólico / destino burocrático // [...] / Mas agora / com o resíduo do tempo / tingindo de branco / os meus cabelos / gotejando / doloroso / nos meus ossos / é tarde de mais / para a magnífica aventura // Era para eu / ser panfletário.”⁴²⁶

⁴²⁴ BARBOSA, Jorge, “Senhora da Justiça”, in *Obra Poética*, p. 315.

⁴²⁵ BARBOSA, Jorge, “Carta Para o Brasil”, in *op. cit.*, p. 134.

⁴²⁶ BARBOSA, Jorge, “Panfletário”, in *op. cit.*, p. 321-324.

O autor conclui o poema com um lamento de algum modo irónico: “Era para eu / ser panfletário.” Neste texto, Jorge Barbosa condena a governação colonialista e atesta as dificuldades a que os insubmissos eram submetidos. Esse poema não pode ser lido sem levarmos em consideração a célebre afirmação de Fernando Pessoa de que “o poeta é um fingidor”. É essa visão que nos faz perceber o não-dito, ou seja, dizendo que não o era, Jorge Barbosa revela-se de facto um verdadeiro “panfletário.”

Deve realçar-se que esse poema foi escrito no dia 24 de Novembro de 1966, altura em que o Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) estava em luta armada na Guiné-Bissau, para a conquista da independência dos dois países. Portanto, foi escrito numa fase em que o autor estava consciente de uma eventual mudança política no arquipélago. Essa mudança, embora vaga, instalou-se dentro dele e perturbou-lhe a paz que tanto procurou com a prática de um estilo marcado por implícitos. Passou a senti-la na sua voz, numa certa novidade na sua escrita, tendo inclusivamente permanecido prisioneiro desse pensamento:

“Subitamente veio não sei como / não sei como / e ficou dentro de mim /
a perturbar / a paz que eu queria / no cérebro e na alma. // [...] // Sinto-o / Aqui
dentro de mim / – e sou seu que sou / Seu prisioneiro!”⁴²⁷

É essa disposição, por vezes quase confusa, que o faz contestar, reivindicar, testemunhar e arquitectar a edificação de códigos de leitura da realidade vivida no arquipélago, oferecendo-nos segundo José Bizarro:

“todo o drama do ilhéu que, por ser poeta e grande, morre acorrentado às
suas próprias raízes e perplexo ante o fascínio dos sonhos que em si tinham a
dimensão da terra inteira.”⁴²⁸

Reclamou pão para todos, mas não unicamente o pão bíblico, também géneros alimentícios oferecidos pelo governo, tendo ainda exigido a construção de casas, hospitais e escolas, a liberdade, a justiça e trabalho para todos. Rejeitou greves, ódios, lutas e prisões:

“Pão / de algum dia / para todos. // Não apenas / o que é já / oferta de
Deus / nas searas que ondulam / ao vento a bailar / e vem depois / lento
escorrendo / farinado e alvo / dos moinhos / e cresce nos fornos / nocturnos dos

⁴²⁷ BARBOSA, Jorge, “Vago”, in *op. cit.*, p. 159.

⁴²⁸ BIZARRO, José, “4 Poemas de Jorge Barbosa”, in *África: literatura arte e cultura*, Lisboa, A. 1, n.º 2 (Out.-Dez. 1978), pp. 143.

padeiros / enchendo as alvoradas / com o seu aroma / flutuante e ácido / de levedura e sal. // [...] // Pão / com outro significado / nos dicionários / e nas leis das nações / pão / que seja também / lar / hospital / escola / liberdade / justiça / trabalho / para todos. // Pão / sem mais greves / sem mais ódios / sem lutas / sem prisões. // pão de algum dia!”⁴²⁹

No poema “O Poeta”, Jorge Barbosa, após ter ouvido “a voz da Sereia”, reparou na verdadeira cor do mar. Por essa razão, foi cognominado de incauto porque a sua vida poderia estar em perigo nessa circunstância:

“O Poeta ouviu a voz da Sereia que ninguém ainda tinha ouvido / e descobriu a verdadeira cor do mar / em que ninguém tinha ainda reparado. / Depois escreveu o mais lírico dos poemas / e todos disseram para ridicularizar o Poeta / que o Poeta era um louco.”⁴³⁰

Foi denominado revolucionário quando pediu aos ricos, comida para os mais carenciados e defendeu a igualdade entre os homens. Essa abordagem suscitou a cautela dos representantes do colonialismo, que rapidamente o consideraram um perigo para o regime:

“O Poeta pediu aos ricos pão para os pobres / e defendeu simplesmente o direito de viver / para todos os homens. / Isto foi um alarme tão grande / que o acharam um ente perigoso / e chamaram-no Poeta revolucionário.”⁴³¹

Também foi idealista quando “clamou” pela paz entre os homens, com o objectivo de revogar as consequências da guerra, como quedas de aviões, destruição de cidades e casas, afundamento de barcos, além das perdas humanas:

“O Poeta clamou pela paz / para que os aviões não deitassem bombas sobre cidades / e os canhões não se ouvissem / e não houvesse derrocada de lares / e barcos afundados. / Ninguém fez caso e todos concordaram / que o Poeta era um visionário.”⁴³²

Foi considerado ainda despretensioso, quando negou prémios, quer em vida quer mesmo após a sua morte, tendo deixado através da sua escrita uma espécie de testamento, assegurando a recusa de qualquer tentativa da sua eternização, principalmente vinda

⁴²⁹BARBOSA, Jorge, “Pão”, in *Obra Poética*, pp. 319-320.

⁴³⁰BARBOSA, Jorge, “O Poeta”, in *op. cit.*, p. 149.

⁴³¹*Idem, ibidem.*

⁴³²*Idem, ibidem.*

daqueles que leram a sua poesia. No entanto, o poeta, de forma irónica, reivindica a sua imortalização através da construção de estátuas e atribuição do seu nome a ruas e estradas:

“Certo dia quiseram pendurar-lhe no peito uma comenda / levá-lo para as Academias. / Mas o Poeta recusou. / E perante a decepção que todos tiveram / somente acharam para dizer / que o Poeta era o mais modesto dos homens. // Quando o Poeta morreu / leram o que deixou para se ler depois da sua morte / e viram / que o Poeta não queria pompas mortuárias / nem bustos depois nas praças públicas, / nem ruas depois com o seu nome. / Todos sorriam porque acharam o caso pitoresco / este de o Poeta não querer a imortalidade. / Então concluíram com ar depreciativo / que o Poeta era um filósofo original.”⁴³³

Nesse sentido, Russel Hamilton considera que:

“[...] sem refutar a resignação social palpável na poesia de Barbosa, sem defender atacar a sua falta de militância, temos de reconhecer o papel reivindicatório que ele desempenhou no processo da cristalização etnocultural em Cabo Verde. Levando em conta que para que uma comunidade prosseguir pelo caminho da autentificação etnocultural é necessário que essa comunidade salvasse aquilo que tenha pertinência no seu passado e no seu presente.”⁴³⁴

A expectativa de que o dia seguinte seria diferente fez com que Jorge Barbosa manifestasse as suas ideias de modo visionário. A sua recusa em aceitar honrarias entra em dissidência com a pretensão, mesmo que irónica, de ter “estátuas suas, ruas, estrelas, com o seu nome”⁴³⁵, abordada no conto *Conversa Interrompida*. A sua reivindicação não foi acatada pelas entidades cabo-verdianas. Existem, em Cabo Verde, uma sala na Assembleia da República de Cabo Verde, uma escola secundária, um avião da TACV, uma avenida na cidade da Praia, uma biblioteca da ilha do Sal, com o seu nome.

Foi um grande defensor do reconhecimento do mérito dos que deram alguma contribuição nas diferentes áreas, desde a literatura a saúde. Assim, em 1952 comentou uma homenagem feita aos médicos Manuel da Costa Lereno e Júlio Barbosa Nunes Pereira, na biblioteca hospitalar da cidade da Praia, que exerceram a sua profissão de forma solícita e desinteressada, com a pretensão de reclamar uma situação idêntica ao médico Joaquim Esmeraldo Nobre⁴³⁶, que foi considerado um homem superior pelo que fez pelos

⁴³³*Idem*, pp. 149-150.

⁴³⁴HAMILTON, Russel, *Literatura Africana: literatura necessária*, p. 146.

⁴³⁵BARBOSA, Jorge, “Conversa Interrompida”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, nº 32 (1 Mai. 1952), p. 25.

⁴³⁶Há na cidade do Paul, ilha de Santo Antão, uma estátua e uma escola primária com o seu nome.

doentes da ilha de Santo Antão, como se nota na seguinte passagem da crónica “A Propósito de Uma Notícia”

“Li nesta revista a notícia da inauguração, levada a efeito na biblioteca hospitalar da Praia, dos retratos dos Drs. Manuel da Costa Lerenó e Júlio Barbosa Nunes Pereira. Assim se homenageou a memória daqueles dois ilustres médicos que deixaram assinalada passagem pela chefia dos serviços de saúde e pelo arquipélago também, durante longos e cansados anos de uma profissão exercida prestimosa e desinteressadamente e de uma vida vivida com a preocupação de bem servir.

Reproduzo a notícia para fazer lembrar agora uma outra figura de homem, que eu conheci, médico igualmente, não menos ilustre, não menos desinteressado no exercício da profissão, cidadão não menos prestimoso.

Refiro-me àquele que durante longos anos outrossim, foi o clínico generoso da gente de Santo Antão, sua terra; [...].

E vem tudo isso à baila para sugerir à ilha de Santo Antão que a sua memória merece uma lembrança também.”⁴³⁷

Na literatura, lamentou, numa carta a José Osório de Oliveira, o facto de Armando Xavier, Augusto Casimiro e José Osório de Oliveira, considerados por ele os três melhores amigos de Cabo Verde, não terem uma rua com os seus nomes:

“Há já algum tempo, a propósito da morte de Armando Xavier da Fonseca, falei dos que eu considerava os três melhores amigos de Cabo Verde, – de Você, dele e de Augusto Casimiro. Foi uma crónica lida ao microfone da Rádio Barlavento. Referi-me a três melhores amigos nossos porque fostes vós que mais nos destes: o interesse do vosso espírito e a vossa amizade compreensiva e solidária. Lastimei então, por conta do futuro, que vós três talvez jamais teríeis nas nossas ilhas uma rua com o vosso nome.”⁴³⁸

Também mencionou uma homenagem feita no dia 26 de Julho de 1952 ao Governador de Cabo Verde, que se mostrava um amigo dos cabo-verdianos, ao ajudar e estimular iniciativas locais, apoiar os valores culturais cabo-verdianos, ajudar os pobres e ao ter mostrado a sua solidariedade para com a população da ilha do Fogo durante uma erupção vulcânica, numa passagem da Crónica de S. Vicente: “homenagem ao governador da província”:

⁴³⁷ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: a propósito de uma notícia”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 34 (1 Jul. 1952), pp. 12.

⁴³⁸ “Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira”, in *Colóquio Letras*, Lisboa, N.º 110-111 (Jul.-Out. 1989), pp. 119.

“Se a homenagem teve como ponto de partida um aspecto que se prendia na rotina do comportamento protocolar, mas mesmo assim com significado porque se prestou para à roda do seu Governador reunir tanta gente, de mais variadas condições; se ela começou por ser de cortesia [sic], nem por isso deixou de ter derivação na sentida homenagem ao homem que – é justiça reconhecê-lo – se mostra amigo de todos nós, não só pelas palavras de exaltação com que nos tem sabido compreender e apreciar, mas porque, outrossim, vem animando e estimulando as nossas iniciativas, apoiando com interesse os valores culturais da nossa terra, desenvolvendo com espírito generoso os meios da protecção à pobreza, encorajando, em suma, com a sua assistência, os nossos momentos de tragédia (relembro agora a sua pronta presença na ilha de Fogo, quando da erupção vulcânica, percorrendo os sítios de maior perigo, alevantando a coragem abalada do povo, naqueles dias angustiosos de pânico em que o vulcão, derramando lavas, aniquilava povoados, sacudia e ameaçava a ilha).”⁴³⁹

III 3.6. Balanço da Colonização

Jorge Barbosa fez um balanço dos cinco séculos da colonização portuguesa no poema “Meio Milénio”, um longo texto escrito em 1959, dividido em cinco partes. Foi escrito devido à influência das comemorações dos quinhentos anos do descobrimento do arquipélago. Desse modo, faz um relato da presença portuguesa desde 1460, ano considerado importante porque coincide com o achamento das ilhas, a mando de D. Afonso V, até 1960, considerado “sétimo no Plano do Fomento”:

“1460 /ano histórico / do Achamento / para glória d’El-Rei Afonso V / e
provação de todos nós // 1960 / sétimo / na ordem / do Plano do Fomento”.⁴⁴⁰

São, segundo o autor, “Duas datas / fácilima contagem / de 5 / séculos vazios”⁴⁴¹, de “pouca aritmética”, mas “simples e dramática”. Principia a segunda parte do texto avisando a população para a ameaça de acordarem com o estrondo dos “morteiros”, assinalando as festividades comemorativas. São cinco séculos de colonização marcados pela infelicidade devido ao abandono a que os arquipelágicos estavam submetidos. Referiu que o plano foi feito de modo rigoroso:

⁴³⁹BARBOSA, JORGE, “Crónica de S. Vicente: homenagem ao governador da província”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 36 (1 Set. 1952), p. 21.

⁴⁴⁰BARBOSA, Jorge, “Meio Milénio”, in *Obra Poética*, p. 372.

⁴⁴¹*Idem, ibidem*.

“Qualquer dia / não tarda amigos / acordaremos pela alva / com o troar dos morteiros / subitamente ecoando / pelas distâncias / silenciosas do arquipélago. // Será assim o início / das comemorações centenárias. / 5 séculos cumpridos / da nossa descoberta / meio milénio rolado / irremediável e inútil / sobre as ilhas. // Entidades responsáveis pelo esplendor comemorativo / do histórico aniversário / fixaram com rigidez / de horário e protocolo / passo a passo / os acontecimentos / e o calendário / do jubiloso programa // Do semanário oficial / onde se impõem os rumos / do nosso destino / constam já as cifras / maciças e redondas / da generosa oferta / do Governo da Nação.”⁴⁴²

Seriam empregues mil e quinhentos contos para que a festa pudesse ser bem sucedida. Pretendia-se fazer os cabo-verdianos esquecerem, por momentos, as complexidades que tinham vindo a enfrentar. No entanto, Jorge Barbosa admite que esse dinheiro deveria ter sido usado na aquisição de vacinas anti-poliomielite para ajudarem as crianças pobres, esquecidas há meio milénio:

“1500 contos amigos / para o êxito / das festas / centenárias! / Assim festejaremos / 500 / anos vagarosos / de melancólica expectativa / e esqueceremos por momentos / a nossa habitual penúria / antiquíssima de 5 / séculos também. // 1500 contos amigos! / a não ser / que afinal se utilizem / em vacinas antipoliomielite / para defesa das crianças / pobres da ilhas (mas elas podem esperar / há meio / milénio que esperam).”⁴⁴³

Essas celebrações integravam um conjunto de actividades, tais como estalar de foguetes, inaugurações, música a cargo da banda municipal do Mindelo, baile, reuniões protocolares, banquetes e diferentes tipos de discursos, e previa o seu acompanhamento com muitas palmas:

“Haverá morteiros / bombas e foguetes / inaugurações / musicais derrames / pela charanga municipal / sessões soleníssimas / banquetes e bailes oficiais / formalíssimos / bodo aos pobres em formatura. // Haverá prosas / e discursos / patrióticos / pedagógicos / agrícolas. // Haverá o Infante / as Caravelas // Camões / Salazar / o Porto Grande / o café / [...] / a Instrução é alavanca do Progresso / (muitas palmas) / as estradas são as veias / por onde corre e palpita / a vida do Arquipélago / (muitas palmas) / e o mar profundo / dos nossos Maiores (palmas delirantes). // Haverá aclamações / mas sobretudo / haverá discursos / graves e retóricos / de sobra para mais 5 centenários. / [...] / Os fogos-de-artifício / as líricas luzinhas / talvez sejam / o único parêntesis / de caudal poesia / na gravidade oficial do programa.”⁴⁴⁴

⁴⁴²*Idem*, p. 373.

⁴⁴³*Idem*, p. 374.

⁴⁴⁴*Idem*, p. 374 -376.

Conclui assim que são quinhentos anos sem história mas com muitos sofrimentos para contar:

“5 séculos / sem História / mas com muitas / histórias pra contar. // 5 séculos / tristes e lentos / de longa penitência / vincados e sofridos / na alma / atormentada das ilhas / guardados ainda / nos recessos da memória.”⁴⁴⁵

Esse balanço continua de forma irônica, com o autor a criticar o abandono do Porto Grande da ilha de S. Vicente, chegando a mencionar que tinha sido tardiamente recordado, numa altura em que já tinha perdido a sua importância na rota do Atlântico, em detrimento dos Portos de Dakar e Las Palmas, que se encontravam mais bem equipados.

“5 séculos / o Porto Grande / (agora / tardiamente lembrado) / desde sempre abandonado / na rota do Atlântico. / Por pouco sentíamos / as sereias dos vapores / os guindastes / os vagons / os rumores mecânicos / do porto vizinho de Dacar.”⁴⁴⁶

Também aproveita para reivindicar a resolução do problema da escassez de água, a instalação do telefone, a construção de mais estradas, o equipamento e construção de bibliotecas, de escolas rurais com carteiras, mapas e giz e reforça a ideia da necessidade de se equiparem os portos com mais guindastes:

“5 séculos / 5 / estradas talvez. // Mas não vale / a pena contar / as estradas / a água / os fios telefônicos / as bibliotecas / as pequenas escolas rurais (sem carteiras / sem mapas / sem giz). // Portos / cais / guindastes (mecânicos / apenas um) / não vale a pena contar.”⁴⁴⁷

A seu ver, a construção de estradas, a existência de um porto bem equipado, uma legislação que incentivasse a recolha de frutos nas épocas certas e seu escoamento para fora da província fariam com que os produtos produzidos nas ilhas fossem a principal fonte de rendimento. Conclui que “Cabo Verde de tudo precisa”, como se nota numa crónica intitulada “Cabo Verde e o Plano do Fomento”:

“Cabo Verde de tudo precisa. [...].

As nossas frutas, por exemplo, tão saborosas e apreciadas, se tiverem estradas que as levem aos portos, se tiverem portos com cais apetrechados por onde embarquem, e transportes assegurados que as conduzam em terra e no

⁴⁴⁵ *Idem*, p. 376.

⁴⁴⁶ *Idem*, p. 376-377.

⁴⁴⁷ *Idem*, p. 377.

mar, se tiverem, a par disso, uma legislação que as defenda contra o recolhimento antes da época própria e torne para elas obrigatório todo um conjunto de medidas que implique, antes do mais, o seu tratamento e acondicionamento, desde que são colhidas até sua remessa para fora da província, assim as frutas do arquipélago terão a probabilidade de ser a nossa riqueza número um.

Além delas, poderia citar outros produtos caboverdeanos também com o caminho fechado para o exterior e algumas indústrias novas que poderíamos ter criado se nos não faltassem os meios para o seu desenvolvimento. [...]”⁴⁴⁸

Analogamente à saúde, protesta pela carência de médicos, de enfermeiros, de hospitais, de maternidades, de máquinas de raios X e de postos sanitários e ainda reivindica o aumento de pensos, quinino e tintura nos poucos hospitais que havia:

“Médicos / enfermeiros / hospitais / maternidades / raio X / postos sanitários (sem pensos / sem quinino / sem tintura) / não vale a pena contar.”⁴⁴⁹

Uma vez testemunhado o abandono das ilhas, o autor conclui que “não vale a pena contar”, uma vez que falta tudo. Dessa presença portuguesa resta apenas a desastrosa emigração forçada para as roças de S. Tomé e Príncipe. Os cabo-verdianos – homens, mulheres e até crianças – vão amontoados nos porões dos barcos como animais, situação que não pode contar abertamente:

“5 séculos / não vale / a pena contar / o pouquíssimo que ficou / da longa / jornada sem venturas / não vale / a pena contar / o muito / quase tudo / que nunca tivemos. // 5 séculos / homens / mulheres / crianças / amontoados nos porões / da nossa frota imperial / no rumo de S. Tomé / não vale a pena / não podemos contar.”⁴⁵⁰

Desse modo, resta-lhe apenas convidar todas as pessoas a marcarem presença nessas tão aguardadas celebrações centenárias. Ninguém podia faltar, nem mesmo os mais pobres, mesmo não tendo trajes formais. Assim, quem não os tivesse que se servisse das roupas remendadas. Só teriam que marcar a sua presença, com patriotismo e exaltação, para conseguirem dar as suas vivas e palmas:

“Vamos todos / às festas centenárias. // Ninguém falte / preparemos / as nossas roupas / dos momentos solenes / os mais pobres / também não faltem / mesmo com os remendos / da sua miséria. // Ninguém falte / vamos todos / com

⁴⁴⁸ BARBOSA, Jorge, “Crônicas de S. Vicente: Cabo Verde e o plano do fomento”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 5, n.º 50 (1 Nov. 1953), p. 3.

⁴⁴⁹ BARBOSA, Jorge, “Meio Milénio”, in *Obra Poética*, p. 377.

⁴⁵⁰ *Idem*, p. 378.

o nosso entusiasmo / o nosso patriotismo / os nossos vivos / as nossas palmas /
vamos todos / às festas centenárias.”⁴⁵¹

O autor quis ver pessoas de todos os vales, ribeiras e achadas, portinhos e cutelos, porque o que importava era que fossem e que levassem violões, flores de variadas origens, dos jardins familiares, para serem colocadas nos altares; nos arcos festivos; no pedestal das estátuas de Luís de Camões; de Sá da Bandeira; dos governadores Albuquerque e Serpa Pinto, dos navegadores Diogo Afonso e Diogo Gomes, e em homenagem aos navegadores que engrandeceram a pátria portuguesa:

“Vinde todos / amigos / dos vossos / vales e ribeiras / das achadas / dos portinhos de pesca / descei / dos montes e cutelos / vinde todos / trazei / harmónios e violões. // Trazei flores / húmidas ainda / dos canteiros familiares / flores / para altares e andores / para a ornamentação / dos arcos festivos / para o pedestal das estátuas / de Camões / Sá da Bandeira / dos governantes Albuquerque e Serpa Pinto / dos navegadores / Diogo Afonso / e Diogo Gomes / flores / em memória dos que viveram / e morreram / para a grandeza da Pátria.”⁴⁵²

Na ausência dessas flores familiares, Jorge Barbosa incentiva-os a levarem as valentes, que de forma teimosa, nascem sozinhas nas montanhas, nas paredes e nos caminhos, nos telhados das casas, contradizendo o revés da seca e da estiagem:

“Vinde todos / na falta trazei / humildes flores bravas / das nossas ilhas / milagrosas flores / que ninguém semeia / ninguém colhe / e nascem / persistentes e heróicas / nos descampados ressequidos / na crosta das rochas / nos muros dos caminhos / nos telhados dos casebres rurais / humildes flores / sem perfume / milagrosas e heróicas / balouçando no topo / das hastes esguias e ágeis / vergando e erguendo / lutando e dançando / com o vento. // [...] / vamos todos às festas centenárias.”⁴⁵³

O autor finaliza o texto referindo que Portugal se encontra presente em todos os cabo-verdianos, nos seus males, protestos, pedidos, desejos e expectativas. Embora não se encontrem “ecos” de felicidade desses quinhentos anos da presença portuguesa em Cabo Verde, Portugal merecerá gratidão por ter descoberto e povoado o país. Deixou ainda qualidades e defeitos e a própria miragem do horizonte, como algo obrigatório e comum aos cabo-verdianos:

⁴⁵¹ *Idem*, pp. 378- 379.

⁴⁵² *Idem*, p. 379.

⁴⁵³ *Idem*, p. 380.

“5 séculos / de abandono / e retardado progresso. // Apesar de tudo / Portugal presente em nós / nos nossos males / nas nossas queixas e súplicas / nas nossas esperanças / nos anseios. // [...] // Apesar de tudo / Portugal presente em nós / pela bondade e ternura / que nos ensinou / pela civilização / que nos deu / pelo sangue / fala / arrogância / valentia / virtudes e defeitos / que nos legou / pelos distantes rumos / da navegação e da aventura / que nos apontou / e porque fez de nós / humanas / e variáveis criaturas / cordiais e brandas no convívio / no amor violentas / e volúveis // 5 séculos / não perdemos / a fé e o optimismo / Apesar de tudo / Portugal presente em nós / no fundo reflectido / do espelho que nos deu / para nos mirarmos / à sua imagem / (na outra face / que o tempo / vai aos poucos embaciando / África ainda / por nós acenando) / [...] / 5 séculos / e outros / outros depois. // Apesar de tudo / Portugal presente / nas nossas almas // melancolicamente / eternamente.”⁴⁵⁴

Temos assim um balanço histórico das ilhas, por um lado, e o testemunho de problemas do quotidiano por outro.

III. 3.7. O Porto Grande

Um dos tópicos recorrentes na obra de Jorge Barbosa é sem dúvida a sua visão do Porto Grande, localizado na cidade do Mindelo⁴⁵⁵, ilha de S. Vicente. Esse porto com os seus, já referidos, estabelecimentos de combustíveis e com a instalação dos depósitos de carvão⁴⁵⁶, marcou os momentos altos e baixos da economia de Cabo Verde. Foi, durante muito tempo, a capital de todas as actividades mais importantes em Cabo Verde, nomeadamente a navegação, devido à sua boa localização geográfica, ao comércio, aos telégrafos e correios, à indústria, à educação e à existência de cabos submarinos. Ana Mafalda Leite considera que:

“O Porto Grande de S. Vicente é também o lugar simbólico de informação cultural, da chegada dos ecos de todos os modernismos,

⁴⁵⁴ *Idem*, pp. 381- 382.

⁴⁵⁵ Segundo Manuel Lopes: “Mindelo, primitivamente povoação de Dom Rodrigues, depois povoação do Mindelo, em homenagem ao embarque dos liberais nas praias do mesmo nome, mais tarde vila do Mindelo (1858), foi elevado à categoria de cidade em 1879, quando contava 3.300 habitantes. Situado na ilha de S. Vicente, a oeste de uma ampla baía a que deram o nome de Porto Grande [...]”. LOPES, Manuel, “Reflexões Sobre a Literatura Cabo-verdiana ou A Literatura nos Meios Pequenos”, p. 8.

⁴⁵⁶ O serviço de carga de carvão no Porto Grande era feito por empreitadas. Os trabalhadores recebiam cerca de 1\$50 durante o dia e 2\$ durante a noite, por cada tonelada de carvão desembarcado ou embarcado. Havia barcos que exigiam mais esforço do que outros, devido a pequenez dos seus porões. Os que dispunham de boas condições permitiam que 56 trabalhadores trabalhassem ao mesmo tempo e fornecer cerca de 500 toneladas de carvão, entre seis e meia e oito horas de trabalho por dia. Apesar do baixo salário auferido, os trabalhadores desse porto eram considerados os mais activos do mundo.

nomeadamente do brasileiro, uma das fontes de inspiração do grupo dos Claridosos, movimento que criou as raízes da caboverdianidade.”⁴⁵⁷

A abertura do Canal de Suez e a realização de obras de melhoramento efectuadas nos portos vizinhos, já referidos, a partir das décadas de vinte e trinta do séc. XX, aliada à utilização de outros combustíveis, como o fuel, entrou em decadência, originando uma crise económico-financeira, na ilha de S. Vicente e no arquipélago.⁴⁵⁸ É de acrescentar, ainda, que a década de trinta, marcada por grande crise internacional, condicionou a economia. Aliás, em 1927 houve 1163 barcos que foram aí abastecidos de carvão enquanto que em 1932 houve apenas 320. Por essa razão, o periódico *Notícias de Cabo Verde* reclamou obras de melhoramento para que o porto pudesse reconquistar a sua importância, visto que as receitas arrecadas nele eram a principal fonte de riqueza do país, que viu a sua situação económica agravada com o fim da emigração para os Estados Unidos:

“A vida económica e financeira de S. Vicente depende das condições em que estejam os portos concorrentes. Se há dificuldades no abastecimento de combustíveis aos vapores que os demandam, o nosso Porto Grande beneficia-se largamente de avultada navegação. [...]

Temos, assim, de procurar remédio pronto e oportuno para a decadência observada, pois que as receitas resultantes da actividade marítima constituíam a principal fonte de riqueza de Cabo Verde. Sem elas, é precária e muito contingente a existência das nossas ilhas, mais acentuadamente depois do encerramento da emigração para as Américas, sobretudo para os Estados Unidos.”⁴⁵⁹

⁴⁵⁷ LEITE, Ana Mafalda, *A Modalização Épica Nas Literaturas Africanas*, Lisboa, Vega, 1995, p. 121.

⁴⁵⁸ Em função da perda de importância do Porto de S. Vicente, e a consequente crise económica da ilha, a Câmara de S. Vicente solicitou ao governo, em 1944, abertura de trabalhos públicos. Segundo esse pedido: “Aumentando o número de desempregados em S. Vicente, em consequência da presente crise, da falta de navegação no porto de S. Vicente e da suspensão quase total das obras das Forças expedicionárias, resolveu a Câmara, por unanimidade, por proposta do Vogal Sr. Dr. Luiz Terry, solicitar a Sua Exca. O Governador a abertura de alguns trabalhos públicos, nesta ilha, de reconhecida utilidade geral, como entre outros, os seguintes:

- I. Melhoramento e macadamização da estrada entre a Salina e o Lazareto.
 - II. Reparação e macadamização da Avenida Dr. Oliveira Salazar entre a rua Camões e a Praia da Matiota.
 - III. Beneficiação e macadamização entre a estrada da Matiota e o sítio de João Ribeiro.
- [...]

Aplaudimos a resolução da Câmara Municipal, que vem muito a propósito da actual conjuntura. Oxalá o Governo da Colónia adopte as providências necessárias à menorização das dificuldades da população da ilha de S. Vicente.” “A CÂMARA MUNICIPAL SOLICITA ABERTURA DE TRABALHOS PÚBLICOS”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 12, n.º 214 (18 Jul. 1942), p. 1.

⁴⁵⁹ MIRANDA, Augusto, “O Porto Grande e a Emigração”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 15, n.º 240 (6 Dez. 1946), p. 1.

Tinha havido, com o declínio do porto, um aumento do desemprego, o que dificultou a vida a muitas famílias. Essa situação agravou-se com a falta de remessas dos emigrantes, atingidos pela crise mundial e, sobretudo, com o fim da emigração para os Estados Unidos da América. Dado o peso que tinha na economia nacional, Jorge Barbosa, assim como outros escritores do arquipélago de Cabo Verde reivindicaram soluções para o porto. Numa crónica intitulada “O Porto Grande: velho tema”⁴⁶⁰, o autor chama a atenção para o facto de ter ouvido falar da importância do Porto Grande para a economia da província e reclama a execução das obras projectadas, desde os tempos dos seus avós que, infelizmente, não se concretizam:

“De há muitos anos, com intermitências, mas sempre com entusiasmo, ouço falar, por aqui e por estas ilhas, do Porto Grande, da sua importante contribuição na economia da Província e das obras nele necessárias, aliás já previstas ou visionadas pelos nossos avós, pelos nossos pais, por nós e por nossos filhos também.

Quere [sic] dizer que de tempo a tempo o assunto volta à baila, animando as conversas, enflorando os artigos dos jornais, inflamando os discursos. Todos retomam e conclamam o velho tema.”⁴⁶¹

Na sua óptica, tratava-se de uma discussão que, de tempos a tempos, estimulava as conversações quotidianas, razão que o levou a referir que todos a apelidaram de “velho tema”. Os responsáveis por essas discussões eram, por vezes, emigrantes regressados de Lisboa, ou seus familiares e amigos, que recebiam alguma carta da metrópole:

“E quando tais revoadas acontecem, a sua origem foi qualquer boa nova que chegou até nós, na pessoa de algum viajante ou ao abrigo discreto de nada postal, atravessando assim, em arco marítimo, as milhas atlânticas que nos separam do Tejo.

Às vezes o portador da boa-nova é alguém que regressou da Metrópole.[...]

Anda o informador bem avisado, como se vê, e a notícia soube-a de um amigo *que pesa*, familiar tu-cá-tu-lá das repartições da Praça do Comércio.

⁴⁶⁰Para Mário Leite: “Para os homens que acham que é perigoso brincar com números, mesmo com o fim de agradar, este excerto do relatório que precede o projecto do orçamento de Cabo Verde para o corrente ano de 1952 está mais certo que isto de dizer que a média anual do rendimento do Porto Grande de S. Vicente é de 3.100 contos e que este arquipélago produz durante um ano, em épocas normais, 23.360.000 litros de milho, 5. 800. 000 litros de feijão, 3011, 250 quilos de carnes, 602. 000 quilos de gorduras, 3.011.250 quilos de legumes (verduras e frutas), 3.011.250 quilos de mandioca e 3.011.250 quilos de batata-doce.

Não são apenas os direitos de óleos e de carvão que constituem *rendimentos do Porto Grande*: constituem *rendimento* deste porto todas as receitas que se devem à sua existência. [...]. LEITE, Mário, “Crónica de Um Velho Tema”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 22, n.º 280 (16 Mai. 1952), p. 7.

⁴⁶¹BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: Porto Grande: velho tema”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 31 (1 Abr. 1952), p. 9.

Outras vezes a bôa-nova quem a transmite é pessoa que não precisou sair. Aqui mesmo sabe tudo. E a informação soa quase com solenidade, informação segura, fidedigna: “Para breve! Recebi uma carta de Lisboa. [...]”⁴⁶²

Essa discussão voltou à baila em 1952, levando Jorge Barbosa a referir que: “Agora anda, novamente, o Porto Grande na baila. As conversas, os artigos dos jornais (este meu é um exemplo) retomaram o assunto. Só não houve ainda discursos.”⁴⁶³ Segundo o autor, dessa vez o informante era confiável, por ser o Ministro do Ultramar, que tinha “um passado colonial e administrativo cheio de realizações e de experiências”, tendo deixado obra realizada durante a sua passagem pela África, nomeadamente na Guiné:

“Desta vez, porém, as esperanças resultam de outros motivos. É que o Senhor Ministro do Ultramar, ele mesmo foi que no-lo disse, pretende mandar executar as desejadas obras do Porto Grande.

Sua Excelência tem um passado colonial e administrativo cheio de realizações e de experiência. Deixou a fotografia da sua presença bem viva por onde esteve, um sulco bem vincado da sua passagem pelas terras de África. Guiné já o confirmou. Ultramar está a dizê-lo.”⁴⁶⁴

A reestruturação desse porto tardava, devido ao elevado investimento financeiro que teria que se fazer. O autor exteriorizou a sua confiança na vontade, persistência, energia e inteligência do ministro em a executar:

“Não sei quais as dificuldades materiais – certamente algumas – que surgirão para se contraporem à marcha das importantes e possivelmente complexas obras do Porto Grande. Mas sei que Sua Excelência tem denodada vontade para enfrentar os obstáculos e pulso firme para os vencer, com persistência e trabalho, com energia e inteligência. Esperemos dele, portanto, o que já há tantos anos esperamos.”⁴⁶⁵

Dirigindo-se ao Ministro do Ultramar, conta o seu sonho e antevê a concretização das obras, que seriam marcadas pelo ruído dos apitos, dos barcos, dos motores, dos guindastes. O seu acompanhamento dessas obras será feito a partir do Alto de Monte Cara, posição privilegiada que lhe permite ter uma visão panorâmica da cidade do Mindelo. Similarmente, prevê o reconhecimento dos cabo-verdianos ao ministro, pela sua notável realização:

⁴⁶² *Idem, ibidem.*

⁴⁶³ *Idem, ibidem.*

⁴⁶⁴ *Idem, ibidem.*

⁴⁶⁵ *Idem, pp. 9-10.*

“Senhor Ministro!

Permita-me que lhe conte este meu sonho:

Já pressinto e antevejo o Porto Grande de amanhã!

Toda essa sinfonia chega até mim: os apitos e as sereias dos vapores, o ronco incessante dos motores, o gorgolejo dos guindastes, a orquestração ruidosa das oficinas!

Todo esse quadro enche a minha retina: cais acostável, quebra-mar, plano inclinado, uma longa e caprichosa cintura de cimento armado abraçando a baía e, de encontro a ela, a espuma branca das ondas! Ao alto, o imponente recorte, o estático perfil do Monte-Cara Olhando o céu!

Já pressinto, Senhor Ministro, o Porto Grande de amanhã!

E Vossa Excelência no fundo dos nossos corações e nos louvores das nossas bocas.”⁴⁶⁶

Numa outra crónica, “O Transatlântico Vera Cruz”⁴⁶⁷, testemunha a passagem desse barco pelo arquipélago, na sua viagem inaugural, às 20 horas do dia 20 de Abril de 1952, tendo aí permanecido até o dia seguinte. Com uma lotação de 1.242 passageiros, saiu de Portugal no dia 20 de Março de 1952 e passou por alguns países, como Brasil, Argentina, Uruguai e Cabo Verde. A sua chegada ao arquipélago era muito desejada, razão que explica o contentamento do povo ao vê-lo atracar no Porto Grande do Mindelo:

“No regresso da tão falada viagem inaugural, em que aproôu terras do Brasil, da Argentina e do Uruguai, em rápida e festiva trajectória, ancorou nas águas do Porto Grande, pelas 20 horas da noite de 20 de Abril, o novel mas já celebrado transatlântico “Vera Cruz”, tão ansiosamente esperado por todos.”⁴⁶⁸

⁴⁶⁶*Idem*, p. 10.

⁴⁶⁷O paquete Vera Cruz media 187, 75 metros de comprimento e dispunha 10 pavimentos com 4 ascensores. Possuía porões para 3. 250 toneladas de cargas e tanques para 2. 500 toneladas de combustível e 1. 500 de água. Segundo uma notícia publicada no jornal *Notícias de Cabo Verde*: “O magnífico transatlântico pode alojar 1.242 passageiros sendo: 198 em primeira classe, 200 em segunda e 844 em terceira, além dos seus 314 tripulantes.

Além dos belos salões artisticamente decorados, em todas as classes, tem cinema, sala e parque para crianças, ginásio, piscina ao ar livre, salas de leitura e de escrever, jardim de inverno, “court” de ténis e capela com ricas esculturas e pinturas de artistas nacionais. No que se refere à organização dos serviços de bordo e para dar uma ideia destes, diremos ainda que o magnífico navio dispõe duma central telefónica com 80 linhas, para os passageiros, e de outra automática com 42 linhas; instalação de transmissão de música compreendendo um receptor, quatro microfones, nove amplificadores e cem altofalantes para transmitir a todo o paquete os concertos da orquestra privativa de bordo, programas da rádio, indicações aos passageiros e ordens à tripulação; moderno sistema de ar condicionado, cozinhas eléctricas e portas que dão passagem ao pessoal das copas para os salões de jantar que se abrem automaticamente por acção de células fotoeléctricas, além de muitas e interessantes inovações.” “PAQUETE VERA CRUZ”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 22, n.º 279 (22 Mar. 1952), p. 2.

⁴⁶⁸BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: o transatlântico Vera Cruz”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 3 (1 Mai. 1952), p. 11.

Esse barco cumpriu uma missão cultural, ao ter levado professores, cientistas, escritores e directores de jornais, representando alguns periódicos, como *Comércio do Porto*, *Diário Popular*, *Diário do Norte*, *Novidades* e *República*. Foi ainda responsável pela entrada e saída de pessoas de todas as classes sociais que viam a emigração como sendo uma solução para os seus problemas, que nem sempre resolviam:

“Levou e trouxe, nesse vai-vem pelos rumos antigos da navegação, cuja rota não é só a do mar, mas a do destino e a do sonho também, uma Missão Cultural, com os seus professores, os seus cientistas, os seus escritores. Levou e trouxe um grupo de directores de jornais, representando periódicos como “Comércio do Porto”, cuja tradição se sustenta sobre alicerces fincados nas décadas da sua existência; como o “Diário Popular” e o “Diário do Norte” que têm a mocidade fotografada na própria mocidade dos seus dirigentes; como as “Novidades”, órgão de defesa e propagação do Catolicismo; como o “República”, baluarte da oposição. Levou e trouxe ainda os passageiros de sempre, de todas as classes, mescla humana onde se caldearam todos os sentimentos, almas embaladas por todas as fantasias, gente para quem a viagem é a eterna procura, quantas vezes insatisfeita, da variedade e do prazer, a miragem de terra longe, o impulso, a esperança, a esperança de vida melhor e, também quantas vezes, a desilusão e a derrota.”⁴⁶⁹

Testemunhou também o nome de alguns passageiros⁴⁷⁰ desse transatlântico com quem conversou, tais como o capitão Teófilo Duarte, antigo Governador de Cabo Verde, de 1918 a 1919⁴⁷¹; o mestre Froilano de Melo, divulgador da medicina portuguesa; o seu velho amigo José Osório de Oliveira; o ensaísta e historiador João Ameal, o padre Moreira Neves, director do periódico *Novidades*; Luís Tringueiros e sua mulher; a escritora Natália Correia; o director do *Diário do Norte* António da Cruz; João Condé, escritor brasileiro e animador do *Jornal de Letras*, e Adolfo Simões Muller:

⁴⁶⁹ *Idem, ibidem.*

⁴⁷⁰ Além dos nomes referidos, viajaram nesse transatlântico outros nomes ilustres como: o Presidente do Conselho da Administração da Companhia Colonial de Navegação (CCN), Bernardino Correia, o comandante Vasco Lopes Alves; o antigo ministro Daniel Barbosa; os comandantes Pereira Viana, presidente da Junta da Marinha Mercante e Henrique Tenreiro, presidente da Junta Central das Casas dos pescadores. A missão cultural era constituída pelos professores António Correia e Vitorino Nemésio; padre Bernardo Xavier Coutinho e Orlando Ribeiro além de muitos jornalistas e outras personalidades.

⁴⁷¹ “Na reconstituição do Ministério presidido pelo Sr. Dr. Oliveira Salazar, ocupou a pasta das Colónias o capitão sr. Teófilo Duarte, antigo Governador de Cabo Verde e de Timor.

O Arquipélago foi o primeiro território nacional em que o actual titular das Colónias desempenhou superiores funções administrativas.

Embora exercesse na Província, durante pouco tempo, o seu alto cargo, Sua Ex.^a deixou vincada no espirito dos caboverdianos a impressão de uma personalidade inteligente, justa, enérgica e ansiosa de produzir obra de vulto.” “O CAPITÃO SR. TEÓFILO DUARTE MINISTRO DAS COLÓNIAS”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 15, n.º 241 (6 Mar. 1947), p. 1.

“Entre os passageiros (quero mencionar apenas aqueles com quem tive a satisfação de conversar) vinham o capitão Teófilo Duarte, antigo Governador desta infeliz mas sempre esperançada província; o mestre Dr. Froilano de Melo, que em tantos congressos tem honrado a ciência médica portuguesa; o meu já conhecido e velho amigo Osório de Oliveira; o ensaísta e historiador Dr. João Ameal; o reverendo padre Dr. Moreira das Neves, incansável director das “Novidades”; o Dr. Luiz Forjaz Tringueiros, com aquela simpatia que eu já sabia, mas que mesmo assim foi uma descoberta para mim; a sua não menos simpática esposa e companheira desses cruzeiros pelo mundo; a irradiante frescura, a viva personalidade de Natália Correia (promete vir passar algum tempo entre nós, para escrever um livro); a figura entroncada e desempenada do Dr. António da Cruz, enérgico orientador do “Diário do Norte”; o brasileiríssimo escritor João Condé, animador do prestigioso “Jornal de Letras”; finalmente, o calmo, ou talvez não, Adolfo Simões Muller, narrador de encantadoras historietas para crianças que embora tenha esquecido os versos não esqueceu a poesia.”⁴⁷²

Abordaram nessa conversa, ocorrida no bar do “Vera Cruz”, diversos assuntos, nomeadamente sobre o Brasil, da passagem desse transatlântico pelo arquipélago, alguns problemas do quotidiano e alguns aspectos culturais de Cabo Verde. O interesse desses passageiros pela realidade cabo-verdiana simbolizava de algum modo o reconhecimento da inserção do país no território português, dando a ideia de que o arquipélago não era esquecido:

“A nossa conversa, em à-vontade de camaradas, quase íntima, sem preocupações, sem cansadas dissertações sobre intercâmbios, versou sobretudo o Brasil e a viagem do “Vera Cruz.”

Mas Cabo Verde com os seus problemas, alguns angustiosos, com os seus poetas, os seus escritores, não deixou de ser focado.

Mostraram esses, com quem falei durante as breves horas passadas no “bar” do transatlântico, o mais fraternal interesse por nós. Sabem que existimos e marcamos a nossa personalidade dentro do conjunto português.

Felizmente ainda não somos de todo esquecidos, graças a Deus!”⁴⁷³

A Companhia Colonial de Navegação (CCN) ⁴⁷⁴, sob a presidência de Bernardino Ribeiro, ofereceu, no Salão de primeira classe do transatlântico, um jantar, tendo sido

⁴⁷²BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: o transatlântico Vera Cruz”, p. 11.

⁴⁷³*Idem, ibidem.*

⁴⁷⁴Essa companhia foi criada em Angola, no dia 3 de Julho de 1922, com o propósito de assegurar, preferencialmente, a ligação marítima entre Portugal e as suas colónias. Iniciou as suas funções de transportadora com a compra do paquete “Guiné” e do cargueiro “Ganda”, destinados às rotas de Angola, Cabo Verde e Guiné. Durante a segunda Guerra Mundial, comprou o barco Jugoslavo “Pincesa Olga” que foi

convidados autoridades locais, militares, civis, comerciantes, chefes de repartição, representantes da imprensa, etc. Muitos deles foram acompanhados pelas respectivas mulheres. Esse jantar foi acompanhado de discursos:

“Houve discursos no jantar oferecidos pela Companhia Colonial de Navegação aos elementos militares, civis, do comércio, da indústria e representantes da imprensa caboverdiana, em cujo número me quiseram honrar.”⁴⁷⁵

O primeiro a intervir foi o Comandante Militar, que dirigiu a sua intervenção ao capitão Teófilo Duarte e ao Presidente da Administração da referida Companhia Colonial de Navegação, Bernardino Correia. Este, respondendo-lhe, abordou a hipótese de o “Vera Cruz” prosseguir a sua escala no Porto do Mindelo, dada a sua importância na economia e cultura da ilha de S. Vicente, conforme “as forças vivas” de Cabo Verde já tinham mencionado ao referido Comandante Pereira Viana, Presidente da Junta Nacional da Marinha Mercante. Também agradeceu a presença dos convidados e abordou o esforço que representou a construção desse transatlântico, tendo ainda lembrado que dependia da ilha de S. Vicente o seu serviço de abastecimento de combustível:

“Falou em primeiro lugar o Sr. Comandante Militar dirigindo cumprimentos aos Srs. Capitão Teófilo Duarte e Bernardino Correia, presidente da administração da CCN.

Este, respondendo, trouxe à baila um assunto de interesse para nós, que aliás fora ventilado em mensagem que as forças vivas dirigiram ao Presidente da Junta Nacional da Marinha Mercante, Sr. Comandante Pereira Viana, que também vinha a bordo.

Trata-se da possibilidade do “Vera Cruz” continuar as suas escalas pelo Porto Grande. Não deixa o problema de se apresentar palpitante visto que com ele surge esta interrogativa inquietadora, que faço pensando no prestígio e no futuro do nosso porto.”⁴⁷⁶

A intervenção do presidente da Comissão Colonial da Navegação, Bernardino Correia, coadunou-se portanto com a pretensão dos cabo-verdianos, ao ter garantido que o transatlântico iria continuar a fazer escala no arquipélago desde que lhe fosse garantido o

rebaptizado de “Serpa Pinto”, em 1944. Na década de sessenta, devido a sua importância justificada com o aumento do número de passageiros a utilizarem o avião, passou a utilizar alguns dos seus paquetes como cruzeiros para viagens turísticas. Em 1974 fundiu-se com a Empresa Insulana de Navegação (EIN), originando a Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos.

⁴⁷⁵ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: o transatlântico Vera Cruz”, p. 11.

⁴⁷⁶ *Idem*, pp. 11- 12.

abastecimento de óleo para as suas caldeiras em pouco tempo. Jorge Barbosa questiona, no entanto, a capacidade da Shell em cumprir esse ensejo:

“A Shell poderá ou não, dentro de um espaço de tempo considerado razoável, fornecer a grande quantidade de combustível de que o navio precisa? E, portanto, a outros de igual ou maior tonelagem também?

O que interessa por agora e nos põe na expectativa é o que disse o Presidente da C.C.N. Homem de acção, as suas palavras foram claras e ouvimo-las bem: o “Vera Cruz”, continuará escalando S. Vicente mas isso apenas com a garantia de poder receber, sem perda de tempo, além do que for normal, o óleo necessário às suas caldeiras.”⁴⁷⁷

Discursaram outras individualidades, como o capitão Teófilo Duarte; o Presidente da Associação Comercial, Carlos Wahnnon que, além de saudar e felicitar a Companhia Colonial de Navegação, abordou questões económicas das ilhas, e o director do jornal *Notícias de Cabo Verde*, Raul Ribeiro, que se referiu a assuntos administrativos e ao capitão Teófilo Duarte:

“O Sr. Capitão Teófilo Duarte falou largamente de Cabo Verde, manifestando mais uma vez a sua dedicação por nós. Em outro local se transcreve o discurso na íntegra.

Falou ainda o Sr. Carlos Wahnnon, Presidente da Associação Comercial, focando igualmente assuntos oportunos que se prendem com a nossa vida económica.

Finalmente discursou o Director do *Notícias de Cabo Verde*, Sr. Raul Ribeiro, que pôs em realce a obra administrativa e a personalidade do Sr. Capitão Teófilo Duarte.”⁴⁷⁸

A intervenção de Raul Ribeiro, em representação do jornal *Notícias de Cabo Verde*, foi interrompida várias vezes com aplausos da assistência; passamos a transcrever o seguinte excerto:

“Triunfante a revolução de 5 de Dezembro de 1917, precursora das modernas ditaduras deste século, Sidónio Pais – o chefe prestigioso daquele movimento – despachara Governador para as nossas ilhas o então tenente Teófilo Duarte. Naquela manhã de 26 de Março de 1918 em S. Vicente, como no dia seguinte na capital da Província, os velhos desta terra – funcionários, comerciantes, proprietários e agricultores – teriam acolhido com desconfiança ou naturais reservas aquele novel Governador, garboso tenente de Cavalaria,

⁴⁷⁷ *Idem*, p. 12.

⁴⁷⁸ *Idem*, *ibidem*.

Condestável de Sidónio que, com 26 anos de idade, seria, porventura, o governador mais jovem que presidira aos destinos da nossa terra. [...]”⁴⁷⁹

Em resposta a Raul Ribeiro, Teófilo Duarte proferiu o seguinte discurso:

“As palavras de V. Excia. sensibilizaram-se profundamente, por virem d’um representante da população caboverdeana que tive a honra de governar, há já 34 anos, (na época de Sidónio Pais) a qual por consequência, tinha obrigação, (nestes tempos em que tudo esquece tão vertiginosamente) de não recordar já o homem que aqui permaneceu apenas escassos 10 meses.

Depois, a acrescentar àquela circunstância, há a considerar que foi aqui que iniciei a minha vida colonial; que pela 1.^a vez contactei com os elementos ultramarinos; que surpreendi enfim, um nível cultural das massas caboverdeanas tão idêntico ao dos metropolitanos, que com justiça se pode afirmar que este arquipélago é um prolongamento real e lógico de Portugal.[...].”⁴⁸⁰

Jorge Barbosa testemunha, ainda, o discurso do comerciante Celso Leão⁴⁸¹, em representação do arquipélago, dirigindo uma mensagem ao Presidente da Junta Nacional da Marinha Mercante, Comandante Pereira Viana. Reclamou os preços praticados e a dificuldade de comunicação entre Cabo Verde e Portugal. Foi tranquilizado pelo Comandante, que o informou de que havia um barco em construção, com a lotação de 50 passageiros e com um espaço reservado para cargas, para se juntar aos que estabeleciam a ligação entre os dois países:

“Neste mesmo acto, o Sr. Celso Leão, que fazia parte do grupo formado pelas forças vivas da ilha, leu a mensagem de que já falei, dirigida ao Presidente da Junta Nacional da Marinha Mercante. Incidia a mensagem sobre precário, e

⁴⁷⁹“VERA CRUZ: navio flutuante”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 22, n.º 280 (16 Mai. 1952), pp. 1-2.

⁴⁸⁰*Idem*, pp. 2-3.

⁴⁸¹Celso Godinho da Silva Leão nasceu em Portugal e foi para a ilha de S. Vicente com 16 anos, onde abriu o seu primeiro estabelecimento comercial, a Papelaria, que, rapidamente, se transformou num estabelecimento de referência. Surgiram outros estabelecimentos, como a Drogeria do Leão, a Farmácia do Leão, a Adega do Leão, Casa Rádio e Discos, Casa da Moda. Portanto, instaurou uma autêntica revolução comercial em S. Vicente, com a introdução da arte de servir e vender. Em 1949, o jornal supracitado *Notícias de Cabo Verde* noticiou a abertura de mais uma drogeria desse comerciante, da seguinte forma:

“Os activos comerciantes desta praça – Casa do Leão – participaram-nos a abertura da sua Drogeria Medicinal.

Visitámos o novo estabelecimento sito à Rua Roberto Duarte Silva e ficámos bem impressionados com o seu aspecto moderno a destacar-se e a imprimir certa elegância à nossa principal artéria. É sem favor, um estabelecimento bem montado, onde vimos arrumados com bom gosto e em belas vitrinas e escaparates os mais variados produtos medicinais e da drogeria, especialidades farmacêuticos e perfumarias. Com as nossas felicitações desejamos as maiores prosperidades à Casa Leão.” “DROGARIA DO LEÃO”, in *Notícia de Cabo Verde*, A. 18, n.º 253 (22 Mar. 1949), p. 3.

por vezes até inexistente, sistema de comunicações entre Cabo Verde e a Metrópole. Aquela entidade, Sr. Comandante Pereira Viana, em resposta informou que a S. G., além dos navios já em serviço, tinha outro em construção, destinado a esta carreira, com lotação para 50 passageiros, sem prejuízo para o espaço reservado à carga, o que virá satisfazer os nossos desejos.

Esperemos, pois, já que como dizia um ilustre Ministro do Ultramar, esperar é uma virtude caboverdeana...”⁴⁸²

Aborda também, na crónica “Transatlântico Santa Maria”, a tão esperada passagem desse transatlântico pelo porto do Mindelo, no ano de 1953 em direcção ao Brasil. Essa viagem foi considerada a da sua inauguração. Tendo a bordo duas personalidades importantes, o então Ministro da Marinha, Almirante Américo Tomás e o já referido administrador da Companhia Colonial de Navegação (C.C.N), Bernardino Correia, a sua presença afirmou a posição do arquipélago nas rotas marítimas. O autor destaca o conforto, a arte e a beleza das suas decorações:

“O transatlântico Santa Maria, que há já vários meses era aqui aguardado com ansiedade, escalou o Porto Grande, no dia 15 do corrente, a caminho do Brasil.

Duas individualidades destacadas vinham a bordo, patrocinando assim a viagem inaugural: – S. Ex.^a o Ministro da Marinha, almirante Américo Tomás, e o administrador da Companhia Colonial de Navegação, Sr. Bernardino Correia, aquele o firme impulsionador da renovação sacudiu a nossa marinha mercante, a depreender não só da sua obra mas também dos elogios que justamente tem merecido de gentes que se colocam em todas os matizes políticos, este o incansável obreiro de um dos maiores empreendimentos de iniciativa particular em nossos dias.

A presença do *Santa Maria*, com a imponência da sua silhueta, o conforto das suas acomodações, a arte e a beleza das suas decorações, é acontecimento que não podemos calar.

O exemplo do *Vera Cruz* por si só já era um exemplo bem vivo aos nossos olhos. O do novel transatlântico vem patentear-nos mais uma vez que esforço sério e proveitoso está sendo já realizado no sentido da expansão da nossa vida e do nosso prestígio através dos cruzamentos do mundo.”⁴⁸³

Numa outra crónica, “Ainda o Porto Grande”, Jorge Barbosa recupera a temática do Porto Grande e assume o seu propósito de agitar as discussões relativas ao assunto, dada a inexistência de condições técnicas da Shell para abastecer barcos com grandes quantidades

⁴⁸² BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: o transatlântico Vera Cruz”, p. 12.

⁴⁸³ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: o transatlântico Santa Maria”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 5, n.º 51 (1 Dez. 1953), p. 27.

de óleo combustível em pouco tempo. Também referencia a pequenez das lanchas que eram destinadas a esse serviço:

“Pretendi agitar, pois, esse problema: Está a Shell em condições técnicas de fazer os fornecimentos com necessária rapidez? Terá para tanto, todo um conjunto de material disponível, pronto a servir com eficiência?

Vem à baila dizer que tenho ouvido que os grandes paquetes fugiram do nosso porto porque não podem ser abastecidos com a garantia da brevidade. Não sei se assim é ou não. Sei entretanto, que os grandes navios já aqui não tocam.”⁴⁸⁴

No entanto a pequenez dessas lanchas adequava-se às condições do porto, que carecia de um plano inclinado onde pudessem ser arrastadas e reparadas. Daí ter reivindicado a urgência na realização das tão aguardadas obras:

“Tenho também ouvido que a Shell, com as lanchas transportadoras de óleo que actualmente possui, consideradas pequenas para os fornecimentos maciços, isto é, de grossa tonelagem, não está em condições de corresponder à pressa relativa que esses mesmos fornecimentos exigem.

Mais ainda ouço dizer: que a referida companhia não poderá ter aqui lanchas de maior tamanho, por faltar em S. Vicente um plano inclinado, onde possam ser arrastados e reparados quando necessário.

[...]

A Saga, que pretendeu construir um plano inclinado, o qual, se não fosse grandioso, serviria muito satisfatoriamente para acudir às necessidades do nosso porto (da Shell inclusivé) terá que dar por cancelado ou suspender o seu projecto?

A pergunta tem procedência, porque, ao que parece, o mesmo plano inclinado terá que ser realizado, em virtude de se relacionar com o complexo das obras do Porto Grande, não separadamente delas, mas sim com as obras em conjunto.

Mas estas quando serão?”⁴⁸⁵

Baseando-se nos dados de abastecimento do transatlântico “Vera Cruz”, Jorge Barbosa reafirmou a incapacidade da Shell em fornecer combustível aos navios de grande dimensão num curto espaço de tempo, cuja consequência seria o seu desvio para os portos

⁴⁸⁴ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: ainda o Porto Grande”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 33 (1 Jun. 1952), p. 26.

⁴⁸⁵ *Idem*, pp. 26-27.

de Las Palmas, nas Canárias e Dakar, no Senegal, como podemos ver na crónica “O Porto Grande e a Shell”:

“Ora, eu já havia formulado interrogativas, alarmantes, quanto à actual capacidade técnica da Shell, em relação às suas possibilidades de cumprir um fornecimento maciço de óleo combustível, em espaço de tempo considerado razoável, de modo a não demorar a navegação além das horas que forem as normais. Isto vinha a propósito do transatlântico “Vera Cruz”, cujas escalas por esta ilha ficarão condicionados a presteza do seu reabastecimento. E “Vera Cruz” foi um exemplo que se nos apresentou.”⁴⁸⁶

Nessa perspectiva, apresentou os seguintes dados dos abastecimentos que foram feitos durante três passagens desse transatlântico pelo Porto Grande:

“Vejamos os números que me foi possível obter, com referência ao fornecimento de óleo, feito pela referida companhia a esse vapor: da primeira vez em que tocou aqui o “Vera Cruz”, recebeu 1753 toneladas em 8 horas (média de 219 toneladas), da segunda vez, 2060 em 10 horas (média de 206) e da terceira vez 2028 (média de 169).”⁴⁸⁷

Esses dados preocupavam-no porque, segundo o próprio, “tudo o que lhe diz respeito está intimamente ligado às condições e ao futuro da nossa vida económica”.⁴⁸⁸ A sua insatisfação aumentou quando soube que a Shell tinha aconselhado a Companhia Colonial de Navegação a desviar essa rota para Las Palmas e outros navios dessa dimensão para Dakar, o que, mesmo acontecendo, não a aliviaria das suas responsabilidades e de procurar atenuar essa situação, com graves consequências para a economia nacional:

“Mas ainda há mais! Segundo também fui informado, a agência da Companhia Colonial de Navegação recebeu da Shell a sugestão do “Vera Cruz” ir a Las Palmas reabastecer-se em vez de o fazer em S. Vicente!

Esta, possivelmente, não pode arcar com a responsabilidade do fornecimento ao mencionado vapor porque a quantidade ultrapassa as suas possibilidades técnicas de empresa fornecedora, sobretudo se, com aquele navio, outros coincidirem na baía. D’aí, “Vera Cruz” para Las Palmas, e quantos outros, para Las Palmas, Dakar.”⁴⁸⁹

⁴⁸⁶BARBOSA, Jorge, “Crónica de S. Vicente: o Porto Grande e a Shell,” in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 35 (1Ag. 1952), pp. 15.

⁴⁸⁷*Idem, ibidem.*

⁴⁸⁸*Idem, ibidem.*

⁴⁸⁹*Idem, ibidem.*

Reivindicou por isso a necessidade da capacitação desse porto, que desfrutava de uma boa localização geográfica.⁴⁹⁰ Ao criticar os equipamentos da Shell, recomendou a entrada de uma nova empresa de óleos no porto:

“Capacitemo-nos disto: O Porto Grande, com a sua posição francamente privilegiada, com as suas condições naturalmente excepcionais, outra coisa não será mais, para os interesses da Shell, do que um porto de emergência, ou um porto onde ela apenas possa fazer pequenos reabastecimentos. Para os grandes, – Las Palmas, Dakar, onde suponho, ela também possui instalações. Assim, reduzindo o Porto Grande a porto de refugio, nada tem a perder...

Concluindo: A Shell, com os seus quatro batelões (a capacidade de cada um é de 400 toneladas) não poderá cumprir cabalmente a sua função de fornecedora de combustível, já que somente poderá movimentar 1.600 toneladas. [...].

Certamente que haverá remédio para o mal e julgo até que seria de tentar a atracção de uma nova empresa de óleos ao nosso tão desventurado porto.”⁴⁹¹

Numa outra crónica, “Cabo Verde e o Plano do Fomento”, reassumi a necessidade de haver no arquipélago uma outra empresa de abastecimento de combustível, devido ao número de navios que davam entrada no porto⁴⁹², o que indiciava que a actividade compensava :

“Mas é bom notar que a par de tudo se torna aconselhável uma política de atracção ao nosso porto principal de outra empresa fornecedora de combustíveis. O número de navios nele entrados, quase o mesmo de ano para

⁴⁹⁰ Segundo Jorge Barbosa: “O Porto Grande de S. Vicente, [...] [e]squecido, há longas décadas, pouco ou nada nele se fez para o colocar à altura da sua posição nas linhas marítimas América do Sul-Europa, posição privilegiada que Deus nos deu e os homens não souberam aproveitar. Esquecido, os portos vizinhos e rivais de Dakar e Las Palmas, muito mais recentes em actividade, tiveram impulso mais rápido e mais seguro que os fizeram passar à nossa frente. E se na verdade não poderemos contar, pelo menos tão cedo não poderemos contar, com um movimento de navegação que nos reponha em primeiro lugar em relação aos mencionados portos, mesmo assim, com as obras que se propõem realizar, muito e muito lucrará o desventurado Porto Grande e a economia da província que a ele está tão intimamente ligada. As referidas obras, tão prometidas, tão desejadas, desde sempre, representarão o benefício maior que nos poderá trazer o Plano do Fomento.” BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: Cabo Verde e o plano de fomento”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 5, n.º 50 (1 Nov. 1953), pp. 3-4.

⁴⁹¹ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: o Porto Grande e a Shell”, p. 15.

⁴⁹² Apesar da boa nova, essa verba foi considerada insuficiente, como se nota na seguinte passagem do jornal *Notícias de Cabo Verde*: “Com a mesma sinceridade com que aplaudimos calorosamente o Plano, devemos acentuar que nos não parece feliz essa distribuição.

Consideramos o Porto Grande a primeira fonte de riqueza de Cabo Verde e aquela, portanto, que deve ser defendida com o maior carinho. Ora, a verba de 20 mil contos dos próximos seis anos parece-nos, por diminuta, inadequada ao fim em vista.

Não somos contrários aos trabalhos de hidráulica agrícola, antes os temos defendido. Parece-nos, todavia, que o desenvolvimento agrícola do Arquipélago deve seguir a par e passo com o apetrechamento vasto e oportuno do Porto Grande. [...]” “O PLANO DE FOMENTO”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 22, n.º 283, (10 Nov. 1952), p. 1.

ano, leva a supor que interesses ou conveniências lhe prefixaram uma cota de navegação. Só por isso tal política justificar-se-ia.”⁴⁹³

Jorge Barbosa viu-se assim tranquilizado com a atribuição de uma verba de cento e dois mil contos ao arquipélago, visto que uma parte dela estava destinada à execução da tão aguardada obra:

“A verba pois, já designada para o início de uma vida nova e promissora, se bem aproveitada e bem distribuída, como se projecta, pela agricultura, pelos transportes marítimos, terrestres e aéreos, pelo Porto Grande, contribuirá para assegurar a nossa felicidade.”⁴⁹⁴

A sua esperança e a dos cabo-verdianos aumentou, em 1953, quando cinco funcionários da Shell, inclusive o seu gerente em Lisboa, visitaram o arquipélago, embora não tenham revelado o que pretendia à companhia local. Lembra que poderia talvez resultar da visita o aumento das suas instalações, através da construção de mais depósitos de óleo, como se nota na crónica “Funcionários da Shell no Mindelo”:

“Estiveram recentemente de visita à Shell, com alguns dias de demora na cidade, cinco altos funcionários na Companhia, entre os quais o seu gerente em Lisboa.

A visita, pela surpresa, pelo número dos componentes que lhe deram relevo, impressionou a população que logo vaticinou algo de importante em curso, com respeito ao Porto Grande.

Porém, nada se sabe ao certo. Mas algum optimismo ficou animando o espírito de quantos anseiam por ver a Shell dar impulso à sua actividade como reabastecedora de combustíveis à navegação nesta ilha, o que representaria momentos mais risonhos para a vida económica da Província. [...]”⁴⁹⁵

Desse modo, dada a importância do Porto Grande na vida económica de Cabo Verde, Jorge Barbosa, com base no plano de fomento, dirige-se aos cabo-verdianos e informa-os de que o início das obras nesse porto estaria para breve: “E, como comecei, quero terminar, alegremente, dando-nos a boa nova: ainda este ano se iniciam as obras do Porto Grande!”⁴⁹⁶

⁴⁹³BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: Cabo Verde e o plano do fomento”, p. 4.

⁴⁹⁴BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: 102 mil contos”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 37 (1Out. 1952), p.2.

⁴⁹⁵BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: funcionários da Shell no Mindelo”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 43 (1Abr. 1953), p. 12.

⁴⁹⁶BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: Cabo Verde e o plano do fomento”, p. 4.

III. 3.8. Dramas do Quotidiano

O quotidiano das ilhas era marcado pelo sofrimento porque era uma “terra um pouco esquecida, de orçamento pobre”, castigada por “secas, parciais umas vezes e de pequenas proporções, outras vezes gerais e trágicas.”⁴⁹⁷ O povo das ilhas foi alvo dos condicionalismos climáticos e da incapacidade da administração portuguesa em resolver os problemas de um país, em que quando chovia se conseguia cultivar a banana, a laranja, o acaju, o café, a uva, a batata, o milho, base da cachupa, a batanga, o gufongo, a cana sacarina, base do grogue e do mel, o marmelo, a goiaba, entre outros géneros alimentícios; veja-se o poema “A Terra”, dedicado a Manuel Lopes:

“Terra fértil / das bananeiras, das laranjeiras, / dos acajus, / dos cafeeiros,
das uvas, dos batatais; / do milho que dá cachupa, o cuscuz, / a batanca, o
gufongo; / das canas / que dão o grogue e o mel ...// Terra fértil / - das
oleaginosas, / das acácias, dos cardeais, / das roseiras, / dos marmeleiros, das
goiabeiras, / das árvores de fruta, / das árvores de sombra... // Terra fértil / do
queijo sadio ...”⁴⁹⁸

A chuva, como referimos anteriormente, constitui “uma mina de ouro” para o cabo-verdiano porque determina a alegria quando vem, mas também a tristeza quando não vem. Assim, o autor, ao deparar-se com a sua queda, pressente fartura e novas perspectivas para as ilhas, porque os campos ficam cobertos de frutos e há alimento em abundância, como se nota na seguinte passagem do poema “Panorâmica”:

“Se acontece cair / a chuva abundante / nascem e crescem / folhagens e
frutos / os pobres se iludem / no seu optimismo / que veio a fartura / ficar
sempre.”⁴⁹⁹

Esta configuração predispõe os cabo-verdianos para o amor, o que é impossível quando há seca e fome, situações dramáticas que frequentemente não eram difundidas. O cabo-verdiano, sem força e triste, limita-se, nas épocas de seca, a deambular pelos caminhos pedindo esmolas e preces ao São Salvador do Mundo para que a chuva caia; leia-se a seguinte passagem do poema “Pretinha dos Picos”:

⁴⁹⁷ *Idem*, p. 3.

⁴⁹⁸ BARBOSA, Jorge, “A Terra”, in *Obra Poética*, p. 41.

⁴⁹⁹ BARBOSA, Jorge, “Panorâmica”, in *op. cit.*, p. 394.

“Agora não, / pretinha. // Quando a chuva cair / e os frutos cobrirem / os campos de fartura / então, sim, / o amor será contigo. // Assim esfarrapada, / escanzelada e faminta, / o amor não é contigo. // [...] // Sem força, / os teus braços magros já não servem / para apertares / o teu namorado / de encontro ao peito. // Nem tua fala tem mais / palavras de ternura. / Ficou-lhe apenas / o hábito das rogativas, / humildes, com que estendes / a mão pelos caminhos / e das súplicas tementes / ao São Salvador do Mundo, / orago festejado / da tua freguesia, / para que as águas do céu / não tardem mais.”⁵⁰⁰

Com a seca, a “pretinha” não consegue participar nas festividades, onde habitualmente dança o batuque, vestida de roupas apertadas ao corpo. Ela só tem predisposição para o amor com os campos cheios de milho, melões e abóboras. Essa situação anima as festas, as procissões, que são acompanhadas da aguardente e de conversas alegres:

“O amor, pretinha, / agora não é contigo. / Quando a chuva cair / e as espigas / e as vagens / forem já ofertas / da terra revivida / e as melancias, / os melões, / as abóboras / rolaem sobre os campos, / quando a chuva cair / quando as violas e os harmónios / voltarem com seus cantos [...] // Haverá animação pela festa / de São Salvador do Mundo, / com procissão presidida / pelo Bispo da Diocese. / Homens graves do Picos / pegando as varas do pálido, / solenemente. // Haverá foguetes / e bombas, reboando / pelos montes, / grog escorrendo, / ardendo nas gargantas, / incitando conversas, / afastando tristezas / e lembranças recentes. / Levarás vestido novos, / brincos de fantasia, / colar de contas pesadas / pendentes sobre o peito / arfante de emoção. / Teu namorado dará / anel dourado com uma / pequenina pedra de vidro, / cor de estrela brilhando.”⁵⁰¹

Esta moça, que simboliza as cabo-verdianas, estava habituada aos trabalhos difíceis do quotidiano, exemplificados pelo transporte de cargas à cabeça, o que a tornava forte fisicamente, à semelhança dos homens:

“Treinados nos trabalhos / duros da lavoura, / sentirão os teus braços / outra vez o rigor, / com que apertarás / o moço que tu amas / de encontro ao seio. // [...] // Pelos caminhos irás / com frutos da terra / sustidos à cabeça, / em equilíbrio ajustado / à flexão ágil do tronco, / ao lançamento das pernas / musculosas e firmes, / ao balanço dos braços / e ao ritmo certo / da marcha apressada.”⁵⁰²

⁵⁰⁰BARBOSA, Jorge, “Pretinha dos Picos”, in *op. cit.*, pp. 366-367.

⁵⁰¹*Idem*, pp. 369-370.

⁵⁰²*Idem*, pp. 370-371.

Ao chover, os cabo-verdianos não têm mais motivos para se alistarem nas campanhas organizadas pelo SOEMI, que procurava enviar trabalhadores para as roças de S. Tomé.

“Quando a chuva cair, / não mais a perspectiva do alistamento e do êxodo / para São Tomé, / ilha longa e sombria / do Golfo da Guiné. // Não mais, pretinha, a tua mão estendida, / humilde pelos caminhos. // [...] / Quando a chuva cair / o amor será contigo, / pretinha dos Picos. // [...]”⁵⁰³

Assim, a chuva muda o estado de espírito das pessoas, deixando-as, inclusivamente, mais susceptíveis ao amor:

“Quando a chuva cair, / o amor será contigo, / pretinha dos Picos. // Teu namorado / levar-te-á pela cintura / para um recanto escondido / detrás da folhagem.”⁵⁰⁴

O chão seco das ilhas que amargurava a vida da população tinha como esperança a chuva, sem hora marcada para cair. No poema “Chuva”, Jorge Barbosa fala-nos da sua queda aquando de um jogo de uril/urim. Um desses jogadores, provavelmente um governante, saiu, olhou para o céu e concluiu que iria chover, acto típico da cultura cabo-verdiana:

“Interrompe o regedor a partida de urim / e chega à porta da loja a ver o céu. // Diz depois que sim / para dentro: / que a chuva chega / não tarda ...”⁵⁰⁵

Além da visão meteorológica e anunciadora da sua queda, o poeta antecipa-a através de uma abordagem que faz parte do imaginário e quotidiano dos cabo-verdianos, referindo-se ao grogue consumido pelo americano e à rapariga que, pressentindo a sua chegada, regressou para casa, às pressas, com uma pesada carga de lenha à cabeça e com a saia enrolada ao joelho, mostrando as suas pernas, num verdadeiro acto de sensualidade. Esses dois momentos são seguidos pela queda de chuvas torrenciais sobre os campos agrícolas. Os rapazes, numa demonstração de felicidade, andam nus ao sabor de um banho natural:

“O “americano” bebe então / um grogue mais / e abala / no macho respingão. // A filha mais velha do condutor de malas / volta da lenha à pressa / com pesada carga na cabeça / e a saia apanhada pelo joelho, / parece que mostrando de propósito / as pernas saudáveis e queimadas pelo sol... //

⁵⁰³ *Idem*, 371.

⁵⁰⁴ *Idem*, *ibidem*.

⁵⁰⁵ BARBOSA, Jorge, “Chuva”, in *Obra Poética*, p. 86.

Momentos depois / a chuva cai torrencial / sobre as plantações sequiosas / enquanto o rapazio anda nu / ao sabor daquele banho natural.”⁵⁰⁶

A chuva deixa as ruas alagadas, impedindo a passagem das pessoas. Elas são obrigadas a desviar-se das poças de água de forma heróica, sendo que os largos são os mais complicados de transpor. Contam, nessa travessia, com a ajuda dos audaciosos que as carregam às costas, por vezes sem roupa, em troca de cinquenta centavos, numa trajectória comparada à de S. Cristóvão, que aceitou ajudar algumas pessoas a atravessar um rio perigoso, no qual já tinham morrido muitos. O povo, não tendo nada para ocupar o seu dia, deambula de um lado para o outro debaixo da chuva, com a roupa toda molhada e agarrada ao corpo, conforme testemunhou Jorge Barbosa na crónica ”Ecos da Chuva:

“Alagadas, mal oferecem as ruas uma passagem segura do transeúnte. Este, porém, de qualquer forma lá vai seguindo, esquivando-se com presteza das poças traiçoeiras, saltando em balanços ginásticos as valetas que a correnteza alarga perigosamente, patinando com inesperada agilidade sobre lamaçais escorregadios, defendendo-se enfim, das rajadas de lama que as rodas dos automóveis vão metralhando para os lados, no seu trajecto veloz por entre as águas. [...]

Os largos são no entanto os mais difíceis de passar. Formam nestes dias pluviosos verdadeiros lagos, profundos e barrentos, de modo que transpô-los sem qualquer ajuda é temeridade somente para os audaciosos. Mas o peão é cauteloso, que bem dispensa as fortes sensações, contenta-se com a aquática cavalgada nas costas de homens semi-nus que assim repetem a façanha de São Cristovam, a cinquenta centavos por travessia.

O povinho não tem com que enfrentar o acontecimento, apega-se à sua filosofia conformista, não se ralando. E corre a cidade e os subúrbios de ponta a ponta, barulhento, de pernas ao léu, desafiando as gélidas chicotadas das bátegas, dir-se-á que insensível ao calafrio das roupas ensopadas e grudadas aos corpos.”⁵⁰⁷

Essa felicidade é, igualmente, testemunhada no poema “Meteorologia”, dedicado a José Bilac Portugal, poeta e meteorólogo, que anunciara pela rádio que no dia seguinte iria chover. Essa previsão criou um certo optimismo e esperança em ver a estiagem substituída por grandes milheirais balançados pelo vento. Também se imaginaram os campos cheios de frutos, as plantas crescendo, com insectos vagueando sobre elas. A sua queda faz o homem que se encontrava na planície rir de felicidade:

⁵⁰⁶ *Idem, ibidem.*

⁵⁰⁷ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: ecos da chuva”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 39 (1 Dez. 1952), p. 4.

“Foi quando / a noite rural / desceu estrelada / sobre a secura / dos campos em silêncio / e a rádio anunciou / a previsão meteorológica / chuvas amanhã sobre as ilhas! // [...] // Com o seu optimismo / e a sua esperança / não via mais / a marca da estiagem / vincada na rude / e longa paisagem / do campo deserto. // Em vez do descampado / na sua imaginação / via já milheirais / de caules elásticos / e folhas em arco / balouçando pelo vento. // Antevia / já a folhagem / com frutos verdes viçosos / e herméticas vagens luzidias / no chão a rolarem. // [...] os zumbidos / e chios de asas / de insectos em voo / o rastreio de alguma / lagartixa fugidia. [...]”⁵⁰⁸

Faz também o poeta antever a contemplação do campo molhado, do alto do “cutelo”, tendo ainda mencionado que visitará uma moça vestida com uma saia curta, com pernas musculosas à mostra. Espera vê-la com os cabelos e blusa molhados, resultante da chuva que apanhou nas várias voltas que deu ao quintal da sua casa. Para poder ficar ao pé dela, projecta falar do milheiral, e de outras plantações com o seu pai. No final, vai pedir-lhe um copo de água apenas para poder falar com ela e vê-la a andar de forma apressada e descalça, como se nota no poema “Depois da Chuva”, onde também mostra a sua abertura para o amor após a queda da chuva:

“Quando a chuva passar / hei-de ir ao cimo do Cutelo / para ver o cenário soberbo que a terra tem / e sentir o cheiro húmido da terra encharcada. / Hei-de chegar à tua casa também / que ali fica / no alto, / para te surpreender nesse à-vontade adorável: / a saia de chita curta, / as pernas quase ao léu, / de um recorte musculoso e de um ritmo ginástico, / a blusa e os teus cabelos molhados ainda / da chuva que apanhaste nas voltas pelo quintal... // [...]”⁵⁰⁹

Desta forma, é a chuva que determina a predisposição dos cabo-verdianos. Se cair, há alimentos, felicidade e abertura para o amor e, se não cair, há tristeza. Após uma queda de forma intensa, Jorge Barbosa também testemunhou a esperança dos cabo-verdianos na crónica “Depois das Chuvas”, como se nota na seguinte passagem:

“Graças a Deus que o ano promete fartura. As chuvas, excepcionais, embora os inevitáveis estragos que motivaram, garantem já alguns meses pelo menos de vida despreocupada e contente.

Multiplicar-se-ão os bailes e a voz dos instrumentos, mais viva e mais sonora, animará a alegria do povo. Nas festas haverá foguetes, o grog falará alto

⁵⁰⁸ BARBOSA, Jorge, “Meteorologia”, in *Obra Poética*, pp. 259-260.

⁵⁰⁹ BARBOSA, Jorge, “Depois da Chuva”, in *op. cit.*, p. 87.

e os cavaleiros cruzarão os caminhos das ilhas, em louca correria, montando cavalos fogosos, equilibrando-se, exímios, no dorso de mulas respingonas.”⁵¹⁰

No entanto, se cair em grande quantidade, além de engrossar a água nas ribeiras, derruba rochas e leva tudo o que encontra à frente, no seu percurso em direcção ao mar; diz em “Tambores de São João”, dedicado ao engenheiro Humberto Fonseca:

“bátegas / de chuva brava / engrossando ribeiras / enxurradas /
desmoronamentos de rochas / estrépitos // todos esses ruídos e ecos.”⁵¹¹

Essa ideia também ficou patente na crónica “Ecos da Chuva”, onde o autor referiu que havia casas de pobres que eram derrubadas e tomadas pela violência e constância da sua queda. Esses moradores, sem alternativa, mantinham-se nelas, num verdadeiro acto de sacrifício:

“Há casas de gente pobre desmoronadas ou invadidas pela violência persistente das águas. Mas os moradores prontamente encontram remédio para o percalço: – continuar lá dentro mesmo assim.”⁵¹²

Encontramos essa ideia também na crónica “A Propósito de Uma Palestra”, quando o autor abordou a trajectória da água da chuva na ilha de S. Vicente, como poderia ter referido para qualquer uma das outras ilhas, por ser um problema constante:

“Foi água que Deus mandou! Formaram-se caudais cujos braços ainda hoje correm pela Ribeira Bota, em toda a sua extensão, descem pela Avenida da Fontinha, cortam a Rua do Coco, mesmo junto à Praça Estrela, contornam esta pelo Sul e Oeste e encaminham-se, pela Praia Coré, para irem desaguar no mar da baía.”⁵¹³

A chuva, além de simbolizar fartura, também representava doenças, como o paludismo e a malária. Desde 1919 que não se via chuva em abundância na ilha de S. Vicente, como veio a acontecer no ano de 1952. Nessa altura, conseguiram-se colheitas mesmo nos sítios considerados impossíveis até a data:

⁵¹⁰ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: depois das chuvas”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A.4, n.º 40 (1 Jan. 1953), p. 30.

⁵¹¹ BARBOSA, Jorge, “Tambores de São João”, in *Obra Poética*, p. 264.

⁵¹² BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: ecos da chuva”, p. 4.

⁵¹³ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: a propósito de uma palestra”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 47 (1 Ag. 1953), p. 7.

“Com as chuvas, nem só a alegria dos campos verdes, o milho a florando com as suas promessas, a fartura, enfim. Também a malária, nossa doença número 1.

Somos assim: se não chove, o flagelo das secas. Se chove o paludismo, flagelo outrossim.

1952, refiro-me apenas a S. Vicente, se bem que poderia falar das demais ilhas, foi de chuvas abundantes. Desde 1919, há pois 34 anos não se registava tão grande pluviosidade. [...]

Sítios onde nunca se semeou deram frutos. Mas dos terrenos alagados o anófeles fez poiso e ao lado das sementeiras dos homens fez também das suas crias, que viriam depois, zumbindo pela noute fora, perturbar o sono das gentes e inocular nelas o gérmen da malária. E assim começou breve a desenhar-se, com fundos sombrios, o quadro ameaçador dos mais intensivos surto palúdico da história mindelense.”⁵¹⁴

Segundo o autor, os primeiros meses do ano de 1953 foram marcados pelas referidas doenças⁵¹⁵, em consequência da chuva. No entanto, coincidiram com a chegada ao arquipélago do médico do Instituto de Medicina Tropical (IMT), Manuel Meira, que acabou por as controlar, graças à sua enorme dedicação e à colaboração do médico Aníbal Lopes da Silva:

“Mas quis a Providência que no momento mais oportuno chegasse até nós o Dr. Manuel Meira, médico do Instituto de Medicina Tropical, que veio à província, pela terceira ou quarta vez, em missão de estudo daquele organismo científico. Posto inesperadamente em face da epidemia que iniciava o primeiro passo da sua propagação, esse homem mal teve tempo para arrumar a bagagem e logo tomou posição na luta para combater o mal terrível que lhe deparava e que depois acabaria por dominar. Infatigavelmente, quase milagrosamente, soube multiplicar a sua actividade, em dias e noutes de trabalho incansável, dando consultas, tratando doentes, fazendo investigações laboratoriais, visitando as casas da cidade, percorrendo, um por um, os recantos da ilha.”⁵¹⁶

⁵¹⁴ *Idem, ibidem.*

⁵¹⁵ Segundo Jorge Barbosa: “Pode dizer-se que a epidemia ocorreu nos primeiros meses deste ano, pois a partir de fim de Março não se registaram casos novos de doença. No seu combate, a aplicação do DDT desempenhou papel importante, tendo-se verificado que nos bairros ou zonas da cidade e em outros sítios do interior, onde se procedeu à desinsectação, a doença teve queda brusca, cerca de 15 dias após o tratamento. O plano da luta, disse-nos o ilustre médico, assentou fundamentalmente no combate aos anófeles adultos e no tratamento dos doentes, este último com o objectivo de anular as fontes de infecção. Propositadamente, não se procedeu a nenhuma espécie de luta antilarvar.” *Idem*, p. 8.

⁵¹⁶ *Idem*, p. 7.

O trabalho incansável, na campanha anti-palúdica, desencadeada na ilha de S. Vicente, pela Missão que chefiava, ficou patente nos dados apresentados numa palestra proferida na dita ilha, donde se extrai o seguinte excerto:

“Início dos trabalhos: 28 de Novembro de 1952. Número de consultas: 4.637. Pesquisas de hematozoários no sangue: 4.637 (e mais cerca de 1.000 repetições). Colheitas de sangue para pesquisa ulterior de hematozoários, feitas em doentes, em vários períodos de tratamento: cerca de 18.000. Doentes averiguados: 3.034, dos quais, 197 em Dezembro de 1952, 2.628 nos três primeiros meses de 1953 e 209 de 31 de Março a 9 de Junho deste ano. É bom frisar, para uma ideia precisa do que foi a epidemia, que o número de 2 628 doentes verificados no referido trimestre, ultrapassa o máximo anual registado, desde 1940, ano que superou outros e em que foi de 2 624. Residências tratadas com insecticida: 3 315; superfície e tectos desinsectizados: cerca de 650 000 metros quadrados; DDT consumido: 1 436 quilogramas. Dos 3034 doentes mencionados, cerca de 70% foram terça benigna (*Plasmodium vivax*); cerca de 28% da terça maligna (*Plasmodium falciparum*); cerca de 2% de ambas as doenças (*P. vivax* mais *P. falciparum*). Número de anofeles (*A. gambiae*) contado numa só casa, pequena habitação de dois compartimentos que por sinal visitamos: 1917.”⁵¹⁷

Num outro texto, denominado “Ainda a Propósito de Uma Palestra”, o autor apresenta alguns dados dessa referida campanha anti-palúdica realizada na ilha de S. Vicente a pedido do director do Hospital do Mindelo, António Gladstone Sócrates da Costa, um amigo que muito prezava. Após uma reunião conjunta do médico da Missão do Instituto da Medicina Tropical, Manuel Meira, e do governador da ilha, Carlos Alves Roçadas, a luta contra o paludismo ficou dividida em duas fases.

A primeira acção profiláctica anti-vector ficou a cargo da M. I. M. T. Quanto à parte clínica – responsável pelos socorros – coube à Delegacia de Saúde. Assim a Delegacia de Saúde da Ilha tratou em consultas externas 1.950 doentes, tendo morrido 18; foram internados 164 e morreu uma pessoa no hospital; foram distribuídos gratuitamente 21.906 comprimidos: paludrina (6.246), aralen (9.500), e de quinino (6.164). Distribuíram, ainda, 10.240 hóstias de sais de quinino em pó; 13.950 ampolas de quinino e 1.600 euquinina papeis de 0,15g.⁵¹⁸

⁵¹⁷ *Idem*, pp. 7-8.

⁵¹⁸ Segundo Jorge Barbosa: “Após uma reunião conjunta no Palácio, em S. Vicente, do Exmo. Médico da M. I. M. T. e do Delegado de Saúde de S. Vicente, com S. Ex.^a o Governador de então, Sr. Coronel Dr. Carlos Alves Roçadas, o serviço aqui da campanha anti-palúdica ficou assim distribuído:
I – A acção profiláctica anti-vector, a cargo da M. I. M. T.

Relativamente à chuva, o autor volta a abordá-la na crónica intitulada “Chuva”, onde são relatados os estragos causados pela sua queda na ilha de S. Vicente, no dia 23 de Outubro de 1953, tendo inclusive provocado algumas mortes. Uma senhora, apesar de ser salva de afogamento, morreu poucos dias depois, tendo a outra vítima sido o menino, provável marinheiro, que cumpriu o seu destino de náufrago muito cedo:

“As chuvas, apesar de serem escassas nesta ilha, desabaram sobre a cidade do Mindelo, na noite de 23 de Outubro último, numa fúria dilúvica, sem precedentes, mesmo na lembrança dos velhos.

A água correu, impetuosa e selvagem, pela Ribeira Bota, o seu curso secular, e reduziu a nada os obstáculos naturais que se lhe antepunham. Investiu contra as paredes do Estádio da Fontinha, do Grémio Castilho, do Clube Mindelo, e derrubou-os numa destruição espectacular. Atravessou, de caminho várias casas pobres da Rua do Coco, Rua Suburbana, Rua da Moeda, e alagou os prédios, deitando alguns a baixo, como se fossem inconsistentes armações de um baralho de cartas. Pôs em destroços os poucos bens que os moradores possuíam e levou consigo mesas, camas, bancos, roupas, pequenos utensílios, deixando famílias ao desabrigo e ao desamparo.

Houve duas mortes, para complemento da tragédia. Uma velha, momentos depois de salva de afogamento, não pode resistir ao colapso do coração já cansado da vida. Dias passados, um menino morreu afogado numa poça, Futuro pescador talvez, futuro marinheiro, o seu destino de náufrago tão cedo foi cumprido. [...]”⁵¹⁹

Aos anos de “boas águas” sucedem-se épocas de seca e de estiagem parciais ou totais e o conseqüente êxodo de pessoas para os já referidos países Angola e S. Tomé, conforme o autor testemunhou na crónica “Depois das Chuvas”:

“Mas, infelizmente, nem sempre poderá ser assim... Aos anos de *boas águas* sucedem-se, inexoravelmente, os anos angustiosos das secas parciais ou totais. E deste modo a tradicional tragédia da estiagem – responsável por tantos

II – A parte clínica – tratamento e socorros – a cargo da Delegacia de Saúde: a) Na consulta externa: / Em Janeiro ... 1. 138 doentes com ... 13 óbitos / Em Fevereiro ... 372 doentes com... 5 óbitos / Em Março ... 215 doentes sem óbitos // Em Abril 98 doentes sem óbitos / Em Maio 127 doentes Sem óbitos / Total ... 1. 950 doentes // b) No Hospital foram internados e tratados: / Em Janeiro 78 doentes sem ... óbitos / Em Fevereiro 43 doentes com 1 óbitos / Em Março20 doentes semóbitos / Em Abril 12 doentes sem óbitos / Em Maio 11 doentes sem óbitos // Total 164 doentes com 1 óbito // C) Em medicamentos anti-palúdicos foram dados gratuitamente (e a expensas da Província): // Comprimidos de paludrina 6. 246 // Comprimidos de Aralen 9. 500 // Comprimidos de quinino 6. 164 // Total 21. 906 // Sais de quinino em pó 10. 240 hóstias / Ampolas de quinino 13. 950 / Euquinina papeis – de 0, g15 1. 600.” BARBOSA, Jorge, Crónicas de S. Vicente: ainda a propósito de uma palestra”, in *Cabo Verde: boletim de Propaganda e Informação*, Praia, A. 4, n.º 51, (1 Dez. 1953), p. 25.

⁵¹⁹BARBOSA, Jorge, Crónicas de S. Vicente: chuvas”, in *Cabo Verde: boletim de Propaganda e Informação*, Praia, A. 4, n.º 51, (1 Dez. 1953), p. 27.

flagelos! – tornará a cair sobre o povo e de novo o obrigará ao êxodo, rumo a S. Tomé e Angola.”⁵²⁰

As secas e as estiagens são elementos desestabilizadores do quotidiano do arquipélago, visto que destroem sementeiras, tirando a alegria e esperança a todos os cabo-verdianos, como se pode ver no poema “A Terra”, já citado:

“Se não cai a chuva, / – o desalento / a tragédia da estiagem! – / [...] // –
Ai o drama da chuva, / ai o desalento, / o tormento / da estiagem! // – Ai a
voragem / da fome / levando vidas! (...a tristeza das sementeiras perdidas...) / –
Ai o drama da chuva!”⁵²¹

A fome, decorrente da seca, da falta de chuva e do abandono das ilhas por parte das autoridades portuguesas, patenteou um quadro dramático para a história do povo das ilhas, merecendo destaque os anos de 1927 e 1947. Essas duas datas foram marcadas por longos períodos de seca, em que na pouca “terra fértil” das ilhas não se viu cair nenhuma gota de chuva que permitisse a colheita de alimentos. Daí os desassossegos causados pelos “dramas agrícolas”, provocadas pela chuva “que não vem”⁵²² porque se ela vier há comida em abundância e se não vier há subalimentação, e muitas mortes, conforme referimos anteriormente. Foram anos dolorosos que serviram de base à reivindicação de melhores condições e ao testemunho da vivência nas ilhas, marcados pela luta pela subsistência e por muitas mortes.

O autor entendeu que a única solução para contornar as condições climáticas das ilhas seria a adopção de um sistema de arborização maciça no arquipélago, de forma urgente, para atrair a queda da chuva, como se pode atestar na seguinte passagem da crónica “Depois da Chuva”:

“Porém, há remédio para o mal. A modificação das nossas condições climáticas, por um sistema de arborização maciça, seria a maneira, cientificamente preconizada, de se atraírem as chuvas. Este remédio, que está sendo estudado, vem merecendo, agora mais do que nunca, a atenção do governo. [...]”⁵²³

⁵²⁰ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: depois das chuvas”, p. 30.

⁵²¹ BARBOSA, Jorge, “A Terra”, in *Obra Poética*, pp. 41-42.

⁵²² BARBOSA, Jorge, “Rumores”, in *op. cit.*, p. 44.

⁵²³ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: depois da chuva”, p. 30.

Para a implementação dessa política, os governadores deveriam utilizar parte dos 102 mil contos atribuídos ao arquipélago para estimular o seu crescimento económico⁵²⁴:

“Este remédio, que está sendo estudado, vem merecendo, agora mais do que nunca, a atenção do governo. Mas, mesmo assim, é de se esperar que a sua aplicação seja quanto antes, já que a ele se destina uma parte do empréstimo dos 102 mil contos destinados ao fomento da província.”⁵²⁵

As poucas árvores⁵²⁶ que havia eram podadas pelos cabo-verdianos, para serem usadas pelas famílias como combustível. Daí Jorge Barbosa ter considerado injustas as críticas que lhes eram feitas de serem vândalos e destruidores de árvores, como se nota na crónica “O Caboverdeano e a Árvore”:

“Ora, nada mais injusto do que essa já proverbial acusação. Ninguém mais do que o caboverdiano sente e ama a árvore ou mais do que ele aprecia a sua frescura e o seu abrigo; ninguém mais do que ele sabe o que tem de gostoso uma soneca debaixo da sua sombra, pelos calores de Agosto, ou melhor do que ele sabe viver essas reuniões domingueiras, sob a sua copa, com as infalíveis e renhidas partidas da bisca e do urim, animadas pelo grog [*sic*] falador. Ao caboverdeano não falta o amor à árvore, não! Ao caboverdeano o que lhe falta é o combustível. Nem sempre tem ao pé da casa a *freira*, a *lantuna*, o *torolho*, onde vá tirar a lenha. E a lenha é a grande necessidade da gente que vive e labuta por esses interiores. É nessas condições que a árvore vem sendo sacrificada dia a dia.”⁵²⁷

Dessa maneira, Jorge Barbosa entende que o corte das árvores resulta da luta pela sobrevivência travada pelo cabo-verdiano, tendo narrado esse acontecimento da seguinte forma:

“Reconstituamos o quadro. Em frente à casa a árvore mais bela, a mais frondosa dos arredores, com decénios de vida e de imponência. Logos de manhã, a mulher a reclamar a lenha para o cuscuz e para o café, mais logo para

⁵²⁴Segundo Jorge Barbosa: “A nova lançada pela telefonia dos cento e dois mil contos atribuídos a Cabo Verde, para o seu desenvolvimento económico, causou arrepio de emoção na ilha e creio que no arquipélago todo, por se tratar de cifra vultosa para quem não estava ainda familiarizado com as centenas de milhares. Ante a surpresa da boa nova, assim tão repentina, sentimo-nos aturridos e descrentes no começo. Só depois veio o entusiasmo. [...]” BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: 102 mil contos” in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A.4, n.º 37 (1 Out., 1952), p. 2.

⁵²⁵BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: depois da chuva”, p. 30.

⁵²⁶José Nobre Madeira reivindicou, no jornal *Notícias de Cabo Verde*, a arborização das ilhas, principal a de Santo Antão. Segundo o próprio: “A arborização deve merecer também especial atenção, por ser um dos factores essenciais que evitará, em parte, as crises pluviais, de tão sérias consequências.” MADEIRA, José Nobre, “Ilha de Santo Antão: a rainha de Cabo Verde”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A.10, n.º 199 (25 Abr. 1941), p. 2.

⁵²⁷BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: o caboverdeano e a árvore”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 46 (1 Jul. 1953), p. 6.

a cachupa. E a lenha fica tão distante, a sua aquisição é tão difícil, tão cansada, tão cara!... O nosso homem olha melancólico a árvore de frente. [...]. Mais um ou dois rebates de consciência, e zás! A faca sempre cortou os dois ramos. Não precisava mais do que começar. E dia pós dia, ramo aqui, ramo acolá, primeiro a faca, depois a serra, depois o machado... Triste fim da árvore mais frondosa e mais bela dos arredores! [...].

O combustível é como a água, como o alimento, como o sal. Sem ele ninguém vive, nem pobre, nem rico, nem sábio, nem filósofo, nem santo, nem poeta, nem mesmo os homens que andam escrevendo e dizendo que o caboverdeano desama a árvore.”⁵²⁸

Por essa razão, o autor referiu que se falava muito da reflorestação das ilhas mas a importação da lenha e a sua venda a baixo custo constituíam uma necessidade urgente:

“Afinal dizem e escrevem tanto em prol da nossa rearborização, mas esquecem-se de defender a importação intensiva da lenha e a sua venda, a baixo preço, por todos os recantos das ilhas.

Escolas, plantai! Gente de boa vontade, plantai! Não árvores somente. A *lantuna*, o *torolho*, a *freira*, também. Talvez assim Cabo Verde seja mais feliz.”⁵²⁹

O meio das ilhas era também um ambiente de secas e estiagens resultantes dos condicionalismos climáticos. No entanto, quando chovia, via-se a água a correr nas ribeiras a caminho ao mar:

“Tem a toada / sibilante do vento / rufos / de tambores / ressonâncias / graves / de vozes / dentro de um túnel / sufocados apelos / de naufragos / vindos em agonia / do fundo do mar / o canto da chuva / a correr indomável / e revoltado nas ribeiras / ou gota / a gota a cair / lenta na folhagem / tem rangidos / dos mastros e cordame / no balanço dos veleiros.”⁵³⁰

As crianças eram as piores vítimas dessas tragédias, ao serem atingidas logo à nascença:

“Quanta desgraça não fica / nas nossas ilhas desfeita / no começo da vida! // Porque há meninos que morrem / muitos meninos que morrem / no começo da vida.”⁵³¹

⁵²⁸ *Idem*, p. 6.

⁵²⁹ *Idem*, *ibidem*.

⁵³⁰ BARBOSA, Jorge, “Violão”, in *Obra Poética*, p. 257.

⁵³¹ BARBOSA, Jorge, “Demografia”, in *op. cit.*, p. 270.

Após dois anos de seca, em que mais uma vez não caiu nenhuma gota de água, a crise instalou-se e com ela a falta de alimentos. Mulheres, homens e crianças muito magros saíram do campo, onde outrora houvera fartura, para a cidade para pedir esmola na rua para sobreviver. Comparadas a figuras fúnebres, as crianças, em desespero, chupavam os seios das mães, numa triste imagem que fez parte do quotidiano do arquipélago, em vários momentos da sua história, como se nota no poema “Seca”:

“Dois anos de seca / vividos / como / só Deus sabe! / Vagueiam pela cidade / esqueléticas crianças. / Chegaram de fora / dos campos onde outrora / havia / a harmonia / de plantas exuberantes, / a promessa da fartura! // Pedem tostões pelas ruas / as suas / frágeis vozinhas / musicais. // [...] / Parecem bonecos macabros / e causam dó / os petizes de meses com vida só / nos lábios infatigáveis / que chupam vazias tetas maternas, / cada vez mais / com mais sofreguidão... // Os seios secos das mães / amamentam ainda!”⁵³²

Embora sem forças, o cabo-verdiano tem uma atitude estóica, e mesmo nas piores situações, mantém a esperança e procura resolver os seus problemas, sobretudo porque, nessas alturas, não recebia nenhum apoio, nem da comunidade internacional nem das autoridades portuguesas. Isto porque, segundo o autor, o cabo-verdiano está sempre esperando que a chuva caia para matar a sede da população e permitir a prática da agricultura. Estão sempre à espera, ainda, de um navio, carta, remédios e soluções para os dramas das ilhas, como se pode confirmar no canto sexto do poema “Expectativa”:

“Esperamos / estamos esperando / sempre / a chuva / para a sede dos campos / o navio / a carta / os remédios / o decreto // esperamos / tudo afinal / confiantes / obstinados / patriótico / heróicos / esperamos / a solução urgente / dos nossos problemas / dos nossos temas / dos nossos dilemas. / Paradoxal e trágico / o secular dilema / do povo das ilhas! / Espaços e distâncias / de sobra para todos / mas onde nós todos / somos de mais / para junto vivermos!”⁵³³

No canto oitavo do referido poema, Jorge Barbosa também testemunha a situação dramática dos animais durante os períodos de estiagem. As cabras, com fome e com os úberes sem leite, procuravam escassas raízes de plantas para matarem a fome enquanto os bíblicos jumentos, que noutros tempos carregavam água, lenha e meninos, por vezes nus, ficaram magros tendo como única certeza a morte que chegava de forma lenta:

“Desesperado cenário / do tempo das estiagens // a rude paisagem / de terras e pedras / ressequidas pelo sol / e pelas áridas brisas / que vêm do mar //

⁵³² BARBOSA, Jorge, “Seca”, in *op. cit.*, pp. 66-67.

⁵³³ BARBOSA, Jorge, “Expectativa: problemas”, in *op. cit.*, pp. 182-183.

cabras de úberes vazios / irrequietas em pânico / no seu pressentimento / da morte irremediável / que prestes / [...] // esqueléticos jumentos / confrange tanto / vê-los no tempo / aflitivo das estiagens / só / heróicos / e tristes / no meio do descampado // [...] // Desesperado cenário / do tempo das estiagens / - a terra / as pedras / os bichos / esperam / inutilmente / o húmido milagre / da chuva musical / escorrendo do céu!”⁵³⁴

O trágico testemunho das ilhas prossegue no poema “Paisagem”, onde Jorge Barbosa classifica de “malditos” os anos de seca. São malditos porque apenas se conseguem ver os campos abandonados e esmagados pelo intenso sol:

“Malditos / estes anos de seca! // Mete dó / o silêncio / da terra abandonada / esmagada / sob o peso / do sol penetrante!”⁵³⁵

Essa situação catastrófica inviabilizava qualquer tipo de cultivo, devido à insuficiência de água, originando a fome. Devido a inexistência do milho, não se ouviam as pessoas a *cochirem* o milho, símbolo de comida. Por essa razão, também não se via o fumo nas cozinhas das casas. Simbolizando, igualmente, a existência de refeição, o fumo era causado pela lenha que se utilizava na preparação da comida. As enxadas, usadas para trabalhar a terra, acabavam por ficar esquecidas nos cantos dos quintais onde eram cobertas de poeira e estrume. As árvores ficavam secas:

“Há quanto tempo não rodam / as pedras dos moinhos! / Há quanto não se ouve / o som monótono madrugador / dos pilões cochindo... / – Que é desse ruído anunciador / das refeições do povo ? // De dentro das casas / nem fio tenuíssimo / de fumo subindo ... // Pobres enxadas / que não servem mais / esquecidas nos cantos dos quintais, / cobertas / de poeiras e de estrume... / [...] // Árvores pasmadas / sequiosas / com restos ainda / dos ninhos que abrigaram, / deixam rogativas silenciosas / no desolamento da paisagem!// [...] // Em tudo / o cenário dolorosíssimo / da estiagem / – da fome!”⁵³⁶

A seca, a estiagem e a fome torturavam os cabo-verdianos, como também se nota no poema “Casebre”, um dos poemas mais dramáticos de Jorge Barbosa, ao testemunhar o padecimento do povo das ilhas que morria de fome. Devido a mais uma passagem da estiagem, não se viam sinais de plantas e árvores. Nas casas, apenas se viam as pedras utilizadas na sua construção porque a palha que as cobria fora arrastada pelas fortes

⁵³⁴ BARBOSA, Jorge, “Expectativa: descampados”, in *op. cit.*, pp. 186-188.

⁵³⁵ BARBOSA, Jorge, “Paisagem”, in *op. cit.*, p. 59.

⁵³⁶ *Idem*, pp. 59-60.

ventanias. As portas e janelas ficaram completamente abertas, aumentando a tristeza dos seus habitantes, que já estavam a sofrer:

“Foi a estiagem. // [...] / Nem sinal de planta / nem de restos de árvore / no cenário ressequido da planície. // O casebre apenas / de pedra solta / e uma lembrança aflitiva // O tecto de palha / levou-o / a fúria do sueste. // Sem batentes / as portas e as janelas / ficaram escancaradas / para aquela desolação // Foi a estiagem que passou.”⁵³⁷

Este cenário de seca, estiagem, fome e morte, não dava descanso aos governadores do arquipélago, que ordenavam o enterro das pessoas que morriam, fazendo o autor lembrar no poema “Questionário”: “nós somos 165.000 mas poderíamos ser mais.”⁵³⁸ Os mortos eram transportados em padiolas, denominadas pelo autor por “padiola mortuária da regedoria”. Muitas vezes, as pessoas eram sepultadas vivas, numa triste situação de desespero. Estando de barrigas inchadas, podia pensar-se que morriam de fartura:

“Nestes tempos / não tem descanso / a padiola mortuária da regedoria. / Levou primeiro / o corpo mirado da mulher / com o filho nu ao lado / de barriga inchada / que se diria / que foi de fartura que morreu. / O homem depois / com os olhos parados / abertos ainda.”⁵³⁹

Apesar da tristeza dessa situação, o regime não permitia a sua divulgação ou qualquer tipo de pedido de ajuda. Só se viam, nos quintais das casas, as pedras marcadas pelo fumo, que outrora tinham servido de fogão e o arco utilizado pelas crianças para brincarem nos momentos de felicidade:

“Tão silenciosa a tragédia das secas nestas ilhas! / Nem gritos nem alarme / – somente o jeito passivo de morrer! // No quintal do casebre / três pedras juntas / três pedras queimadas / que há muito não serviram. // E o arco de ferro do menino / com a vareta ainda presa.”⁵⁴⁰

Tratando de um quotidiano dramático, o poeta criticou o desprezo a que as crianças estavam sujeitas por parte das autoridades portuguesas e das instituições internacionais (Organização Mundial da Saúde, Cruz Vermelha, Cáritas) e das mulheres da alta burguesia que ajudavam crianças da Argentina, da China, da Itália e da Hungria. Essa ajuda não chegava porque, ao contrário dos outros países, a administração portuguesa impedia

⁵³⁷ BARBOSA, Jorge, “Casebre”, in *op. cit.*, pp. 111.

⁵³⁸ BARBOSA, Jorge, “Questionário”, in *Obra Poética*, p. 362.

⁵³⁹ BARBOSA, Jorge, “Casebre”, in *op. cit.*, pp. 111-112.

⁵⁴⁰ *Idem*, p. 112.

qualquer tentativa de divulgação dos problemas e qualquer pedido de ajuda para o arquipélago, fazendo as tragédias ficarem circunscritas ao meio cabo-verdiano. Daniel Spínola considerou que a voz do poeta, embora tenha procurado gritar:

“ficou presa na sua redoma ilhada, e os seus gritos não ultrapassaram os himalaia das suas rochas, circundadas de maresia, entre mar e céu. A opressão e a repressão reinavam então nas mãos do colonizador fascista que manietava e extirpava todo e qualquer gesto de fuga à calamidade, ditando as suas regras e impondo as suas leis.”⁵⁴¹

Jorge Barbosa, não conformado com a situação, reivindicou a necessidade de as crianças do arquipélago serem tratadas como as dos outros países que recebiam ajudas resultantes de rifas e leilões para tratar doenças como a poliomielite, e que viam os seus problemas noticiados. As crianças do arquipélago não recebiam qualquer auxílio para fazer face à falta de vestuário e de alimentação e às doenças, como a tuberculose, a sífilis e a lepra, a que estavam sujeitas, como no poema “Crianças”, dedicado ao seu amigo Arnaldo França:

“Dia e noite / as notícias estão chegando / telegráficas e sensacionais / dos confins do mundo. // – Sobre destroços de casas e de árvores / crianças chinesas boiando à deriva / na corrente do Rio Amarelo transbordando! // [...] // Dia e noite / as agências dos jornais estão telegrafando / a rádio espalhando o alarme. / Organização Mundial de Saúde / Cruz Vermelha / Caritas / Exército de Salvação / estão providenciando / estão salvando as crianças. // Quermesses / rifas / leilões / tómbolas / a favor das crianças / chinesas / argentinas / italianas / húngaras / sob patrocínio de damas importantes [...]. // Temos também aqui / crianças sem roupa / sem lar / e sem pão / crianças tuberculosas / sífilíticas / aleijadas / paralíticas / cegas / leprosas / sem remédio / sem escolas / sem brinquedos / [...]. // Ninguém sabe / ninguém dá por isso / a rádio não fala / os jornais não dizem / ninguém telegrafia.”⁵⁴²

Luís Romano, entre outros autores cabo-verdianos, também testemunhou a luta das crianças das ilhas para comerem uma bolacha, nas épocas de fome, como se nota na seguinte passagem de *Famintos*:

“- Quatro bolachas pela telha.
- Mãe, dá-me, mãe!...

⁵⁴¹ SPÍNOLA, Daniel, “Sementeira, Chuva e Seca”, in VEIGA, Manuel (coord.), *Cabo Verde: insularidade*, p. 53.

⁵⁴² BARBOSA, Jorge, “Crianças”, in *Obra Poética*, pp. 363-365.

Os meninos tentavam atingir a mão erguida da mãe, que perdera a noção das coisas. Caiu na calçada. Um vadio correu sobre ela e, às sacadelas tirou-lhe duas bolachas por entre os gritos, a mulher estorcendo-se no chão, os meninos raspando as migalhas, e a chusma de pedintes enroçando o vadio num cerco vivo, onde cada um se transformava num selvagem. Vendo-se tolhido, levou a mão à boca e aí enfurnou as bolachas, na esperança de as comer sem partilhas, ao mesmo tempo que se defendia dos outros, gesticulando e grunhindo como um suíno. Foi nestes movimentos que sufocou, os olhos esbugalhados, a respiração faltando ele na calçada da Praça aos esticões. Na garganta uma bolacha engasgada. Os outros rodearam-no à espera que ele morresse. Finalmente, um deles meteu-lhe os dedos pelos gorgomilos e retirou o bocado que, num abrir e fechar de olhos, devorou antes que os companheiros lhe tombassem em cima.”⁵⁴³

Face a esse cenário, Jorge Barbosa sentiu e presenciou a miséria do seu povo, que, sem nada, andava na rua mendigando e pedindo os restos de comida que sobravam das searas e um pouco de dinheiro que havia nos cofres. Sentia-se triste com a situação, mas a sua resolução não dependia dele, como lembra em “Não Era para Mim”, poema dedicado a Marcelo Caetano:

“Senti a miséria queixar-se ao meu lado, / gente sem nada pedindo um pouco somente / do muito que sobeja nas searas e nos cofres. / Mas não era para mim a queixa tão repetida / porque não sou eu que tenho a espada e a balança / para fazer a divisão.”⁵⁴⁴

Residindo num meio sem recursos e sem opções para reduzir os obstáculos do quotidiano, a população assistia ao agravamento da situação, afectada por problemas de vária ordem, como se nota no poema “Caminho”. Trata-se de um texto onde se evocam os homens a jogar a bisca, abrigados na copa de um tamarindeiro, que felizmente a seca não conseguira destruir. Referindo-se ao “caminho qualquer”⁵⁴⁵ adoptado pelo cabo-verdiano

⁵⁴³ ROMANO, Luís, *Famintos*, 1.^a ed., Lisboa, Biblioteca Literária Ulmeiro, 1983, pp. 77-78.

⁵⁴⁴ BARBOSA, Jorge, “Não Era Para Mim”, in *Obra Poética*, p. 147.

⁵⁴⁵ Devido a notoriedade e beleza deste poema, Henrique Teixeira de Sousa considera que: “Nunca deixei de gostar deste poema *Caminho* de Jorge Barbosa, desde a primeira vez que o ouvi declamado por João Villaret num sarau caboverdiano organizado em 1943 por Osório de Oliveira no Teatro da Trindade. Desde então não me canso de o ler, quer na pequena antologia da poesia caboverdiana seleccionada pelo mesmo Osório de Oliveira, quer no *Caderno de Um Ilhéu* que teve o prémio Camilo Pessanha em 1955. [...] “Crua e áspera é a paisagem que o poema evoca. Quando o releio, surge-me sempre na retina um quadro da minha infância. Pela falésia escarpada de Nossa Senhora do Socorro, na ilha do Fogo, vejo descer um rebanho numeroso de cabras na vereda que vem dar à fonte cá em baixo, à beira-mar, numa manhã de sol resplandecente, sob auréola densa de pó. Oíço o cascalhar dos cascos fendidos do gado em busca de água. [...] Caminho sem rumo, mas caminho de todos nós” SOUSA, Teixeira, “Comentário ao Poema de Jorge Barbosa, “Caminho”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, n.º 155 (Abr. 1959), p. 21.

nos momentos difíceis, simboliza o destino do povo no seu percurso pelo mundo – população que se cruzou com outras raças, e que emigrou para outros países:

“Caminho qualquer, / faixa de palmo e meio de largura / pisada e batida / em anos seguidos / que já não contam. // Caminho qualquer. / Vem de longe / em curvas e desvios inúteis / e atravessa as ruas do povoado / quase roçando o velho tamarindeiro / em cuja sombra os homens da localidade / jogam animadamente a bisca barulhenta. // [...] / Amassou-o / os cascos rijos do gado / e os pés descalços da pobre gente da região / nesse vai e vem pela água da fonte que já secou. // [...] // Nem sequer ficou assinalado / num desses riscos insignificantes / que estão no mapa.”⁵⁴⁶

Trata-se de um caminho feito por homens na procura de água, numa fonte que por vezes fica seca, e também por outros que deixavam o arquipélago à procura de uma vida, embora, por vezes, encontrassem condições piores que as da sua terra natal. Essa “faixa de palmo e meio de largura”, representava o caminho dos vales, por vezes em direção à praia. O seu percurso representa um certo risco para a população e para os animais, quando se dirigem a determinadas fontes à procura de água. É considerado um dos poemas de Jorge Barbosa mais “abissalmente cabo-verdiano”, facto que nos faz ver no texto uma visão panorâmica e histórica, dando a ideia de um *cliché* da vida humilde do arquipélago, como se nota numa breve análise que Teixeira de Sousa fez do texto:

“Faixa de palmo e meio de largura, como diz o poeta, que vem de longe serpenteando por nomes e vales, atravessando povoados e descendo até a praia. Risco insignificante de terra batida pelos pés de gente e alimária a caminho da fonte, tão insignificante que nem consta na carta da ilha.

Não sei de outro poema de Jorge Barbosa mais abissalmente caboverdiano do que este *Caminho Qualquer*. Repare-se na perspectiva panorâmica e histórica contida nestes 31 versos tão nuzinhos de retórica, tão despretensiosos na forma que até contam com um erro de concordância (amassou-o / os cascos rijos do gado / ... e os pés...), mas tão medularmente crioulos que dir-se-iam um *cliché* da vida humilde do arquipélago.”⁵⁴⁷

Além desses dramas, os cabo-verdianos conviveram com o problema das dificuldades de ensino, razão que fez o autor reivindicar a necessidade de diminuir o índice de analfabetismo, à semelhança do que sucedia antigamente, o que é referido na crónica: “Notas Sobre a Instrução Primária em Cabo Verde”:

⁵⁴⁶BARBOSA, Jorge, “Caminho”, in *Obra Poética*, pp. 109-110.

⁵⁴⁷SOUSA, Teixeira, “Comentário ao Poema de Jorge Barbosa, “Caminho”, p. 21.

“Bom seria que imitássemos em Cabo Verde, senão que seguíssemos, o propósito do Governo Central de em futuro próximo reduzir a nada, ou a um mínimo inevitável, o índice do analfabetismo na Metrópole.

Há anos atrás, nós aqui nos poderíamos orgulhar de apresentarmos nos gráficos estatísticos uma percentagem de alfabetos que não ficaria em desvantagem se fosse confrontada com outras percentagens de outras parcelas do conjunto português.”⁵⁴⁸

Esse analfabetismo era resultante das dificuldades que as crianças enfrentavam no seu percurso para a escola. No entanto, o seu desejo de aprender fazia com que, de forma heróica, muitas se deslocassem muitos quilómetros, descalças, quase sem roupas e mal alimentadas. O caminho por onde andavam era estreito, com cerca de palmo e meio, em encostas íngremes cheias de cascalho que lhes magoavam os pés. Mesmo assim, desejosos de aprender, embora de estômago vazio, regressavam a casa cantando e assobiando, conforme testemunhou Jorge Barbosa:

“Elas lá vão, por difíceis e penosos quilómetros, rumo à escola. Descalças, seminuas, mal alimentadas, a cabeça ao leu o corpo magro, mesmo assim resistente e ágil, lá vão elas assobiando e cantando! [...] Caminhos estou eu chamando às faixas de palmo e meio de largura marcadas na terra vive com asperezas de lixa, por tantos pés apressados, numa interminável penitência que é o vai-e-vem esforçado das nossas gentes dos campos. [...] Caminhos contornando encostas íngremes, atapetadas de cascalhos que penetram e ferem como pregos, seguindo as cristas dos montes ventosos, atravessando descampados inóspitos de bassaltos aparados em gumes e rescaldados pelo calor do sol!”⁵⁴⁹

A agravar a sua situação, essas crianças estavam sujeitas ao pagamento de impostos, certidão de idade, propina do segundo grau, num tipo de ensino que o autor considerava rudimentar. Dadas as carências das ilhas, era muito complicado os pobres conseguirem pagar essas despesas, principalmente nos anos cinquenta, visto que a emigração estava fechada. Havia alguns que conseguiam resolver a situação com um atestado de pobreza. Os que não conseguiam, por possuírem uma pequena casa de dois quartos ou um pequeno terreno para semear, eram obrigados a vender ou penhorar os poucos bens que tinham para instruírem os seus filhos. Daí o autor ter reivindicado o fim dos impostos e testemunhado essa triste realidade:

⁵⁴⁸ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: notas sobre a instrução primária em Cabo Verde”, in *Cabo Verde: boletim de Propaganda e Informação*, Praia, A. 5, n.º 51 (1 de Dez. 1953), p. 26.

⁵⁴⁹ *Idem, ibidem.*

“É preciso que acabem com os impostos (chamo-os assim) que a criança caboverdeana se obriga a pagar durante o tempo da sua instrução primária.

Certidão de idade, pagamentos em dinheiro, passagem de classe, propina do segundo grau, na verdade não chegam a cifras avultadas. Entretanto, o conseguir as pequenas quantias necessárias à satisfação das exigências pecuniárias do nosso ensino mais rudimentar, é problema aflitivo, de difícil resolução para muitos pais pobres. Estes atravessam a talvez mais grave época da nossa vida económica, em que o dinheiro vale para a pobreza mais do que o suor – vale o sangue. As portas da emigração fechadas, o desemprego aumentando, tornam bem dura a vida do povo caboverdeano.[...].

Mas há os outros pobres, os que não podem obter o atestado, só porque possuem uns dois quartos de abrigo, de terra batida e tecto de palhas, ou uma nesga de terreno para sementeira. E quantas vezes esses proprietários (a expressão é de um humorismo trágico) se vêm na dolorosa contingência de vender ou penhorar os poucos utensílios que ainda lhes ficaram, para assim acudir às embora insignificantes despesas com os estudos primários dos filhos!”⁵⁵⁰

Reclamou então o fim das dificuldades materiais e o desenvolvimento da instrução primária, que deveria ser gratuita e obrigatória:

“Temos de acabar com as dificuldades de ordem material, sejam as mais pequenas, que possam entrar, e entram mesmo, o desenvolvimento da nossa Instrução Primária. Temos de acabar, simplesmente, com o ónus, relativamente recente, que pesa sobre ela, quer se trate de alunos pobres, quer de alunos ricos, porque é contribuição que não reforça o erário e vai de encontro a este lema vinculado na nossa tradição político-administrativa:

Instrução primária gratuita e obrigatória!”⁵⁵¹

Em suma, apesar das dificuldades, o povo mantinha a esperança de que o dia seguinte seria diferente. Essa espera, por vezes, era acompanhada de festas e cantigas, como se nota poema “Epílogo”:

“Enquanto isso / nós todos nas ilhas / aqui esperamos / algum dia / feliz de manhã. // Esperamos confiantes / às vezes até / ruidosamente / com festas e cantigas. // Assim vamos todos / esperando / esperando / a vida!”⁵⁵²

Tais festas correspondiam a uma forma de os ilhéus eliminarem a tristeza de um quotidiano marcado por muitos dramas, fazendo Jorge Barbosa pedir a Daniel Leite que

⁵⁵⁰*Idem, ibidem.*

⁵⁵¹*Idem, p. 27.*

⁵⁵²BARBOSA, Jorge, “Epílogo”, in *Obra Poética*, pp. 193.

incentivasse os poetas portugueses a visitarem as ilhas, com o propósito de adquirirem uma experiência imperial. Só assim testemunhariam as dificuldades dos cabo-verdianos e a importância do arquipélago nas rotas lusas:

“Daniel Filipe / poeta também das ilhas / quase triste também (dói, Daniel, esta tristeza calada / de ser poeta e ser ilhéu) // Daniel Filipe, / dali da Agência Geral, / faz um convite aos poetas / da capital imperial, / do Algarve, do Porto / de algures de Portugal, / para virem até cá / às ilhas esquecidas! // [...] // É caminho que vai de Norte a Sul, / do Ocidente ao Oriente. / É a Grã-Cruz Portuguesa / das navegações e conquistas / vincadas sobre a face do mundo / - Sagres ao Cabo da Boa Esperança, / do Brasil à Índia! // Então cantariam, / verias, Daniel, cantariam / com um sentido mais profundo e certo, / os Gamas, os Cabrais, / os Almeidas e Albuquerque!”⁵⁵³

Apesar de enfrentarem muitos dramas, os cabo-verdianos rapidamente retomavam a sua alegria e o optimismo. Embora tenha feito referência apenas à cidade do Mindelo, essa realidade era comum a todas as ilhas:

“A cidade, pouco tempo decorrido sobre o acontecimento, retomou a sua fisionomia alegre e optimista. O povo caboverdeano é todo assim, breve esquece as agruras. Não fosse assim, desde sempre, e seríamos um povo sorumbático, sem personalidade, de falas chorosas e luto constante dentro da alma (mas será que esse luto, de longe a longe, não faz a partidinha de transparecer, repentinamente, fugazmente, no meio de uma gargalhada, na fugidia nota de uma cantiga, no fundo da alegria mais transbordante?).”⁵⁵⁴

III. 3.9. Emigração Forçada

A seca e o quotidiano monótono criaram no imaginário dos cabo-verdianos a necessidade de procurarem alternativas para os seus problemas, usando o mar como via para construírem um caminho diferente para as suas vidas. Na procura ininterrupta de soluções para essas agruras, a governação portuguesa estimulou a emigração forçada para S. Tomé, que só de forma ilusória resolveu os seus problemas.

No entanto, esses cabo-verdianos não tinham alternativa. Ou iam para o trabalho injusto e cansativo ou aguardavam a morte, que ocorria de forma lenta e silenciosa, em consequência da fome. Esse tipo de emigração ganhou peso, quando em 1902, o Capitão-

⁵⁵³ BARBOSA, Jorge, “Convite à Viagem”, in *op. cit.*, pp. 352-354.

⁵⁵⁴ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: chuvas”, p. 27.

tenente da Armada e então governador do território, Francisco de Paula Cid, determinou que um passaporte passaria a custar 4\$800 réis a cada cabo-verdiano. Essa medida dificultou a vida aos que pretendiam ir para os Estados Unidos. Para Angola e S. Tomé era apenas necessário o bilhete de identidade.

O ano de 1947 ficou marcado pela saída em massa de muitos emigrantes para trabalhar nas roças, na plantação do cacau, coconote, café e do óleo de rubro das palmeiras, assumindo-se como um outro drama para a população, que acabou por sair de lá mais pobre do que aquando da sua partida e com problemas de saúde. Em 1952, o jornal *Notícias de Cabo Verde*, noticia a ida de trabalhadores para S. Tomé da seguinte forma:

“Seguiram para S. Tomé no dia 24 pelo vapor “Amboim” 612 pessoas, assim discriminados: 244 homens, 256 mulheres e 112 crianças até 12 anos.

O vapor “benguela” recebeu no dia 29, 190 homens, 167 mulheres e 65 crianças, num total de 422 pessoas, estas recrutadas na ilha de Santo Antão.

Estas criaturas, desejosas de empregar a sua actividade, vêm-se obrigadas a deixar a terra natal à procura de melhores meios de vida. Dirigem-se, assim, para as ilhas de S. Tomé e Príncipe onde abunda tudo menos a população.

Desejamos que sejam lá muito felizes nos trabalhos a que se dedicarem, tanto em seu próprio benefício como a bem daqueles que os colocarem.”⁵⁵⁵

Surgida com a “aparência” de reduzir a carência de emprego em Cabo Verde e a falta de mão-de-obra nas roças de São Tomé, as dificuldades dos que saíam, com o anseio de prosperar economicamente, só aumentavam. Essas complexidades foram explicadas por Jorge Barbosa na crónica “Serviçais”. O autor referiu que iam às centenas e que essa partida era marcada por uma enorme tristeza. Achava desnecessário assistir às despedidas porque se sentia incapaz de lhes avivar o optimismo. Restavam-lhes apenas os violões e as mornas que cantavam durante a travessia, como podemos verificar na seguinte passagem do texto referido:

“Mais algumas centenas partiram, rumo a S. Tomé.

Dizem que é a cena mais triste a partida deles. Eu nunca assisti. Para que? Que lhes poderia dar com a minha presença? Que palavras lhes poderia dizer para que a saudade deles fosse pungente e o seu optimismo mais vivo? Que palavras lhes poderia dizer para com elas suavizar o peso que suportam no coração e tornar-lhes mais viva a esperança que têm na alma.

⁵⁵⁵“TRABALHADORES PARA S. TOMÉ”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 22, n.º 283, (10 Nov.-1952), p.2.

Sei que levam violões e cantigas pela viagem. Mas não julguem que são cantilenas choramingas essas músicas que vão cantando. Pelo contrário, são as nossas mornas, quase sempre irónicas e contentes. O que poderá acontecer é que a voz, mesmo na alegria, traia qualquer coisa que ficou lá no fundo...”⁵⁵⁶

Esta temática foi, igualmente mencionada no poema “Memorial de São Tomé: sueltos poéticos”⁵⁵⁷, em resultado da experiência do autor como delegado do Governo de Cabo Verde em acompanhamento aos emigrantes a essa ilha. Isso causou-lhe um certo desagrado porque seria mais fácil celebrar o santo que deu o nome a S. Tomé do que abordar a terrível experiência dos seus “irmãos”:

“São Tomé, Santo prudente, / não sois vós que eu celebro / no meu canto desesperado.”⁵⁵⁸

Nesse texto, testemunhou e denunciou a ida dos seus “irmãos anónimos” para esse país na tentativa de dissiparem as dificuldades vividas no arquipélago, mas que acabaram por conceder o seu “suor barato” às mencionadas cultivações porque, embora São Tomé e Príncipe fosse considerado fertilíssimo, a sua riqueza advinha da mão-de-obra dos arquipelágicos. Segundo Elsa dos Santos:

“apesar de Jorge Barbosa não ter sido o pioneiro do tratamento deste tema (antes dele, fizeram-no Dante Mariano e Osvaldo Alcântara), há, ao nível da linguagem, uma modernidade, onde a função poética jamais se deixa apagar pelo tom de denúncia, por vezes de raiva, instituindo a ironia como processo de distanciamento que lhe permite, com rigor de objectividade, destruir para criar.”⁵⁵⁹

Na óptica do autor, eram os mais pobres, homens, mulheres e crianças, que iam às centenas, em levadas organizadas pela Sociedade de Emigração para São Tomé e Príncipe, SOEMI. Inaugurada na ilha de Santiago, em 1903, permitiu que o ganho dos contratadores

⁵⁵⁶ BARBOSA, Jorge, “Crónica de S. Vicente: serviçais”, in *Cabo Verde: boletim e informação*, Praia, A. 4, n.º 38 (1 Nov. 1952), p. 22.

⁵⁵⁷ O texto foi enviado por Jorge Barbosa a Arnaldo França, com as seguintes anotações: “[...]. Já modifiquei tanto estes poemas que me saturei! O libelo absorveu muito do lirismo. Talvez mude os versos para pequenos “suelos” em prosa.

A princípio, era para enviar uns 3 ou 4 poemas, e, afinal, foram 13!

Obs. – Os poemas estão por numerar, e consequentemente sem ordem. O conjunto todo deve incluir umas 18 poesias, já escritas.” BARBOSA, Jorge (Elsa dos Santos pref., org, e notas), “Memorial de São Tomé: sueltos poéticos”, in *Poesia Inédita e dispersa*, p. 113

⁵⁵⁸ BARBOSA, Jorge, “Memorial de São Tomé : sueltos poéticos”, in *Obra Poética*, pp. 400.

⁵⁵⁹ SANTOS, Elsa Rodrigues dos, *As Máscaras Poéticas*, p. 119.

fosse tanto maior quanto o número de trabalhadores inscritos para as roças⁵⁶⁰. Os trabalhadores iam seduzidos pela paisagem exótica santomense e por promessas de ganhos.

Isto demonstrava uma forte união dos roceiros, que tinham uma influência muito grande no voto e nas decisões do império:

“Na escritura notarial / Sociedade de Emigração / para São Tomé e Príncipe, / mas na nossa intimidade / Soemi simplesmente. // Soemi afamada, / firme união dos roceiros / e sua cidadela. // Soemi poderosa, / com influência e voto / nas decisões imperiais.”⁵⁶¹

Os seus representantes andavam de ilha em ilha à procura de trabalhadores. Convenciam-nos com ideias fantasiosas, com a doação de abonos, roupas, esteiras, cobertores e com a cedência do bilhete da viagem a par de um adiantamento em dinheiro, sob o argumento de que estavam a tentar salvar o povo da miséria e da fome:

“Soemi tentacular, / os seus agentes se espalham, / eficientes, pelos recantos / das ilhas cabo-verdianas. // Soemi caridosa, distribuindo abonos e roupas, / esteiras e cobertores / aos serviçais na abalada. // Soemi generosa, / ofertando, espontânea, / as passagens nos porões / dos vapores nacionais. // Soemi providencial, / salvando o povo das ilhas / da miséria e da fome. // Soemi magnânima, / Soemi alugando / o povo do Arquipélago.”⁵⁶²

Entravam no país através dos portos de Santo António e Ana Chaves, sendo que eram amontoados nos porões das embarcações como animais e em circunstâncias bárbaras:

“A ilha sim, distante, / que tem o vosso nome, / aonde vão os mais pobres / e humildes da minha terra, / fugindo aos males e à fome / ainda sem remédio / destas ilhas esquecidas. // Homens, mulheres, crianças, / contam-se aos centos partindo, / em levas organizadas / pela Soemi poderosa, / amontoadas nos porões / da nossa frota imperial / e derramados depois / nos lanchões dos portos / de Santo António e Ana Chaves.”⁵⁶³

O desamparo determinou essas viagens por um povo que havia perdido todas as expectativas de um amanhã melhor. Não serviu, porém, para resolver as suas dificuldades, acabando por sair da penúria das ilhas para viver na miséria de São Tomé. O autor, dirigindo-se ao São Tomé Apostólico, Santo que deu o nome ao país, referiu o motivo da

⁵⁶⁰Não se sabe ao certo quanto ganhavam, mas sabe-se que a SOEMI pagava uma quantia certa por cada serviçal contratado. Nas década de quarenta pagava entre 10\$00 e 150 \$ 00 por cada trabalhador.

⁵⁶¹BARBOSA, Jorge, *Obra Poética*, p. 405.

⁵⁶²*Idem*, pp. 405- 406.

⁵⁶³*Idem*, p. 400.

sua revolta e exigiu piedade aos seus irmãos. Não tinham camarotes, tarimbas para dormirem e nem o bilhete de regresso ao país. Apenas a sua inscrição constava na lista colectiva, organizada por pessoas que só pensavam no prémio que recebiam por cada “anónimo” que conseguiam convencer:

“Sem camarote, sem tarimba, / sem bilhetes de passagem, / passageiros
sequer / da classe derradeira, / simplesmente arrolados / na lista colectiva. //
Carregamento apenas / com a vantagem preciosa / de dispensarem guindastes, /
despachos alfandegários / e prémios de seguro.”⁵⁶⁴

Convencidos pelos organizadores das levas, iam com a expectativa de que iriam conquistar dias melhores, como acontece em qualquer tipo de emigração. No entanto, se não fosse a sua religiosidade, a coragem de quem já tinha enfrentado muitos problemas, o espírito alegre, manifestado em cantigas, danças das ilhas, a sua presença nessas roças teria sido ainda mais dramática:

“É a miséria que os leva, / antiquíssima, de séculos, / e a chama também /
inquieta da aventura / que não se apaga mais / no sangue dos ilhéus. // Levam
ainda no peito, / intacta, a esperança / em dias bons de algum dia. // Não fosse a
fé em Deus / assim humilde e tamanha / que há meio milénio persiste, / firme,
nos corações, / não fosse a fé em Deus, / o povo do Arquipélago / tinha de há
muito perdido / o riso e o optimismo / e os seus cantos seriam / atormentados e
tristes. // Cantigas e danças de roda, / giroflé, jardineira, / Dona Chenchá de
Ouro e Prata, / a infância das ilhas / já as tinha esquecido.”⁵⁶⁵

Embora tenham enfrentado um quotidiano muito difícil, contribuíam para o desenvolvimento da agricultura nesse país, já que eram mão-de-obra barata, que também pode ser considerada escrava. O lado trágico dessa existência manifestava-se em castigos aplicados pelos capatazes, mordidas de insectos, exploração, fome, entre outras. Dessa forma, o autor suplicou protecção em São Tomé para esses pobres e enganados trabalhadores, saídos do seu país, aglomerados no bojo de navios, a quem era por vezes atirada cal à boca, como tentativa de os fazer calar:

“São Tomé, dia e noite, / protegei-os das iras / dos administradores / e
capatazes das roças. // São Tomé, protegei-os / dos insectos e das doenças, / dos
rigores e palmatoadas / da severa Curadoria. // São Tomé, protegei-os / do
relento e do sol, / dos bichos e dos homens. // São pobres e sós, / serviçais, nada
mais, / são pobres e sós / na ilha do vosso nome, / São Tomé, protegei-os. //

⁵⁶⁴ *Idem*, 400-401.

⁵⁶⁵ *Idem*, pp. 401- 402.

Embora antes empilhados / no bojo escuro das naus / sinistras da escravatura.
[...] // Alguma voz tentasse / lançar alto o seu grito / de praga e desespero! /
Pequena porção bastava / de cal virgem atirada / da boca da escotilha / pra
sufocar em segundos / o ar a indisciplina.”⁵⁶⁶

Daí a comparação dessa travessia com a escravidão. A única diferença é que os que iam nessa altura tinham pequenos privilégios que, antes, os outros não tinham tido. Continuam a partir, como já referimos, amontoados nos porões, sem colchões ou travesseiros, mas com o “privilégio” de terem uma esteira, cobertor, um prato e uma colher e irem desacorrentados. No entanto, não deixa de ser uma readaptação da escravatura, em pleno século XX:

“Hoje partem também, / sem colchões, sem travesseiros, / amontoados nos
porões / que os roceiros afretam, / no entanto com algum / conforto que não
havia / nas naus de antigamente. // E gozam o privilégio / que a lei generosa
estipula: / uma esteira e cobertor, / um prato e uma colher. // Embora sem mais
nudez, / sem mais correntes nos pés, / mesmo assim, na fantasia / da minha
imaginação, / por momentos me parece / que são ainda os mesmos / viajantes de
antigamente / que ressurgiram agora / no século prodigioso / da televisão, dos
satélites, / da Soemi e do átomo.”⁵⁶⁷

Por essas razões, o poeta reivindicou a escrita de um romance com a incumbência de relatar a vivência dos seus irmãos nessas roças, porque na poesia ele já a estava a fazê-lo:

“Romance das roças / das ilhas famigeradas / e opulentas do cacau, /
alguém o escreverá / pra contar a história, / antiga dos serviçais. // Romance das
roças / audaz intérprete / de guardadas queixas / e raivas concentradas, / brado
de algum dia, / amargurado e hostil, / clamor de algum dia, / [...] // Romance
das roças, / destemor de algum dia, / dedo em riste, apontando, / solene e
acusador!”⁵⁶⁸

Esse poema de cariz panfletário e revolucionário é dos mais testamentários e reivindicativos de Jorge Barbosa. Nele notamos a sua faceta mobilizadora, embora não a tenha assumido. Para desgraça desses homens e mulheres, os poetas eram os únicos que se preocupavam com eles. Já os representantes da SOEMI limitavam-se, apenas, a angariar os trabalhadores e a calcular a percentagem que iam arrecadar por cada pessoa. Refira-se também que por vezes levavam mulheres grávidas. Muitas crianças acabavam por nascer

⁵⁶⁶ *Idem*, p. 402- 403.

⁵⁶⁷ *Idem*, p. 403.

⁵⁶⁸ *Idem*, pp. 404 - 405.

durante a travessia. O poeta comparou esses nascimentos a uma missão dada por Deus a essas mulheres, que consistia em fornecerem trabalhadores às roças santomenses, pois sem essa mão-de-obra não seriam possíveis colheitas, exportações, fortuna, economia dos governadores e a vida luxuosa dos roceiros em Lisboa:

“Serviçal, uma escala / acima do escravo, / refugio de um povo, / ninguém afinal. // Lembrado apenas no inútil canto / e na recalçada / revolta dos poetas / da nossa terra. [...] // Para cada inscrição / para cada faina nas roças / tens a cotação fixada / nas contas da Soemi. // Em moedas o prémio / dos grandes dispersos / e atentos pelas ilhas. // Cinquenta de selos / cobrados para o erário, / cento e cinquenta ainda / para os fundos da Assistência [...] // Mulheres grávidas também / há na leva dos que seguem / na rota de são Tomé. / E acontecem partos por vezes / no reduzido espaço / da enfermaria de bordo. [...] // Colheitas, exportações, / tesouro, economia, / Governador, Curadoria, / sem eles o que seriam? // Vida larga e palacetes / dos roceiros em Lisboa, / sem eles o que seriam? [...]”⁵⁶⁹

As dificuldades desses trabalhadores foram diminuídas graças à interferência da ONU. No entanto, os encarregados e governadores continuaram a aplicar-lhes estalos e palmatoadas, como forma de lhes ditar a ordem:

“Por causa da Onu / agora é brandura / paternal e prudente: / o bofetão isolado, / a palmatoada contada / e pouco mais que se diga / Assim se acata a ordem / e o prestígio se impõe / dos capatazes e senhores / administradores das roças”.⁵⁷⁰

Pode ver-se também a censura à crença de que os negros e brancos são irmãos. Essa era, segundo o próprio, uma asserção que tinha como objectivo ludibriar os africanos, que, no entanto, sempre tinham desconfiado dela. Aliás, segundo o seu testemunho, os pretos eram desconsiderados e desvalorizados. Em S. Tomé, tudo era complicado e difícil, desde a lei do indigenato, aos castigos infligidos às pessoas, até à chuva que era constante e abundante. Já em Cabo Verde, os seus “irmãos” sentiam-se cidadãos, ao encontrarem-se inscritos nos cadernos eleitorais:

“A oficializada legenda / impressa e proclamada / com citação em discursos / de flamante retórica / e firme patriotismo, / a oficializada legenda / pretos e brancos são todos / irmãos e portugueses, / foi boato que circulou / pelos recantos do Império / mas em que nunca ninguém / jamais acreditou. // A vida, a lei, as pessoas / são mais severas e hostis. / A chuva cerrada e contínua, /

⁵⁶⁹ *Idem*, pp. 407- 409.

⁵⁷⁰ *Idem*, pp. 409 - 410.

meses inteiros caindo, / em nossa terra não há, / [...] // Se alguma falta cometem, / se alguma roça se queixa / e ela mesma não castiga, / o que resulta no mínimo / são as palmatoadas contadas / na rígida Curadoria. // Mas aqui se consideram / homens e cidadãos / com bilhetes de identidade / e os nomes inscritos / nos cadernos eleitorais. // [...] // Terra longe e sombria, / tudo ali é diferente / e a lei para eles / é a lei do indiginato / que em nossas terras não temos.”⁵⁷¹

São, portanto, situações que fazem parte de uma história comum aos dois países, que se sentiam obrigados a aplaudir António de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano. O segundo, referido pelo autor como mestre em Direito, terá exaltado a virtude do cabo-verdiano em saber esperar. Dá testemunho ainda da sua importância na administração ultramarina:

“Salazar aclamado! // Professor Marcelo Caetano / Mestre insigne de Direito / e cidadão prestigiado, / que um dia dissestes / que esperar é uma / virtude cabo-verdiana / (5 séculos rolando / e nós ainda esperando!) // Ministro do Ultramar, / guardião vigilante / da nossa colorida / e dispersa comunidade, / de cuja inteligência / vontade e assinatura / dependem a felicidade / e o futuro destas ilhas!”⁵⁷²

Sem inibição da sua leitura política dos factos, reclamou maior intervenção e coragem dos deputados da província na luta pela melhoria de condições de vida dos serviçais que trabalhavam em S. Tomé:

“[...] // Ministros, Deputados / Governadores, Corifeus / da União Nacional, / que muito podeis / e mandais em Portugal / daquém e dalém mar, / - apelamos por vós, por vossa consciência / por vossa coragem! // Pulverizai finalmente / o poderio dos roceiros, / dai sorte mais justa, / dai vida mais digna / ao serviçal cabo-verdiano / nas roças equatoriais // [...]”⁵⁷³

Em suma, o cabo-verdiano emigrava para fugir à vida miserável que levava nas ilhas, mas aquilo que encontrava era outra vida de sofrimento. Foram classificados como serviçais humildes, e ficavam com pernas, braços e mãos endurecidos de tanto trabalhar. As colheitas eram transportadas, por eles, na cabeça, aos ombros e às costas. Assim, devido aos maus tratos e à saudade acabavam por regressar para o arquipélago em piores condições do que aquelas em que tinham partido e com problemas físicos. Muitos deles

⁵⁷¹ *Idem*, pp. 410 - 411.

⁵⁷² *Idem*, p. 412.

⁵⁷³ *Idem*, p. 413.

regressavam com filhos e com alguns utensílios caseiros. Também regressavam fracos, doentes e com pouco dinheiro no bolso, em consequência de uma partida que tinha sido influenciada pela ânsia gorada de conhecer novos horizontes:

“Serviçais humílimos, / pernas e braços / e mãos endurecidas / para o afã das colheitas, / cabeças, ombros e costas / adestrados e prontos / para o transporte dos frutos. // [...] // Voltam nos mesmos porões / que os havia levado / e trazem mais filhos ainda, / misturados com as malas, / caixas, sacos, pilões, / trastes da sua miséria, / sua bagagem possível // Chegam débeis e doentes / com malária e ancilostomíase / e alguns centos de escudos / que em poucos dias se gastam / na alegria da chegada. // [...] // Dramático dilema / das ilhas cabo-verdianas: / espaços e distâncias / de sobra para todos / mas onde todos juntos / somos demais para vivermos!”⁵⁷⁴

Em 1952, Jorge Barbosa também testemunhou a ida de trabalhadores cabo-verdianos para Angola⁵⁷⁵, no navio *Lugela*. Segundo o próprio, nessa altura, saíram do arquipélago centenas de homens, mulheres e crianças rumo a Angola, com a esperança de encontrarem uma realidade diferente da de Cabo Verde. Cantavam a morna durante essa longa viagem para o desconhecido, onde a fé em Deus era a única certeza que tinham:

“Segue no *Lugela* outra leva de serviçais, rumando Angola. São algumas centenas de homens, mulheres e crianças, os que vão agora por esses cruzamentos do mundo, em busca do pão e do sustento.

Que surpresas e que perigos, que pesares e que alegria, irão encontrar? Seja como for, todos aqueles corações, batendo de saudade por tanta coisa ficando atraz [sic] – até quando? – todos aqueles corações levam a esperança confiante que nunca abandona a nossa gente.

Mesmo nas suas horas mais negras, mesmo nas suas misérias mais duras, os homens do povo da nossa terra não perdem a graça de Deus.

É por isto que sabem contar e sabem bailar.

Estou a vê-los e a senti-los, aglomerados no convez [sic] de *Lugela*, cantando as nossas mornas, ao som dos violões, nas longas noutes da viagem.

Boa sorte meus amigos.”⁵⁷⁶

⁵⁷⁴ *Idem*, p. 413-415.

⁵⁷⁵ O contrato era de três anos. Os homens recebiam 150\$00 por mês, as mulheres 70\$00, os rapazes de 14 a 18 anos: 60\$00 e as raparigas de 14 a 18 anos: 60\$00 escudos por mês.

⁵⁷⁶ BARBOSA, Jorge, “Crônicas de S. Vicente: serviçais”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3. n.º 33 (1 Jun. 1952), p. 27.

Partiam mesmo desconhecendo a realidade que iam encontrar, deixando muitas saudades nos seus familiares e amigos, o que aduzia mais um elemento ao clima pessimista que se vivia nas ilhas. Pode ler-se em “102 Mil Contos”:

“É que estávamos já quase habituados ao pessimismo e havíamos já quase aprendido a filosofia do fatalismo com as nossas crises, com a pobreza do povo, com a incerteza das chuvas e com a fuga de uma parte da nossa gente para Angola.”⁵⁷⁷

III. 3.10. Prostituição

A temática da prostituição é um outro vestígio do quotidiano das ilhas que Jorge Barbosa procurou denunciar.

As sociedades e respectivas culturas exibem frequentemente imagens femininas marcadas por dois tipos de mulheres: mães-esposas e mulheres de vida “fácil”. O caso cabo-verdiano não é excepção. No dia-a-dia, uma jovem que namore muito ou que seja frequentadora assídua de festas e bailes ao redor da sua casa, corre o risco de ser difamada, chegando, por vezes, a ser comparada a uma prostituta.

Muitas jovens cabo-verdianas, sonhadoras, ambiciosas e ingénuas, devido à sua imaturidade, ao deixarem-se levar por falsas promessas de amor, convertem-se em vítimas, causando-lhes exclusão social, numa sociedade por muitos considerada machista. A moça passa a ser difamada como sendo “libertina”, o que a impede de receber qualquer pedido de namoro sério. Luís Manuel de Sousa Peixeira considera que:

“O casamento significa, ao mesmo tempo, um sacramento e um “rito de passagem” que marca uma mudança irreversível na vida de cada indivíduo. [...] Ao assumir-se como instituição, reveste-se de preconceitos, entre os quais, o da “posse” e o da virgindade.”⁵⁷⁸

É possível constatar um diálogo constante entre filhas e mães, numa reflexão sobre as boas condutas, com consequência em algumas proibições de idas aos bailes populares, por estimularem o contacto entre os corpos. Por outro lado, a mentalidade de dominante patriarcal cabo-verdiana excluía os grupos que eram considerados amorais na sociedade,

⁵⁷⁷ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: 102 mil contos”, p. 2.

⁵⁷⁸ PEIXEIRA, Luís Manuel de Sousa, *Da mestiçagem à Caboverdianidade: registo de uma sociocultura*, Lisboa, Edições Colibri, Junho 203, p. 107.

caso das prostitutas e dos homossexuais. Nessa óptica, a literatura produzida em Cabo Verde, apresentou a mulher fundamentalmente sob três pontos de vista: a que emigrava e trabalhava dignamente; a que de forma corajosa procurava lutar contra a seca, sendo boa mãe e um pólo de auxílio ao marido na realização das tarefas, e a que se prostituía no Mindelo, Dakar, Senegal.

Nesse sentido, estando a prostituição presente no quotidiano cabo-verdiano, Jorge Barbosa abordou-a na sua escrita e apresentou-a como sendo o destino das jovens que por força de problemas sociais, não conseguiam manter-se nos padrões de conduta esperados.

No poema “Moça Velha”, Jorge Barbosa testemunha a vida amoral de uma moça, pobre e humilde, sem um fio de ouro no pescoço, que projecta o sonho de ir a um baile de carnaval. O poeta insinua que conseguirá o seu vestuário através da prostituição e, em consequência dessa vida, terá muitos filhos, sem que haja um pai que os assuma. Esse testemunho inicia-se de forma desesperada e evolui para uma situação de esperança:

“Faz-me pena o teu ar humilde de pobre moça, / com esse pobre vestido de chita surrada, / sem um fio doirado de pôr ao pescoço.../ E adivinho-te o sonho de ires ao baile carnavalesco / que há brevemente no Grupo Flor do mar, / vestida de rainha, / com botinas cor de prata, / uma coroa de sete estrela ... / A túnica de lantejoulas brilhando / com o luar nas águas da baía ... // [...] / Minha pretinha / um moço virá / que te dará o vestido de rainha... // E serás a mais linda do baile carnavalesco! // Minha preta velha, // Deus aliviará mais tarde as dores das tuas varizes...”⁵⁷⁹

O tom de orientação quase paternal empregue pelo autor mostra a sua preocupação com o destino da jovem e com os seus futuros filhos. Ela deixou de cuidar das regras morais da família, exemplificando assim uma visão estereotipada e machista na representação das prostitutas e das causas que as levaram a seguir esse caminho. A sua vida num país com uma situação dramática e desesperante, obrigava-a a vender-se como forma de sobrevivência. Não havendo outras opções, acabavam por ser vítimas do seu destino. Consideradas “meretrizes da cidade portuária” prostituíam-se a bordo dos barcos que aportavam na ilha de S. Vicente e na Rua de Lisboa onde, de roupa apertada e seios à mostra andavam num vai-vem constante à procura de clientes.

Nem todas as pessoas desconfiavam delas. Por vezes procuravam disfarçar para que algumas pessoas não percebessem. Elas iniciavam essa vida ainda cedo, razão pela qual o

⁵⁷⁹ BARBOSA, Jorge, “Moça Velha”, in *Obra Poética*, pp. 68-69.

poeta pergunta onde estão as suas “bonecas feitas de trapos vestidas de cores luzidas”. Muito provavelmente nem todas as tinham tido, mas mostravam um jeito pueril ao vaguearem pela cidade à procura de clientes, com um sorriso de ternura e profissional:

“Jovens meretrizes / da cidade portuária / passais com o vosso / passo marchando / como se fosseis / quase a bailar / ao som de um tambor / com as vossas / saias ao alto / as pernas ao léu / a cinta apertada / a blusa cortada / ao longo das espáduas. // Passais e vibrais / os seios incipientes / as coxas esguias / e ágeis de poldra. / [...] / No giro que dais / por aí apurastes / o composto sorriso / profissional. Entretanto ainda / no sorriso flutua / uma infantil / ternura que não podeis esconder”⁵⁸⁰

Essa actividade permitia-lhes contactar com pessoas de várias nacionalidades, o que lhes facilitava a aprendizagem de várias línguas e o conhecimento de diferentes tipos de moedas. Também ouviam falar de diferentes países e passavam a conhecer os dias e os horários em que os barcos estrangeiros entravam na cidade, guardando na memória imagens de marinheiros de todas as raças e cores:

“Meninas políglotas / dos bordéis / soubestes ali / palavras e pragas / na voz estrangeira / dos marinheiros. // Não nos enganeis / no câmbio e nas contas / das moedas que tomais / em troca do amor. // Aprendestes uma / geografia sumária / nos nomes das nações / dos vapores em trânsito. / Tendes na memória / histórias e tatuagens / e imagens de tantos / estranhos marinheiros / de raças e cores / e portos distantes. / [...]”⁵⁸¹

Essa profissão expunha-as ao risco de serem infectadas por diferentes tipos de doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis, e de terem filhos com homens de vários países que nunca mais voltariam a ver:

“Guardais lembranças/ da escala dos navios: / retratos infecções / cicatrizes e até / às vezes um filho...”⁵⁸²

Muitos desses homens eram chineses, afro-americanos, holandeses, e deixaram a sua marca na sociedade cabo-verdiana, conforme se lê no poema “Ilhas”:

“Todos passaram / – Chineses, Negros, Americanos, Holandeses – / Todos passaram / e deixaram, / por acaso, / a sua raça no ventre das meretrizes do porto.”⁵⁸³

⁵⁸⁰ BARBOSA, Jorge, “Meninas Portuárias”, in *Obra Poética*, pp. 250-251.

⁵⁸¹ *Idem*, p. 252.

⁵⁸² *Idem*, *ibidem*.

Essas mesmas meninas “políglotas dos bordéis” eram submetidas a um jugo moral social e exibidas como exemplos didáticos, através da exaltação de ensinamentos de regras de conduta, de padrões morais da sociedade, ou de papéis sociais femininos idealizados. Por mais engajado que o poeta estivesse na denúncia da condição social dessas prostitutas e das suas carências económicas, ele não deixa de considerar a posição da sociedade ao rejeitá-las. Aquando da morte de prostitutas, apenas as suas colegas de profissão iam aos enterros, feitos sem a presença de um padre. O autor, no entanto, é o único que sente ternura por elas:

“Meninas repudiadas / ninguém se aproxima / de vós nos caminhos /
Repudiadas mesmo / na morte quando morre / alguma de vós / só vão as vossas
/ tristes companheiras / ao enterro sem padre. // Meninas das longas / noites
insones / de orgias e rixas / jovens meretrizes da cidade portuária / eu não sei
porque / será ternura / que sinto por vós!”⁵⁸⁴

Encontramos a temática da prostituição (principalmente a infantil) em outros poemas de análise social, embora nem sempre essa ideia esteja explícita, como por exemplo em “Momento Suburbano”, “Menina”, “Destino Ignorado”. No poema “Menina”, dá-se testemunho da entrega da menina ainda muito jovem e que depressa se transforma numa profissional do sexo. Reivindica-se ajuda para as raparigas das ilhas perante o perigo de perderem os valores sociais, ao envolverem-se nomeadamente com tripulantes dos barcos que atracavam no porto do Mindelo. Num dos exemplos, embora muito jovem, a menina vendia o seu corpo, dando prazer aos seus clientes, mas não o sentia ela própria. Por vezes, esse acto era realizado sob o efeito do álcool.

“Meninas dos seios / ainda sem forma, / bem cedo tornada // menina
mulher. // [...] / São vozes marítimas / chegando de longe. // Desceram no porto
/ ressoam nas sujas / e quatro paredes / de qualquer prostíbulo. // Menina bem
cedo / menina mulher / que dá e não sente / o prazer que dá.”⁵⁸⁵

Lamenta-se a situação dessa menina que se viu obrigada a entrar nessa vida e que depressa deixou de ter uma vida de criança para passar a ganhar algum dinheiro com o seu corpo e conseguir o seu sustento. Tinha uma vida miserável, e se teve alguma boneca, muito provavelmente, tinha sido de trapo:

⁵⁸³ BARBOSA, Jorge, “Ilhas”, in *op. cit.*, p. 37.

⁵⁸⁴ BARBOSA, Jorge, “Meninas Portuárias”, in *op. cit.*, pp. 252-253.

⁵⁸⁵ BARBOSA, Jorge, “Menina”, in *Obra Poética*, pp. 280-281.

“Olhos já afeitos / aos quadros da vida / com tantas misérias. / Mas olhos às vezes (mesmo / assim profundos, / por causa dos sonhos / que às vezes persistem / flutuando lá dentro. // [...] // Bonecas se as houve, / pobrinhas bonecas / de trapos e contas, / tão breve ficaram / num canto esquecidas.”⁵⁸⁶

Devido a essa condição, as meninas prostitutas deixavam de brincar, e muitas não foram à escola, perdendo a oportunidade de se alfabetizar. Por isso, Jorge Barbosa, reclama socorro para as pobres raparigas do arquipélago:

“Menina refugo, / jamais foi sentada / num banco escolar, / mas já habitual / presença nos bancos / das enfermarias. // Menina, refugo, / jamais soletrou / em livro nenhum, / nem nesse oficial / que um dia lhe deram / da sua matrícula / na escola do vício. // [...] // S. R.! / A. B.C.! / S.O.S.! / para / as meninas pobres / destas nossas ilhas!”⁵⁸⁷

No poema “O Destino Ignorado” deparamo-nos com a história de uma “menina que lia romances” todos os dias à tarde, ao pé da sua casa, e que só erguia a cabeça para contemplar o horizonte. Sentira a necessidade de fugir ao flagelo das ilhas e, estava fora delas, em parte incerta; o poeta não chega a apontar que se anda a prostituir, mas deixa de algum modo transparecer a ideia, ao questionar a “juventude do seu corpo”, dando a ideia de que a poderá ter perdido na Argentina, em Bissau ou em Dakar:

“[...] / Que é feito do seu destino / e da juventude do seu corpo? // Que é feito da menina que lia romances? / Talvez na Argentina... / Talvez em Bissau... / Talvez em Dakar... // Que é feito dela? [...]”⁵⁸⁸

Não conseguindo precisar o destino seguido pela rapariga, sobre quem chegou a escrever alguns poemas, menciona esse tópico, numa clara alusão também à sua primeira fase poética, considerada a sua fase romântica:

“Que é feito daquela a quem eu fiz / os meus versos românticos, / os meus sonetos bem medidos / com rimas melhores que escolhia / no “Dicionário de Rimas” / e depois copiava no meu caderno de capa de cartão vermelho?”⁵⁸⁹

⁵⁸⁶ *Idem*, 281.

⁵⁸⁷ *Idem*, pp. 281-282.

⁵⁸⁸ BARBOSA, Jorge, “O Destino Ignorado”, in *Obra Poética*, pp. 74-75.

⁵⁸⁹ *Idem*, p. 74.

Em “Rua Morta”, um meio pequeno, isso já não acontece porque conseguiu vê-la abraçado a um soldado ao fundo de uma rua: “No escuro da esquina / adivinho / um soldado / abraçado / a uma mulher”⁵⁹⁰; do mesmo modo, no poema “Nocturno Antigo da Rua Lisboa” dá-nos a conhecer a rapariga que costuma prostituir-se à noite:

“Depois da meia-noite / de algures por instante /apressada surgia / a retardatária menina / companheira das noites / secretas da cidade. // Diluída na penumbra / ia oculta e subtil / e tímida fugia / ao vulto do polícia.”⁵⁹¹

III. 3.11. Problemática da Insularidade

O arquipélago de Cabo Verde é caracterizado por uma insularidade geográfica, histórica, cultural e económica que influi na produção artística, literária e musical local. Dessa forma, os cabo-verdianos detêm particularidades que os identificam e distinguem de outras sociedades, conferindo aos seus habitantes atributos próprios, de matriz doméstica, mas também identificáveis na diáspora. Segunda Elsa dos Santos:

“Como é evidente, existe uma arte insular, no sentido de que os artistas nascidos em pedaços de terra perdidos no mar imenso têm uma maneira especial, que influencia as suas obras. A sensação de isolamento, os navios que trazem notícias dos continentes distantes e partem levando uma parte do sonho dos adolescentes, a vida *concêntrica*, circulando, em geral, sempre em volta dos mesmos interesses e das mesmas pessoas mais representativas, tudo isto dá ao homem das ilhas uma psicologia própria.”⁵⁹²

É comum, por exemplo, a comunidade cabo-verdiana que se encontra na diáspora organizar-se preservando os hábitos e as tradições do país, o que explica a existência de muitas associações que permitem o contacto com a sua cultura. Não existe em Cabo Verde uma uniformidade, devido à separação das ilhas, à especificidade da sua colonização e à existência de deficientes meios de comunicação entre elas. Porém, o arquipélago é reconhecido pela sua língua crioula, pela sua música, pela sua culinária, pelo grogue, entre outros factores de coesão. Assim, João Lopes Filho considera que:

“No caso de Cabo Verde, a insularidade fomenta um diversificado leque de motivações e multiplica, através do arquipélago, valores regionais a vários patamares da expressão cultural, mas a generalidade de muitos dos

⁵⁹⁰BARBOSA, Jorge, “Rua Morta”, in *Obra Poética*, pp. 64.

⁵⁹¹BARBOSA, Jorge, “Nocturno Antigo da Rua Lisboa”, in *op. cit.*, p. 275.

⁵⁹²SANTOS, Elsa Rodrigues dos, *As Máscaras Poéticas*, p. 220.

condicionalismos locais unifica-os, ao mesmo tempo, num sentimento da partilha comum do mesmo futuro e com fidelidade à sua “Identidade Cultural”.⁵⁹³

A insularidade manifesta-se no comportamento dos seus habitantes de duas formas: de um lado circunscreve a vida e o convívio local e de outro enquadra o desejo constante de se viajar, conforme referiu Gabriel Mariano:

“De dois modos se me afigura revelar-se a incidência da insularidade no comportamento do homem caboverdeano: de um lado, determinados aspectos predominantemente serenos – o convívio local, com a sua desconcertante familiaridade de contactos; uma especial inclinação para a serenidade repousante ou para a boémia pachorrenta. Do outro lado, surge a insularidade como limitação de estímulos e, por conseguinte, (parece paradoxal, mas não é) como uma situação que provoca o desejo ou a necessidade de travar relações novas, tornando misterioso aquilo que está fora do alcance do imediato das nossas mãos; sobrestimando estilos e valores exóticos; conduzindo, enfim, ao arregalar de olhos para o pormenor e à acuidade auditiva do ruído.”⁵⁹⁴

São esses dois comportamentos que nos fazem destacar na obra de Jorge Barbosa a temática da insularidade, visto que encontramos nela dois tipos de mar. O primeiro é inimigo, cerca as ilhas, como se fossem grades. Simboliza rotina, tristeza e condiciona a psicologia local. O segundo, considerado favorável, liberta o povo e permite-lhe adquirir o seu sustento. Dina Salústio entende que a insularidade simboliza a tentativa de Jorge Barbosa de dela se vingar.

“Tentando perceber nessa leitura o sentimento que nos faz olhar o longínquo e o sorriso distante, já cheguei a pensar que o recurso à insularidade poderia ser uma forma do escritor se vingar dela, que ousou marcá-lo, roubando-lhe, inclusivamente, os espaços abertos reais que proporcionariam outras vidas, outros meios, outros estilos. De facto, abrindo em público as dores, as frustrações dos ilhéus; gritando a raiva do povo traído, abandonado no meio da vida; eu penso que é vingança do poeta-ilhéu-escritor culpabilizar ou, pelo menos, apontar o culpado da situação existente. Mesmo que ao diabo se chame belo. Mas por tudo que se possa dizer, sem dúvida nenhuma, há uma relação de amor entre o ilhéu-escritor-poeta e o cenário que ele percorre.”⁵⁹⁵

⁵⁹³FILHO LOPES, João, *Defesa do Património Sócio-Cultural*, p. 37.

⁵⁹⁴MARIANO, Gabriel (pref. de Alberto Carvalho), *Cultura Caboverdeana: ensaios*, Lisboa, Vega, 1991, pp. 143-144.

⁵⁹⁵SALÚSTIO, Dina, “Insularidade na Literatura Cabo-verdiana”, in VEIGA, Manuel (coord.), *Cabo Verde: insularidade*, pp. 34-35.

Assim, convivendo com o cerco do mar à semelhança dos seus “irmãos anónimos”, o autor explora a realidade física e geográfica das ilhas:

“E esta incapacidade de escolha, vai-se juntar a uma série de outras mais, como o ter de conviver com um espaço sempre igual e parado, “rochedo que encalhou na baía”, forçando a necessidade de explorar até à exaustão o realismo do cenário evolvente com os seus variados contornos e roupagens. Mas realismo para o ilhéu é o que ele vê, o que projecta e o que fantasia nos cheiros do mar que o isola do resto do mundo, e em espasmo de angústia ou em tons de inconcebível alegria, curte a espera, e em atitude quase mítica entrega-se desarmado e só à insularidade, relação e sentimentos, que constituem um autêntico maná, matéria prima para a escrita. Utilização que de forma nenhuma faz diminuir o impacto da criatividade, antes justifica a violenta e desassombrada entrega ao temário.”⁵⁹⁶

Este tópico foi muito perscrutado pelo autor, o que nos faz deparar com um espaço fechado, estagnado, imóvel, rodeado pelo mar, limitando movimentações, dando a ideia de um cativo, fazendo Jorge Barbosa referir que no arquipélago nada acontece, a não ser as secas e as desgraças de sempre, e que tudo chega atrasado, apesar de a rádio amenizar as distâncias, como na crónica “Nada Aqui Acontece”:

“Nós aqui vivemos no fim do mundo. A não serem as secas e as mais os nossos dramas de sempre, nada aqui acontece.

Tudo vem atrasado, as modas, a música, os livros, as cartas dos amigos. Apesar da rádio encurtar as distâncias, pouco ouvimos as suas novidades. Já lá vai o tempo em que às horas certas dos noticiários e fados da Emissora Nacional, dos comentários da BBC, dos sambas desses muitos PR que há pelo Brasil, a burguesia das nossas cidades e das nossas vilas se concentrava, ávida de sensações, à roda dos aparelhos. [...]

Não há dúvida que nós vivemos no fim do mundo. Nada aqui acontece. Nem aparece por este nosso céu um disco voador ao menos, desses que dizem vir de outros planetas e são coisa hoje tão corriqueira pelos céus da terra. Será que já não temos céu? Ou que lá nos outros planetas não sabem do nosso pobre recanto? E como poderiam saber de nós se este em que vivemos não sabe de nós?”⁵⁹⁷

Habitar num país circundado pelo mar, onde nada ocorre, restringe pois os seus ocupantes a um quotidiano enfadonho e estimula-os a uma partida idealizada com o propósito de adquirirem novas experiências e de amenizarem as suas dificuldades

⁵⁹⁶ *Idem*, p. 34.

⁵⁹⁷ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: nada aqui acontece”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 38 (1 Nov. 1952), pp. 21-22.

económicas. Nesses países há sempre novidades, desde descarrilamento de comboios às notícias de crianças prodígio:

“Lá por outras terras há sempre algo de novo: descarrilamentos (nós aqui não temos comboios); desastres de automóveis (os desastres de viação aqui são raros, graças a Deus, sem nada espectacular); nascem crianças aos pares, três de cada vez, quatro, cinco (a mulher caboverdeana raras vezes ultrapassa a casa dos gémeos).

Por falar de crianças, há também por lá crianças prodígios que regem orquestras, guiam aviões e resolvem cálculos transcendentais de matemática (as nossas, mais modestas, não sabem fazer nada disso; muitas mesmo mal têm tempo para serem crianças porque depressa são obrigadas a viver a vida das pessoas crescidas, agenciando por si o pão do dia).”⁵⁹⁸

Essas experiências são contadas aos que não conseguiram sair das ilhas, exemplificados pela personagem Ti Lopes que, mesmo depois de ter regressado do estrangeiro, se manteve atento à política internacional, através de jornais que recebia de alguns familiares que residiam na América, da rádio que ouvia na casa do vizinho, acto típico do quotidiano das ilhas. Conversava com o autor sobre assuntos do quotidiano, como a bomba atómica, o hidrogénio, a guerra da Correia, a espionagem, a Rússia, o Stalin, além da sua experiência de marinheiro, de que por vezes se recusava a falar:

“O meu amigo Ti Lopes (o nome é inventado) é pessoa que andou já por muitas terras de além mar e tem, portanto, coisas várias a contar das suas viagens e das suas aventuras.

Considera-se, apesar dos 70 anos ainda rijos, *um reformado da vida*, isto apenas por causa da perna claudicante (foi naquela noute tempestuosa a bordo do «Asiatic»...) que lhe é agora estorvo na continuação das suas andanças pelo mundo. [...].

Costumo conversar com Ti Lopes e os grandes acontecimentos mundiais vêm então à baila. Bomba atómica, de hidrogénio, guerra da Correia, a espionagem, a Rússia, Staline, são assuntos favoritos quando Ti Lopes não se encontra na disposição de acrescentar mais um capítulo às suas próprias histórias de velho marinheiro, que um dia hei-de de recontrar.”⁵⁹⁹

Nem sempre se adquiriam essas experiências porque o mar inimigo estava sempre vivo e sempre presente, vigiando e forçando os cabo-verdianos a manterem-se presos na sua ilha e no seu país, fazendo as mesmas coisas, vendo as mesmas pessoas, as mesmas

⁵⁹⁸ *Idem, ibidem.*

⁵⁹⁹ BARBOSA, Jorge, “Crónica de S. Vicente: Ti Lopes”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 43 (1 Abr. 1953), p. 12.

montanhas, excepto quando chegava um barco com *mantenha* externa, quebrando a monotonia diária. Por isso, considera que o mar por vezes traz aos habitantes das ilhas a aflição e a tragédia; em “O Caboverdeano e o Mar”:

“Apesar das nossas cantigas, das nossas danças, do nosso espírito folgazão e tagarela, do nosso optimismo de sempre, nem é fácil, nem é feliz, a vida nestas ilhas.

Não duram muito os nossos momentos de alegria, nem são longas as horas da nossa tranquilidade. Se não é a estiagem, com as suas terríveis consequências de amarguras e de êxodo para São Tomé, é o mar que nos traz a aflição e a tragédia.

Povo ilhéu, de navegadores por isso mesmo, os caminhos marítimos são também os da nossa vida.”⁶⁰⁰

Nesse sentido, compara o arquipélago a uma prisão/cadeia/cárcere, visto que além de ser um espaço pequeno, o mar separa e condiciona os contactos entre as ilhas e com o resto do mundo; no poema “Prisão” tudo é visto com um ar de amargura e de sofrimento. Assim, num primeiro momento, o sujeito poético faz-nos uma configuração mais genérica para depois nos conceder uma notação mais específica:

“Pobre do que ficou na cadeia, / de olhar resignado, / a ver das grades quem passa na rua! // Pobre de mim que fiquei detido também / na Ilha tão desolada rodeada do Mar! ... // as grades também da minha prisão”⁶⁰¹

O poeta, movido pela experiência de viver num meio insular, marcado por grandes dramas, vê o mar como a “grade” que o prende na terra, símbolo de prisão, angustiando o seu quotidiano, dada a sua incapacidade de o transpor. Desse modo, em “Poema do Mar”, ficamos com a noção do mar-desgraça e do mar-cativeiro, devido à sua presença assídua na vida dos cabo-verdianos e às desgraças que lhes causa:

“O drama do Mar, /o desassossego do Mar, / sempre / sempre / dentro de nós! // O Mar! / cercando / prendendo as nossas Ilhas, / desgastando as rochas das nossas Ilhas! // Deixando o esmalte do seu salitre nas faces dos pescadores, / roncando nas areias das nossas praias, / batendo a sua voz de encontro aos montes, / baloiçando os barquinhos de pau que vão por estas costas... // O Mar! / pondo rezas nos lábios, / deixando nos olhos dos que ficaram / a nostalgia resignada de países distantes [...]”⁶⁰²

⁶⁰⁰ BARBOSA, Jorge, “Crónica de S. Vicente: o caboverdeano e o mar”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 46 (1 Jul. 1953), p. 6.

⁶⁰¹ BARBOSA, Jorge, “Prisão”, in *Obra Poética*, p. 89.

⁶⁰² BARBOSA, Jorge, “Poema do Mar”, in *op. cit.*, pp. 72-73.

O verso “O Mar”, presente em todas as estrofes do texto, dá-nos a ideia do ritmo das suas próprias ondas. Ele é o elemento onnipresente que condiciona toda a vida no arquipélago, surgindo como um assombro que aprisiona e isola as ilhas e os ilhéus, e que desgasta as rochas como se os quisesse engolir. Procura-se assim assinalar alguns traços da personalidade colectiva, construídos através de um íntimo e intenso contacto com o mar. Esse é o mar que faz com que os cabo-verdianos se afoguem ao procurarem escapar-se das ilhas, questão patente em “Você, Brasil”, onde o autor indica uma dissemelhança entre o povo cabo-verdiano e o brasileiro:

“Mas há uma diferença no entanto: / é que os seus *retirantes* / têm léguas sem conta para fugir dos flagelos, / ao passo que aqui nem chega a haver os que fogem / porque seria para se afogarem no mar...”⁶⁰³

Realça ainda a problemática da insularidade, ao considerar o Brasil um “mundão” e Cabo Verde apenas “dez ilhas perdidas no Atlântico, / sem nenhuma importância no mapa.”⁶⁰⁴ O alerta do afogamento, um dos dramas causados pelo mar, é dado, segundo o autor, pelo ecoar do alarme, anunciando um provável acidente dos botes que, por vezes, com auxílio divino, caminham em direcção a África ou são socorridos a caminho do Brasil. No entanto, muitos desaparecem, como podemos verificar no seguinte extracto da crónica acima referida:

“De vez em quando ressoa o alarme pelas ilhas. É um desses nossos barquitos de pau, frágeis, mas valentes e decididos, que pela demora em chegar ao porto do destino se supõe já perdido por sobre a imensidade do oceano. Porém, na verdade, com a ajuda de Deus, após dias angustiosos e infundáveis, de fome e de sede, a aumentar o desespero da navegação sem rumo, à mercê dos ventos e das ondas, lá vai ter algures, quase sempre, sem mastros, sem velas, à África vizinha, ou é socorrido, a caminho forçado do Brasil, por algum vapor providencial.

Mesmo assim, nessas viagens habituais pelo arquipélago e pela costa africana, não foram poucos os navios caboverdeanos que para sempre desapareceram, nem foram poucos também os que nessas rotas da América ficaram sepultados, não se sabe em que profundezas do mar.”⁶⁰⁵

A ideia do cerco do mar e a de consequente prisão encontra-se, ainda, no poema “O Pássaro Fechado”, em que além de nos depararmos com uma insularidade física também

⁶⁰³ BARBOSA, Jorge, “Você, Brasil”, in *op. cit.*, p. 136.

⁶⁰⁴ *Idem*, p. 57.

⁶⁰⁵ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: o caboverdeano e o mar”, p. 6.

encontramos uma insularidade psicológica, justificada pela presença de uma série de elementos, tais como *fechado*, *pássaro*, *asas* e *voo*. Eles consolidam a imagem de um encarcerado que, estando preso, ambiciona voar, em busca de autonomia e do que se encontra no além:

“Eu trago dentro de mim um pássaro fechado ... / Bate asas, – quer voar! –, em ânsias desmedidas ... / Bem o sinto no peito, ardente, alucinado, / Num gigantesco arfar de ondas enfurecidas. // Bem sinto no meu peito a sua vida inquieta; / Do seu desejo de ir o anseio insatisfeito... / Eu sinto o drama seu de ter uma grilheta / Que o não deixa sair do fundo do meu peito! / ... / Decorre o meu viver num desassossegado / Percurso, num febril, num doido tumultuar, / - Porque trago no peito um pássaro fechado, / Que não posso matar, que não posso soltar.”⁶⁰⁶

A vivência do sujeito poético é incômoda, daí a necessidade do imaginário, que por vezes não chega para resolver o seu problema existencial, motivo que o faz sentir-se atraído pelo real, nomeadamente o que extravasa as fronteiras das ilhas. Assim sendo, há um antagonismo entre prisão e liberdade, amparada pelo seu desassossego; carregando “no peito um pássaro fechado”, sente que não pode matá-lo, nem soltá-lo. Daí Elsa Rodrigues dos Santos ter considerado que:

“A dicotomia de sentimentos (prisão / liberdade) que corresponde às oposições espaciais (aqui/além; fechado/aberto; ou antes, ilha/mar longismo) traduz a consciência da insularidade, intelectualizada pela própria poesia.”⁶⁰⁷

Dada a limitação do espaço, o poeta/o cabo-verdiano vive num espaço estigmatizado pela monotonia, onde tudo decorre de forma invariavelmente constante e reiterada; veja-se o poema “Dia”, dedicado a Filinto de Meneses:

“Oito horas. // Começou assim o dia / burocrático/ – irremediável. / Cifras caindo / arrumadas / sobre o livro aberto. // Dentro da baía / o pequeno veleiro / bordejando. // Meio-dia. // Tem doze anos apenas / a pretinha que vende bolos / ali à esquina sorrindo. / Finalmente fundeu o pequeno veleiro. // Dezassete horas. // A tarde parada / a tarde morrendo. // O pequeno veleiro / balouçando. // Meia-noute. // e esta ilusão de que a luzita do veleiro / acena por mim / no meio do escuro da baía. // Debruço-me / sonolento / sobre o meu poema. // Acabou assim o dia / – irremediável.”⁶⁰⁸

⁶⁰⁶ BARBOSA, Jorge, “O Pássaro Fechado”, in *Obra Poética*, p. 329.

⁶⁰⁷ SANTOS, Elsa Rodrigues dos, *As Máscaras Poéticas*, p. 60.

⁶⁰⁸ BARBOSA, Jorge, “Dia”, in *Obra Poética*, pp. 115-116.

O dia inicia-se às “Oito horas”, de modo “burocrático” e “irremediável”, porque não existem alternativas para quebrar a rotina diária. Além do “pequeno veleiro” que fundeou na “baía”, só se presencia a “pretinha” de “doze anos” a vender bolos. Portanto, a “baía” motiva a divagação. A entrada desse veleiro é o responsável pelo desanuviamiento de um espaço marcado pela imobilidade, como um relógio parado. O tempo assume primazia porque, ao ser irregular, define a disposição do poeta perante um labor sempre igual. No entanto, a sensação de que se alterou faz suspirar de alívio, daí que mesmo encontrando-se no escuro vê o aceno da luz do veleiro, simbolizando a mudança. Essa monotonia é por outro lado quebrada com acontecimentos vindos do exterior, como se verifica no poema “Ilha”:

“Quando o barco alemão vem à ilha carregar sal / há um sobressalto de contentamento / na gente que fica a ver de terra. / [...] / Compram-se a bordo novidades / ouvem-se notícias de longe... / bebe-se / cerveja gelada.../.”⁶⁰⁹

Com a sua partida, o povo prossegue a rotina diária. À noite as pessoas reúnem-se para falar dos acontecimentos do dia. Na inexistência de outros temas, retomam-se os velhos assuntos, nomeadamente a ida de uma mulher para o Congo Belga:

“O barco parte depois / e a Povoação resignada / retoma a monotonia habitual... / à noitinha / à hora tagarela de em seguida ao jantar / os homens reúnem-se na rua principal / comentando as ocorrências do dia. // Vem então à baila aquela passageira de boca pintada / que seguia para o Congo Belga... / E da evocação da mulher estrangeira / ficou um sonho parado / em cada um”⁶¹⁰

Uma vez enquadrada a percepção da pequenez do arquipélago, Jorge Barbosa dá-nos a ideia de uma insularidade histórica e geográfica. Assim, no poema “Panorama”, como referimos anteriormente, menciona que quando os descobridores chegaram, se depararam apenas com “Praias desertas”.⁶¹¹ Já do ponto de vista geográfico, o poeta vê as ilhas como “Ilhas perdidas / no meio do mar, / esquecidas / num canto do mundo.”⁶¹² Sendo a insularidade uma presença constante na sua poesia, encontramos-a, igualmente, no poema “Momento”, em que prevalece a ideia de encarceração:

“Quem aqui não sentiu / esta nossa / fininha melancolia? // [...] // Esta nossa / fininha melancolia / que vem não sei de onde. / Um pouco talvez / das

⁶⁰⁹ BARBOSA, Jorge, “Ilha”, in *op. cit.*, p. 56.

⁶¹⁰ *Idem*, p. 56.

⁶¹¹ BARBOSA, Jorge, “Panorama”, in *op. cit.*, p. 35.

⁶¹² *Idem, ibidem*.

horas solitárias / passando sobre a ilha / ou da música / do mar defronte /
entoando / uma canção rumorosa / musicada com os ecos do mundo. // [...] //
Melancolia que não existe quase / porque é um instante apenas / um momento
qualquer.”⁶¹³

A tristeza que muitas vezes se entranha nos cabo-verdianos, advirá, segundo o autor, “das horas solitárias / passando sobre a ilha / ou da música / do mar defronte / entoando / uma canção rumorosa / musicada com os ecos do mundo.”⁶¹⁴ Nessa perspectiva, o desejo da aventura resulta de um outro tipo de mar. Trata-se do mar amigo que faz Jorge Barbosa ter contacto com “os ecos” do exterior. Esse mar já não é o inimigo que prende, desgasta as rochas, que afoga, mas sim o que amplia sonhos, embora reprima desejos, porque “não se cala em nós”⁶¹⁵; “O Mar”: “Ai o mar / que nos dilata sonhos e nos sufoca desejos!”⁶¹⁶

A temática da insularidade é também exposta de forma subentendida no poema “Nocturno”, onde o autor refere a expressão “Pequena ilha” e nos revela o seu descontentamento com a luz produzida, por projectar “sombras pesadas”:

“Mortiça luz / do candeeiro a petróleo / pondo sombras pesadas / nos
cantos da sala. // Pequena ilha / noute longa / noute longa! // Lá fora o vento /
assobiando nas frestas / das portas e das janelas / desvairada canção. // Pequena
ilha / noute longa / noute longa / [...]”⁶¹⁷

Em suma, o cerco do mar, a insularidade e outros dramas do quotidiano apresentados, fazem com que o arquipélago seja visto como uma prisão, uma realidade de algum modo emblemática da consciência colectiva cabo-verdiana. No entanto, o mar, embora cercando as ilhas, desperta a vontade de conhecer novos mundos e de procurar novas formas de sobrevivência, porque é ele que “insinua / horizontes para lá / do nosso isolamento!”⁶¹⁸ O mesmo mar “sufoca”, prende os cabo-verdianos às ilhas, e permite a chegada e a partida de barcos e, segundo Dina Salústio, “nos leva aos portos dos outros, à cultura dos outros, à terra dos outros, às línguas dos outros, às riquezas dos outros, aos sonhos dos outros. O mesmo mar que

⁶¹³ BARBOSA, Jorge, “Momento”, in *op. cit.*, 103-104.

⁶¹⁴ *Idem, ibidem.*

⁶¹⁵ BARBOSA, Jorge, “O Mar”, in *Obra Poética*, pp. 47.

⁶¹⁶ *Idem, ibidem.*

⁶¹⁷ BARBOSA, Jorge, “Nocturno”, in *op. cit.*, p. 114.

⁶¹⁸ BARBOSA, Jorge, “O Mar”, in *op. cit.*, p. 47.

nos traz, geralmente, à nossa mesma praia, definitivamente sozinhos.”⁶¹⁹ É esse mar que faz o autor e os cabo-verdianos projectarem viagens imaginárias.

III. 3.12. Património Cultural

Cabo Verde apresenta uma enorme diversidade de manifestações culturais que vão desde as festas de romarias até às festas pagãs. Essas manifestações estão assentes em valores que se desenvolveram ao longo dos anos de acordo com o meio natural, expressos sobretudo na música, nas festas populares, na culinária, na gastronomia, na dança e na arte.

Sendo a cultura um conjunto de costumes, de instituições e de obras que constituem a herança de uma comunidade ou grupo de comunidades, Jorge Barbosa também deu testemunho de alguns aspectos culturais cabo-verdianos na sua obra. João Lopes Filho entende que:

“A defesa e valorização da sua “cultura” tornarão o cabo-verdiano cada vez mais apto, não apenas para entender o mundo real em que vive, mas também, a encontrar-se com o seu passado e a identificar-se, voluntariamente, com as suas raízes.

Daí que preservar o que herdou dos antepassados e aumentar o “Património Nacional”, a partir do que for dinamizado (fazendo o presente evoluir em direcção ao futuro), sejam aspectos importantes a ter em conta na reafirmação da “Identidade cultural cabo-verdiana.”⁶²⁰

Nesse sentido, Jorge Barbosa valorizou algumas revelações culturais representativas da voz colectiva cabo-verdiana, como a literatura, bailes e festas de romarias onde se dançavam a morna, o Colá São João, a cantiga de “finançon”⁶²¹, o batuque (típico da ilha de Santiago)⁶²², a contradança (típica da ilha de Santo Antão)⁶²³,

⁶¹⁹SALÚSTIO, Dina, “Insularidade na Literatura Cabo-verdiana”, in VEIGA, Manuel (coord.), *Cabo Verde: insularidade*, p. 42.

⁶²⁰LOPES FILHO, João, *Defesa do Património Socio-cultural*, p. 47.

⁶²¹Finançon é uma melopeia que consiste num encadeamento de provérbios ou assuntos do quotidiano, declamados, com influxos vocais, no ritmo do batuque, quase improvisados no momento e normalmente cantado por uma mulher.

⁶²²Batuque, típico da ilha de Santiago, é executado num ritmo de tipo binário mas de divisão ternária, marcado pela percussão das *tchabetas* acompanhadas pela cimboa monocórdica, às quais se juntam o canto e a dança.

⁶²³Contradança, com o compasso 2/4 para 6/8 foi, provavelmente, introduzido no arquipélago pelos franceses.

entre outros ritmos, dançados nas festas realizadas aos fins-de-semana e nas festas profanas e sagradas.

O São João é celebrado no dia 24 de Junho. Integrado nas festas juninas, é uma das principais festas populares nas ilhas de Barlavento: Santo Antão, S. Vicente e S. Nicolau e na Brava (Sotavento). Engloba um conjunto diversificado de actividades: missa, comida, bebidas, colá, corrida de cavalo acompanhada de tambores e apitos. O acto de colá é feito aos pares, em movimento de recuo e aproximação tocando-se mutuamente com a parte superior da coxa, conforme testemunhou Jorge Barbosa no poema “Tambores de São João”, dedicado ao engenheiro Humberto Fonseca:

“Tropel de cavalos velozes / que fogem em pânico / ao longo de
planícies ressequidas // rebombos / de nuvens tempestuosas // [...] // são afinal /
os tambores de São João / que seguem pela estrada / a caminho / da Ribeira do
Julião. // Vai o povo também / vai atrás a dançar / a dança alucinada / do choque
/ violento dos abdómens // entre apitos / gritos / e delírios / ao compasso da
toada apressada / e guerreira dos tambores. // [...] // Tambores de São João /
tambores de São / João tambores / de São João / tambores / de São / João.”⁶²⁴

O poeta também abordou a morna na sua escrita. Trata-se do género musical que reproduz de forma mais evidente a alma e o lirismo dos cabo-verdianos. Permite cantar as temáticas da melancolia, da ironia, do amor, da saudade, do isolamento, da fé, do afecto. Há nela o predomínio do que na linguagem da terra se chama *crecheu*, que designa aquela pessoa que nós amamos e aqueles que também nos amam e encontra-se retratada com maior frequência nas mornas de temática amorosa, como se nota na “Força de Crecheu” de Eugénio Tavares:

“Ca tem nada na es bida / Más grande que amor. / Se Deus ca tem
medida, / Amor inda é maior... / Amor inda é maior, / Maior que mar, que céu:
/ Mas, entre otos crecheu, / De meu inda é maior. // Crecheu más sabe, / É quel
que é de meu: / El é que é chabe / que abrim nha céu... / Crecheu mas sabe / É
quel / que q’rem... / Se já’n perdel, / Morte já bem ... / Ó força de crecheu, /
Abri’n nha asa em flor! / Dixa’n alcança céu / Pa’n bá pedil semente / De amor
como es de meu, / Pa’n bem da todo gente / Pa todo conché céu!”⁶²⁵

⁶²⁴BARBOSA, Jorge, “Tambores de S. João”, in *Obra Poética*, p. 263-267.

⁶²⁵TAVARES, Eugénio, *Mornas: cantigas crioulas*, Lisboa, J. Rodrigues & Cia, 1932, pp. 27-28.

A importância que Eugénio Tavares⁶²⁶ conquistou no panorama cultural cabo-verdiano fez Jorge Barbosa evocá-lo num artigo intitulado “Eugénio: tópicos para uma monografia”. Na descrição apresentada pelo autor, Eugénio Tavares surge como alguém que costumava apresentar uma aparência descuidada. No entanto, a sua escrita fê-lo ser um dos grandes representantes do cabo-verdianismo. Nesse sentido, somos remetidos para a leitura da sua obra, que deixou dispersa em jornais, para as mornas que ouvimos e dançamos, visto que mostram o amor ao seu país e à sua terra natal, ilha da Brava. Como é habitual na cultura cabo-verdiana, Eugénio Tavares, um homem culto e polemista, era padrinho de muitas crianças da Brava para quem, por vezes, compunha algumas mornas de improviso:

“[...] Vejo-o fotografado na retina do meu pensamento: - o corpo já a querer alquebrar, a indumentária descuidada, o cabelo mal penteado, como se o sopro de uma aragem o descompusesse ... Os seus olhos, os olhos seus vivos, de criança de Poeta, estão em frente dos meus, a boca, levemente contorcionada, no geito [sic] de ir conversar, parece que vai reatar alguma palestra que qualquer incidente houvesse cortado...

Ninguém como Ele foi tão expressivo como tipo de uma raça, ninguém como Eugénio viveu tão intensamente pela sua terra. Ninguém pode medir-se com Ele no grau atingido de *caboverdeanismo*.

É ver na obra que deixou, dispersa pelos jornais, pelos panfletos pelas mornas que cantamos e dançamos, a sua adoração à terra de Cabo Verde, o seu amor devotado à gente patriciã, amor sempre sincero e forte, fotografado no estilo másculo do polemista, cantado no verso crioulo do trovador, nas horas de romantismo, aquele romantismo que, sem ter a pieguice chroramingas, possuía, entanto, a suavidade lírica cheia do encantamento. Era sobretudo a Brava, era o povo da Brava, a sua grande dedicação. Com os filhos do povo, grande parte deles compadres e afilhados do Poeta, se acamaradava, cultivando-lhes as qualidades inatas de bondade falando-lhes à alma ingénua. Com eles ia para as festas, improvisando-lhes as mornas e os descantes de uma beleza difícil de atingir, brindando-lhes nas bodas e nos aniversários, dançando nos seus bailes, comendo às suas mesas.⁶²⁷

O seu amor à terra estava muito presente, visto que abordou a natureza, as flores da Brava, que nasciam e cresciam de forma espontânea, as cultivadas pelas famílias nos seus jardins; o clima; o ar pedregoso dos vales; o conflito psicológico dos apaixonados; o drama sentimental dos emigrantes; a saudade; a mulher da Brava; a camponesa descalça que saía

⁶²⁶Para o autor a canção “Brada-Maria”, originária da ilha da Boa Vista, é a morna mais antiga de Cabo Verde.

⁶²⁷BARBOSA, Jorge, “Eugénio: tópicos de uma monografia”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 1, n.º 6 (31 Mai. 1931), p. 2.

da montanha para ir receber notícias vindas da América. Temáticas afinal que o fizeram ser adorado:

“O seu amor à ilha natal chegava a ser idolatria, um sentimento exaltado e profundo. Toda ela viveu nos versos de Eugénio: a Natureza acidentada e fértil, as flores que nascem espontâneas pelos caminhos e pelas encostas, e as que mãos cuidadosas cultivam nos jardins, o aroma que a deslocação do ar volatiliza, o clima bemdito [*sic*], as cumeadas dos montes aneladas de névoa, e o fundo pedregoso dos vales, o conflito psicológico dos passionais, o drama sentimental dos emigrantes que em terra distante contam os dias para o regresso à ilha-berço...

Não foi somente um amoroso do torrão; que o foi também da mulher bravense; e isso, ainda, era uma maneira de mais adorar a Brava... A mocidade inteira, passou a o Poeta a amar, com ímpeto, com escândalo por vezes ... Mesmo na velhice, – uma velhice que a morte cortou no começo – não deixou Eugénio de amar nem de cantar a graça saudável dessas figurinhas descalças e risonhas como a camponesa da canção, que descem lá dos altos para virem receber novas da América... É que tinha, como Poeta que era, a mocidade constantemente florida no coração, sempre frágil perante o contacto do encantadoramente feminino”.⁶²⁸

Foi ainda considerado por Jorge Barbosa um panfletário temível, que utilizava a pena para mostrar a sua voz inquieta e para reivindicar os direitos dos cabo-verdianos. As suas palavras tocavam a todos, daí que mereça ser recordado como uma lenda porque, além de ter a alma de um eleito, sofreu muitas perseguições:

“Toda a sua vida, a par do ardor amoroso, foi de combate sem tréguas, contra a prepotência e contra os próceres descaminhados da rectidão.

Panfletário temível, jamais a pena lhe fugiu à contenda. Nem o verbo eloquente se lhe empanou no meio da peleja. E vê-lo na “*Voz*”, irrequieto varrendo com a prosa contundente o terreno onde os combatentes se abalanchavam em ir-lhe ao encontro; no opúsculo, saindo à liça para pugnar por uma causa defender um direito pisado; na sátira, fisingando o adversário no flanco! Era ouvi-lo no discurso, falando aos cérebros e tocando os corações!

Foi, na justeza do termo, uma *figura caboverdiana*, daquelas que a lenda e a tradição mantêm vivas na projecção do futuro. Eugénio foi um grande, porque nunca lhe faltou a fé de um ideal e tinha a alma temperada de Eleitos, e porque sofreu imenso, sem tombar embora, a perseguição dos homens e as torturas da Vida.”⁶²⁹

⁶²⁸ *Idem, ibidem.*

⁶²⁹ *Idem, ibidem.*

Segundo Pedro da Silveira:

“Eugénio Tavares e Pedro Cardoso não foram cronologicamente, os primeiros poetas caboverdeanos a aproximarem-se da Morna. Na verdade, antes deles já o Cónego António Teixeira, que teria sido gramático de valor e defenderia a prática do ensino bilingue (crioulo e português) nas escolas do Arquipélago, compusera algumas mornas, aliás de escasso valor poético. E cita-se também o nome de Bernardo Alfama, cuja poesia desconheço. Todavia, é com Eugénio Tavares e Pedro Cardoso que a «Morna» conquista o seu lugar na literatura.”⁶³⁰

Encontramos nesse género musical todas as hipóteses de escape emotivo e todos os percursos de anseios e motivações. Como é sabido, o cabo-verdiano resultou de uma mistura de duas raças diferentes e reside num país pobre. Dessas circunstâncias emerge uma arte impregnada de melancolia e de nostalgia, assinalada por uma cadência melodiosa, lenta, mas de uma excelência inegável. Assim, a morna é uma síntese de todos os sentimentos e de todas as revelações artísticas da sociedade cabo-verdiana. Daí Jorge Barbosa ter referido que com a morna se evocam coisas distantes que deixam vestígios nostálgicos que torturam a alma de quem a canta, sente e ouve. Do poema “A Morna”, dedicado a Maria Teresa Barbosa, podemos extrair o significado desse género musical:

“Canto que evoca / coisas distantes / que só existem / além / do pensamento, / e deixam vagos instantes / de nostalgia / num impreciso tormento / dentro / das nossas almas...”⁶³¹

Ela reproduz a voz, os reflexos do subconsciente e os dramas dos pobres das ilhas:

“Morna desassossego, / voz / da nossa gente, / reflexo do subconsciente / em nós / das vagas ao longo das praias; / das aragens / que trazem um sorriso bom / às equipagens / dos barquinhos à vela / e flexibilidades graciosas / às folhagens / do milharal, / musicando rapsódicas em surdina / nos tectos das casas pobres...”⁶³²

O autor entendeu, ainda, que a morna representa a ressonância da alma cabo-verdiana, da voz do mar, da saudade das terras projectadas, do drama, da revolta, da tristeza, representando circunstâncias do quotidiano das ilhas, como se diz no poema “Irmão”:

⁶³⁰SILVEIRA, Pedro da, “Relance da Literatura Caboverdeana I”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda*, Praia, A. 5, nº 58 (1 Jul. 1954), p. 27.

⁶³¹BARBOSA, Jorge, “A Morna”, in *Obra Poética*, pp. 45.

⁶³²*Idem, ibidem.*

“A Morna ... / parece que é o eco em tua alma / da voz do Mar / e da nostalgia das terras mais ao longe / que o Mar te convida, / o eco / da voz da chuva desejada, / o eco / da voz interior de nós todos, / da voz da nossa tragédia sem eco! / A Morna ... / tem de ti e das coisas que nos rodeiam / a expressão da nossa humildade, / a expressão passiva do nosso drama, / da nossa revolta, / da nossa silenciosa revolta melancolia!”⁶³³

Segundo Manuel Ferreira, a morna

“está em todos os momentos propícios ao amor. No baile, onde adquire a plenitude da sua expressão, os namorados, embora escolhendo os pares com liberdade, na altura em que irrompem os acordes melódicos da morna, enlaçam-se ternamente, ciosamente, corpos tornados num só, levados pela dança que é verdadeiro selo de amor. E não há baile em Cabo Verde, sejam os da gente grande, no Liceu, nos clubes da sociedade, sejam os populares, os *nacionais*, que não termine com uma morna, porque só ela pode deixar em todos o gosto de uma noite vivida com alegria e amorabilidade.”⁶³⁴

A música e a dança fazem parte da realidade das ilhas, o que motivou o autor a abordar essa questão no poema “Rumores”. Nesse poema refere que a coladeira, acompanhada pelo som do tambor, é uma dança típica das festas pagãs, como de Santo António, de São João e de São Pedro. Em seu entender, ouvia-se ainda a música através das mornas tocadas e cantadas nos bailes:

“Rumores pagãos / das coladeiras de Santo António, / de São João, de São Pedro, / ao som dos tambores ...[...] / Rumores musicais / das mornas / dançadas, / das mornas / tocadas, / das mornas cantadas.”⁶³⁵

No poema “Ilhas” também se aborda a temática da morna, aludindo à dança feita pelas raparigas sensuais:

“Mornas a dançar / no corpo sensual das raparigas / nas cantigas, / na dispneia das ondas bravas [...] // O delírio do batuque no terreiro! / Vadias de Santiago / contorcionando, / espasmando / os ventres / no ritmo quente / do batuque / – essa dança ancestral!...”⁶³⁶

Essas músicas eram dançadas nos diferentes tipos de festas existentes no arquipélago. No poema “Baile”, Jorge Barbosa capta, igualmente, a realidade das ilhas. Mostra os pares

⁶³³ BARBOSA, Jorge, “Irmão”, in *Obra Poética*, p. 62.

⁶³⁴ FERREIRA, Manuel, *Morna: expressão do lirismo*, Lisboa, [s. n], 1960, p. 175.

⁶³⁵ BARBOSA, Jorge, “Rumores”, in *Obra Poética*, p. 44.

⁶³⁶ BARBOSA, Jorge, “Ilhas”, in *op. cit.*, pp. 38-39.

dançando com os pés descalços no quarto de terra batida e uma mãe encostada num “cantinho” da casa a amamentar uma criança, sendo comparada à Virgem Maria.

“No baile / A morna / Entorna / Dolências... // O rebequeiro / Compassa / A música / Batendo a planta descalça / No chão. / E os pares / Giram / Apertados / Umas contra os outros, / Levados / Na morna... // O rectângulo do quarto / É Terra / Batida / E dura, / como não vem / Nos manuais da Architectura... // A um canto, / a preta sadia / Amamenta / uma criança luzidia, / Toda nua e sorridente. / E olhando-a aumenta / O seu sorriso contente, / Num ar feliz, / Que faz lembrar / Virgem Maria / Quando / Ficava / Olhando / Cristo-Menino... // [...] / No ambiente / O cheiro / Forte // A suor, / Mais o aroma / Da aguardente... // No baile / A morna / Entorna Dolências...”⁶³⁷

Diz Manuel Ferreira:

“A rapariga sente a quentura do braço que lhe envolve a cintura e, cantando baixinho, deixa-se embalar pelo rapaz. Mas o rapaz também sente o calor que se evola do corpo morno e rijo da crioulinha. E cantando baixinho, deixa-se embalar pela rapariga. E no fundo do compasso melódico e leve da viola e do soluçar baixo do violão, a rabeca continua gemendo. Agora a morna são os pares que volteiam na sala onde se adensou o fumo do tabaco e o grogue e o amor aqueceram as almas. Mais do que dois corpos, a morna une duas almas.”⁶³⁸

Como é característico das festas, encontramos o cheiro a suor dos corpos que se movimentam numa cadência regular, intimamente colados uns aos outros, e o famoso grogue cabo-verdiano, que resulta:

“Dos trapiches / quando esmagam a cana para o grogue / com os boios pacíficos a rodar, / sempre a rodar / ao som desse canto que vem dos *currais* numa cadência estranha de nostalgia, / que deixa um arrepio a morrer no ar...”⁶³⁹

O trapiche é conhecido como moenda de cana sacarina e é proveniente do Brasil. (Existem dois tipos de trapiche tradicional: o de quatro pés com vinte e quatro peças e o de dois pés com apenas onze peças. Inicialmente era movido com a força dos escravos e mais tarde passou a ser movido por animais (bois e mulas) sendo que actualmente é movido por motores. O grogue é uma bebida branca destilada de calda fermentada. Essa calda sai do trapiche e vai para uma pipa aberta onde as leveduras desencadeiam a fermentação entre

⁶³⁷ BARBOSA, Jorge, “O Baile”, in *op. cit.*, pp. 332-333.

⁶³⁸ *Apud* FERREIRA, Manuel, *Morna: expressão*, pp. 175-176.

⁶³⁹ BARBOSA, Jorge, “Rumores”, in *Obra Poética*, p. 43.

dez a doze dias. Uma vez fermentada, está pronta para entrar no alambique para a destilação. Depois de alguns minutos, entre trinta e quarenta, de lume do cabeção do alambique, passando por um tubo de cobre mergulhado em água, começa a sair um líquido branco que vai parar ao fundo de um garrafão. Uma vez arrefecido, está pronto a ser consumido).

Jorge Barbosa afirmou, em 1934, que se pensava pouco em Cabo Verde. Do seu ponto de vista, os cabo-verdianos sofriam de um mal de pensar, que os fazia dar pouco trabalho ao raciocínio. Havia um grupo de pessoas com um elevado grau intelectual, mas faltava-lhes uma actividade produtiva constante. Diz em “Variações”, “Algumas Palavras Sobre o Nosso Problema Cultural”:

“Em nenhuma outra parte como em Cabo Verde se tem pensado tão pouco... Sofremos quasi todos de um mal de pensar que nos faz dar pouco trabalho ao raciocínio. E para essa nossa preguiça mental talvez o clima muito contribua. [...]

O que é pena é não aplicarem em actividade permanente; o que é pena é esse escol não se manifestar, se não raro, em operações de lógica e de descoberta, de modo a deixar alguma coisa de si.”⁶⁴⁰

Defendeu por isso a necessidade de esses intelectuais aparecerem e se pronunciarem sobre questões comuns, através da imprensa, de folhetos, de ensaios, de livros, de conferências, de exposições de arte, de uma interferência activa nos assuntos administrativos, da vida pública e de alguns problemas que os afectavam. Era pois necessário que acordassem e reagissem contra a inércia existente:

“O que eu queria é que o escol da nossa intelectualidade aparecesse e se pronunciasse. Que fosse e desse exemplo constante de motivos espirituais e interessantes. [...]

Mas poderia aparecer através da imprensa, em folhetos, em ensaios, em livros. Poderia aparecer por outro modo ainda: em conferencias ou exposições de arte; poderia aparecer tentando intervir efectivamente no nossos negócios administrativos, na nossa vida pública, interessando-se pelos múltiplos problemas da época.

[...]

É urgente, portanto, que a nossa mocidade intelectual acorde e reaja de facto: para viver a sua inteligência, para viver a sua força e iluminar o caminho da sua passagem.”⁶⁴¹

⁶⁴⁰ BARBOSA, Jorge, “Algumas Palavras Sobre o Nosso Problema Cultural”, in *Ressurgimento*, S. Antão, A. I, n.º 11 (1 Set., 1934), p. 5.

Nessa perspectiva de denúncia da situação literária e crítica, em 1954 lembrou que as publicações feitas no arquipélago constituíam um caso isolado, dada a pouca produtividade literária que havia, sugerindo deste modo que não havia uma literatura cabo-verdiana sobre Cabo Verde, apesar de alguns textos e autores terem conquistado admiração em terras portuguesas e brasileiras, como se nota no texto “O Ambiente Literário Cabo-verdiano e A Influência Brasileira Segundo o Poeta Jorge Barbosa”:

“– As publicações literárias de ambiente cabo-verdiano têm constituído, até agora, casos isolados. O romance “Chiquinho”, de Baltasar Lopes, os poucos volumes de poesia já editados e alguns números aparecidos das revistas “Claridade” e “Certeza”, apesar do interesse que despertaram em Portugal e no Brasil estão longe ainda de formar um seguro “conjunto” literário, com a sua fisionomia traçada, o seu sabor a ponto de partida e a sua projecção. Não temos pois, até agora, uma literatura *cabo-verdiana*.”⁶⁴²

A causa dessa pouca produtividade justificava-se pela existência de poucos poetas e prosadores, nas ilhas, devido nomeadamente à inexistência de uma revista literária. Nessa altura, a única revista que existia era o *Boletim de Cabo Verde*, um órgão de Propaganda da Província; era dirigida por Bento Levy que, embora tivesse a intenção de promover assuntos de temática geral, não descurou assuntos literários, tendo na altura dessa entrevista organizado dois concursos de contos e planeado um outro concurso de poesia, como se nota no artigo citado:

“– Presentemente parece não haver poetas e prosadores no Arquipélago. A grande maioria conserva-se num mutismo que impressiona, apesar de podermos contar com valores que muito terão a dizer-nos. A falta de uma revista é a causa do grande silêncio. A única revista que possuímos, o “Boletim de Cabo Verde”, órgão da Propaganda da Província, mantido, diga-se de passagem, pela inteligente persistência do seu director, dr. Bento Levy, destina-se como não poderia de deixar de ser, assuntos de carácter geral, se bem que não se desinteresse pelo caso literário (promoveu já dois concursos de contos e um outro, de poesia, está em vias de realização).”⁶⁴³

Ainda nessa linha de considerações, Jorge Barbosa destacou a importância da revista dirigida por Bento Levy e alertou para a necessidade de o governo português criar um outro boletim cultural, com o objectivo de agrupar os representantes da cultura do país, tendo como director Jaime de Figueiredo:

⁶⁴¹ *Idem, ibidem.*

⁶⁴² “O Ambiente Literário Cabo-verdiano e A Influência Brasileira Segundo o Poeta Jorge Barbosa”, p. 9.

⁶⁴³ *Idem*, p. 10.

“A par do “Boletim de Cabo Verde”, que leva já alguns anos de vida e cuja utilidade é para se encarecer, seria por todos os motivos proveitosa a iniciativa, por parte de Governo da Província, da publicação de um boletim essencialmente cultural destinado ao escol representativo da inteligência cabo-verdiana. Jaime de Figueiredo, pela garantia do seu talento e com a vantagem de residir na cidade da Praia, seria o homem indicado para o dirigir.”⁶⁴⁴

Sugeri também a necessidade de se criar no arquipélago um organismo que promovesse pesquisas sobre o folclore das ilhas, que recolhesse a música tradicional, que procurasse incentivar o estudo da sua história e que organizasse o arquivo nacional. Faltava também um museu, espírito de iniciativa, meios materiais para executar as suas ideias e um orçamento mais apropriado à realidade quotidiana do arquipélago:

“Não temos, em actividade, um organismo que oriente e promova pesquisas que se relacionem como o homem cabo-verdiano, impulse o estudo do nosso folclore, leve a efeito a recolha das nossas músicas mais características, procure descobrir alguma coisa da nossa pequena mas talvez interessante história (haverá ainda que ver o que resta dos nossos antigos arquivos). Falta-nos um museu, pequena réplica que fosse, do Museu do Dundo. Falta-nos, sobretudo, mais do que a boa vontade e a iniciativa, os meios materiais para fazer marchar os nossos projectos. A elasticidade do nosso orçamento é muito limitada.”⁶⁴⁵

Menciona a seguir uma antologia poética de Januário Leite editada pela Associação Académica do Mindelo que, embora não tenha aparentemente revelado os seus melhores textos, divulgou o autor e o seu sentimentalismo, muito comum à época. Trata-se de um autor que, segundo Jorge Barbosa, nada oferece de característico. No entanto, ainda segundo ele, encontramos na sua obra a inocência, o afecto e a angústia de um poeta que teve uma vida boémia e sofredora:

“[...]. Creio que houve a intenção de se fazer antologia e esta, se porventura não nos trouxe o melhor do poeta, conseguiu entretanto mostrar-nos o cantor e o seu lirismo, que era o eco afinal desse lirismo de então, todo imagens decorativas e literárias, para o qual o clima poético da época preparara e estabelecera, num ajustamento de espartilho, os moldes de expressão. [...].

Entretanto, ao lermos a sua poesia, apesar de deslocada dentro do nosso tempo, apesar do seu reduzido interesse, poesia, por isso mesmo, já sem audiência e projecção, não deixam de nos enternecer, aqui e ali, a ingenuidade e

⁶⁴⁴ *Idem, ibidem.*

⁶⁴⁵ *Idem, ibidem.*

a ternura, a discreta tristeza desse poeta que viveu a vida boémia sofredora de tantos outros poetas seus pares. [...]”⁶⁴⁶

Esta publicação foi uma das poucas que se fizeram no arquipélago nessa altura. Por isso propôs uma maior divulgação do pensamento cabo-verdiano, que se limitava sobretudo aos escritores modernos. Embora contribuíssem para a divulgação de Cabo Verde fora das ilhas, faltava-lhes uma compilação dos textos que se encontravam dispersos em jornais, em revistas, em conferências e em livros. Por essa razão, achava difícil ser-se intelectual cabo-verdiano porque ninguém se preocupava em transmitir o que se fazia de relevante, mas bastou que Gilberto Freyre escrevesse um desagradável comentário para surgir quem lho copiasse e divulgasse, como podemos ler na crónica “Registo”:

“Não são muitas, infelizmente, as expressões e as afirmações da vida e do pensamento caboverdeanos dignas de relevo. Entretanto, algumas existem e de entre elas é para se destacar a realização, ainda pequena, embora, ainda mal começada, seja, dos nossos modernos escritores, a qual mesmo assim vem contribuindo para termos algum prestígio lá fora. Digo isso tomando em conta o que a propósito já disseram de nós pessoas várias, com nome e responsabilidade dentro das esferas culturais. [...]”

Pois bastou que se lembrasse o grande sociólogo brasileiro Gilberto Freyre de proferir a nosso respeito o desagradável comentário a que atrás me refiro, para logo aparecer quem se propusesse ao trabalho de o copiar e de o por a circular.

Não pretendo tirar conclusões do caso mas apenas registá-lo.

Ser caboverdeano às vezes é um mal, porque às vezes dói.”⁶⁴⁷

Propôs ainda uma antologia da poesia cabo-verdiana. Em seu entender havia pessoas capacitadas para a organizar, nomeadamente Jaime de Figueiredo e Baltasar Lopes⁶⁴⁸. Apresentou dois modelos para a sua organização, em “Uma Antologia, ou Talvez Não”:

“De vez em quando fala-se na necessidade, senão na conveniência, de se publicar uma antologia da nossa poesia, ou, pelo menos dos nossos poetas, o que, na verdade, é algo diferente.

⁶⁴⁶BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: nota sobre Januário Leite”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 40 (1 Jan. 1953), p. 29.

⁶⁴⁷BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: registo”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 42 (1 Mar. 1953), p. 24.

⁶⁴⁸Baltasar Lopes apresentou uma antologia da prosa cabo-verdiana, intitulada *Antologia da Ficção Cabo-verdiana*, em 1960.

“Desde Eugénio, José Lopes, e Januário Leite, aos poetas que surgiram com a revista *Claridade* ou depois dela, há certamente, material com possibilidades de fornecer uma expressiva selecção de poesia.[...]

Se não nos falta, pois, material, não nos falta também quem possua a qualidade para ser o seu seleccionador e para escrever o ensaio da apresentação que, forçosamente, haveria de acompanhar uma nova antologia de poesia. Lembro os nomes de Jaime de Figueiredo, a quem, aliás, o assunto não tem deixado de merecer atenção, e de Baltasar Lopes. [...]

Não sabemos se o antologador teria ou não dificuldades na sua tarefa. Se dificuldades existem, a principal seria os nossos modernos, os que voluntariamente se votaram ao silêncio, a despejarem os recantos das gavetas. Mas consegui-lo-ia alguém de prestígio que aceitasse a responsabilidade de formar a antologia. Insistimos: um Baltasar Lopes ou um Jaime de Figueiredo, ou os dois conjuntamente. Assim, talvez assistíssemos ao ressurgimento dos nossos quase desconhecidos poetas, como o qualificado Arnaldo de Vasconcelos França, por exemplo, e como outros, cujos nomes não queremos citar para não esquecer alguém.”⁶⁴⁹

Esse projecto “antológico” foi concretizado por Jaime de Figueiredo, em 1961, sob a égide das edições Henriquinas do Achamento de Cabo Verde, ao publicar *Modernos Poetas Caboverdianos*; tratava-se de uma publicação que dava uma visão actualizada dessa literatura e dessa época, ainda pouco conhecida. Jaime de Figueiredo escolheu vinte poetas, numa selecção cronológica que abarca diversas idades e que se distribui por três grupos: o primeiro é constituído por poetas nascidos entre 1902 a 1907; o segundo pelos nascidos entre 1915 a 1920 e o terceiro pelos nascidos a partir de 1925.

O primeiro poeta apresentado é precisamente Jorge Barbosa, nascido em 1902, e o último é António Mendes Cardoso, nascido em 1936. Alguns dos autores representados participaram das actividades do grupo “Atlanta”, em 1931, cujo programa se relaciona, esteticamente, segundo Jaime de Figueiredo, “com a doutrinação da Presença”. Segundo Jaime de Figueiredo:

“No primeiro grupo com diminuta margem de idades, situam-se elementos iniciais do movimento poético daquele período, reunidos na revista “Claridade” (1936); cabem no segundo grupo os que seguidamente surgiram à roda da folha de letras “Certeza” vinda a público em 1944; finalmente, integram-se no terceiro os nomes da novíssima geração, que no “Suplemento

⁶⁴⁹BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: uma antologia, ou talvez não”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 7, n.º 76 (1 Jan. 1956), pp. 31-32.

Cultural” apareceram em 1958, ou em revistas e páginas literárias hoje se estão projectando.”⁶⁵⁰

Além dos dois nomes referidos, constam desta antologia Pedro Corsino de Azevedo; Manuel Lopes; Baltasar Lopes; Osvaldo Alcântara; António Nunes; Agualdo Fonseca; Guilherme Rocheteau; Nuno Miranda; Virgínio Nobre de Melo; Arnaldo França; Tomás Martins; Yolanda Morazzo; Ovídio Martins; Gabriel Mariano; Corsino Fortes; Jorge Pedro Barbosa; Onésimo Silveira; João Vário; António Mendes Cardoso.

III.3.13. Profissões

As profissões humildes como a dos varredores de rua, dos faroleiros, dos pescadores, das carregadeiras de peixe, dos agricultores, são citados por Jorge Barbosa. O autor apresenta no artigo “Indolência Caboverdeana”, três razões para trabalhar:

“a) o trabalho, primeiramente, é uma obrigatoriedade que a nós mesmos nos impomos: implica com a nossa sobrevivência; neste caso é luta quotidiana e surge como que em consequência de uma anátema bíblico; lá estão as clássicas frases «ganharás o pão com o suor do teu rosto», «comerás o pão que o diabo amassou», etc.;

b) o trabalho que resulta duma ambição: com ele procuramos a melhoria da nossa situação económica e financeira, e, assim, é um meio para adquirirmos, mesmo além das nossas necessidades elementares, o com que possamos tornar a vida para nós o mais confortável possível; é ambição ainda, e sobretudo, quando tem em mira a acumulação de riquezas;

c) o trabalho é sacerdócio; lembro agora a acção missionária dos que, de há séculos, com sacrifício ou não da própria vida, teimaram e teimam – e quantas vezes o conseguem! – levar aos corações mais distantes a palavra confortadora de Cristo; lembro os homens verdadeiramente abnegados, os homens de ciência e quantos outros que altruisticamente dedicam os seus esforços, as suas vigílias, a sua inteligência, ao bem da humanidade.”⁶⁵¹

Entendia que os trabalhadores do arquipélago careciam de incentivo, através de uma melhoria salarial, para extirpar alguma indolência que pudesse existir:

⁶⁵⁰FIGUEIREDO, Jaime (sel. e apr.), *Modernos Poetas Caboverdianos*, p. XVIII.

⁶⁵¹BARBOSA, Jorge, “A Indolência Caboverdeana”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda*, Praia, A. 8, n.º 88 (1 Jan. 1957), p. 10.

“Na verdade, confesso-o, parece, algumas vezes parece, que essa indolência existe, a avaliar de certos flagrantes de abandono físico e de poupança nos movimentos e nos esforços, que aqui e ali surpreendemos na população – melhor, em alguns indivíduos da população.”⁶⁵²

Admitindo tratar-se de um quotidiano pouco estimulante, Jorge Barbosa aborda e atesta a vida simples dos trabalhadores das ilhas e coloca uma série de interrogações, tendo concluído que a indolência⁶⁵³, a existir, advinha apenas da falta de estímulo:

“Posto isto, vejamos o caso do simples homem trabalhador destas ilhas. Vejamos o homem da terra, tão cheia, por vezes, de surpresas e desesperanças, o carregador, o pedreiro, etc.; Vejamos o homem dos nossos mares, o marinheiro dos nossos frágeis veleiros, o pescador, o catraeeiro do Porto Grande, etc. Qual o seu estímulo pecuniário em relação ao esforço que despendem? Não vale a pena estimar a média de tão escassos proventos. Qual a certeza do seu futuro? Um seguro social para a velhice? Um retiro para quando chegar a invalidez? [...].

Deste modo, e se de facto existisse a apregoada indolência caboverdeana, poderíamos talvez explicá-la simplesmente com a falta de estímulo, quase total, que afecta como uma fatalidade (corrigível entretanto) a vida das mais humildes classes trabalhadoras do arquipélago”⁶⁵⁴

Se havia algumas pessoas que não trabalhavam, havia outras que, com muita valentia⁶⁵⁵, buscavam o sustento para as suas famílias, caso dos agricultores, dos marinheiros, dos pescadores, das mulheres carregadeiras, como se nota na seguinte passagem:

“E essa labuta do dia a dia das mulheres do povo, percorrendo longos e duros caminhos, num vai e vem porfiado, com cargas pesadas à cabeça

⁶⁵²*Idem, ibidem.*

⁶⁵³Esse assunto suscitou muitas discussões em Cabo Verde. Assim, Alfredo Leite referiu que: “Cremos que o grande erro daqueles que nos apodam de preguiçosos está justamente, dada a vulgaridade dos seus espíritos, em não distinguirem indolência de aceitação passiva. Quem se dá ao trabalho de ensinar a gente minha patricia, de separar as suas qualidades e defeitos, desapaixonadamente, notará entre estes a ausência total da preguiça. Direi mesmo que, isolando a resignação da indolência, acharemos, no seu característico dobrar de cerviz, qualquer coisa de sólido que, paradoxalmente, o banha em perseverança e se transforma em desleixo – eis a questão – nos momentos em que dela mais havia a esperar. [...] Não! [...] Quem se devia irmanar com ele e dirigi-lo – a sociedade caboverdeana essa sim, essa é indolente. LEITE, Alfredo Duque Monteiro, “Sobre a Indolência Caboverdeana”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 12, n.º 12 (16 Mai., 1942), p. 2.

⁶⁵⁴BARBOSA, Jorge, “A Indolência Caboverdeana”, pp. 10-11.

⁶⁵⁵Nesse sentido, “verifica-se, pois, a falsidade da lenda de que o caboverdiano é indolente. Já que se prova que ele é activo, trabalhador e esforçado, a ponto de não discutir a importância do seu salário, é justo e humano, social e cristão, que seja condignamente remunerada a energia do seu rosto. “EMIGRAÇÃO E SALÁRIO”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 22, n.º 283, (10 de Nov. 1952), pp. 1-2

(produtos agrícolas, lenha, bosta até, este dejecto animal que é também combustível nos lares desamparados)?

E o trabalho das crianças? As crianças pobres também carregam, também trabalham, mais do que brincam. Só por si já é trabalho esforçado o percurso diário da infância rural caboverdeana por quilómetros multiplicados de chão áspero e abrasante, a caminho e no regresso da escola, com o estômago vazio.”⁶⁵⁶

O autor testemunha, ainda, o baixo vencimento das carregadeiras do Porto do Mindelo:

“Vejam o exemplo das carregadeiras do cais de S. Vicente, quando transportam sacos de farinha. Sacos de farinha também é um exemplo. A retribuição deste trabalho normalmente é por volume transportado. Poucos tostões, muito poucos, por cada um. E elas lá vão, num formigueiro humano, veloz e impressionante, levando o carregamento para os armazéns da Alfândega ou para os dos comerciantes. E voltam, sempre correndo, para levarem mais e mais sacos à cabeça. O estímulo da actividade que desenvolvem tão exaustivamente não será a retribuição pecuniária em si, bem irrisória, mas a possibilidade de multiplicarem os poucos tostões que recebem por cada percurso. Mesmo assim, no fim do dia fatigante, quanto teria recebido cada uma das carregadeiras?”⁶⁵⁷

Também destaca a vida dos emigrantes cabo-verdianos que trabalhavam ao leme de cargueiros, nas fornalhas dos navios, na agricultura, nos portos. Por isso, desvaloriza a ideia de que o cabo-verdiano fosse preguiçoso:

“Neste momento talvez se encontrem ao leme de algum cargueiro, enfrentando os temporais do *Gulf Stream*, ou lá bem no fundo do navio, suportando o calor infernal das fornalhas. Talvez se encontrem nos campos da Califórnia lavrando a terra fértil dos estrangeiros, quer faça sol (o sol daqueles lados é menos violento do que o nosso), quer seja inverno (mas o frio por ali é mais castigador que brisa penetrante do Alto da Cruz de Renda na ilha do Fogo). Talvez se possam ver no porto de Buenos Aires ao serviço pesado da estiva. Talvez nos deparemos com eles, aqui e ali pelo mundo, lutando pela existência, contentes também, gozadores da vida e do amor nos momentos de folga.”⁶⁵⁸

No poema “Irmão” testemunha a vida de alguns cabo-verdianos que emigram e trabalham na pesca da baleia, um trabalho que os deixa com as mãos calosas, e que os

⁶⁵⁶BARBOSA, Jorge, “A Indolência Caboverdeana”, p. 11.

⁶⁵⁷*Idem, ibidem.*

⁶⁵⁸*Idem, ibidem.*

expõe aos perigos do mar. Também há os outros que trabalham nas fornalhas dos navios, alimentando-os com carvão:

“Cruzaste Mares / na aventura da pesca da baleia, / nessas viagens para a América / de onde às vezes os navios não voltam mais. // Tens as mãos calosas de puxar / as enxárcias dos barquinhos no mar alto; / viveste horas de expectativas cruéis / na luta com as tempestades; / [...] // Sob o calor infernal das fornalhas / alimentaste de carvão as caldeiras dos vapores, / em tempo de paz / em tempo de guerra.”⁶⁵⁹

Os que permanecem no arquipélago trabalham como agricultores, cultivando os terrenos, por vezes secos, e abrindo levadas que permitem a circulação de água utilizada na irrigação das plantações:

“Em terra / nestas pobres Ilhas nossas / és o homem da enxada / abrindo levadas à água das ribeiras férteis, / cavando a terra seca / nas regiões ingratas / onde às vezes a chuva mal chega / onde às vezes a estiagem é uma aflição / e um cenário trágico de fome!”⁶⁶⁰

O poema “Varredores” dá-nos a imagem dos varredores da Câmara Municipal do Mindelo, ilha de S. Vicente e, dirigindo-se ao Presidente da Câmara, reclama o seu tratamento com dignidade. São pobres, humildes, anónimos, mas são seres humanos idênticos aos outros residentes na cidade. Demonstra essa solidariedade para com eles porque são eles que sujam as mãos para manter limpa a cidade, a troco de uma baixa remuneração:

“Senhor Presidente / da Câmara Municipal / da Ilha de S. Vicente: // Eis um relato / apenas / e eu não sei se vale / a pena escrevê-lo. // Relato nocturno / dos varredores / e varredoras / municipais. // São tão anónimos / e os mais humildes / dos vossos servidores. // [...] / Ora Senhor Presidente / talvez nunca tivésseis / falado a nenhum. // Ou talvez falareis / agora depois / deste relato // – eu não sei...”⁶⁶¹

Em “Os Faroleiros” expressa a sua solidariedade aos dignos homens dessa profissão, visto que, segundo o próprio, estes exercem-na no alto das montanhas, onde residem:

“[...] no alto dos rochedos onde moram / na sua solidão / entre o céu e o mar // horas longas dos dias / ficam imóveis a olhar/ os vapores que navegam / nos rumos da terra longe / e as aves marítimas / de voo lento e rápido mergulhos

⁶⁵⁹ BARBOSA, Jorge, “Irmão”, in *Obra Poética*, p. 61.

⁶⁶⁰ *Idem, ibidem.*

⁶⁶¹ BARBOSA, Jorge, “Varredores”, in *Obra Poética*, pp. 245-249.

// [...] / Relêem relêem / jornais atrasados / relêem já de cor / velhos almanaques / com as páginas desfeitas / pelo átrio dos seus dedos. / [...].”⁶⁶²

A transposição da realidade e da vivência do quotidiano cabo-verdiano continua em muitos outros poemas, como “Epopéia”, onde se enaltece a atitude heróica dos pescadores das ilhas que, sem condições materiais, se lançam nos botes ao mar à procura de peixe. Trata-se de um verdadeiro acto heróico. No entanto, nem todos têm essa consciência:

“Pescadores aqui / e ali pelos portos / dispersos das ilhas / tão grande é esse / vosso destemor / que tendes guardado / firme no peito! // Assim manobrais / serenos e certos / pequenos botes / corredores e frágeis. // [...] / Mas não sabeis / pescadores / o que é epopeia / esta palavra cheia / de navegações / naufrágios / batalhas / conquistas / pólvora / e heroísmos! // Pois também pescadores / epopeia é essa / batalha que travais / há tantas gerações / contra os perigos do mar / contra os perigos da vida / humilde epopeia / a vossa / mais ignorada / e inglória / de todas as epopeias! // [...]”⁶⁶³

Muitos desses “botes pequenos” e “frágeis” acabam por não regressar: “No decurso dos anos / é raro mas há / um bote qualquer / que nunca mais volta!”⁶⁶⁴, o que explica “as rezas nos lábios”⁶⁶⁵ dos seus familiares. Sendo os temporais imprevisíveis, as ventanias transportam os pequenos botes que, na maioria das vezes, não voltam mais. Isso engrandece o trabalho desses profissionais que enfrentam várias peripécias para conseguirem o sustento da sua família:

“História marítima / que os poetas ilhéus / não contaram ainda. // Pois inesperados / surgem por vezes / violentos ventos / que elevam nas parias / as ondas em arco / e as largam desfeitas / em irisadas cataratas. // [...] // Vitoriosa é a arte / inefável e atávica / dos segredos do mar / jamais aprendidos / arte guardada / tão funda na memória / e súbito surgida / na alma impávida / dos homens seremos / do leme e dos remos!”⁶⁶⁶

Entre os tripulantes dos barcos que não regressam costumam estar crianças, conforme testemunha a crónica “O Caboverdeano e o Mar”:

“Outras vezes é um bote mais que não regressou da pescaria, com seis pessoas que levava, entre elas duas ou três crianças (pais e filhos acamaradados na luta pela existência).

⁶⁶² BARBOSA, Jorge, “Os Faroleiros”, in *op. cit.*, pp. 243-244.

⁶⁶³ BARBOSA, Jorge “Epopéia”, in *op. cit.* pp. 198-200.

⁶⁶⁴ BARBOSA, Jorge, “Temores”, in *op. cit.* p. 201.

⁶⁶⁵ BARBOSA, Jorge, “Poema do Mar”, in *op. cit.*, p. 72.

⁶⁶⁶ BARBOSA, Jorge, “Temporal”, in *op. cit.* pp. 217-218.

Um bote a menos, seis vidas a menos. Mais uma crónica, de comovedora solidariedade, na nossa imprensa. Mais um comentário triste nos programas radiofónicos. Uma subscrição a mais E depois o silêncio. Eis o balanço melancólico do acontecimento!

Pois, como dizia, apesar das nossas dansas [*sic*], da nossa música, da nossa alegria, do nosso optimismo, nem é fácil nem feliz a vida nas ilhas, vivida assim na incerteza da terra com os seus frutos e na insegurança do mar com as suas promessas.”⁶⁶⁷

No poema “Pescadores da Ilha do Sal”, relembra-se o esquecimento a que esses trabalhadores estão sujeitos, e os prejuízos causados por fortes ventanias, que são obrigados a enfrentar:

“Quem sabe que existem / os pescadores / da árida ilha / do sal e do sol? // [...] // Persistem durante / dias e noites / as rajadas afiadas / dos ventos alísios. / [...] // Os pescadores / em dias seguidos / de ventania / ficam na praia / a olhar silenciosos / o mar e o céu. // [...] // Quem sabe que existem / os pescadores / da árida ilha / do sal e do sol?”⁶⁶⁸

Corajosos e desconhecidos heróis que se atiram ao mar à procura de peixe, deveriam constar por direito próprio dos manuais escolares:

“Pescadores destemidos / heróis do mar / sem hinos solenes / e medalhas no peito. // [...] // Heróis do mar / sem história nenhuma / nem lembrança qualquer / nos livros escolares. // [...]”⁶⁶⁹

Os pesquisadores que passam pelas ilhas podem e devem testemunhar a pobreza dos botes utilizados nas pescarias; veja-se em “Visitantes”:

“Vinde ver / senhores que passais / apressados pelas ilhas / – às vezes até / senhores passais / gravemente / nos nossos estudos / dos nossos problemas – / vinde ver / os pescadores / e as humildes famílias. // [...] // Vinde ver / a tanta humildade / e a ternura que há / na pobreza dos botes / quando vão para o mar. // [...] // Pescadores das ilhas / e as pobres famílias / quase ninguém / na verdade são eles / entre as mais / criaturas que há.”⁶⁷⁰

Não tendo relógio, orientam-se esses pescadores pelo sol. O meio-dia, considerado hora minguada, é distinguido pela “verruma”:

⁶⁶⁷ BARBOSA, Jorge, “Crónica de S. Vicente: o caboverdeano e o mar”, p. 6.

⁶⁶⁸ BARBOSA, Jorge, “Pescadores da Ilha do Sal”, in *op. cit.*, pp. 232-235.

⁶⁶⁹ BARBOSA, Jorge, “Heróis”, in *op. cit.*, p. 228.

⁶⁷⁰ BARBOSA, Jorge, “Visitantes”, in *op. cit.*, pp. 229-231.

“Nas aldeias de pesca / relógio não há / – essa coisa que tem / um coração escondido. // [...] // Para os pescadores / relógio entretanto / é o sol e altura / em que vai pelo céu. // A escala do tempo / é a sombra instável / das gentes e casas / no chão projectada. // À volta do meio-dia / o sol é verruma / é cansaço no fundo / dos olhos e cérebros // [...] // É a hora chamada / hora minguada / e a gente mais velha / guarda-lhe silêncio. // [...]”⁶⁷¹

Também as mulheres assumem funções sociais e económicas nas comunidades piscatórias. São elas que transportam e comercializam o peixe:

“Jovens carregadeiras / de peixe trazeis / dentro dos olhos / distâncias do mar. // Tendes nos olhos / tristezas e duas / contas no fundo / redondas e negras. // [...] // há ruídos diluídos / e sombras que rolam / pelos areais / misteriosamente... // [...] // Jovens carregadeiras / de passo ligeiro / que andais dia a dia / com cestos de peixe // [...]”⁶⁷²

Por vezes esse trabalho é executado com crianças às costas, o que as faz conviver com o cheiro de peixe desde tenra idade; “Os Meninos e As Mães”:

“Oh as mulheres / dos pescadores / as pobres mulheres / dramáticas e rudes! // Carregam os filhos / pequenos e nus / erguidos nos braços / e atados às costa // [...] // como esses que ficam / nas poças das rochas / à roda das ilhas / pela maré baixa.”⁶⁷³

No poema “Peixes”, dedicado a Sebastião Palma, Jorge Barbosa enumera os diferentes tipos de peixes capturados e comercializados nas ilhas, como o cherne; a bicuda; o badejo; a garoupa; a tainha; o bodião; a moreia; o corcovado; o pargo; a plombeta; o peixe voador; os pequenos peixes; o salmão; o linguado;

“Poetas ilhéus / cantemos poemas / aos peixes também / do mar do Arquipélago. // [...] // Cantemos os peixes / verdadeiros que existem / iguais aos que o Mestre / um dia multiplicou. // [...] // Cantemos o cherne / a bicuda o badejo / a serra a garoupa / o sargo listrado // o ilhéu esguio / a façola a tainha / o bidião para a dieta / dos doentes humildes / a cachorreta rápida / a moreia escondida / no meio das pedras / o corcovado solitário // [...] // o linguado espalmado / de olhos oblíquos / o salmonete arrastado / nas redes do isco. // [...] // Sobretudo cantemos / a albacora e as cifras / que tem a seu crédito / na nossa economia // [...] // indispensáveis / à quotidiana / aventura do amor / e da procriação.”⁶⁷⁴

⁶⁷¹ BARBOSA, Jorge, “O Tempo”, in *op. cit.*, pp. 204-206.

⁶⁷² BARBOSA, Jorge, “As Carregadeiras de Peixe”, in *op. cit.*, pp. 212-214.

⁶⁷³ BARBOSA, Jorge, “O Menino e As Mães”, in *op. cit.*, pp. 207-208.

⁶⁷⁴ BARBOSA, Jorge, “Peixes”, in *op. cit.*, pp. 236-238.

Em face das grandes dificuldades que estes trabalhadores enfrentam no seu quotidiano, Jorge Barbosa considera que não há qualquer justiça em considerá-los preguiçosos. Daí conclui que se são encontrados a repousar é simplesmente porque o merecem:

“Meus amigos se toparem com algum caboverdeano estirado à sombra de qualquer árvore frondosa, em largada soneca, não o acordem; se o virem na praia, deitado no fundo de um bote, como se se tratasse de simples rede de repouso, deixem-no em paz; se passarem por um grupo entretido em biscada barulhenta, não incomodem ninguém. São momentos de todos nós, em todas as latitudes.

Se determinado trabalho que se está executando, construção, sementeira, transporte, não dá rendimento, se o pessoal actua com certa moleza, antes de pensar na preguiça não será demais um exame de consciência no qual o factor salário entre em apreciação.”⁶⁷⁵

III. 3.14. Outras Representações do Imaginário

Iniciamos este capítulo com palavras de Alberto Carvalho:

“Por ser desejado na perspectiva de um processo de melhoria de vida económica, o lugar de emigração concebe-se, pelo menos virtualmente, como permanência temporária. Sob um tal postulado a viagem que implica não se concretiza sobre um vector simples, determinado apenas pelo sentido de “afastamento” do espaço étnico, mas como vector direccionado por sentidos opostos a partir do lugar tópico-étnico de valor centrípeto.”⁶⁷⁶

Tratando-se de uma idealização comum a todos, esta vontade faz com que muitos abandonem uma posição económica estável por uma desconhecida o que, geralmente, se transforma em arrependimento. No entanto, esse desejo muitas vezes justifica-se pelos baixos salários, pelos dramas vividos e pelas próprias limitações que a insularidade cria no imaginário nacional e local. Há ainda os que partem influenciados pelos emigrantes que ao regressarem de férias exibem dinheiro, ouro e roupas novas.

Manuel Lopes vê grande relação entre o “instinto da expansão” do cabo-verdiano e a sua condição de ilhéu. Defende em “Tomada de Vista” que uma das razões que leva “o

⁶⁷⁵BARBOSA, Jorge, “A Indolência Caboverdeana”, p. 12.

⁶⁷⁶CARVALHO, Alberto, “Evasionismo: configuração existencial da insularidade cabo-verdiana”, in CECCUCCI, Piero di, *Conscienza Nazionale Nelle Letterature Africane Di Lingua Portoghes: ati internazionale mulano 13-14 Dezembro 1993*, Roma, Bulzoni Editore, 1995, p. 13.

filho de Cabo Verde” a não se contentar com os “limites impostos pela sua terra” é a consciência da sua condição de colônia portuguesa, condição que contrasta com o nível de desenvolvimento espiritual desse povo. Assim, para o autor, a evasão é uma forma de libertação moral:

“Mas há outra razão que deveria ser dita entre parêntesis, mais delicada e restricta [sic], e já de ordem social, que o impele para fora. É um motivo experimental de libertação moral. Tendo [o cabo-verdiano] chegado a um estado de pleno desenvolvimento espiritual, a condição de colônia, que é a da sua terra cria nele uma convicção segundo a qual a acção é limitada e restringida. A sua ansiedade de partir é impulsionada em grande parte por uma espécie do que poderei chamar “libertação tabu”, (tabu no sentido de interdição). E então fora de Cabo Verde, não só no estrangeiro como na Metrópole, sente-se mais *ele mesmo*, não vê “contrariadas” suas possibilidades de realização.”⁶⁷⁷

Esses mesmos imigrantes contam histórias extraordinárias do estrangeiro, alimentado a ideia de que é tudo uma maravilha. Essas narrações vêm de amigos e familiares que, muitas vezes, encobrem a realidade. Alimentados por essa ideia de paraíso, muitos dos que saem encontram, frequentemente, condições piores do que as que tinham na sua terra natal. Jorge Barbosa referiu na crónica “O Transatlântico Vera Cruz”:

“Levou e trouxe ainda os passageiros de sempre, de todas as classes, mescla humana onde se caldearam todos os sentimentos, almas embaladas por todas as fantasias, gente para que a viagem é a eterna procura, quantas vezes insatisfeita, da variedade e do prazer, a miragem da terra longe, o impulso, a esperança de vida melhor e, também quantas vezes, a desilusão e a derrota.”⁶⁷⁸

Todos assumem o compromisso de regressar à sua terra natal, embora isso nem sempre aconteça, o que leva Alberto Carvalho a considerar que: “O “afastamento” orienta-se pelo sentido de “ida” e consequentemente, a “aproximação” pelo de “vinda” [...]”.⁶⁷⁹ Assim, segundo Manuel Lopes, o emigrante há-de regressar, como se nota na seguinte passagem:

“Há-de voltar um dia”. Daí a nostalgia. A resolução antecipada do retorno já é nostalgia em estado embrionário. A obsessão de partir, sobrepõe-se depois a obsessão de voltar, a *hantise* do regresso. A nostalgia nasce nele da resolução antecipada de voltar, tornando-se em consequência uma questão menos

⁶⁷⁷ LOPES, Manuel, “Tomada de Vista”, in FERREIRA, Manuel (org. coord. e dir.), *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 1 (Mar. 1936), p. 5.

⁶⁷⁸ BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: o transatlântico Vera Cruz”, p.11.

⁶⁷⁹ CARVALHO, Alberto, “Evasionismo: configuração existencial da insularidade cabo-verdiana”, in CECCUCCI, Piero di, *Conscienza Nazionale Nelle Letterature Africane di Lingua Portoghes: ai internazionale*, Milano, Bulzoni (13-14 Dicembre), Roma Bulzoni Editori, 1995, p. 13.

sentimental que moral, compromisso que é antecipação a uma inquietude futura, semelhante ao remorso.”⁶⁸⁰

Esses dois elementos (partida e regresso) constituem, de acordo com Alfredo Margarido,

“dois pontos extremos de uma humanidade insulada e que, não podendo agenciar o sustento no seu torrão, vive na permanente perspectiva da partida que, mesmo antes de consumada, pressupõe o regresso. Ou seja, o cabo-verdiano nunca chega a partir completamente e mesmo quando se afasta, quando se radica em outro ponto não o arquipélago, mantém os fundamentos mais típicos da sua cabo-verdianidade.”⁶⁸¹

O cabo-verdiano ao imaginar essa tão apetecida viagem projecta de imediato o seu regresso, o que o faz tentar preservar os seus traços culturais, mesmo fora do país. Se concretizar o seu sonho, sente saudades e sustenta a ideia de um regresso. Se não o concretizar, mantém no seu imaginário a saudade e a vontade de conhecer os países onde a vida é mais fácil.

Como já tivemos a oportunidade de referir, o mar assume um papel preponderante, visto que ao aprisionar os cabo-verdianos no arquipélago, aumenta a imaginação de novos mundos, onde se possa enriquecer e travar novos conhecimentos. É esse mesmo mar, definido por Gabriel Mariano como “o mar doméstico, o mar sedentário das ilhas; o mar do veleiro; o mar calmo e *pachorrento* do *corcovado*, da *plombeta*, da *bicuda*; não o mar dos esqualos vorazes”,⁶⁸² que permite a sua saída, servindo de via de transporte e entrada da tão apetecida carta, que, por vezes, traz o dinheiro da passagem de algum novo viajante.

É ainda o mar que possibilita a entrada de veleiros e de passageiros, que infelizmente partem com “um sentimento de pena”⁶⁸³, ao “ver a pobreza da terra”⁶⁸⁴ e ouvir e assistir os “Rumores de fainas marítimas / dos pescadores lançando / os botes ao mar, / dos veleiros cruzando / o arquipélago [...]”⁶⁸⁵

⁶⁸⁰ LOPES, Manuel, “Tomada de Vista”, in *Claridade*, p. 5.

⁶⁸¹ MARGARIDO, Alfredo, *Estudos Sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 403.

⁶⁸² MARIANO, Gabriel, *Uma Introdução à Poesia de Jorge Barbosa*, Praia, Minerva, 1964, p. 11.

⁶⁸³ BARBOSA, Jorge, “Poema do Mar”, in *Obra Poética*, p. 73.

⁶⁸⁴ BARBOSA, Jorge, “Paquete”, in *op. cit.*, p. 47.

⁶⁸⁵ BARBOSA, Jorge, “Rumores”, in *op. cit.* p.88.

Jorge Barbosa, como qualquer cabo-verdiano, viveu a condição de ilhéu marcado por situações de vária ordem. Houve, igualmente, com ele um conflito permanente entre a pequenez da ilha, marcada pelo sofrimento, e a imensidão do mundo, que o mar separa. Assim, ao viver numa prisão, projecta através das sua escrita algumas viagens imaginárias, num desejo evasionista, como “uma atitude intelectual compensadora do sentimento da insularidade ou a rebelião contra ele, isto é, contra um espaço sem dinâmica.”⁶⁸⁶

Por isso encontramos na sua obra uma interdependência entre um quotidiano marcado por factos reais e o imaginário, na medida em que a imaginação alimenta soluções para a realidade vivida, embora nem sempre se materialize. Assim, a sua obra tem sempre presente a questão da viagem.

O mar, como referimos anteriormente, é o responsável pela sua concretização, ao servir de via por onde passam os “barquinhos”⁶⁸⁷, no seu itinerário em direcção aos outros países. Porém nem sempre chegam aos seus destinos. Daí que quando o viajante sai das ilhas deixe saudades e “rezas nos lábios” dos familiares e amigos, visto que muitos são os “irmãos” que não regressam mais, devido às adversidades que têm de enfrentar. Encontramos, assim, um mar-obstáculo, como podemos ver no poema “Irmão”:

“Cruzaste Mares / na aventura da pesca da baleia, / nessas viagens para a América / de onde às vezes os navios não voltam mais. // [...] / Ser levado talvez um dia / na onda alta de alguma estiagem! / como um desses barquinhos nossos / que andam pelas Ilhas / e o Oceano acaba também por levar um dia! [...]”⁶⁸⁸

Os que regressam voltam gritando, principalmente da América, e originam lágrimas de felicidade nas faces de familiares e amigos, que os recebem com o estalar de foguetes. Essa felicidade demora pouco, visto que partem de novo, com o desígnio de prosperarem financeiramente. Deixam lágrimas de tristeza nas pessoas que os tinham recebido com

⁶⁸⁶BARBOSA, Jorge, “Prefácio”, in *op. cit* p. 12.

⁶⁸⁷Segundo Jorge Barbosa: “Quando penso no mar – o que às vezes acontece –, quando penso nas suas tragédias, [...]. Eles lá vão, cruzando as distâncias marítimas do arquipélago, as velas remendadas e enfundadas, o dorso reclinado, ora lutando contra as ondas encapeladas, ora vencendo a força das correntes e os ventos contrários. Ou então, lá estão parados, dia a fio, no meio do mar, prisioneiros silenciosos de longas e enervantes calmarias. Pequenos e frágeis, mas decididos e valentes, os nossos barquinhos quase não descansam. A demora nos portos tem que ser curta porque as ilhas estão sempre esperando por eles para lhes levarem ou trazerem as mercadorias. [...]. Esses nossos barquinhos têm longa história para contar. Algum dia, alguém a escreverá.” BARBOSA, Jorge, “Crónicas de S. Vicente: os nossos barquinhos”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 7, n.º 76, (1 Jan. 1956), p. 31.

⁶⁸⁸BARBOSA, Jorge, “Irmão”, in *Obra Poética*, pp. 61-63.

alegria e vão com saudades das mornas de Eugénio Tavares, como se vê no poema “Ilhas”, dedicado a Jaime de Figueiredo:

“– Seló... Seló! ... / *Americanos* que chegam... / Na balbúrdia do cais / há lágrimas de alegria, fugidios cristais / iluminando os olhos das mulheres... // foguetes / estalam no ar por toda a Brava / contagiando a harmonia / de cores / e de flores / da gracilima paisagem. // E depois... lá vão / outra vez, / tristonhos, os emigrantes... //: América! Mar largo! / Amores distantes, / saudades crioulas / das mornas de Eugénio! ...”⁶⁸⁹

Muitos dos planos de viagem do autor mantiveram-se apenas na sua imaginação. Todavia, em 1954, Jorge Barbosa realizou uma viagem a Lisboa, onde ficou cerca de dois meses, deixando o isolamento das ilhas e partindo para uma viagem muito almejada, após anos de “reclusão”. Essa estada foi vista com satisfação, tendo sido publicados alguns versos seus no “Diário de Lisboa”. No “Diário Popular” foi publicada uma entrevista que explica a evolução literária do arquipélago, e aí também revelou que estava a planear essa viagem há dezasseis anos, como se nota na seguinte passagem:

“Digo-lhe que estou a fazê-lo há 16 anos. Comecei por realizá-la um pouco na poesia, um pouco no sonho e, afinal, um navio fez o resto, uma vez que, tendo sido nomeado comissário do Governo de Cabo Verde para acompanhar emigrantes a S. Tomé, me foi possível regressar, via Lisboa. Em 30 dias, somente, não tive tempo para muitas coisas. Mas pude ver e sentir a bela cidade de Lisboa, a educação, a disciplina e o civismo do seu povo. Voltarei – sei lá! – talvez daqui a 36 anos, isto é, quando faltarem dez anos para 2.000.”⁶⁹⁰

A sua passagem pela cidade de Lisboa foi noticiada pela Rádio Jornal de Cabo Verde, onde foram destacados os vários momentos da viagem. Assim:

“Deixando o arquipélago e a sua solidão de água amargosa, na Imagem de outro poeta atlântico, Jorge Barbosa partiu para uma viagem da qual após dois meses em Lisboa, agora regressou a S. Vicente. [...]

A passagem de Jorge Barbosa pelo meio literário de Lisboa foi marcada com o interesse devido à significação da sua mensagem poética: jornais como o “Diário de Lisboa” publicaram versos seus, com referências ao alto valor que só iguala a modéstia, o “Diário Popular” inseriu uma entrevista do poeta, com interessantes afirmações sobre as circunstâncias que condicionaram a evolução da literatura cabo-verdeana, além de inequívocos testemunhos pessoais de apreço por parte de conhecidas figuras do mundo das letras.

⁶⁸⁹ BARBOSA, Jorge, “Ilhas”, in *op. cit.*, p. 40.

⁶⁹⁰ “O Ambiente Literário Cabo-verdiano e a Influência Brasileira Segundo o Poeta Jorge Barbosa”, p. 10.

O poeta voltou agora para o meio da sua terra – a nossa terra pobre, ingrata, querida.[...].”⁶⁹¹

Encontramos vestígios dessa viagem concretizada no poema “Tarde na Vila do Conde”, onde nos conta detalhes de um passeio à beira mar que fez com três poetas portugueses (José Régio, Fausto José e Amândio César):

“Eram uma tarde antiga / e um pôr-de-sol verdadeiro / ali na Vila do Conde. // [...] // Eram três poetas andando pela beira mar buscando / o refúgio por instante: / José Régio, o mais / dramático de todos, / Fausto José, do Douro / por nascimento e Poesia, / Amândio César, o mais / impetuoso de todos, / mas ali ao crepúsculo / como os outros também / esquecido e calmo. // Eram três poetas verdadeiros / e um outro, / menor e ilhéu / que o não era / mas fingindo sê-lo. // [...] // Três poetas, três nomes invocando / grandezas, guerras e domínios! / Régio – esplendores e mando, / batalhas e conquistas! / Fausto – ostentações e riquezas! / César – punhais e tirania! / [...].”⁶⁹²

A estada em Portugal vem referida também no poema “A Casa de Azulejos Castanhos”:

“Sucedo que ao cimo / da íngreme estrada / há uma casa antiga / de azulejos castanhos, / sucede que há Luís / e Maria Helena Trigueiros, / sua companheira pronta / dos bons e maus dias, / camarada gentil / dos amigos de Luís. // [...] // É na época das férias, / aí por Setembro. / A casa antiga / de azulejos castanhos / fica no cimo / da íngreme estrada / em Bom Jesus de Braga. / [...].”⁶⁹³

Por vezes a saída para terras longínquas, com que o cabo-verdiano tanto sonha, é a projecção de uma fuga idílica, sem destino certo, na qual não há concretização do sonho da viagem real. Trata-se de uma viagem ilocalizada, que representa uma *vontadi* desesperada de viajar, da qual não abdica, mas tendo presente o seu retorno às ilhas, como podemos ver no poema “Regresso”:

“Navio aonde vais? / deitado sobre o mar? // Aonde vais / levado pelo mar? // Que rumo é o teu / navio do mar largo? // Aquele país talvez / onde a

⁶⁹¹ SPENCER, Maria Helena, “RÁDIO JORNAL: uma experiência de Jorge Barbosa” (Programas organizadas por Jaime de Figueiredo), in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 6, n.º 61 (1 Out. 1954), p. 8.

⁶⁹² BARBOSA, Jorge, “Tarde Na Vila do Conde”, in *Obra Poética*, pp. 349-351.

⁶⁹³ BARBOSA, Jorge, “A Casa dos Azulejos Castanhos”, in *op. cit.*, pp. 347-348.

vida / é uma grande promessa / é um grande deslumbramento! / Leva-me contigo / navio. // Mas torna-me a trazer.”⁶⁹⁴

Assim, a partida, embora imaginária e sem destino certo, só faz sentido quando o regresso está projectado. O mesmo navio que o leva se encarrega de o trazer de volta à sua terra natal, o que é patente no poema “Serei Marinheiro”, dedicado a Daniel Filipe, onde apresenta o desejo de navegar em “rumos longínquos de todos os mares” e de regressar. O autor sonha o seu contacto com uma nova realidade e imagina-se a fazer confusão, a namorar diferentes mulheres e a fazer uma tatuagem em cada braço e no peito. São experiências que, depois, serão partilhadas com os que ficaram:

“Serei marinheiro. / Navegarei/ nos rumos longínquos/ de todos os mares.
//Em cada porto terei / uma briga e uma amante. / E em cada braço e no peito /
uma tatuagem / [...] / Mas ninguém compreenderá / que é um poeta sonhando.
// Nos intervalos curtos do regresso/ contar-vos-ei tudo que eu vi:/ a Sereia de
cabelos de ouro/ o lúgubre assombrado / sem vivalma a bordo / que navega ao
crepúsculo / em certas paragens / dos mares do sul [...].”⁶⁹⁵

Esse desejo advém da sua fantasia de conhecer “cidades” e “terras distantes” de que ouve “ecos” e “rumores”. Apesar de se realizar apenas em sonhos faz com que, aquando da saída das ilhas, represente a partida da sua terra também, simbolizada pela mala levada pelo viajante, como se nota no poema “Emigrante”:

“Quando eu puser os pés no vapor que me levará, / quando deitar os olhos
para trás / em derradeiro gesto de desprendimento, / não chorem por mim. //
Levarei numa pequena mala / entre a minha roupa amarrotada de emigrante /
todos os meus poemas / – todos os meus sonhos! // [...]”⁶⁹⁶

Note-se, no texto, que o autor, ao traçar a sua partida, projecta de imediato a hipótese de regressar. Assim, a saída e o regresso estão interligados:

“E se eu voltar / se voltar para a pobreza da nossa terra, / tal como fui, /
humilde e sem riquezas, / também não chorem por mim / não tenham pena de
mim.”⁶⁹⁷

⁶⁹⁴BARBOSA, Jorge, “Regresso”, in *op. cit.*, 122.

⁶⁹⁵BARBOSA, Jorge, “Serei Marinheiro”, in *op. cit.*, pp. 117-118.

⁶⁹⁶BARBOSA, Jorge, “Emigrante”, in *op. cit.*, p. 119.

⁶⁹⁷*Idem*, p. 119.

Se, por um lado, esse mundo exterior que “é uma grande promessa” faz o poeta sonhar em conhecer novos países e adquirir novas experiências, por outro lado, ele vê-se insatisfeito, triste, saudoso, por não realizar o seu sonho, como se pode ver no poema “Nostalgia”:

“Vejo apenas às vezes os barcos passando... / E fico por instantes /
construindo / fantasiando / cidades / terras distantes / que apenas sei existirem /
por aquilo que se diz... // Fico mais triste pensando / nessa viagem que não
fiz.”⁶⁹⁸

Essa “nostalgia” resulta do mar que “insinua / horizontes para lá / do nosso isolamento”⁶⁹⁹, deixando, por vezes, apenas o “Convite da viagem apetecida / que não se faz”⁷⁰⁰, portanto um “desejo da viagem que fica em sonhos de muita gente.”⁷⁰¹ Daí o “desespero de querer partir / e ter que ficar”⁷⁰² que originou a indecisão: querer ficar e ter que partir / querer partir e ter que ficar. Tratando-se de uma indecisão muito abordada pelos claridosos, resultou da condição psicológica do islenho que, residindo num meio insular com escassos recursos, recorre ao sonho da viagem para adquirir a sua subsistência. A chuva assume um papel preponderante, visto que se chover há comida, logo não há motivos para sair, embora haja essa vontade, como podemos verificar em Mané Quim. Trata-se de uma personagem da obra *Chuva Braba*, de Manuel Lopes que, de mala feita, desistiu de viajar para o Brasil com o seu padrinho assim que começou a chover, pronunciando as seguintes palavras:

“Não é uma pouca de água. Choveu toda a noite. Chuva braba. O
Ribeirãozinho deve estar a transbordar até o primeiro pilar, com certeza... É lá
o meu lugar agora.”⁷⁰³

Se não chover não há comida, logo tem que se partir, apesar de haver a vontade de ficar. O cabo-verdiano parte de coração partido, como se pode ver numa passagem da obra *Famintos* de Luís Romano:

“– Minha terra tem fala que está no sangue da gente: – Menino morrendo,
secura a torrar o campo, homem dando e levando de chicote, toda esta grande
estiagem, é falar que entra dentro do povo e pega para não deixar ninguém

⁶⁹⁸ BARBOSA, Jorge, “Nostalgia”, in *Obra Poética*, p. 55.

⁶⁹⁹ BARBOSA, Jorge, “O Mar”, in *op. cit.*, p. 47.

⁷⁰⁰ *Idem, ibidem.*

⁷⁰¹ BARBOSA, Jorge, “Poema do Mar”, in *Obra Poética*, p. 73.

⁷⁰² *Idem, ibidem.*

⁷⁰³ LOPES, Manuel, *Chuva Braba*, 2ª ed., Lisboa, Ulisseia, Fevereiro 1965, p. 249.

daqui. Este lugar não tem coisa nenhuma, a não ser maldade e afronta. [...] Pois, agora que eu vou embarcar é que eu sentindo saudade, pedindo, rogando para eu não deixar esta ilha. [...].

Terra tem poder que ninguém sabe onde está. Saudade é que dá cabo da criatura e marca destino de quase todo o filho daqui.”⁷⁰⁴

Esse “desespero de querer partir”, característico do poeta/cabo-verdiano, fê-lo idealizar outras encostas que se localizam no “acolá” do arquipélago:

“Para lá da encosta. // E o caminho ao sol / é pedregoso e longo. // Mais acolá. // E a jornada não acaba / nunca mais acaba. // Não é aqui ainda. // É mais além / além / da árvore ao longe. // É mais além.”⁷⁰⁵

A idealização do longe, embora ilocalizada, deriva, por vezes, da chegada de um barco ao porto:

“O paquete fundeu no porto / mas é só por momentos / porque depressa partirá outra vez. // No rosto dos passageiros talvez transpareça / o cansaço das viagens, / mas quem chega da terra sente / na gente / e nas coisas do barco / a sugestão convidativa / das perspectivas longínquas...// [...] / Eu talvez me recorde dela / mais logo também, / à hora / de ouvir na telefonia esses rumores todos / que vêm / das terras distantes...”⁷⁰⁶

Tratando-se de uma vontade que prevê a ida e um regresso, de tão imaginada, transforma-se numa monomania. Em “Rua Morta”, o poeta escuta o chamado e começa a pensar na sua partida para a terra da felicidade:

“Passou agora no céu / uma estrela cadente. // [...] // Sinto chamar / mais além / talvez por mim... / Pst!...// Esse apelo que sai da noite / não sei bem / se vem / de muito longe.../ [...] / Ouço ainda chamar timidamente / o mesmo apelo insistente...// Pssst...”⁷⁰⁷

A viagem imaginária localizada, pressupõe um ponto de chegada; o poeta enuncia os países por onde gostaria de passar ou que percorre na sua imaginação literária, como Alemanha, França, Inglaterra, Cuba, México, Argentina, Brasil, dando uma notação universal da sua escrita, embora não tenha passado do cais porque pensava no seu compromisso profissional, como podemos verificar no poema “Viagens”:

⁷⁰⁴ROMANO, Luís, *Famintos*, pp. 334.

⁷⁰⁵BARBOSA, Jorge, “Jornada”, in *Obra Poética*, p. 123.

⁷⁰⁶BARBOSA, Jorge, “Paquete”, in *op. cit.*, p. 88.

⁷⁰⁷BARBOSA, Jorge, “Rua Morta”, in *op. cit.*, pp. 64-65.

“Lembro as viagens que fazia nos paquetes da *Blue Star* / quando escalavam o porto da ilha de S. Vicente. / Eram viagens que não passavam nunca do cais / mas punham um alvoroço bem grande no meu coração. // Ora seguia rumo à Europa, / Hamburgo, Paris, Londres... / Ora para Cuba, México, Argentina... / Mas para o Rio de Janeiro é que ia sempre de preferência... // [...]. // Foi afinal o livro do ponto / onde todos os dias deixava melancolicamente / a minha assinatura e a minha renúncia, que fez com que todas as viagens / nunca passassem do cais da ilha de S. Vicente...”⁷⁰⁸

Essa visão universalista encontra-se, ainda, no poema “Boa Viagem”, dedicado ao seu amigo Gabriel Mariano, onde incentiva a partida do seu amigo e lhe pede para partilhar as suas experiências, através do envio de fotografias da Europa, África, América e Ásia:

“Vai amigo / Pressinto / já longe / a tua figura / tímida / cruzando / meridianos invisíveis / nas distâncias do tempo. // [...] // Vai amigo! / vai / agora que és jovem. // E escreve / as paisagens / as maravilhas / os amores... // Manda Fotografias / de Paris / do Congo / de Nanquim / da Estátua da Liberdade / das Pirâmides / do Danúbio / da Grande Muralha. // [...] // Manda uma também do Imperador do Japão / vestido à americana. // [...] // Boa viagem! / Boa viagem!”⁷⁰⁹

Estimula a saída do amigo enquanto jovem, dando-nos a ideia de que a projecção da viagem, como forma de adquirir novas experiências, que depois são partilhadas nos “intervalos do regresso”, se inicia muito cedo. Numa passagem da obra *Famintos* de Luís Romano, Carioca, uma personagem que trabalhava num vapor grego, conta uma das experiências por que passou:

“Eu tinha fugido para o Brasil num vapor. Quando me pegaram, no fim de três dias sem comer nem beber, tive que sair para dar fê, o capitão mandou dar-me comida e depois descer para ir trabalhar junto dos foguistas como chegador. Havia lá em baixo um alemão forte e desaforado que gostava de mandar gente para a coisa-da-mãe, sem mais nem menos. [...] Um dia o alemão chegou ao pé de mim e com uma faca raspou no meu braço para ver se a pretidão da minha pele saía como se fosse escama de peixe. Eu fiquei danado quando aquele filho-da-mãe me chamou de negro. [...]. Montei-lhe em cima e com uma pedra de carvão que Deus Nosso Senhor colocou ao pé de mim, machuquei-lhe a cabeça até fazer sangue como olho de água. [...]”⁷¹⁰

⁷⁰⁸ BARBOSA, Jorge, “Viagens”, in *op. cit.*, pp. 121.

⁷⁰⁹ BARBOSA, Jorge, “Boa Viagem”, in *op. cit.* pp. 290-293.

⁷¹⁰ ROMANO, Luís, *Famintos*, pp. 127-128.

A firmeza de andar por diferentes cidades, países e continentes, com o propósito de conhecer novos mundos e novas culturas, fê-lo conhecer “rumos longínquos / de todos os mares”⁷¹¹. Em “cada porto” terá “uma briga e uma amante”.⁷¹² São esses “rumos longínquos” que lhe permitem ver “a Sereia de cabelos de ouro / o lugre assombrado sem vivalma a bordo”⁷¹³, o que, posteriormente, será partilhado com os que permaneceram “nos intervalos curtos do regresso.”⁷¹⁴

Elsa dos Santos entende que esta aspiração à viagem define um caráter universalista:

“Há um desejo de abarcar os vários pontos do mundo, talvez pelo seu interesse quer no aspecto cultural (a Europa, com as suas capitais) quer os países da América Latina que, na década de 50, oferecem política e socialmente condições para a democratização (a Argentina peronista e, mais vincadamente, o México) ou perspectivas de revolução (Cuba). Pelo menos, a escolha destes três países, entre os vários da América, poderá fazer-nos pensar deste modo, se lembrarmos a curiosidade sempre latente do poeta, atraído pela novidade e o desconhecido. Aceitamos, porém, que o poema não passe de vagabundeio sem conotação política.”⁷¹⁵

De entre distintos pontos do mundo, manifestou maior preferência pelo Brasil, um país que, além de ter tido uma formação étnica idêntica ao arquipélago e de ter tido um papel decisivo na sua literatura, recebia muitos emigrantes cabo-verdianos. A sua admiração pelo país fundamenta-se, ainda, nos seus sambas, na cachaça, que é análoga ao grogue do arquipélago, na sua imensidão. Por isso, projectou conhecê-lo para poder testemunhar as ocorrências quotidianas, tendo destacado a sua vontade em participar num dos eventos carnavalescos. Revelou também a intenção de falar com Manuel Bandeira, de fazer uma consulta com o Dr. Jorge de Lima, ambos poetas que muito o influenciaram, como podemos ver no poema “Você, Brasil”, dedicado a Ribeiro Couto:

“Eu gosto de Você, Brasil, / porque Você é parecido com a minha terra. / Eu bem sei que Você é um mundão / e que a minha terra são / dez ilhas perdidas no Atlântico, / sem nenhuma importância no mapa. / Eu já ouvi falar das suas cidades: / A Maravilhosa do Rio de Janeiro, / São Paulo dinâmico, Pernambuco, Baía de Todos-os-Santos, / ao passo que as daqui / não passam de três pequenas cidades. // [...] // Nós também temos a nossa cachaça, / o grogue de cana que é bebida rija. / [...] // Eu gostava enfim de o conhecer mais de perto / e Você veria como sou um bom camarada. / Havia então de botar uma fala / ao poeta

⁷¹¹ BARBOSA, Jorge, “Serei Marinheiro”, in *Obra Poética*, p. 117.

⁷¹² *Idem, ibidem*.

⁷¹³ *Idem*, p. 118.

⁷¹⁴ *Idem, ibidem*.

⁷¹⁵ SANTOS, Elsa Rodrigues dos, *As Máscaras Poéticas*, p. 79.

Manuel Bandeira, / de fazer uma consulta ao Dr. Jorge de Lima / este meu
fígado tropical bastante cansado. // [...].”⁷¹⁶

É por essas razões que, no poema “Carta Para o Brasil”, ao cuidado de Gilberto Freyre, Jorge Barbosa traça uma viagem imaginária para esse país. Neste texto, o autor narra a sua entrada de modo apoteótico na baía de Guanabara e conta com uma recepção entusiástica:

“Estou a ver-me entrando no Guanabara / para essa visita finalmente / que
eu tenho há muito tempo / guardada no meu desejo! // Não sei quando será. /
Algum dia, meu Amigo, algum dia! // Quando o vapor atracar / [...] / Estou a
ver-me entrando no Guanabara / a sentir-me já / dizendo baixinho: / – abençoi-
me, Senhor! / [...].”⁷¹⁷

Também no poema “Carta Para Manuel Bandeira”, o autor expressa a sua admiração e a sua vontade em conhecer este autor. Segundo Alberto Carvalho, esse poema resulta da

“impossibilidade física do encontro directo e estimulante com os seus
confrades resta a ordem da escrita, a escrita do outro em que ele se representa, e
a sua própria escrita em que configura evadir-se para o espaço de “ele” com
forma de “tu”, num diálogo inquieto porque é essencial à sua existência de “eu”
poeta.”⁷¹⁸

No texto, Jorge Barbosa admite que leu apenas o poema “A Estrela da Manhã” e “alguns outros poemas” de Manuel Bandeira. Ele não o conhece devido à distância que separa os dois países e os seus planos de uma viagem manter-se-ão apenas na sua imaginação. Contudo, manifesta a sua disponibilidade em “procurar a Estrela da Manhã” e viajar até ao Rio de Janeiro para lha entregar e, de seguida, regressar à sua ilha. Manifestou, com essa vontade, a grande admiração pela obra de Bandeira e, de algum modo, a afiliação com o seu projecto modernista.

“Nunca li nenhum dos teus livros. / Já li apenas / a Estrela da Manhã e
alguns outros poemas teus. / Nem te conheço / porque a distância é imensa / e
os planos das minhas viagens nunca passaram / de sonhos e de versos [...]. / Eu
faria por ti qualquer coisa impossível. / Era capaz de procurar a Estrela da
Manhã / por todos os cabarés / por todos os prostíbulos. / E eu ta levaria / pura

⁷¹⁶BARBOSA, Jorge, “Você, Brasil”, in *Obra Poética*, pp. 135-137.

⁷¹⁷BARBOSA, Jorge, “Carta Para o Brasil”, in *op. cit.*, pp. 133-134..

⁷¹⁸CARVALHO, Alberto, “Evasionismo, Configuração Existencial da Insularidade Cabo-verdiana”, p. 21.

ou degradada até à última baixeza. / [...] / Depois voltaria tranquilamente para a minha ilha [...].”⁷¹⁹

Propõe-nos um jogo de ocultação desta relação com o poeta brasileiro, dizendo “nem te conheço”, mas contrastando essa afirmação com a referência a alguns elementos biográficos de Manuel Bandeira, nomeadamente a sua presença “num sanatório da Suíça”, ao tentar tratar a tuberculose e à sua morada. A partir de 1944 viveu no Edifício São Miguel, Avenida Beira Mar, n.º 409:

“Bateria de manso / à porta dos apartamentos de poeta solitário / ali na Avenida Beira Mar do Rio de Janeiro.”⁷²⁰

Não conheceu Manuel Bandeira fisicamente, mas conheceu-o através das suas publicações, e essa afinidade resulta num exercício de cumplicidades poéticas. Sabemos que trocaram correspondência, como se nota na seguinte passagem de um texto publicado na contracapa do número sete da revista *Claridade*:

“Oportunamente (se o tão desoladoramente desinteressado público do arquipélago permitir que esta revista tenha um mínimo de condições de vida e saúde) publicaremos um estudo em que será tratado o problema da existência, viabilidade e perspectivas de uma poesia caboverdiana, e nele será encarado o caso deste autêntico poeta, portador de uma rica experiência e, como dizia Manuel Bandeira em carta a Jorge Barbosa, pertencente ao número daqueles que, em “Claridade”, se têm mostrado quinhoados” de sensibilidade e técnica capazes de concorrer para o aumento do património da poesia portuguesa.”⁷²¹

A intenção de Jorge Barbosa em procurar a “Estrela da Manhã” resulta de um poema de Manuel Bandeira com o mesmo título, onde o autor pede aos seus amigos e inimigos que o ajudem a procurá-la, por desconhecer o seu paradeiro:

“Eu Quero a estrela da manhã / Onde está a estrela da manhã? / Meus amigos meus inimigos / Procurem a estrela da manhã // Ela desapareceu ia nua / Desapareceu com quem? / Procurem por toda a parte// [...]”⁷²²

⁷¹⁹BARBOSA, Jorge, “Carta Para Manuel Bandeira”, in *Obra Poética*, pp. 131-132.

⁷²⁰*Idem*, p. 132.

⁷²¹“POEMAS DE QUEM FICOU”, in FERREIRA, Manuel (org. coord. e pref.), *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 7, (Dez. 1949), p. 52.

⁷²²BANDEIRA, Manuel, “Estrela da Manhã”, in *Obras Poéticas*, 1.ª ed., Lisboa, Minerva, 1956.

Em “Palavra Profundamente”, ocorrem outras menções ao autor brasileiro e a alguns poemas dele publicados em obras diferentes: de *Libertinagem* (1930) “Vou-me Embora pra Pasárgada”, “Palinódia”, “Profundamente”; de *Carnaval* (1919): “Sonho de Uma Terça Gorda” e de *Belo Belo* (1948) “A Mário de Andrade Ausente”:

“Há uma palavra que Manuel Bandeira descobriu / um dia na Poesia / e que poeta algum poderá mais empregar / porque ele só ficou sabendo / a seu respeito exacto / e o simples segredo da sua expressão. // Palavra que não é Passárgada / não é Primavera / não é nenhuma das suas / desconcertantes fantasias de evasão lírica. // [...] // Enquanto isto / Manuel Bandeira vai passando / por nós no tempo / na sua alegria melancólica / na sua alegria de coração apertado / vai passando / na Poesia / profundamente.”⁷²³

Estes poemas de Manuel Bandeira propõem um significado original para a palavra “profundamente”. Daí Jorge Barbosa ter referido que mais nenhum poeta a deveria usar “porque ele só ficou sabendo / o seu sentido exacto / e o simples segredo da sua expressão.”⁷²⁴

A predilecção pelo Brasil ficou igualmente patente no poema “Elegia”, onde mostra o seu apreço pelo escritor Jorge de Lima, que considerava humilde e um grande poeta desse país:

“Os caminhos eram vários / da tua poesia / mas uma só convergência / adeus Jorge de Lima // poeta do meu nome / mil vezes mais poeta / na humildade e poesia / adeus Jorge de Lima // [...]// áurea estrela luzindo / era o clarão e o guia / da tua poesia / adeus Jorge de Lima // [...].”⁷²⁵

O último poema que ilustra a presença do Brasil, mais concretamente de Manuel Bandeira, na escrita de Jorge Barbosa, é “Carnaval do Rio de Janeiro”, dedicado ao seu amigo Jaime de Figueiredo. Trata-se de um texto em forma de epígrafe, onde encontramos partes de uma carta escrita ao seu amigo e em que lhe conta o contexto da sua produção. A sua imaginação fê-lo ver e sentir um momento festivo do Rio de Janeiro, em pleno Carnaval. Sentindo-se angustiado, devido à falta de livros, a sua neurastenia dá-nos a ideia de alguma debilidade física. Assim, essa viagem imaginária para o Brasil é uma forma de escapar aos seus problemas diários:

“Segunda-feira de Carnaval. Noute. Suspendo uma pacata paciência que fazia, para esquecer, a neurastenia e a falta de livros. E escrevo este poema, que

⁷²³BARBOSA, Jorge, “Palavra Profundamente”, in *Obra Poética*, pp. 301-302.

⁷²⁴*Idem*, p. 301.

⁷²⁵BARBOSA, Jorge, “Elegia”, in *Obra Poética*, p. 303.

me lembrei de te enviar. É que a tua pessoa está neste momento mais viva na minha imaginação (veio de ter estado com o Fausto, chegado hoje, a falar de ti).

Vou continuar, não sei se a paciência, se a poesia ou se a neurastenia.

A dama de copas à minha frente chama por mim. É uma triste rainha com uma rosa na mão direita.”⁷²⁶

Jorge Barbosa revela-nos o contraste entre o tempo vivido e tempo pensado. Assim, para fugir do tempo que já viveu, inventa um novo tempo onde o carnaval, símbolo cultural de um país distante do arquipélago, representa um reencontro com o “folião” que já foi. Nessa viagem imaginária, descreve detalhes de um acto festivo que muito influencia o carnaval das ilhas, principalmente o de S. Vicente:

“Carnaval do Rio de Janeiro / Eu te vejo eu te sinto // Rei Momo que eu vejo! / Grande taça do rei Momo / nas suas mãos sustida // [...] // Multidão vibrando / mascarado passando / sambando / – que eu vejo / que eu sinto / daqui de bem longe! // [...]”⁷²⁷

Em jeito de conclusão refira-se que estas viagens foram apenas projectadas e realizadas na sua imaginação poética. O desejo de viajar e de evasão, partilhado por todos os cabo-verdianos, advém de uma herança histórica, de um quotidiano monótono e sofredor. Daí o desejo, o anseio, de navegar, de partir para “os rumos longínquos”, num puro “reflexo do espelho” fantasiado dos que estão longe e que ilude os que permaneceram nas ilhas ansiando fazer essa viagem, quem sabe “na proa” de um barco, “fumando um cachimbo”.

Diríamos ainda que Onésimo Silveira perde razão quando defende que Jorge Barbosa “preocupado com uma descrição típica das realidades insulares, jamais fez senão exportar um retrato social esbatido do caboverdiano de quem, aliás, nunca ofereceu outra coisa que um enganoso e romântico estereótipo”⁷²⁸. Na verdade, ele foi um autor que incorporou todos os tipos de sonhos, de aspirações, de retratos, episódios e realidades na sua escrita. Assim, Jorge Barbosa, um poeta profundamente marcado pela história do seu povo, mergulhou nas águas mais profundas de si próprio e dos seus “irmãos anónimos”.

⁷²⁶BARBOSA, Jorge, “Carnaval do Rio de Janeiro”, in *op. cit.*, p. 345.

⁷²⁷*Idem*, pp. 345-346.

⁷²⁸SILVEIRA, Onésimo, *Consciencialização na Literatura*, p. 12.

CONCLUSÃO

Procurámos, com esta dissertação de Doutoramento, estudar o imaginário e o quotidiano cabo-verdianos na produção literária de Jorge Barbosa. Começámos por fazer um estudo histórico e literário sobre Cabo Verde, seguido da apresentação da obra do autor, com destaque para inéditos que apresentamos em primeira mão.

As ilhas de Cabo Verde foram descobertas em dois ciclos, resultantes de duas viagens diferentes feitas ao arquipélago, que se encontrava desabitado. À medida que se fazia o povoamento deu-se um progressivo processo de aculturação e de mestiçagem cultural. Dessa transplantação de povos e culturas resultou a sociedade cabo-verdiana, com uma identidade própria, marcada nomeadamente pela diferença em relação aos universos africanos vizinhos.

A convivência entre africanos e europeus, distinguidos pela origem étnica e pela posse de terra, originou uma sociedade bipartida, estando os negros demograficamente em maioria. Isso fez com que fossem deportados para as ilhas indivíduos que viviam muitas vezes à margem da lei, oriundos principalmente de Portugal, com o objectivo de evitar o aumento do número de indivíduos de raça negra, projecto que foi abandonado devido à importância que os mestiços foram conquistando com o tempo.

De entre outros factores, contribuíram para a ascensão social do mestiço o poder económico e a educação. Nesse sentido, a criação do Seminário Liceu de S. Nicolau, em 1866, e do Liceu D. Henrique, mais tarde Liceu Gil Eanes, na ilha de S. Vicente, em 1917, foi decisiva. Com modelos distintos, foram ambos importantes na formação das elites literárias cabo-verdianas, que se destacaram principalmente na literatura.

A publicação da obra *Arquipélago*, por Jorge Barbosa, em 1935, foi muito importante na mudança das práticas literárias, visto que apresentou um novo modelo de escrita, tendo suscitado a discussão sobre a consciencialização das raízes. O autor foi também decisivo para esse processo de consolidação da identidade cultural e literária do arquipélago ao publicar três artigos na revista *Ressurgimento* onde, além de criticar um tipo de escrita excessivamente preocupada com a elaboração “fraseológica”, apelou aos jovens para que se manifestassem através de publicações em jornais, revistas, livros, de modo a revigorarem os costumes e a criarem debates públicos sobre sociedade, cultura e literatura.

Contribuíram igualmente para a consciencialização acima referida algumas ocorrências do quotidiano das ilhas, nomeadamente o início da perda da importância económica do Porto Grande do Mindelo, a emigração forçada para S. Tomé e Angola, problemas como a seca, a fome, a morte, a prostituição, mas também a herança literária dos antecessores e algumas “ressonâncias” literárias exógenas, originárias de Portugal e Brasil.

É portanto nesse quadro que em 1936 é publicada a revista *Claridade*, que instaurou a modernidade literária em Cabo Verde, ao romper com uma tradição literária de certo modo distante das ilhas, passando a enfatizar o social e o real claramente localizados.

Foi dentro desta dinâmica vivencial cabo-verdiana que procurámos estudar a obra de Jorge Barbosa, tendo optado por denominar este estudo de “O Imaginário e o Quotidiano Cabo-verdianos na Produção Literária de Jorge Barbosa”. Concluímos que o autor retratou um conjunto de vestígios do dia-a-dia das ilhas, tendo ainda dado a conhecer uma visão histórica do arquipélago, desde a expansão portuguesa à formação da sociedade cabo-verdiana. Nesse sentido, podemos concluir que a sua obra é um projecto testamentário da realidade das ilhas que compreende todas as suas facetas.

Este legado fica bem patente na grande diversidade temática, estilística e histórica dos textos do autor; de entre esses textos destacamos os inéditos que incluímos em anexo, que tivemos oportunidade de coligir e aqui divulgar em primeira mão. Acreditamos ter aduzido ao conhecimento deste poeta uma faceta de proximidade com a sua terra, e foi nosso propósito valorizar a actualidade do seu pensamento e produção, não exclusivamente no domínio literário, mas também no da intervenção cívica e ética.

BIBLIOGRAFIA

1. Do Autor

1.1 Textos Poéticos

BARBOSA, Jorge, *Ambiente*, Praia, Minerva de Cabo Verde, 1941.

___, *Caderno de Um Ilhéu*, Lisboa, Agência de Ultramar, 1956.

___, *Duas Línguas, Dois Amigos: uma saudade*, (apres. de Vicente Rendall Leite), Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, 1986.

___, *Obra Poética* (org. de Arnaldo França e Elsa Rodrigues dos Santos), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

___, *Poesia Inédita e Dispersa* (pref., org. e notas de Elsa Rodrigues dos Santos), Lisboa, Linda-a-Velha, ALAC, 1993.

___, *Poemas do Livro Ambiente: para a leitura de José Osório de Oliveira e Baltazar Lopes*, Praia, J. Barbosa, 1939.

1.2. Poemas Consultados em Publicações Periódicas

___, “A Quem Ficou Sem Par”, in *Presença: folha de arte e crítica*, Coimbra, N.º 35 (Mar.-Mai. 1932), p. 3.

___, “Banquete”, in *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 6 (Jul. 1948), pp. 10-11.

___, “Boa Viagem”, in *África: literatura-arte e cultura*, vol. I, Lisboa, A. 1, n.º 2 (Out.-Dez. 1978), pp. 153-156.

___, “Boa Viagem”, in *Atlântico*, Lisboa, 3.ª série, N.º 1 (1949), p. 14.

___, “Canção de Embalar”, in *Cadernos de Poesia*, Lisboa, N.º 3 (1940), pp. 43-44.

___, “Carta Para Manuel Bandeira”, in *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 4 (Jan. 1947), p. 25.

___, “Cinzeiro”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4. n.º 44 (1 Mai. 1953), pp. 16-17.

___, “Criança”, in *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 8 (Mai. 1958), pp. 23-25.

- ___, “Cristo Rey”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 9, n.º 98 (1 Nov. 1957), p. 16-17).
- ___, “Destino Ignorado”, in *Cadernos de Poesia*, Lisboa, N.º 3 (1940), pp. 44-45.
- ___, “Destino Ignorado”, in *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 3 (Mar. 1937), p. 5.
- ___, “Dia”, in *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 6 (Jul. 1948), pp. 8-9.
- ___, “Ecos”, in *Voz di Povo*, Praia, A. 6, n.º 302 (14 Mai. 1982), p. 9.
- ___, “Emigrante”, in *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 6 (Jul. 1948), pp. 9-10.
- ___, “Enxurrada”, in *Fradique*, Lisboa, A. 2. n.º 75 (11 Jul. 1935), p. 6.
- ___, “Ilha”, in *Cadernos de Poesia*, Lisboa, N.º 3 (1940), pp. 45-46.
- ___, “Ilhas”, in *Terra Nova*, S. Vicente, A. 11, n.º 117 (Jul. 1985), p. 4.
- ___, “Irmão”, in *Cadernos de Poesia*, Lisboa, N.º 3 (1940), pp. 46-47.
- ___, “Irmão”, in *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 1 (Mar. 1936), p. 10.
- ___, “Luar = Moon Light” (trad. Rendall Leite), in *Ponto e Vírgula: revista de intercâmbio cultural*, Mindelo, N.º 15 (Out. Dez. 1985), p. 20.
- ___, “Luar”, in *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 7 (Dez. 1949), p. 42.
- ___, “Monografia”, in *Voz di Povo*, Praia, A. 1, n.º 15 (31 Out. 1975), p. 7.
- ___, “Não Era Para Mim”, in *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 5 (Set. 1947), p. 14.
- ___, “Natividade”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 40 (1 Jan. 1953), p. 15
- ___, “Nostalgia”, in *Descobrimento: revista de cultura*, Lisboa, N.º da Primavera (1932), p. 59.
- ___, “O Baile”, in *Descobrimento: revista de cultura*, Lisboa, N.º da Primavera (1932), pp. 56-58.
- ___, “O Pássaro Fechado”, in *Seara Nova*, N.º 206 (Mar.1930), p. 214.
- ___, “Onde”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 5, n.º 63 (1 Dez. 1954), p. 15.
- ___, “Paisagem”, in *Fradique*, Lisboa, A. 2. n.º 75 (11 Jul. 1935), p. 6.
- ___, “Palavra Profundamente”, in *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 8 (Mai. 1958), p. 26.
- ___, “Panfletário”, in *África: literatura-arte e cultura*, vol. I, Lisboa, A. 1, n.º 2 (Out.-Dez 1978), pp. 145-147.

- ___, “Panfletário”, in *Diário de Moçambique*, Beira, A. 6. n.º 1550 (23 Mai. 1987), p. 6.
- ___, “Panorama”, in *Fradique*, Lisboa, A. 2. n.º 75 (11 Jul. 1935), p. 6.
- ___, “Pescadores”: cancionero da ilha”, in *Cabo Verde: boletim documental e de cultura*, Praia, A. 14, n.º 158 (Nov. 1962), pp. 18-19.
- ___, “Poema”, in *África: literatura-arte e cultura*, vol. I, Lisboa, A. 1, n.º 2 (Out.-Dez. 1978), pp. 148.
- ___, “Poemas de Jorge Barbosa”, in *Cabo verde: boletim documental e de cultura*, S. Vicente, A. 19, n.ºs 166-168 (Jul.-Set. 1963), pp. 28-29.
- ___, “Poeta e Povo”, in *Terra Nova*, S. Vicente, A. 11, n.º 116 (Jun. 1985), p. 4.
- ___, “Posse”, in *Diabo*, Lisboa (23 Mar. 1940), p. 31.
- ___, “Povo”, in *Fradique*, Lisboa, A. 2. n.º 75 (11 Jul. 1935), p. 6.
- ___, “Prelúdio”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 43 (1 Jun. 1953), p. 16.
- ___, “Prelúdio”, in *Terra Nova*, A. 11, n.º 115 (Mai. 1985), p. 4.
- ___, “Questionário”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 8, n.º 92 (1 Mai. 1957), p. 17.
- ___, “Rumores”, in *Fradique*, Lisboa, A. 2. n.º 75 (11 Jul. 1935), p. 6.
- ___, “Serenata”, in *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 7 (Dez. 1949), pp. 41-42.
- ___, “Simplicidade”, in *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 4 (Jan. 1947), p. 39.
- ___, “Tambores de S. João”, in *África: literatura-arte e cultura*, vol. vol. I, Lisboa, A. 1, n.º 2 (Out.-Dez. 1978), pp. 153-156.
- ___, “Um Inédito de Jorge Barbosa”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 5, n.º 58 (1 Jul. 1954), p. 17.
- ___, “Vertigem”, in *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 2 (Ag. 1936), p. 6.
- ___, “Voz Íntima”, in *Claridade: revista de arte e letras*, S. Vicente, N.º 7 (Dez. 1949), p.40.
- ___, “Carta Para o Brasil”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 26, (1 Nov. 1951), p. 7.
- ___, “Roteiro da Rua de Lisboa”, in *Garcia da Orta*, vol. 19, Lisboa, N.º 1 (1961), pp. 161.

1.3. Seis Poemas Inéditos

___, “Canção a um Desconhecido”, in *Islenha temas culturais das sociedades insulares atlânticas*, Funchal, N.º 11 (Jul.-Dez. 1992), p. 81.

___, “Cantares Crioulas”, in *Islenha temas culturais das sociedades insulares atlânticas*, Funchal, N.º 11 (Jul.-Dez. 1992), pp. 79-80.

___, “Carta a João Lopes”, in *Islenha temas culturais das sociedades insulares atlânticas*, Funchal, N.º 11 (Jul.-Dez. 1992), p. 81.

___, “Carta Escrita em Verso”, in *Islenha temas culturais das sociedades insulares atlânticas*, Funchal, N.º 11 (Jul.-Dez. 1992), pp. 80-81.

___, “Crioula”, in *Islenha temas culturais das sociedades insulares atlânticas*, Funchal, N.º 11 (Jul.-Dez. 1992), p. 80.

___, “A Ilusão”, in *Islenha temas culturais das sociedades insulares atlânticas*, Funchal, N.º 11 (Jul.-Dez. 1992), p. 79.

2. Prosa

2.1. Artigos

___, “Eugénio: Tópicos de uma monografia”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 1, n.º 6 (31 Mai. 1931), p. 2.

___, “Indolência Caboverdeana: apontamento lido na segunda mesa redonda, realizada na cidade do Mindelo, em Julho de 1956”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 8, n.º 88 (1 Jan. 1957), pp. 10-12.

___, “Mesa Redonda Sobre o Homem Cabo-verdiano”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 9, n.º 101 (1 Fev. 1957), pp. 6-10.

___, “Variações: algumas palavras sobre o nosso problema cultural”, in *Ressurgimento*, Santo Antão, A. 1, n.º 11 (1 Set. 1934), p. 5.

___, “Variações: escrever bem”, in *Ressurgimento*, Santo Antão, A. 1, n.º 12 (29 Set. 1934), p. 2.

___, “Variações: imprensa caboverdeana”, in *Ressurgimento*, Santo Antão, A. 1, n.º 14 (1 Dez. 1934), pp. 1-2.

2.2. Cartas

___, “Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira e Baltasar Lopes”, in *Poemas do Livro Ambiente: para a leitura de José Osório de Oliveira e Baltazar Lopes*, Praia, J. Barbosa, 1939, p. [1].

___, “Carta de Jorge Barbosa a José Osório de Oliveira”, in *Colóquio Letras*, Lisboa, N.º 110-111 (Jul.-Out.1989), pp. 119-120.

___, “Carta de Jorge Barbosa ao Secretário do Presidente do Conselho”, Torre do Tombo, Cx. 53, 4fls.

___, “Uma Carta de Jorge Barbosa ao Augusto Miranda”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 1, n.º 25 (6 Fev. 1932), p. 4.

2.3. Crónicas de S. Vicente

___, “Depois da Chuva”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 40 (1 Jan. 1953), p. 30.

___, “102 Mil Contos”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 37 (1 Out. 1952), p. 2.

___, “A Propósito de Uma Notícia”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 34 (1 Jul. 1952), p. 12.

___, “Ainda a Propósito de Uma Palestra”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 5, n.º 51 (1 Dez. 1953), pp. 25-26.

___, “Ainda o Porto Grande”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 33 (1 Jun. 1952), pp. 26-27.

___, “Cabo Verde e o Plano do Fomento”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 5, n.º 50 (1 Nov. 1953), pp. 3-4.

___, “Chuvas”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 5, n.º 51 (1 Dez. 1953), p. 27.

___, “Comemoração de Camões”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 34 (1 Jul. 1952), pp. 11-12.

___, “Ecos das Chuvas”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 39 (1 Dez. 1952), p. 4.

___, “Funcionários da Shell no Mindelo”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 43 (1 Abr. 1953), p. 12.

- ___, “Homenagem ao Governador da Província”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 36 (1 Set. 1952), pp. 21.
- ___, “Inauguração de Um Parque Para Jogos”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 36 (1 Set. 1952), pp. 22.
- ___, “Mar Novo”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 39 (1 Dez. 1952), p. 4.
- ___, “Música & Músicos de S. Vicente”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 37 (1 Out. 1952), p. 2.
- ___, “Nada Aqui Acontece”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 38 (1 Nov. 1952), pp. 21-22.
- ___, “Navegador Solitário”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 38 (1 Nov. 1952), pp. 21-22.
- ___, “Nós e Gilberto Freyre”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 42 (1 Mar. 1953), pp. 23-24.
- ___, “Nota Sobre Januário Leite”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 40 (1 Jan. 1953), pp. 29-30.
- ___, “Notas Sobre a Instrução Primária em Cabo Verde”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 5, n.º 51 (1 Dez. 1953), pp. 26-27.
- ___, “O Porto Grande e a Shell”, in *Cabo Verde: boletim de Propaganda e Informação*, Praia, A. 3, n.º 35 (1 Ag. 1952), p. 15.
- ___, “O Transatlântico Vera Cruz”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 32 (1 Mai. 1952), pp. 11-12.
- ___, “Os Nossos Barquinhos”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 7, n.º 51 (1 Jan. 1953), p. 31.
- ___, “Porto Grande: velho tema”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 31 (1 Abr. 1952), pp. 9-10.
- ___, “Radiodifusão”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 36 (1 Set. 1952), pp. 21-22.
- ___, “Registo”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 42 (1 Mar. 1953), p. 24.
- ___, “Resposta a Um Artigo”, in *Cabo Verde: boletim de Propaganda e Informação*, Praia, A. 5, n.º 49 (1 Out. 1953), p. 8.
- ___, “Santa Cruz em Zona de Salamansa”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 33 (1 Jun. 1952), pp. 26.

___, “Serviçais”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 38 (1 Nov. 1952), pp. 22.

___, “Ti Lopes”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 43 (1 Abr. 1953), p. 12.

___, “Transatlântico Santa Maria”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 5, n.º 51 (1 Dez. 1953), p. 27.

___, “Uma Antologia, ou Talvez Não”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 7, n.º 51 (1 Jan. 1953), pp. 31-32.

___, “Véspera de Natal”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 40 (1 Jan. 1953), p. 29.

___, “A Propósito de Uma Palestra”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 47 (1 Ag. 1953), pp. 7-8.

___, “O Caboverdeano e a Árvore”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 46 (1 Jul. 1953), 6-7.

___, “O Caboverdeano e o Mar”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 46 (1 Jul. 1953), 6.

___, “A Propósito de Uma Carta”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 38 (1 Nov. 1952), pp. 21.

LEVY, Orlando, “Carta para Jorge Barbosa”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 37 (1 Out. -1952), pp. 3-4.⁷²⁹

2.4. Contos

___, “Conversa Interrompida”, in *Antologia da Ficção Cabo-Verdiana*, Cabo Verde, Edições Henriquinas, 1960, pp. 281-285.

___, “Conversa Interrompida”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 32, (1 Mai. 1952), pp. 24-26.

___, “5 Vidas Num escritório”, in *Antologia da Ficção Cabo-Verdiana*, Cabo Verde, Edições Henriquinas, 1960, pp. 289-295.

___, “5 Vidas Num escritório”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 34 (1 Jul. 1952), pp. 5-7.

⁷²⁹ Apesar de intitular “Carta para Jorge Barbosa”, optámos por incluir esse texto nas crónicas de S. Vicente, por ter sido escrito na sequência de uma crónica publicada por Jorge Barbosa.

2.5. Entrevistas com Jorge Barbosa

___ “Uma Tarde Com Jorge Barbosa”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 1, n.º 57 (Jun. 1954), pp. 10-12.

___, “O Ambiente Literário em Cabo Verde e a Influência Brasileira Segundo o Poeta Jorge Barbosa”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 6, n.º 61 (1 Out. 1954), pp. 9-10.

3. Bibliografia Geral

3.1 Artigos de Publicações Periódicas

“A CAMARA MUNICIPAL SOLICITA AO GOVERNO A ABERTURA DE TRABALHOS PÚBLICOS”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 12, n.º 214, (18 Jul. 1942) p. 1.

“DROGARIA DO LEÃO”, in *Notícia de Cabo Verde*, A. 18, n.º 253 (22 Mar. 1949), p.3.

“EMIGRAÇÃO E SALÁRIO”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 22, n.º 283, (10 de Nov. 1952), pp. 1-2.

“JORGE BABRBOSA”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, S. Vicente, A. 7, n.º 76, (1 Jan. 1956), p. 9.

“O CAPITÃO SR. TEÓFILO DUARTE MINISTRO DAS COLÓNIAS”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 15, n.º 241 (6 Mar. 1947), p. 1 e 4.

“O PLANO DE FOMENTO”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 22, n.º 283 (10 Nov. 1951), p. 1

“PAQUETE VERA CRUZ”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 22, n.º 279 (22 Mar. 1952), p. 2.

“TRABALHADORES PARA S. TOMÉ”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 22, n.º 283, (10 Nov.- 1952), p. 2.

“VERA CRUZ: NAVIO FLUTUANTE”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 22, n.º 280 (16 Mai. 1952), pp. 1-2.

ALMANACH LUSO-AFRICANO, S. Nicolau (1895-1899).

ANDRADE, António Alberto Banha de “A Crítica Literária em Cabo Verde”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 31 (1 Abr. 1952), pp.19-20.

___, “Poesia em Cabo Verde”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 7, n.º 83, (1 Ag. 1956), pp. 9-10.

BARREIROS, José Ariaga, “Notícia Histórica Sobre o Descobrimento de Cabo Verde” in *Anais Club Militar Naval*, Lisboa, tomo 77, n.º 1-2 (Jan. -Fev. 1947) pp. 13-26.

BIZARRO, José, “4 Poemas de Jorge Barbosa”, in *África: literatura-arte e cultura*, vol. I, Lisboa, A. 1, n.º 2 (Out. -Dez. 1978), pp. 143-153.

BOLETIM DOS ALUNOS DO LICEU GIL EANES, S. Vicente, 1959.

BRASIO, Padre António Duarte, “Seminário de Cabo Verde”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, A. 12, N.º 133 (Out. 1960), pp. 8-11, pp. 3-7.

CABRAL, Amílcar, “Apontamentos Sobre a Poesia Cabo-verdiana”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 28 (1 Jan. 1952), pp. 5-8.

CARDOSO, Pedro, “Evocação do Achamento das Ilhas de Cabo Verde, pelos Poetas Caboverdianos Pedro Cardoso e Jorge Barbosa, com Fundo Musical: dita em fita gravada, sob montagem da Emissora Oficial, pelo artista Rui Luís de Castro”, in *Boletim Cultura da Liga dos Amigos de Cabo Verde*, Luanda, A. 2, n.º 2 (Nov. 1968), pp.39-41.

CARREIRA, António, “Conflitos Sociais em Cabo Verde no Século XVIII”, in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, N.º 16 (Jul. -Dez., 1985), pp. 63-88.

___, “A Navegação de Longo Curso e o Comércio nas Ilhas de Cabo Verde no século XIX ” in *Revista de História Económica e Social*, N.º 4 (Jul. -Dez. 1979), pp. 53-73.

___, “O Primeiro “Censo” de População da Capitania das Ilhas de Cabo Verde (1731), in *Revista de História Económica e Social*, N.º 13 (Jan.-Jun. 1984), pp. 51-66.

___, “Secas e Fomes em Cabo Verde: achegas para o estudo das de 1845-1846 e de 1889-1890”, in *Revista de História Económica e Social*, N.º 15 (Jan.-Jun. 1985), pp. 135 - 150.

CARVALHO, Alberto, “O Equilíbrio Cultural em Cabo Verde”, in *Tribuna*, Praia, N.º 46 (Ag. 1990), p. 23.

___, et LOPES FILHO, João, *Almanach Luso-Africano* 1895, Coimbra, Almedina/CLEPUL, 2011.

CASIMIRO, Augusto, “Palavras para Meditar”, in *Cabo Verde: boletim de Propaganda e Informação*, S. Vicente, A. 4, n.º 42 (1 Mar. 1953), p. 22.

CASSIANO, Nunes, “Presença do Brasil na Cultura Cabo-verdiana”, in *Fragmentos*, Praia, N.ºs 15-16 (Dez. 1997), pp. 190-199.

CERTEZA: fôlha da Academia, S. Vicente, Joaquim Ribeiro, 1944.

COSTA, José Maria da, “Devemos Evitar O Criolo: o crioulo é uma inferioridade”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 4, n.º 43 (1 Abr. 1953), pp. 24-25.

CULTURA: revista de investigação cultural e de pensamento, Praia (1998-2001).

CUNHA, Carlos, “Duas Antologias Africanas”, in *Cabo Verde: boletim documental de cultura*, Praia, A. 14, 158 (Nova Fase), nº2, (1 Nov. 1962), pp. 31-33.

FARIA, Delfim, “Caboverdeanidade”, in *Luso- Africana*, Rio de Janeiro, 3ª série, N.º 13, (Abr.-Jun. 1935), p.114.

FERREIRA, Manuel, “Onde Gilberto Freyre Fala de Cabo Verde”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 36 (1 Set. 1952), pp. 16-19.

___, “Uma Página de Artes e Letras”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, A. 12, N.º 133 (Out. 1960), pp. 8-11.

___, (org., coord. e dir.), *Claridade*: revista de arte e letras, 2ª ed., Linda-a-Velha, A.LAC, 1986.

___, “Consciência Literária Cabo-verdiana”, in *Estudos Ultramarinos*, Lisboa, N.º 3, (1959), p. 40.

FIGUEIREDO, Jaime, “Retalhos da Rádio”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, A. 6, n.º 61, (1 Mai. 1958), pp. 7-8.

FILHO LOPES, João, “As Ilhas Hesperitanas”, in *Oceanos*, Lisboa, N.º 46 (Abr. - Jun. 2001), pp. 84-43.

___, “Mestiçagem, Emigração e Mudança Sociocultural em Cabo Verde”, in *Islenha: temas culturais das sociedades insulares*, Funchal, N.º 24 (Jan.-Jun. 1999), pp. 71-77.

___, “Poesia Inédita de Jorge Barbosa”, in *Islenha: temas culturais das sociedades insulares*, Funchal, N° 11 (Jul.-Dez. 1992), pp.77-83.

FONSECA, Sérgio Duarte, “Generalidades Sobre o Panorama Histórico do Ensino em Cabo Verde”, in *Boletim Cultural da Liga Cultural dos Amigos*, Luanda, A. 2, n.º2 (Nov. 1968), pp. 45-60.

FRANÇA, Arnaldo, “Um Poema Secreto de Jorge Barbosa”, in *Voz di Povo*, A. 1, n.º 15 (31 Out. 1975), p. 7

FREYRE, Gilberto, “Pontos nos ii”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 32 (1 Mai. 1952), p.2.

KONDÉ, Kewame, “Uma Leitura Poética de Jorge Barbosa”, in *África*, N° 5, 1982, pp. 105-111.

LEITE, Alfredo Duque Monteiro, “Sobre a Indolência Caboverdeana”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 12, n.º 12 (16 Mai. 1942), p. 2

LEITE, Mário, “Crónica de Um Velho Tema”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 22, n.º 280 (16 Mai. 1952), pp. 1 e 7.

LEITE, Vicente Rendall, “O Poeta Jorge Barbosa no Idioma de Byron”, in *Voz di Povo*, A. 11, Fogo, n.º 114, (Abr. 1985), p. 4.

“LEVADAS EM SANTO ANTÃO”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 12, n.º 212 (16 de Mai. 1942), p. 2.

LEVY, Bento, “Casal Argentino em S. Vicente”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 6, n.º 65 (1 Fev. 1955), 14.

LEVY, Bento, “Já é Tempo”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A.1, n.º 6 (Mar. 1950), pp. 1-2.

LOPES, Baltasar, “O Testemunho do Dr. Baltasar Lopes da Silva Sobre a Poesia de Jorge Barbosa”, in *Notícias*, Mindelo, A. 3, n.º 26 (Abr. 1990), p.1.

___, “Cabo Verde Visto por Gilberto Freyre”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 8, n.º 84, (Ag. 1956), p. 7-17.

LOPES, José Vicente, “Clareza, Vanguarda, Modernismo”, in *Terra Nova*, Praia, A. 12, n.º 128, (Jul.- Ag. 1986), p. 4.

___, “O Homem Que me Ensinou a Olhar Cabo Verde por Dentro”, in *Voz di Povo*, Praia, N.º 1216 (Mar. 1992), p. 10.

LOPES, José, “Macronésia ou Macaronésia”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 8, n.º 96 (1 Set. 1957), p. 29.

___, “Dum Latrant Canes”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 1, n.º 3, (1Dez., 1949), p. 6.

LOPES, Manuel, “Temas Caboverdianos: *claridade*”, in *Estudos Ultramarinos*, Lisboa, Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, N.º 3, (1959), p. 81.

___, “Jorge Barbosa e a Revista *Claridade*”, in *Permanência*, Lisboa, N.º 10 (Abr. 1971), pp. 30-31.

___, “O Programa da *Claridade* Era Fincar os Pés na Terra Caboverdiana”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 11, n.º 121, (1 Out. de 1959), pp. 7-9.

___, “Reflexões Sobre a Literatura Cabo-verdiana ou A Literatura nos Meios Pequenos,” in *Colóquios Cabo-verdianos*, Lisboa, Estudos de Ciências Políticas e Sociais/Junta de Investigação do Ultramar, N.º 22 (1959), pp. 3-22.

LUZ, Hilarino Carlos Rodrigues de “Jorge Vera Cruz Barbosa: o poeta e o seu tempo”, in *Callema*, [s. l], N.º 5 (Nov. 2008), pp. 90-98.

___, “A Reconstituição Histórica das Ilhas de Cabo Verde a Partir da Poesia de Jorge Barbosa”, in *Callema*, [s. l], N.º 6 (Mai. 2009), pp. 44-49.

MADEIRA, José Nobre, “Ilha de Santo Antão: a rainha de Cabo Verde”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A.10, n.º 199 (25 Abr. 1941), pp. 1- 2.

MARIANO, Gabriel, “Negritude e Caboverdianidade”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, A. 9, n.º 104, (1Out. 1954), pp. 6-8.

___ “A Morna, Expressão da Alma de um Povo: apontamentos para a sua história”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 30 (1 Mar. 1952), pp. 18-20.

___, “O Bilinguismo Caboverdiano” in *Mensagem: boletim da Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa, A. 3, vol. 2, n.º 3/ 4 (Mar. -Abr. 1960), pp. 41- 42.

MENESES, Filinto Elísio, “Breve Notícia Sobre a Poesia Caboverdiana”, in *Boletim Cultural da Liga dos Amigos de Cabo Verde*, Luanda, A. 2. n.º 2 (Nov. 1968), pp. 91-99.

MINDELENSE, S. Vicente (1931-1962).

MIRANDA, Augusto, “O Porto Grande e a Emigração”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 15, n.º 240 (6 Dez. 1946), p. 1.

___, “Trabalho e Pão”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 10, n.º 206 (29 Jan. 1942), p. 1.

___, “A Enorme Catástrofe da Cidade da Praia”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, A. 18, n.º 253 (25 Mar. 1949), pp. 4- 5.

MIRANDA, Nuno, “Presença de Cabo Verde na Literatura Portuguesa e Estrangeira”, in *Garcia de Orta*, vol. 9, Lisboa, 1961, N.º 1, pp. 139-153.

___, “Cantigas de Ana Procópio”, in *Garcia de Orta*, vol. 9, Lisboa, 1961, N.º 1 (1961), 155-159.

___, “A Propósito da Situação Socio-cultural de Cabo Verde”, in *Garcia de Orta*, vol. 9, Lisboa, N.º 1 (1961), pp. 95-98.

___, “Lembrança de Jorge Barbosa”, in *Presença Crioula: boletim cultural e informativo de Cabo Verde*, Lisboa, A. 1, n.º 7 (Jul. 1973), p. 3.

MONTEIRO, Fernando, “Jorge Barbosa: o pioneiro da moderna poesia caboverdiana”, in *Fragmentos*, Praia, N.ºs 11-15 (Dez. 1997), pp. 9-12.

___, “As Asas Poéticas de Jorge Barbosa”, in *Tribuna*, Praia, N.º 29 (Jul. 1987), p. 14.

MOTA, Mário, “O Poeta Jorge Barbosa”, in *Ultramar*, Lisboa, vol. 1, N.ºs 43-44 (1971), pp. 163-161.

NOVO JORNAL DE CABO VERDE, Praia (1974-1975).

OLIVEIRA, José Osório, “A Literatura Caboverdiana é uma Realidade”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 3, n.º 27 (1 Dez. de 1951), p. 29.

___, “Influências e Reflexos da Literatura Oral na Poética Cabo-verdiana”, in *Cultura: revista de investigação cultural e do pensamento*, Praia, A. 2, n.º 2, (Jul. 1998), pp. 27-31.

___, “Regimento que Deve Observar o Feitor da Ilha de São Vicente das Neves Caio (1752)”, in *Revista de História Económica e Social*, N.º 17 (Jan. -Jun. 1986), pp. 89-103.

PEREIRA, Daniel A. “As Insolências do Capitão Domingos Rodrigues Viegas e do seu Irmão Belchior Monteiro de Queiroz contra as Autoridades da Ilha de Santiago (1653-1665)”, in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, N.º 16 (Jul.-Dez. 1985), pp. 31-57.

PRESENÇA: edição fac-similada compacta, Tomo III, Lisboa, Contexto Editora LTDA, 1993, p. 13.

RAÍZES, Praia (1977-1984).

REVISTA DE CABO VERDE, S. Vicente (1899).

RIBAS, Tomaz, “Introdução ao Estudo das Danças de Cabo Verde: uma tentativa de compreensão de um fenómeno de cultura luso-tropical”, in *Garcia de Orta*, vol. 9, Lisboa, N.º 1 (1961), pp. 115-121.

RODRIGUES, Ana Margarida Salgueiro, “Mitos Revisitado: origens insulares na literatura cabo-verdiana”, in *Isleña: temas culturais das sociedades insulares*, Funchal, N.º 39 (Jul.- Dez.) 2006, pp. 123-132.

ROMANO, Luís, “Actualidade Cultural de Cabo Verde na Literatura Africana”, in *África*, N.º 2 (1979), pp. 89-94.

___, “Jorge Barbosa: um poeta sacrificado”, in *Voz di Povo*, Praia, N.º 266 (Jul. 1981), p. 12.

SANTOS, Elsa Rodrigues dos, “Máscaras Poéticas de Jorge Barbosa”, in *Tribuna*, Praia, N.º Esp. (Mar. 1986), p. 7.

___, *Não Ser / Ser em Jorge Barbosa*, [s. l], [s. n], [1979].

SELÓ: página dos novíssimos, Praia, Instituto Caboverdeano do Livro, 1990. [Edição facsimilada de Notícias de Cabo Verde no 321-323 de 1962].

SEMEDO, Manuel Brito, “O Papel das Revistas, dos Suplementos e das Folhas Literárias nas Literatura Cabo-verdiana”, in *Isleña: temas culturais das sociedades insulares atlânticas*, Funchal, N.º 2 (Jan.-Jun.1988), pp. 65-68.

SILVA, J. Inocêncio, “Santo Antão Por Dentro e Por Fora”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 1, n.º 5, (1 Fev., 1950), p. 24.

SILVEIRA, Pedro da, “Relance da Literatura Caboverdeana I - II”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda*, Praia, A. 5, n.º 58 (1 Jul. 1954); n.º 59 (1 Ag. 1954) pp. 26-28; pp. 27-29.

SOUSA, Albano Neves de, “Hora di Bai”, in *Permanência*, Lisboa, A.1, n.º 10 (Abr. 1931), p. 32.

SOUSA, Henrique Teixeira de, “Cabo Verde e a Sua gente”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 10, n.º 109 (1 Out. 1958), pp. 7-8.

—, “Cinco Minutos de Palestra com o Contista Caboverdiano”, in *Cabo Verde: boletim de propaganda e informação*, Praia, A. 5, n.º 67 (Abr. 1955), pp. 4-6.

SOUSA, Teixeira de, “Comentário ao Poema de Jorge Barbosa, “Caminho”, in *Cabo Verde: boletim de Propaganda e Informação*, n.º 155 (Abr. 1959), p. 21.

SUPLEMENTO CULTURAL DE CABO VERDE, Praia (1958).

TOLENTINO, Jorge “Recordar Jorge Barbosa”, in *Voz di Povo*, Praia, N.º 253 (Fev. 1981), p. 8.

VEIGA, Manuel, “Jorge Barbosa e a Poética do Ambiente”, in *Cultura*, Praia, Nº 2 (Jul. 1988), p. 8.

3.2. Monografias

AAVV, *Cape Verde: language, literature & music*, Dartmouth, Center of Portuguese Studies and Culture, University of Massachussts, 2003.

AAVV, *Les Littératures Africaines de Langue Portugaise: a la recherche de l'identite individuelle et nationale*, (*Actes du Colloque Internacional*, Paris 28-29-30 Nov., 1 Dez.), Fondations Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 303-308.

AFONSO, Maria Manuela, *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*, Lisboa, Associação Académica África Debate, Praia, Spleen, 2002.

ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) *Dicionário dos Descobrimentos Portugueses*, [Lisboa], Caminho, 1

___, et SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, 2.^a ed, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.

ALCÂNTARA, Osvaldo, *Cântico da Manhã Futura*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, 1986.

ALEXANDRE, Valentim, *Origens do Colonialismo Português Moderno*, vol. III, Lisboa, Sá da Costa, 1979.

ALMADA, David Hopffer, *Canto a Cabo Verde*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, 1987.

ALMADA, David Hopffer, *A Construção do Estado e a Democratização do Poder em Cabo Verde*, 2.^a ed., Cidade da Praia, Tipografia Santos, Lda, 2011.

___, *Caboverdianidade e Tropicalismo*, Recife, Fundação Gilberto Freyre, 1922.

ALMADA, Dulce de Oliveira, *Cabo Verde: contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1961.

ALMADA, José Luís Hopffer, (rec., org., sele. e apr.), *Mirabilis de Veias ao Sol: antologia dos novíssimos poetas cabo-verdianos*, Praia, Instituto Cabo-Verdiano do Livro; Lisboa, Caminho, 1991.

___, *Assomada Nocturna: poesia*, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco [1982].

___, (coord.), *O Ano Mágico de 2006: olhares retrospectivos sobre a história e a cultura caboverdianas*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia, 2008.

ALMEIDA, Carlos, *Meu Paul: meu paraíso* 3.^a ed., Mindelo, Gráfica do Mindelo Ltda, 2001.

ALMEIDA, Germano, *O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 1999.

___, *Cabo Verde: viagem pela história das Ilhas*, Lisboa, Caminho, 2003.

AMARAL, Ilídio de, *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1964.

AMARÍLIS, Orlanda, *Caís do Sodré Té Salamansa*, 2.^a ed., Linda-a-Velha, ALAC, 1991.

- ___, *Ilhéu dos Pássaros*, Lisboa, Plátano, 1982.
- ANDRADE, Mário de, *Antologia Temática de Poesia Africana*, vol. 1, Lisboa, Sá da Costa, 1975.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos, *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*, Praia, INIPC, 2002.
- AREIAS, Laura, *Ilhas Riqueza, Ilhas Miséria: uma expressão literária da insularidade num triângulo atlântico lusófono*, Lisboa, Novo Imbondeiro editores, 2002.
- ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO DE CABO VERDE, *Comemoração do 75º Aniversário da Criação do Liceu de Cabo Verde*, Lisboa, Sílabo, 1995, p. 21.
- BACHELARD, Gaston, (trad. Antônio de Pádua Danesi) *A Água e os Sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*, São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- ___, *La Poétique de L'espace*, Paris, Puf, 1957.
- BAKHTIN, Mikhail, *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*, 8ª ed., São Paulo, Haucitec, 1997.
- BALENO, Ilídio, *Subsídio Para a História de Cabo Verde: a necessidade das fontes locais através dos vestígios materiais*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.
- BANDEIRA, Manuel, *Obras Poéticas*, 1.ª ed., Lisboa, Minerva, 1956.
- BARCELOS, Cristiano José de Senna, *Cabo Verde: alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde, desde 1719 a 1904*, Lisboa, Typografia Militar, 1904.
- ___, *Roteiro do Archipelago de Cabo Verde*, Lisboa, Typografia do Jornal As Colónias Portuguesas, 1892.
- ___, *Subsídios Para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1899.
- BARTHES, Roland, *Crítica e Verdade*, Lisboa, Edições 70, [s. d.].
- ___, *Mitologias*, Lisboa, Edições 70, [s. d.].
- BIBLOS: *enciclopédia Verbo das literaturas de língua portuguesa*, Lisboa / São Paulo, Verbo, Março, 1995, pp. 542-543.

BRÁSIO, Padre António Duarte (col. e anot.), *Monumenta Missionária Africana: África ocidental (1600-1622)*, 2.^a série, Vol. IV, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, [s. d.].

BRITO, Margarida, *Os Instrumentos Musicais em Cabo Verde*, Praia, Mindelo, Centro Cultural Português, 1998.

BRITO, Raquel Soeiro de, *Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: alguns aspectos da terra e dos homens*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, [s. d.].

CABRAL, Juvenal, *Memórias e Reflexões*, Praia, Imprensa Nacional, 1947.

CARDOSO, Pedro Monteiro, *Algas e Corais*, [s. l.], Edição do Autor, 1928.

___, *Folclore Caboverdiano*, Paris, Solidariedade Caboverdiana, 1933.

___, *Jardim das Hespérides*, Cabo Verde, Edição do Autor, 1930.

CARREIRA, António, *Cabo Verde, Formação e Extinção de Uma Sociedade Escravocrata (1478-1878)*, Porto, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa 1972.

___, *Cabo Verde: classes sociais, estrutura familiar, migrações*, Lisboa, Biblioteca Ulmeiro nº 9, 1977.

___, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, 1.^aed, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1977.

___, *Notas Sobre o Tráfico de Escravos: circunscritos à costa ocidental Africana*, 1.^aed., Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1978.

___, *O Crioulo de Cabo Verde: surto e expansão*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

___, *O Tráfico de Escravos Nos Rios de Guiné e Ilhas de Cabo Verde (1810-1850)*, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1981.

___, *O Tráfico Português de Escravos Na Costa Oriental Africana Nos Começos do Século XIX*, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1979.

CARVALHO, Adalberto, *A Contemporaneidade Como Utopia*, Porto, Edições Afrontamento, 2000.

CARVALHO, Alberto Duarte, “Evasionismo, Configuração Existencial da Insularidade Caboverdiana”, in CECCUCCI, Piero di, *Conscienza Nazionale Nelle Letterature Africane di Lingua portoghese: Atti del Covegno Internazionale*, Milano, Bulzoni, 13-14 Dicembre), Roma Bulzoni Editori, 199, pp. 9-25.

___, *A Ficção de Baltasar Lopes: contributo para a originalidade da literatura-cabo-verdiana*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1988.

___, *Literatura Cabo-verdiana: lição de síntese*, Lisboa, [s. n.], 2003.

___, *Literatura Cabo-verdiana: relatório, programa, conteúdo, métodos: programa para dois semestres de curso de mestrado*, Relatório apresentado a concurso para Professor Agregado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.

___, *Texto, Leituras*, Lisboa, Centro de literaturas e Culturas Lusófonos e Europeias, 2010.

CASIMIRO, Augusto, *Ilhas Crioulas*, Lisboa Cosmos, [1935].

___, *Portugal Crioulo*, Lisboa, Cosmos, 1940.

CAMÕES, Luís, *Os Lusíadas*, 7ª ed., Lisboa, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 2002.

CASTRO, Francisco Lyon de, *História da Literatura Portuguesa*, vol. 7, Lisboa, Alfa, 2002.

CASTRO, Josué de, *Geopolítica da Fome*, Porto, Brasília Editora, Janeiro de 1978.

CASTRO, Sílvio, (dir.), *História da Literatura Brasileira*, vol.3, Lisboa, Publicações Alfa, 1999.

CHELMICKI, José Conrado Carlos de, *Corografia Cabo-verdiana ou Descrição Geografico-historica da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, tomo I, Lisboa, Tipografia L. C. da Cunha, 1841.

CORREIA, Paula Cristina Fina Machado Correia, *À Descoberta das comunidades: contributo para o estudo da literatura tradicional de transmissão oral do Arquipélago de Cabo Verde*, Dissertação de Mestrado apresenta à FCSH-UNL, Lisboa, 2008.

CORTESÃO, Armando, *Subsídio Para a História do Descobrimento da Guiné e Cabo Verde*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1931.

CORTESÃO, Jaime, *Teoria Geral dos Descobrimentos*, Lisboa, Livros Horizontes, 1984.

COSTA, A. Fontoura, *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939.

CRUZ, Sandra Inês, *A Quase Informação na Literatura de Cabo Verde em Tempo de Censura (1926-1975)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 2009.

D'ALMEIDA, José Evaristo, *O Escravo*, 2ª ed., Linda-a-Velha, ALAC, 1989.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho, *Ultramar Português nas Chancelarias Régias*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1956.

DUARTE, Dulce Almada e ALFAMA, Jorge Miranda, *Antologia da Ficção Cabo-Verdiana, vol. II: claridosos*, 1ª ed., Praia, AEC Editora, 2001.

DUARTE, Manuel, *Caboverdianidade e Africanidade, e Outros Textos*, 1ª ed., Praia, Spleen Edições, 1999.

ECO, Umberto, *A Estrutura Ausente: introdução à pesquisa semiológica*, Editora Perspectiva, 1976.

___, *Como se Faz Uma Tese em Ciências Humanas*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

FERNANDES, Gabriel, *Cabo Verde: formações discursivas (trans)nacionalistas de uma sociedade crioula politicamente sitiada*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

___, *Em Busca da Nação: notas para uma reinterpretação de Cabo Verde Crioulo*, Florianópolis/Praia, Universidade Federal de Santa Catarina e Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

___, *Entre a Europeidade e Africanidade: os marcos da colonização/ descolonização no processo de funcionalização identitária em Cabo Verde*, Brasil, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

FERNANDES, Margarida, *Hora di Bai: os caboverdianos e a morte: uma abordagem antropológica através da ficção*, Lisboa, Vega, 2004.

FERREIRA, Manuel, (compil.), *50 Poetas Africanos: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Plátano, [D. L. 1989].

- ___, *No Reino de Caliban*, vol. I, Lisboa, Seara Nova, 1975.
- ___, *50 Poetas Africanos*, Lisboa, Plátano, 1989.
- ___, *Hora di Bai*, 4.^a ed., Lisboa, Plátano, [s. d].
- ___, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa I*, 2.^a ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.
- ___, *Morna: contos de Cabo Verde*, Leiria, M. Ferreira, 1948.
- ___, *Morna: expressão do lirismo*, Lisboa, [s. n.], 1960.
- ___, *O Discurso no Percurso Africano I*, Lisboa, Plátano, 1989.
- ___, *Voz de Prisão*, Lisboa, Plátano [s. d].
- ___, *Aventura Crioula*, Lisboa, Edições Plátano, 1973.
- FIGUEIREDO, Jaime de (sel. e apr.), *Modernos Poetas Cabo-verdianos* Praia, Edições Henriquinas do Achamento de Cabo Verde, Imprensa Nacional, 1961.
- FORTES, Corsino, *Árvore e Tambor*, 1.^a ed. Lisboa, Dom Quixote, 1986.
- ___, *Pão & Fonema*, Lisboa, 2.^a ed., Sá da Costa, 1980.
- FRANÇA, Arnaldo, *Notas Sobre a Poesia e Ficção Cabo-verdianas*, Praia, Centro de Informação e Turismo, 1962.
- FRANCO, António Cândido, *Exercícios Sobre o Imaginário Cabo-verdiano: simbologia terlúrico-marítima em Manuel Lopes*, Évora, Editorial Pendor, 1996.
- COSTA, Carlos Fernando Frazão, *A Utopia de Thomas More: uma invenção social*, Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2000.
- FREUD, Sigmund, *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, [s. d].
- FREYRE, Gilberto, “Integração de Raças Autóctones e de Culturas Diferentes da Europeia na Comunidade Lusotropical: aspetos gerais de um processo”, in *Actas do Congresso Internacional de História*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações da Morte do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 89-103.
- ___, *Aventura e Rotina*, Lisboa, Livros do Brasil, 1953.
- ___, *Casa Grande &v Senzala*, Rio de Janeiro, Maria Schmidt, 1933.

- ___, *Integração Portuguesa nos Trópicos*, Lisboa, Ministério do Ultramar, 1958.
- ___, *Manifesto Regionalista*, Recife, Região, 1952.
- ___, *Novo Mundo Nos Trópicos*, São Paulo, CEN/Edusp, 1971.
- ___, *O Mundo Que O Português Criou*, 1.^a, Lisboa, Livros do Brasil Lda, [D. L. 1955].
- ___, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.
- GABRIEL, Moacyr Rodrigues, *B. Léza e a História da Música de Cabo Verde*, Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH-UNL, Lisboa, 2009.
- GOMES, Simone Caputo, *Uma Recuperação de Raiz: cabo verde na obra de Daniel Leite*, Praia, ICL, 1993.
- GONÇALVES, António Aurélio (org. Arnaldo França), *Ensaaios e Outros Escritos Praia /Mindelo*, Centro Cultural Português, 1998.
- ___, *Pródiga*, Angola, Sá da Bandeira, 1962.
- ___, *Recaída* (org. Arnaldo França), Lisboa, 1.^a ed., 1993.
- GUIMARÃES, Welington Ramos, *As Ressonâncias de Manuel Bandeira (E do Modernismo Brasileiro) Em Jorge Barbosa*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- HAMILTON, Russel G., *Literatura Africana, Literatura Necessária*, vol. II, Lisboa, Edições 70, 1983.
- LABAN, Michel, *Cabo Verde: encontro com escritores*, vol. I, [s. l.], Fundação Eng. António de Almeida, [s.d.].
- LARANJEIRA, Pires, *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*, Porto, Afrontamento, 1995.
- ___, *De Letra em Riste: identidade, autonomia e outras questões nas literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*, Porto, Afrontamento, 1992.
- ___, *Ensaaios Afro Literários*, [s. l.] Novo Imbondeiro, [s. d.].
- ___, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

LEITE, Ana Mafalda Leite, *Literaturas Africanas e Formulações Pós-coloniais*, Lisboa, Colibri, 2003.

___, *A Modalização Épica em Mayombe e Pão & Fonema*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1988.

___, *Oralidades e Escritas nas Literaturas Africanas*, Lisboa, Colibri, 1988.

LEITE, Duarte, *História dos Descobrimentos*, vol. I, Lisboa, Edições Cosmos, 1958.

LEITE, Januário, *Poesias*, S. Vicente, Associação Académica do Mindelo, 1952.

LOANDA, Fernando Ferreira, *Antologia da Moderna Poesia Brasileira*, Rio de Janeiro, Orpheu, 1967.

LOPES FILHO, João, *Cabo Verde: apontamentos etnográficos*, Lisboa, [s. n.] 1976.

___, *Cabo Verde: retalho do quotidiano*, Lisboa, Caminho, 1995.

___, *Cabo Verde: subsídios para um levantamento cultural*, Lisboa, Plátano, 1976.

___, *Contribuição Para o Estudo da Cultura Cabo-verdiana*, Lisboa, Ulmeiro, 1983.

___, *Defesa do Património Sócio-cultural de Cabo Verde*, Lisboa, Biblioteca Ulmeiro, 1985.

___, *Ilha de S. Nicolau, Cabo Verde: formação da sociedade e mudança cultural*, [Lisboa], Secretaria Geral – Ministério da Educação, 1996.

___, *O Corpo e o Pão: o vestuário e o regime alimentar cabo-verdianos*, Cruz Quebrada, Câmara Municipal de Oeiras, 1997.

___, *Vamos Conhecer Cabo Verde*, [Lisboa], Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, 1998.

___, *Vozes da Cultura Cabo-verdiana: Cabo Verde visto por cabo-verdianos*, Lisboa, Ulmeiro, 1998.

LOPES, Baltasar (sel., Manuel Lopes pref. e com. António Aurélio Gonçalves), *Antologia da Ficção Cabo-verdiana*, Achamento de Cabo Verde, Edições Henriquinas, 1960.

___, (pref. Alberto Carvalho), *Chiquinho*, Linda-a-Velha, ALAC, 1988.

___, (pref. Arménio Vieira), *Os Trabalhos e os Dias*, Linda-a-Velha, ALAC, 1987.

- ___, *Cabo Verde Visto por Gilberto Freyre*, Praia, Imprensa Nacional, 1956.
- ___, *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- LOPES, José Vicente, *A Fortuna dos Dias*, Praia, Spleen, 2007.
- LOPES, Manuel, (org. e pref. Alberto Carvalho), *Falucho Acorado: poesias*, Lisboa, cosmos, 1997.
- ___, *Os Flagelados do Vento Leste*, 3ªed. Lisboa, Vega, 1991.
- LUZ, Hilarino Carlos Rodrigues da Luz, *Jorge Barbosa: o claridoso realista (contributo para a compreensão da poesia deste autor)*, Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH-UNL, Lisboa, 2008.
- MAIA, Armandina, “Emergência da Consciência Nacional na Revista Claridade”, in CECCUCCI, Piero di, *Conscienza Nazionale Nelle Letterature Africane di Língua portoghese, (Atti del Covegno Internazionale*, Milano, Bulzoni, 13-14 Dicembre), Roma Bulzoni Editori, 1995, pp. 83-95.
- MARGARIDO, Alfredo, *Estudos Sobre as Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.
- MARIANO, Gabriel, *Ladeira Grande: antologia poética*, 1ª ed., Lisboa, Vega, 1993.
- ___, (pref. Alberto Carvalho), *Cultura Caboverdiana: ensaios*, Lisboa, Vega, 1991.
- ___, *Doze Poema de Circunstância*, Praia, Minerva, 1965.
- ___, *Uma Introdução à Obra de Jorge Barbosa*, Praia, Minerva, 1964.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Gaspar Frutoso e a Colonização de Cabo Verde*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1961.
- ___, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Palas Editores, 1980.
- MARTINHO, Ana Maria Mão-de-Ferro, (org. e coord.), *A Mulher Escritora em África e na América Latina*, Évora, NUM, 1999.
- ___, *África: investigações multidisciplinares*, Évora, NUM, 1999.
- ___, *Cânones Literários e Educação: os casos angolano e moçambicano*, [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, 2001.

- ___, *Contos de África Escritos por Mulheres*, Évora, Pendor, 1994.
- MARTINS, João Augusto, *Madeira, Cabo Verde e Guiné*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1891.
- MARTINS, Oliveira, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa, Guimarães Editora, 1978.
- MARTINS, Vasco, *A Música Tradicional Cabo-verdiana*, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1989.
- MINISTÉRIO DA CULTURA (estr. e notas T.V. da Silva), *Simpósio Internacional Sobre Cultura e Literatura Cabo-verdianas: actas Mindelo, 23.11. 1986*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2010.
- MINISTÉRIO DA CULTURA (rec. org. e apr.), *Clareza: a palavra dos outros*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2010.
- MATA, Inocência, *Emergência e Existência de Uma Literatura: o caso santomense*, Linda-a-Velha, ALAC, 1993.
- ___, *Pelos Trilhos da Literatura Africana em Língua Portuguesa*, Pontevedra/ Braga, Irmandade da Fala da Galiza e Portugal, 1992.
- MELLO, Maria Cristina Nogueira Lança de, *Configurações do Imaginário Emigrante na Literatura Caboverdiana*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH-UNL.
- MIRANDA, Nuno de, *Compreensão de Cabo Verde*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1963.
- ___, *Poemas Escolhidos*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1964.
- MOSER, Geraldo et FERREIRA, Manuel, *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- NUNES, António (Manuel Ferrei dir. org. e or.), *Poemas de Longe*, 2.^a ed., Linda-a-Velha, ALAC, 1988.
- OLIVEIRA, José Osório de, (comp. anot. e pref.), *Literaturas Africanas*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1962.
- ___, *A Poesia de Cabo Verde*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944.
- ___, *As Ilhas Portuguesas de Cabo Verde*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1956.

OSÓRIO, Osvaldo, *Cantigas de Trabalho: tradições orais de Cabo Verde*, Praia, Comissão para as Comemorações do 5.º Aniversário da Independência de Cabo Verde, [1979].

PAIS, José Mchado, *Sociologia da Vida Quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso*, Lisboa, ICS, 2002.

PAULA, Júlio César Machado de, *Manuel Bandeira e Claridade: confluências literárias entre o modernismo brasileiro e o cabo-verdiano*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PEIXEIRA, Luís Manuel de Sousa, *Da Mestiçagem à Caboverdianidade: registos de uma sociocultura*, Lisboa, Edições Colibri, Junho de 2003.

PEREIRA, Daniel A., *Estudos da História de Cabo Verde*, 2ª ed. Praia, Alfa-Comunicações, 2005.

PESSOA, Fernando (António Quadros e Dalila da Costa, intr. Org. bibl e notas) , *Obra Poética e Em Prosa*, vol. I, Porto, Lello & Irmão Editores, 1986.

PIMENTEL, Maria do Rosário, *Chão de Sombras: estudo sobre escravatura*, Lisboa, Colibri, 2010.

___, *Viagem ao Fundo das Consciências: a escravatura na época moderna*, Lisboa, Colibri, 1995.

PORTUGAL, Francisco Salinas, *Entre Próspero e Caliban: literaturas de língua portuguesa*, Santiago de Compostela, Laiovento, 1999.

___, *O Texto nas Margens: ensaios de literaturas em língua portuguesa*, Santiago de Compostela, Laiovento, 1997.

REIS, Carlos, *O Conhecimento da Literatura: introdução aos estudos literários*, 2ª ed, Coimbra, 1997.

RIBEIRO, José da Silva, *Colá S. Jon, Oh Que Sabe: as imagens, as palavras ditas e a escrita de uma experiência ritual e social*, [s. l.], Afrontamento /Ministério da Cultura de Cabo Verde, 2001.

RIBEIRO, Orlando, *A Ilha do Fogo e as Suas Erupções*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

___, *Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Universidade da Faculdade de Letras, 1955. [Separata de Rev. Fac. Letras de Lisboa, tomo 21].

RODRIGUES, Moacyr, *Cabo Verde: festas de romarias: festas juninas*, Mindelo, Moacyr Rodrigues, 1997.

ROMANO, Luís, *Cabo Verde: elo antropológico entre a África e o Brasil*, Lisboa, [s. n.], [D.L. 1964]. [Sep. Ocidente, 66].

___, *Cabo Verde: renascença de uma civilização no atlântico médio*, 2.^a ed., Lisboa, Revista Ocidente, 1970.

___, *Entrevista Sobre Cabo Verde: renascença de uma civilização no atlântico médio*, Lisboa, Editorial Império, [196-].

___, *Famintos*, 1^a ed.; Lisboa, Biblioteca Literária Ulmeiro, Dezembro de 1983.

___, *Negrume (Lzimparin)*, Rio de Janeiro, Leitura S/A, 1973.

SANTILLI, Maria Aparecida, *Estórias Africanas: história e antologia*, São Paulo, Ática, 1985.

SANTOS, Elsa Rodrigues, *As Máscaras Poéticas de Jorge Barbosa e a Mundividência Cabo-verdiana*, Lisboa, Caminho, 1989.

SANTOS, Maria Emília Madeira, *As Estratégicas Ilhas de Cabo Verde ou a “fresca Serra Leoa”: uma escolha para a política da expansão portuguesa no Atlântico*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical [separata n.º 212], 1988.

___, *Escravos e Escravocratas Vadios e Coronéis: a crise da sociedade caboverdiana nos séculos XVII e XVIII vista através dos “levantamentos”*, Lisboa, Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, Secretaria de Estado da Ciência e Inovação, Instituto de Investigação Científica Tropical [série de separatas, n.º 249], 2004.

___, et al, *Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVII)*, Lisboa, Instituto de Investigação Tropical, 2004.

___, et TORRÃO, Maria Manuel, *Subsídios para a História Geral de Cabo Verde: a legitimidade da utilização de fontes escritas portuguesas através da análise de um documento do início do séc. XVI, (Cabo Verde ponto de intercepção de dois circuitos comerciais)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989.

SALÚSTIO, Dina, *Cabo Verde: 30 anos de edições (1957-2005)*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

SARAIVA, António José et LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 11^a ed., Porto, Porto Editora, 1979.

SCHIMDT, Joel, (trad. João Domingos; rev. José Ribeiro Ferreira), *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, Lisboa, Edições 70, 1994.

SEMEDO, Manuel Brito, *A Construção da Identidade Nacional: análise da imprensa entre 1877 e 1975*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

SEMEDO, Victor Manuel Eugénia, *Liberalismo em Cabo Verde (1820-1834)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004.

SERRALHEIRO, António, *Geologia da Ilha de Maio (Cabo Verde)*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1970.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. I-II, Lisboa, Verbo, 1977.

SILVA, António Leão de Aguiar Cardoso Correia e, *A Influência do Atlântico na Formação dos Portos em Cabo Verde*, Lisboa, Instituto de Investigação Tropical / Centro de Estudos de História de Cartografia Antiga, 1990. [Separata das actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira”, 1989, p. 637-648.]

SILVA, João Martins da (dir), *Descobrimentos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação, 1988.

SILVA, José Lopes da, *Alma Arsinária: poemas em aditamento aos do livro hesperitanas*, Lisboa, [s. n], 1952.

SILVA, Maria Ambrosina Esperança da, *Mundo de Afectos em Chiquinho, de Baltasar Lopes*, Tese de Mestrado apresenta à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007. SILVA, T.V. da Silva (org. e apr.), *Antologia da Ficção Cabo-Verdiana*, vol. III: pós-claridosos, Praia, AEC Editora, 2002.

SILVA, Victor Manuel de Aguiar e, *Teoria da Literatura*, 8^a ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1988.

___, SILVEIRA, Onésimo, *A Saga Das As-Secas e das Graças de Nossenhora*, Mem Martins, Europa-América, [D. L. 1991].

Consciencialização na Literatura Caboverdiana, Lisboa, Casa dos Estudantes do Império, 1963.

___, *Hora Grande: poesia caboverdiana*, Nova Lisboa, Bailundo, 1962.

___, *Toda a Gente Fala: sim senhor*, [s. l.] Sã da Bandeira: Imbondeiro, [D. L. 1960].

SPENCER, Maria Helena (sel. notas e coord. Ondina Ferreira), *Contos, Crónicas e Reportagens*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos teóricos*, 4.^a ed., Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964.

SOUSA, Henrique Teixeira de, *Alimentação e Saúde nas Ilhas de Cabo Verde*, Praia, Imprensa Nacional, 1957. [Sep. Cabo Verde, 8].

___, *O Problema Alimentar em Cabo Verde*, Praia, Edição da Divisão de Propaganda e Informação da Imprensa Nacional, 1954.

SOUSA, Mário Lúcio, *O Nascimento de Um Mundo*, Cabo Verde, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1991.

TAVARES, Eugénio, *Amor que Salva: santificação de um beijo*, Praia, Imprensa Nacional, 1916.

___, *Mornas: cantigas crioulas*, Lisboa, J. Rodrigues & Cia, 1932.

___, *Mornas: cantigas crioulas*, Luanda, Liga dos Amigos de Cabo Verde, 1969.

___, *O Mal do Amor: coroa de espinhos*, Praia, Imprensa Nacional, 1916.

TEIXEIRA, André Pinto de Sousa dias, *A Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde nos Séculos XV a XVIII*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar / FCSH-UNL, 2004.

TEIXEIRA, José Manuel Leite, *O Realismo na Escrita Poética de Manuel Lopes*, Tese de Mestrado apresenta à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2007.

TENREIRO, Francisco et ANDRADE, Mário Pinto de (Manuel Ferreira pref.), *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, Linda-a-Velha, África Editora, 1982.

TOMAZINHO, Maria José Clemente, *Uma Perspectiva das Relações entre Senhores e Escravos na Ilha de Santiago na Primeira Metade do século XIX*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH-UN, Lisboa 1996.

TORRÃO, Maria Manuel et SANTOS, Maria Emília, *Dietas Alimentares: transferências e adaptações nas ilhas de Cabo Verde (1460-1540)*, Instituto de Investigação Tropical, 1995.

TRIGO, Salvato, *Ensaio de Literatura Comparada Afro-Luso-Brasileira*, Lisboa, Vega, [D. L. 1986].

VALENSI, Lucette et al, *Para Uma História da Antropologia: a noção de reciprocidade*, Lisboa, Edições 70, [s. d.].

VÁRIO, João, *Exemplos: livros 1-9*, Mindelo, Tipografia de S. Vicente, 2000.

VASCONCELLOS, Luís Loff de, *O Extermínio de Cabo Verde: pavorosas relações*, Lisboa/Guimarães, Libânio & Cia, 1903.

VEIGA, Manuel, (coord.), *Cabo Verde: insularidade e literatura*, Paris Karthala, 1998.

___, *A Sementeira*, Linda-a-Velha, ALAC, 1994.

___, *Oju D'Agu*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, 1987.

___, *Signos e Símbolos em Jorge Barbosa: uma tentativa de análise semiológica*, Praia, Instituto Caboverdeano do Livro e do Disco, 1989.

VENÂNCIO, José Carlos, *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias: repensando a presença portuguesa nos tópicos*, Lisboa, Veja [D. L. 1996].

___, *Literatura e Poder na África Lusófona*, 1.^a ed. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

VERBO: enciclopédia luso-brasileira de cultura, Lisboa; São Paulo, Verbo 1998.

VERDERDLINDEN, Charles, (dir. de Joel Serra), “Cabo Verde”, in *Dicionário da História de Portugal*, vol. I Porto, Livraria Figueirinhas, 1971.

VIEIRA, Arménio, *Mitografias*, Lisboa, Vega, 2011.

___, *O Eleito ao Sol*, Lisboa, Vega, 1992.

___, *O Poema, a Viagem, o Sonho*, Lisboa, Caminho, 2009.

___, *Poemas*, Lisboa, África, 1981.

XAVIER, Lola Geraldes, *O Discurso da Ironia em Literatura de Língua Portuguesa*, [s. l.], Novo Imbodeiro, 2007.

3.3. Artigos Consultados em Sites

“MORRE O COMBATENTE JORGE BARBOSA”, in <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article54630&ak=1>, consultado no dia 20 de Maio de 2012.

“NOTAS SOBRE A LITERATURA ORAL CABO-VERDIANA”, in http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/405/2/15992_Disserta00E700E3o.pdf, consultado no dia 15 de Janeiro de 2013.

FONSECA, Maria Nazareth Soares *et* MOREIRA, Terezinha Taborda, “Panorama das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa”, in http://www.ich.pucminas.br/posletras/Nazareth_panorama.pdf, consultado no dia 20 de Fevereiro de 2013.

GOMES, Simone Caputo, “A Poesia de Cabo Verde: um trajeto identitário”, in <http://www.simonecaputogomes.com/textos/a%20poesia%20de%20cabo%20verdeL.pdf~>, consultado no dia 15 de Março de 2013.

___, “Cabo Verde e Brasil: um amor pleno e correspondido”, in <http://www.omarrare.uerj.br/numero9/simone.html>, consultado no dia 20 de Março de 2013.

___, “Cabo Verde: da árvore da vida à Árvore das Palavras”, in http://setorlitafrica.lettras.ufjf.br/mulemba/artigo.php?art=artigo_1_5.php, consultado no dia 20 de Março de 2013.

PARADISO, Sílvia Ruiz, “Subserviência e Resistência Colonial na Poesia Africana Lusófona: uma análise em Viriato da Cruz e Jorge Barbosa”, in <http://seer.fafiman.br/index.php/dialogosesaberes/article/view/164/107>, consultado no dia 10 de Março de 2013.

SANTOS, Elsa Rodrigues dos, “A Poesia Cabo-verdiana Pós-independência”, in http://www.slp.pt/Variavel/Poesia_%20Cabo-verdiana.html, consultado no dia 18 de Dezembro de 2012.

SEMEDO, Manuel Brito, “O Modelo Brasileiro e a Literatura Moderna Caboverdiana”, in http://www.fflch.usp.br/cea/revista/africa_022/af16.pdf, consultado no dia 20 de Março de 2013.

VENÂNCIO, José, “Relendo Gilberto Freyre: o contexto do romance *Os Dois Irmãos de Germano Almeida*”, <http://nmnt.fgf.org.br/artigos/relendo.html>, pp. 8-16, consultado no dia 10 de Outubro de 2012.